

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



N.º 67 – jul.-dez. 2024 – Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartiçam
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.º 67 – jul.-dez. 2024 – Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE ENSINO GRATUITO

Fundado em 10 de setembro de 1868

DIRETORIA EXECUTIVA 2021-2024

Presidente:	Francisco Gomes da Costa
Vice-Presidente Administrativo:	Henrique Loureiro Monteiro
Vice-Presidente de Administração e Patrimônio:	Carlos Eurico Soares Félix
Vice-Presidente de Finanças:	Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa
Vice-Presidente Cultural:	Evanildo Bechara
Vice-Presidente Corporativo:	José Manuel Matos Nicolau

CONSELHO CONSULTIVO

Arménio Santiago Cardoso	João Roque Rangel de Araújo
Carlos Francisco Moura	Manuel José Vieira
Castelar de Carvalho	Maria Lêda de Moraes Chini
Claudio Cezar Henriques	Nilda Santos Cabral
Francisco José Magalhães Ferreira	Ricardo Emmanuel Vieira Coelho
Gilda da Conceição Santos	Ricardo Stavola Cavaliere
Ida Maria dos Santos Alves	Rita de Cassia B.C. M. dos Reis

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:	Flávio Alves Martins
Vice-Presidente:	José António de Almeida Sampaio
1.º Secretário:	Paulo Marcos Dias Morgado
2.º Secretário:	Agostinho da Rocha Ferreira dos Santos

CONSELHO FISCAL

Efetivos:	Suplentes:
António da Silva Correia	Eduardo Artur Neves Moreira
Ângelo Leite Horta	Alcides Martins
Carlos Jorge Airosa Branco	Rodrigo Gomes da Costa

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Diretor: António Gomes da Costa (in memoriam)

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz (in memoriam)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Arno Wehling

CONFLUÊNCIA

REVISTA DO

INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

DIRETORIA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Francisco Gomes da Costa
Evanildo Bechara
Antônio Basílio Rodrigues

CONSELHO CONSULTIVO

Amaury de Sá e Albuquerque
André Nemi Conforte
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozorio Rodrigues
José Pereira de Andrade
Nilda Santos Cabral
Ricardo Cavaliere

CONFLUÊNCIA

Diretores: Evanildo Bechara e Ricardo Cavaliere

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Gonçalves Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Bernard Colombat (Universidade Paris 7 - Denis Diderot)
Carlos da Costa Assunção (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Claudio Cezar Henriques (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Dante Lucchesi (Universidade Federal da Bahia)
Eberhard Gärtner (Universidade de Leipzig)
Gerda Haßler (Universidade de Potsdam)
José Carlos de Azeredo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonor Scliar-Cabral (Universidade Federal de Santa Catarina)
Manuel Gonçalo de Sá Fernandes (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Maria Cristina Salles Altman (Universidade de São Paulo)
Maria do Carmo Henríquez Salido (Universidade de Vigo)
Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)
Marli Quadros Leite (Universidade de São Paulo)
Miguel Ángel Esparza Torres (Universidade Rey Juan Carlos)
Myriam Benarroch (Universidade de Paris-Sorbonne)
Neusa Oliveira Bastos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Pierre Swiggers (Universidade Católica de Louvaina)
Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)
Volker Noll (Universidade de Münster)
Wolf Dietrich (Universidade de Münster)

Diagramação: Diniz Gomes dos Santos

Endereço para correspondência:
Rua Pereira da Silva n.º 322, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.221-140
E-mail: confluencia@liceuliterario.org.br
URL: revistaconfluencia.org.br

Os textos publicados são da responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

Apresentação	7
‣ <i>Ricardo Cavaliere</i>	
Artigos	
Os prefixos negativos do vocabulário das línguas especializadas do Direito e da Economia no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa	9
‣ <i>Maria do Carmo Henriques Salido</i>	
Mattoso Camara num episódio da política carioca: a “língua brasileira do Distrito Federal”	42
‣ <i>Maria Carlota Rosa</i>	
A construção do ethos discursivo de figuras públicas na rede social <i>Instagram</i>: uma análise comparativa	82
‣ <i>Jairo Venício Carvalhais Oliveira, Samara Sanchez Gomes</i>	
Contribuições da fonologia e da análise do discurso para explicar as variações linguísticas no português brasileiro	124
‣ <i>Leandro Freitas Menezes</i>	
O Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Feira de Santana: centro de linguística histórica no semiárido baiano	147
‣ <i>Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda</i>	
Notas sobre o ensino de concordância verbal de número em português como língua materna	200
‣ <i>Matheus Gomes Alves</i>	
Contribuições da Linguística Sistêmico-Funcional para o entendimento da marginalização feminina no gênero série	221
‣ <i>Arlete Ribeiro Nepomuceno, Maria Clara Gonçalves Ramos, Vera Lúcia Viana de Paes</i>	
Resenha	
SILVA, Amós Coelho da; NUÑEZ, Carlinda Fragale Pate; BOECHAT, Walter (Orgs.) <i>Um sementeiro no campo das humanidades: Junito Brandão e seu legado na mitologia</i>	247
‣ <i>Edila Vianna da Silva</i>	
Colaboradores deste número	252

APRESENTAÇÃO

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2024n67.1431>

Neste novo número, *Confluência* oferece ao público interessado mais uma seleção de estudos relevantes sobre a fenomenologia da linguagem humana em várias abordagens. Trata-se de artigos que buscam descrever e analisar fatos da língua portuguesa segundo fontes teóricas diversificadas, tais como a análise do discurso, a filologia e a tradição gramatical. Em sua trajetória, *Confluência* vem-se mantendo fiel ao propósito de difundir a pesquisa linguística mediante publicação de estudos qualificados, seja da lavra de pesquisadores consagrados, seja de jovens e talentosos investigadores que se iniciam na carreira docente.

Passemos, pois, à leitura desses estudos, com a certeza de que suas linhas enriquecerão nosso saber sobre a língua e seu uso nas diversas situações discursivas que caracterizam a comunicação humana em sociedade.

Ricardo Cavaliere

Os prefixos negativos do vocabulário das línguas especializadas do Direito e da Economia no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa

Negative prefixes in the vocabulary of special languages of Law and Economics in the Houaiss Dictionary of the Portuguese Language

Maria do Carmo Henriques Salido*
Articulista Convidada

RESUMO

O objetivo principal deste contributo é analisar unicamente os catalogados como prefixos negativos (podem expressar ‘oposição’, ‘contradição’, ‘contrariedade’ e ‘privação’) a partir da seleção realizada no Houaiss (2001), dicionário com formato em papel, quer do vocabulário geral, quer dos vocábulos marcados correspondentes ao Direito e à Economia. Da abundante bibliografia existente, apenas são citadas obras recentes da autoria de morfólogos e estudiosos da língua portuguesa ou da língua espanhola, que são traduzidos pela autora para português. São analisadas a expressão prefixal de oposição e de contrariedade, pela sua fecundidade na linguagem jurídica, não é analisada a expressão prefixal de privação pelo baixo rendimento mostrado nestas línguas especializadas.

Palavras-chave: Lexicografia. Morfologia. Prefixos negativos

ABSTRACT

The main aim of this paper is to analyze only the prefixes cataloged as negative (they can express ‘opposition’, ‘contradiction’, ‘opposite’ and ‘privacy’), based on the

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2024n67.1410>

* Universidade de Vigo, mcsalido@uvido.es
<https://orcid.org/0000-2002-3315-6864>

Confluência. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 67, p. 9-41, jul.-dez. 2024

selection made in Houaiss (2001), a paper dictionary, either of the general vocabulary or of the marked words corresponding to the fields of law and economics. From the rich existing bibliography, only recent works by morphologists and scholars of Portuguese or Spanish translated into Portuguese by the author are cited. The prefixal expression of opposition and contrariety is analyzed due to its fertility in legal language, but the prefixal expression of deprivation is not analyzed due to its low performance in these specialized languages.

Keywords: Lexicography; Morphology; Negative prefixes.

Introdução

Na bibliografia europeia, e nomeadamente na tradição gramatical existe um debate sobre a prefixação no que diz respeito a se deve ser incluída entre os processos de composição ou se os prefixos devem ser tratados como afixos derivativos e devem ser incluídos dentro da derivação e não dentro da composição. Prefixar consiste basicamente em colocar um afixo diante de um lexema e formar uma nova palavra, os prefixos costumam especializar-se para uma determinada categoria gramatical. O nosso posicionamento, a partir do parecer autorizado de CUNHA; CINTRA, BECHARA, RIO-TORTO e outros morfólogos europeus ou instituições (RAINER, VARELA, RAE-ASALE) é que a prefixação deve analisada dentro da derivação. Os fragmentos textuais aqui transcritos e originalmente redigidos em espanhol pelos autores europeus citados nas Referências são traduzidos para português pela autora.

O objetivo principal deste contributo é analisar os catalogados como prefixos negativos (podem expressar ‘oposição’, ‘contrariedade’ e ‘privação’) a partir da seleção realizada pelo dicionário com formato em papel do HOUAISS (2001) nas línguas especializadas do Direito e da Economia. Apenas é lembrado que muitos prefixos se correspondem com preposições latinas ou portuguesas, ou mesmo com o advérbio ‘não’, e que nalgum caso é patente a alomorfia (*a* -/ *an-*; *i-* / *im-* / *in-*). Na nossa opinião, e sem explicitarmos

razões expostas por clássicos no campo da Morfologia afiançamos que “o prefixo é um tipo de afixo léxico e a considerar que o processo pelo qual se une a um lexema é um caso de derivação e não de composição” (VARELA, 2005, p. 59).

Deve ser salientado desde o início que os dicionários gerais monolíngues recolhem as palavras reais, documentadas ou registadas: o saber convencional, quer dizer, o resultado da colocação em prática das competências derivativas, por isso refletem certa arbitrariedade no registo de documentação de palavras que são possíveis e reais, pois a Jurisprudência e a Legislação vam mais além dos dicionários, quer dizer, os lexicógrafos responsáveis dos Dicionários gerais monolíngues e os morfólogos não aprofundam na busca de vocábulos específicos das línguas especializadas, por este motivo não são selecionadas muitas unidades lexicais prefixadas.

CUNHA; CINTRA (1987, p. 83-87) salientam “a viva controvérsia entre lingüistas contemporâneos sobre a área a que efetivamente pertence a FORMAÇÃO DE PALAVRAS —se à morfologia, o seu domínio tradicional, se ao léxico ou à semântica, ou mesmo, se à sintaxe—” e especificamente sobre os PREFIXOS diz que “são mais independentes que OS SUFIXOS, pois se originam, em geral de advérbios ou de preposições que têm ou tiveram vida autónoma na língua”, porém acrescenta:

Mas nem sempre é fácil estabelecer tal diferença, razão por que preferimos considerar a formação de palavras mediante o emprego de prefixos um tipo de derivação – a DERIVAÇÃO PREFIXAL. Tanto os sufixos como os prefixos formam novas palavras que conservam de regra uma relação de sentido com o radical derivante; processo distinto da composição, que forma palavras não raro dissociadas pelo sentido dos radicais componentes (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 84)

A seguir assinala os PREFIXOS DE ORIGEM LATINA **a-** (*amovível*), **contra-** (*contradizer*), **des-** (*desfazer*), **extra-** (*extra-oficial*), **in-** (**im-**), **i-** (**ir-**) (*ilegal, irrestrito*), marca o sentido e incorpora exemplos, e os de ORIGEM

GREGA **an-** (a-), que expressam privação, negação (*anarquia*), **anti-** com o sentido de oposição, ação contrária.

BECHARA (2009) em várias páginas da sua pormenorizada e excelente obra, além de considerar a morfossintaxe como “parte central da gramática”, “com dois domínios relativamente autônomos a *morfologia* (estudo da palavra e suas “formas”)”, assinala morfemas aditivos como os prefixos caracterizados pela “anteposição à base lexical”, precisa que a prefixação consiste basicamente por acrescentar-se “ao início da base um elemento morfológico”, que “empresta ao radical uma nova significação e que se relaciona semanticamente com as preposições”. Estabelece a *derivação* (*prefixal* e *sufixal*), enumera e caracteriza prefixos e sufixos latinos e prefixos e elementos gregos. Contudo, as palavras compostas apresentam radicais livres, que permitem “a individualidade de seus componentes”, e no que diz respeito à composição salienta que “implica sempre a presença de dois elementos básicos unidos por uma relação gramatical”. Em poucas palavras, distingue a derivação da composição.

Para RIO-TORTO “a prefixação ocorre quando o afixo se junta à esquerda da base” e além do mais “os constituintes de compostos morfológicos tendem a combinar-se apenas com bases de uma só classe lexical, e apenas com algumas denominações” e no que diz respeito à expressão de negação “inclui nomeadamente quatro subclasses: a dos prefixos de contrariedade (...), a dos prefixos de privação *a(n)-* e a dos prefixos de oposição”. Acrescenta que o operador de contradição *nao* “opera para uns, no âmbito da composição e para outros no da prefixação”, porém afirma “em favor desta posição está a sua grande regularidade e produtividade na língua contemporânea” (RIO-TORTO, 2016, p. 103, 414, 430).

O advérbio *não* como expressão prefixal de oposição é recolhido no HOUAISS (2001, p.1994), indica que é “antepositivo seguido de hífen” e salienta que a cifra de vocábulos com essa forma são substantivos masculinos, substantivos femininos e adjetivos; alude a que essa averbação “é seguramente provinda da prática que está modernamente ocorrendo (depois

de 1945) em francês e em inglês” e afiança que “tal compactação parece mais acentuada no modelo *não* + *substantivo* do que no modelo *não* + *adj.*”. Os exemplos selecionados como verbetes (*não-agressão...*) fazem parte da estratégia política ou de outras áreas de conhecimento, por acaso os exemplos com mais probabilidades de uso na linguagem jurídica são: *não-cumprimento* ‘recusa em cumprir (*de uma lei, de um regulamento, de uma cláusula contratual*), *não-intervenção* 2. JUR. ‘princípio jurídico internacional que nega a um Estado o direito de intervir especialmente pelo uso de força, na política interna ou externa de outro’, *não-salariado* ‘indivíduo cuja atividade profissional não é remunerada por salário’.

O DACL (2001, II, p. 2566-2567), no que diz respeito a este advérbio na aceção 5 indica “para modificar nomes e adjectivos, tendo como significado a ausência desse acto, qualidade ou propriedade. (*O contrato é não renovável. Era a favor de uma política de não intervenção*). Seleciona como lemas vários exemplos procedentes do campo da Política (*não-agressão*), porém no Direito está: *não-pagamento* ‘falta de pagamento. *Não-pagamento de dívidas*’.

Porém, para RIO-TORTO (2016, p. 430), “o operador de contradição não(...) opera, para uns, no âmbito da composição e para outros no da prefixação. Em favor desta posição está a sua grande regularidade e produtividade na língua contemporânea”.

No que diz respeito ao parecer de morfólogos europeus, são reproduzidas algumas ideias, referidas à língua espanhola. Sobre a expressão da ‘oposição’, os prefixos *anti-* e *contra-* que “negam algum traço semântico do conteúdo significativo da base, pelo que o significado da forma prefixada é oposto ao da forma simples” (VARELA; MARTÍN, 1999, p. 5019-5020). Os prefixos *a-*, *des-* e *in-* para expressar a ‘contrariedade’, “dois elementos estabelecem uma relação de contrariedade se a negação de um deles não implica a afirmação do doutro” (VARELA; MARTÍN, 1999, p. 5021). Os prefixos *a(an)*, *des-* e *in-* para expressar ‘privação’, significa “a falta ou carência do denotado pela base” (VARELA; MARTÍN, 1999, p. 5023) e as bases a que se anexam costumam ser nominais.

A RAE-ASALE (2010), analisa os “prefixos negativos” que expressam negação, cujos derivados denotam a propriedade contrária a outra (...), a ausência de uma ação, entidade ou propriedade (...) ou a inversão de uma ação ou uma situação prévia. Salienta que “é pouco produtivo o prefixo *dis-* (...), porém são sumamente produtivos *in-* e *des-*”. Afiança as variantes ou alomorfia de *i-* perante determinadas bases e *im-* prefixo que forma numerosos adjetivos “que constituem os vocábulos antónimos das bases correspondentes (RAE-ASALE, 2010, p. 186-187). No que diz respeito ao prefixo *des-* afirma que se formam “numerosos nomes derivados que denotam ações, situações ou propriedades opostas às expressadas pelas suas bases nominais (...)”, não obstante “noutros substantivos, o prefixo é interpretado com sentido privativo”. Focaliza que o prefixo *des-* “também se combina com bases adjetivais vinculadas aos participios (...), mas é aplicado só a uns poucos adjetivos” e distingue “quatro interpretações de *des-* nos derivados verbais” (RAE-ASALE, 2010, p. 187-188). A seguir analisa o prefixo *a-* (que possui a variante alternante *an-* perante vogal) e os prefixos negativos separáveis entre os quais menciona *no-*, e os prefixos opositivos e de atitude favorável, como os prefixos *anti-* ou *contra-* (RAE-ASALE, 2010, p. 187-189). No que diz respeito ao prefixo *no-* assevera:

aparece numa posição contigua à do segmento afetado, âmbito e foco coincidem completamente”, porém “noutros casos a negação contigua não corresponde a um esquema contrastivo, e então se obtêm interpretações de sentido oposto ao que a palavra negada expressa (...) esta pauta estende-se também aos usos não contrastivos de «*no* + grupo nominal» (...) ou de «*no* + adjetivo» seja com adjetivos relacionais (...) ou com adjetivos qualificativos que expressam valorização de alguma magnitude (RAE-ASALE, 2020, p. 926)

No entanto, sobre o prefixo *no-* na língua espanhola, RAINER (1993, p. 350-351) afirmava que ocasionalmente “o advérbio “*no* atua em função prefixal e substitui prefixos negativos estándar, não expressa contrário, mas uma negação contraditória” e realça que “o seu valor não é paralelo ao que é

expressado com o prefixo *in-*“. Apenas é sintetizado a seguir o estudo sobre a expressão prefixal de oposição na linguagem jurídica da língua espanhola do prefixo negativo *no-* (HENRÍQUEZ; DE NO, 2005, p. 129-138), onde é construída uma síntese do tratamento deste advérbio nas gramáticas clássicas do castelhano (BELLO, ALEMANY, ALCALÁ-ZAMORA) ou especialistas sobre a formação de palavras como LANG (1997), RAINER (1993), MONTERO (1999), ALARCOS (1994), BOSQUE; DEMONTE (1999), ou VARELA; MARTÍN (1999) e entre as conclusões aparecem: “O uso do advérbio *no-* como prefixo negativo é um dos procedimentos mais modernos para expressar a negação (...) e deve ser BELLO, já no ano 1847, um dos primeiros gramáticos em constatar o uso ‘recente’ de dito advérbio como ‘partícula prepositiva anteposta a um substantivo’” (HENRÍQUEZ; DE NO, 2005, p. 131-132). E no que diz respeito à sua origem, a hipótese mais correta era que este advérbio foi tomado pelo inglês (anglo-normando) como empréstimo do antigo francês, e que “a frequência de *non-* com valor de prefixo no inglês reforçou as formações do mesmo tipo em francês” (HENRÍQUEZ; DE NO, 2005, p. 132).

1. A expressão prefixal de oposição: derivados em *anti-* e em *contra-*

Neste grupo os representantes mais prototípicos são os prefixos *anti-* e *contra-*, a busca no dicionário é relativamente fácil, e pode ser achada informação bastante pormenorizada, que recolhe exemplos ilustrativos. Apenas são reproduzidas neste lugar algumas ideias sobre o prefixo *anti-* (HOUAISS, 2001, p. 212): “entra, de início, na língua em pal. já formadas em gr., a partir do sXVI, tornando-se já no s.XIX extremamente fecundo (...) a ponto de ser informalmente us. como subst. (...) e potencializar todo tipo de derivados *ad hoc* como a noção de oposição ou contrariedade”.

1.1 Para RIO-TORTO (2016, p. 436) o tipo de bases com que se combina o prefixo *anti-* são substantivos e adjetivos, e os seus valores significativos

básicos são nominais ‘oposição a x’ (*antiformalista, anticorrupção*), todavia pode haver bases, “como em (mina) *antipessoal*, cuja base pode ser nominal ou adjetival”, por este motivo existe a possibilidade “de *anti-* ter ou não poder categorial, entre outros” (RIO-TORTO, 2016, p. 436), e além do mais:

com valor apositivo e/ou predicativo ocorre em adjetivos (*antimonárquico, antipessoal...*). Nestes casos há descoincidência entre a estrutura morfológica e a semântica, pois *anti-* tem escopo sobre a base do nome: *antimonárquico, antipessoal (...)* denotam a monarquia, a pessoas (...), e não necessariamente ‘anti o que é monárquico, pessoal’, combina-se com bases que possam remeter para ENTIDADES (instituições, matérias) ou EVENTOS suscetíveis de serem objeto de oposição (RIO-TORTO, 2016, p. 436-437)

Anexa-se com adjetivos e substantivos. Os seus domínios preferenciais parecem ser a Farmácia (*antiabortivo, antialérgico, antianêmico, antiartrítico...*), a Química orgânica, a Medicina (em palavras simétricas de efeitos contrários) e com menos frequência na Economia (*anticíclico, antiprotecionista, anti-realismo*), no Comércio (*anticomercial*), na Política (*anticomunista, antifascismo, antimonarquismo, anti-revisionismo, etc.*).

No que diz respeito ao Direito os exemplos marcados, a diferença do que será analisado a seguir com o prefixo *contra-*, são escassos, deve ser focalizado que as palavras *antinomia* e *antifernal* são grecismos:

antinomia *s.f.* 4 JUR contradição real ou aparente entre leis, ou entre disposições de uma mesma lei, o que dificulta sua interpretação

antifernal *adj. s.m.* JUR que ou o que é dado pelo marido à mulher em compensação de dote (diz-se de bens)

O vocábulo *anticrese* é um latinismo, do qual derivam no português os adjetivos *anticresista* e *anticrético*:

anticrese *s.f.* JUR contrato em que o devedor entrega um imóvel ao credor, transferindo-lhe o direito de auferir os frutos e rendimentos desse mesmo imóvel para compensar a dívida; consignação de rendimento

anticresista *adj.* JUR credor adjudicatário de uma anticrese

anticrético *adj.* relativo a anticrese

Outras unidades lexicais formadas no português, algumas já são da língua geral, por isso não apresentam marca de especialidade, todavia noutras é bem visível esta particularidade, lembre-se que no caso da palavra *anticonstitucionalismo* é derivada de *anticonstitucional*:

anticonstitucional *adj.* que infringe ou contraria ao constitucionalismo

anticonstitucionalismo *s.m.* doutrina ou atitude contrária ao constitucionalismo

antijuricidade *s.f.* JUR m.q. *ANTI JURIDICIDADE*

antijuridicidade *s.f.* oposição ao direito; ilegalidade

antijurídico *adj.* JUR que contraria as normas jurídicas; ilegal, injurídico

Apesar disso, devem ser assinaladas as equivalências entre *antijurídico*, *ilegal* ‘que é contrário às disposições da lei; ilícito’, *injurídico* ‘que contraria os preceitos jurídicos’ e entre *antijuricidade*, *injuricidade* *s.f.* JUR ‘m.q. *ANTI JURIDICIDADE*’, *injuridicidade* *s.f.* JUR ‘m.q. *ANTI JURIDICIDADE*’.

Com uma significação que pode fazer referência a temas sociais, os exemplos são mais numerosos: *antidivorcista*, *antifurto*, *anti-humanismo*, *anti-humano*, *antimoral*, *antinatural*, *antinupcial*, *antiparlamentarismo*, *anti-realismo* (hoje *antirrealismo*), *anti-racismo* (hoje *antirracismo*), *anti-roubo* (hoje, *antirroubo*), *anti-semitismo* (hoje, *antisemitismo*), *antiterrorismo*, *antivida*... São documentados pares como *anti-natural* ‘que se opõe ou contraria a natureza ou as suas leis; contranatural’ e *contranatural* ‘contrário à natureza ou à ordem natural; antinatural, contranaturalo (*vícios c.*)’.

1.2 O prefixo *contra-* (HOUAISS, 2001, p. 819) expressa “oposição”, desde as origens da língua e “desenvolve a sua fecundidade sobretudo a partir do Renascimento”; como prefixo negativo “é menos prolífico do que seu correspondente gr. ANT(I), podendo indicar entre outras coisas: “inversão, oposição, rivalidade”, “movimento de natureza similar em sentido contrário” “ação similar neutralizadora”. O valor do prefixo *contra-* “pressupõe a existência de uma ação anterior e, em consequência, pode ser considerado

que o prefixo (...) indica a repetição por segunda vez da ação” (VARELA; MARTÍN, 1999, p. 5020).

Entretanto a cifra de exemplos com marca JURÍDICO é relevante, pois são selecionados pelo dicionarista vocábulos relacionados com o JURÍDICO, embora também haja palavras da língua geral (*contra-acusação, contra-acusar, contra-apelo, contra-argumento, contraordem...*), “dando origem a nomes cujo semantismo se opõe ou anula o que a base denota, e que representam portanto hipónimos desta” (RIO-TORTO, 2016, p. 438).

O prefixo concorre também com bases adjetivas complexas (*políticas contracíclicas*):

implicando a realização prévia da situação denotada pela base verbal. Distingue-se assim de *anti-*, que na presente sincronia, não obstante a sua maior disponibilidade, não se combina com bases verbais. Em função do sentido das bases com que os prefixos se combinam, as palavras prefixadas podem adquirir sentidos lexicalizados, que se afastam, em graus diversos do sentido composicional (RIO-TORTO, 2016, p. 439)

No entanto, “as palavras que são mais antigas na língua revelam maior grau de lexicalização semântica” (RIO-TORTO, 2016, p. 440), lexicalização que evidenciam os exemplos marcados pelo seu uso no JURÍDICO. Não são distinguidas pormenorizadamente nesta seção outras unidades lexicais com significado caracterizador do seu uso nas Ciências Sociais.

Este prefixo acopla-se a bases nominais: *contra-argumento* ‘argumento que se opõe a outro, a fim de suprimi-lo’, *contra-aviso* ‘aviso contrário a um anteriormente dado, a fim de anulá-lo ou modificá-lo’, *contracédula* ‘célula que anula ou revoga outra’, *contracheque* ‘documento que comprova o depósito dos vencimentos de um funcionário na sua conta bancária, ou que o habilita a receber na tesouraria’, *contra-oferta* ‘nova oferta que modifica outra anterior’, *contra-réplica* ‘resposta dada a uma réplica; tréplica’, *contra-seguro* ‘m.q. RESSEGURO’, etc. E também a bases verbais: *contra-atacar* ‘rebater com argumentos ou acusações’, *contradecclarar* ‘declarar o oposto do anteriormente declarado sobre (algo

ou alguém)’, *contradizer* ‘dizer o contrário de (aquilo que foi afirmado por outrem ou por si mesmo)’, *contrafazer* ‘ser reprodutivo ou imitativo de’, *contra-informar* ‘trabalhar em contra-informação’, *contraprovar* ‘apresentar prova (‘atestado’, ‘testemunho’) em contrário (c. *acusações*)’, *contra-reformar* ‘efetuar contra-reforma de’, etc. É prolífico no domínio jurídico, para formar preferentemente substantivos e em menor grau verbos (*contracambiar*, *contraditar*, *contrafazer*); lembre-se que existem formações derivadas de verbos marcadas com uso nestas línguas especializadas (*contradição*, *contraditado*, *contraditor*, *contraditória*, *contraditório*, *contra-prestação*) conforme fica constância no correspondente verbete:

contra-arrazoado *s.m.* JUR argumentação fundamentada que contesta um arrazoado

contra-assinatura *s.f.* JUR assinatura que serve para conferir com outra da mesma pessoa a autenticidade da original

contrabando *s.m.* JUR **1** ato de importar ou exportar mercadorias proibidas **2** JUR importação clandestina de mercadorias estrangeiras sem pagar os devidos tributos **▪ de c.** ilicitamente; às ocultas <*passar uma informação de contrabando*>

contracambiar *v.* não recompensar devidamente **2** COM sacar novamente contra o sacador; <*c. um título*>

contra-cautela JUR *s.f.* caução que substitui uma medida cautelar; cautela prestada pelo autor para que o juiz lhe conceda a medida liminar

contradição *s.f.* ato ou efeito de contradizer **4** JUR falta de conformidade entre afirmações e outras anteriormente prestadas pela mesma pessoa, ou entre um e outro ato seu **5** JUR discordância nas respostas dos jurados a um dos quesitos, perante o tribunal do júri, pelo que o juiz o submete novamente à votação

contradita *s.f.* **1** contestação, impugnação, contradição **2** JUR a totalidade das alegações das partes contra testemunha, baseadas em circunstâncias que comprovem a sua suspeição ou a sua proibição legal de depor

contraditado *s.m.* **1** que se contraditou **2** JUR a que se opõe contradita (*testemunha contradita*)

contraditar v. **1** responder em contradita **3** JUR apresentar contradita contra (testemunha)

contraditor *adj. s.m.* **1** que ou aquele que contradiz ou contradita **2** JUR que ou aquele que opõe contradita em juízo ▪ **legítimo c.** JUR pessoa que, embora não tenha sido parte em uma lide, sofre as consequências da respectiva sentença transitada em julgado

contraditória *s.f.* **1** proposição contrária a outra contradita **2** JUR aquilo em que há discussão judicial; processo em julgado onde há contestação das partes

contraditório *adj.* que se contradiz **3** JUR em que há contestação das partes, em que há réplica, trêplica, impugnação **4** JUR em que há discussão judicial ▪ *s.m.* JUR **5** igualdade entre as partes, o que lhes oferece as mesmas oportunidades de apresentar provas e de contradizê-las (o princípio do contraditório)

contra-documento *s.m.* JUR documento secreto que revela a verdadeira natureza do ato a que se refere, feito anteriormente pelas partes

contra-escritura *s.f.* JUR **1** escritura para anular ato constante de outro

contra-estadia *s.f.* JUR MAR o total de dias de que um navio excede aos dias estipulados para a sua estadia no porto

contrafação *s.f.* **2** JUR falsificação de produtos, valores, assinaturas, de modo a eludir sua autenticidade **4** JUR usurpação ou violação dos direitos autorais ou da propriedade intelectual sobre obra literária ou artística

contrafazer v. **1** ser reprodutivo ou imitativo de **7** JUR fazer contrafação fraudulenta ou ilegal de; inculcar como legítimo

contrafé *s.f.* JUR cópia autêntica de citação ou intimação judicial, cumprida por oficial de justiça, e entregue à pessoa citada ou intimada; contrafeição

contrafirma *s.f.* JUR ratificação do ministro do estado para os atos do presidente da República, em certos regimes constitucionais

contramandado *s.m.* **1** m.q. CONTRA-ORDEM **2** JUR mandado judicial que torna sem efeito mandado anterior, equivalendo a despacho judicial que ordena que se recolha em mandado aos outros

contramestre *s.m.* **1** profissional qualificado que dirige operários **2** JUR. pessoa que substitui o capitão no comando de um navio

contraminuta *s.f.* JUR escrito com razões oferecidas pela parte contra quem se interpôs agravo

contra-ordem *s.f.* ordem (determinação) que se opõe a ou revoga outra; contramandado ▪ **c. de pagamento** COM JUR ordem dada ao banco pelo sacador do cheque para que não o pague

contrapeso *s.m.* 5 COM porção menor de uma mercadoria vendida a peso, que o vendedor acrescenta para compensar o peso pedido

contra-prestação *s.f.* JUR cumprimento de obrigações que, nos contratos bilaterais, uma parte executa em correspondência às de outra

contra-processo *s.m.* JUR processo puramente formal, que impede chegar a uma solução justa

contra-prova *s.f.* 1 JUR impugnação jurídica de um libelo 2 JUR segunda experiência que tem o objetivo de verificar a exatidão da primeira 3 JUR prova destinada a contrariar uma outra

contra-razão *s.f.* JUR razão que impugna as que foram oferecidas pela outra parte

2. A expressão prefixal de contrariedade: derivados em *a(n)*, *des-* e *in-*

Os prefixos representantes mais prototípicos são os prefixos *in-/im-/i-* (de negação) e *des-*. “os tipos de bases com que combinam são bases adjetivais, verbais e nominais”, “a facilidade com que bases verbais e adjetivais são prefixadas com *a-*, *des-*, *in-* tem relação com a capacidade de os verbos denotarem situações (ações, processos) que podem ser revertidas (...) e de os adjetivos remeterem para propriedades que podem ser negadas” (RIO-TORTO, 2016, p. 427, 428). Deve ser salientado que o prefixo “*des-* está mais representado na formação de verbos e o prefixo *in-* na formação de adjetivos” (RIO-TORTO, 2016, p. 428). Este prefixo além de expressar contrariedade também pode expressar privação.

2.1 O prefixo *a(n)-* é um prefixo negativo procedente do grego, “mas já generalizado para rad. outros, como em *amoral*, do lat. o que permite a tríplice oposição *moral*, *imoral* e *amoral* (...) sua ocorrência é rica no vocabulário

culto moderno”, “(...) antes de vogal que não seja historicamente precedida de uma consoante, assume a f. *an-*“ (HOUAISS, 2001, p. 198).

Para RIO-TORTO (2016, p. 430-431) “veicula uma informação de ‘privação de x’ (...) que, no caso de alguns adjetivos se manifesta sob a forma de ‘não x’ (...) A inexistência de verbos prefixados em *a(n-)* deve-se ao facto de o sentido de ‘privação de x’ ser semanticamente compatível com o evento denotado pelo verbo”.

O significado pode ser sintetizado com a ideia de expressar uma negação neutral complementária, e concorre com o prefixo *i-* (*alógico / ilógico*). Muitas formações com este prefixo procedem diretamente do grego ou do latim e está presente em muitos exemplos da Biologia, da Física e da terminologia médica moderna. Parece não ser prolífico nomeadamente no Direito ou na Economia, como acaba de ser refletido no caso do prefixo *contra-*. No entanto, o prefixo *a(n-)* parece ser pouco prolífico nomeadamente no jurídico, não obstante pode ser visto na língua geral e nas Ciências Sociais com bastantes vocábulos procedentes do grego: *anarquia*, de onde derivam *anarquismo*, *anarquista*, *anarquístico*, o composto *anarcossindicalismo*, e também *acanáónico*, *acatólico*, *anisofilia*, *anissogamia*, *anarmônico*...

2.2 O prefixo *des-* é um prefixo de formação vernácula, extremamente prolífico; no que diz respeito à origem há duas sugestões e exprime sobretudo oposição, negação ou falta de. No nosso exemplário restringido ao Direito ou à Economia expressa sobretudo “oposição”, “negação” e “falta de”, porém na língua geral e vocábulos sem marca de especialidade podem ser registados outros sentidos ou significações:

Sobre o qual comenta J.P. Machado: “De indubitável origem latina, não se esclareceu ainda definitivamente de que palavra ou locução; há duas sugestões: *dis-*, para uns; *de ex* para outros (...); exprime sobretudo: **1**) oposição, negação ou falta (...); **2**) separação, afastamento (...); **3**) aumento, reforço, intensidade (...) (HOUAISS, 2001, p. 947)

RIO-TORTO (2016, p. 431-432) realça que “parece ter origem no prefixo latino *dis-*, que especificava ‘separação, cessação (...) apresenta-se na

variedade *di-* (...). Associado a bases verbais, tem valor reversativo (...) e/ou extrativo (...) e/ou negativo (...); associado a bases adjetivais tem valor negativo (...) e a bases nominais tem sentido de privação (...).”

A alta frequência de aparição em verbos, com exemplos de uso no jurídico na língua geral, aconselha que não sejam mencionados muitos exemplos que no verbete do dicionário incorporam dados do seu uso no Direito ou na Economia, por exemplo:

desacatar ‘não guardar o respeito devido a (*d. a autoridade*); *desacoimar* ‘livrar de coíma; absolver (alguém) de uma pena, multa ou castigo; escoimar (*o juiz desacoimou o acusado*); *desacordar* ‘pôr-se em desacordo, em divergência <*a herança desacordava os irmãos*>; *desadministrar* ‘administrar de modo incompetente, ineficiente’; *desafamar* ‘manchar ou destruir a boa fama; difamar’; *desanistiar* ‘m.q. DENASTIAR’; *desaprovar* ‘não aprovar, julgar desfavoravelmente’; *desarrazoar* ‘demonstrar falta de sensatez, do uso da razão na fala ou no procedimento <*o júri desarrazoou, ao acusá-la*>’; *descontratar* ‘tornar sem efeito (o que foi contratado); anular (um negócio, um contrato)’; *desinjuriar* ‘obter reparação da injúria’; *desinterditar* ‘encerrar um estado de interdição’; *deslegitimar* ‘subtrair a condição de legítimo a; anular a legitimação ou autoridade’; *desnacionalizar* ‘fazer perder ou perder o caráter, a feição nacional’, etc.

Além do mais, aparecem unidades lexicais com o prefixo *des-*, formações derivadas do verbo, como fica patente na definição lexicográfica com marca JUR. Muitos destes verbos são o resultado de um processo de formação por *cicunfixação*, um processo consistente em criar palavras “através de um afixo descontínuo que se anexa à esquerda e à direita da base em simultâneo” (RIO-TORTO, 2016, p. 106); estas unidades lexicais são os verbos parassintéticos, verbos denominais e deadjetivais (HENRÍQUEZ, 2022, p. 22-43), como *desagravar*, *desamoedar*, *desapossar*, *desapropriar*, *desaquilhoar...*, a partir dos quais podem ser formadas séries derivativas, que serão incluídas noutra seção. A nómima de verbos prefixados com *des-* marcados com uso no Direito ou na Economia é relevante:

desajustar v. romper o que se havia acertado ou combinado, desfazer o ajuste de (contrato, acordo etc.)

desamoedar v. ECON m.q. DESMONETIZAR

desamortizar v. JUR sujeitar ao regime de direito comum *os bens de mão-morta*

desapossar v. **1** privar(-se) da posse do domínio de **1.1** JUR tirar a posse de (alguém), por violência ou clandestinidade; esbulhar **1.2** JUR tirar a posse de (alguém) por ordem judicial

desapropriar v. **1** privar da posse de (propriedade etc.) **3** JUR tornar (propriedade particular) em bem público

desaquilhoar v. **1** deixar de conceder (algo) a (alguém) **2** JUR privar de quinhão, não contemplando o indivíduo em testamento

desarrestar v. JUR levantar o arresto desapossar **1** privar(-se) da posse do domínio de **1.1** JUR tirar a posse de (alguém), por violência ou clandestinidade; esbulhar **1.2** JUR tirar a posse de (alguém) por ordem judicial

desbloquear v. **1** levantar o bloqueio de **4** COM permitir (operações financeiras), que por qualquer razão, encontram-se suspensas; liberar <d. um crédito> <d. uma conta bancária>

descapitalizar v. ECON gastar ou perder, em parte ou inteiramente, o capital ou aquilo considerado como bem de valor pertencente a outrem ou a si mesmo

descartelizar v. ECON dissolver legalmente um cartel [‘acordo’]

descentralizar v. **1** separar ou dissociar do centro os elementos que neste lugar se encontram **3** POL.ADM instaurar, estabelecer a descentralização política, financeira etc. em <d. a empresa> <para um bom governo, é preciso d.>

desconstitucionalizar v. JUR tornar desconstitucional

desconstituir v. **1** tirar poderes outorgados a **2** JUR desfazer (relação jurídica)

descriminalizar v. DIR.PEN isentar de culpa; tornar evidente a ausência de crime ou contravenção; absolver, descriminar

descumprir v. **1** deixar de cumprir; transgredir **1.1** JUR m.q. INADIMPLIR

desembargar v. **1** livrar (alguém ou algo) de (impedimento, obstáculo **2** JUR suspender o embargo de; levantar (ônus ou encargo que, decorrente de medida judicial, pesa sobre bem ou direito) (*d. um bem móvel dado em penhora*) **3** JUR pôr despacho ('decisão') em; sentenciar

desempenhar v. **1** JUR resgatar (o que se havia penhorado) <(d. uma jóia) <d. uma propriedade hipotecada)>

desequilibrar v. fazer perder ou perder o equilíbrio

deserdar v. **1** JUR privar da herança a que se tinha direito ou que se esperava receber

desgravar v. **1** apagar a gravação de, desfazer (o que está registrado em disco, fita etc.) **2** JUR livrar de gravame; desobrigar, desonerar

desinflacionar v. ECON promover a desinflação em

desinibir v. **1** desembaraçar(-se), livrar(-se) do que inibe **3** JUR cassar a inibitória

desintervir v. JUR encerrar intervenção em empresa, administração pública etc.

desipotocar v. JUR cancelar ou pagar hipoteca de

desmoedar v. ECON m.q. DESMONETIZAR

desmonetizar v. ECON diminuir, reduzir, retirar (dinheiro) da base monetária e fiduciária circulante; desamoedar, demoedar, desmonetizar

desobedecer v. não obedecer, recusando-se a acatar ordens ou o que foi estabelecido em forma de leis, preceitos etc. <d. às regras>

desobrigar v. **1** livrar(-se), isentar-se de obrigações, dever ou compromisso **2** JUR liberar de obrigação (cumprimento de contrato, pagamento de dívida etc.)

despronunciar v. JUR tornar nula ou ineficaz a pronúncia (JUR) de (réu já sentenciado)

desqualificar v. **1** fazer perder as boas qualidades a **5** JUR retirar (do crime) as circunstâncias qualificadoras

desquitar v. separar(-se) [um cônjuge de outro] por meio de desquite (JUR) <o juiz desquitou-os>

desregulamentar v. **1** suprimir o regulamento ou a regulamentação de **1.3** ECON reduzir (o Estado) sua participação na economia e nos mercados

desregular v. 1 fazer deixar ou deixar de estar regulado, de estar ajustado
2 ECON m.q. desregularizar

destrinçar v. 1 separar os fios ou fibras 4 JUR dividir (foro ou logradouro)
por meio da da destrinça

desvaecer v. m.q. DESVANER, perder força JUR tornar-se inútil,
ineficaz

desvalorar v. m.q. DESVALORIZAR

desvalorar v. 1 fazer perder ou perder o valor; depreciar(-se) 2 ECON
promover desvalorização de (moeda)

desvalorizar v. 1 fazer perder ou perder o valor, depreciar(-se) 2 ECON
promover a desvalorização de moeda

O conjunto de substantivos ou adjetivos prefixados com *des-* é menos extenso do que no caso dos derivados verbais, nalguns vocábulos são substantivos derivados de verbos não marcados, e são definidos pela paráfrase “ato ou efeito de V”. Abundam os *nomina actionis* (RAINER, 1993, p. 434-437) com os sufixos *-ção* e *-mento*, cuja definição lexicográfica pode ser expressada pela paráfrase “ato ou efeito de V” e adjetivos ou substantivos deverbais cuja definição lexicográfica pode ser exprimida pela paráfrase “que ou quem V”. O sufixo *-ção* é “o sufixo formador de nomes de evento com maior produtividade atual” (RIO-TORTO, 2016, p. 179) e o sufixo *-mento* “é, a seguir a *-ção*, o que tem maior produtividade na atual sincronia” (RIO-TORTO, 2016, p. 181). No que diz respeito ao sufixo *-dor* nos nomes derivados “anexa-se a bases verbais eruditas e não eruditas(...) as mais representadas são as indicadoras de desempenho” (RIO-TORTO, 2016, p. 207), existem no nosso repertório pares corradicais como *desapropriador* e *desapropriante*. Sobre o sufixo *-dor(a)* em adjetivos deverbais “apresenta semantismos diferenciados dos que são veiculados por *-dor* (...). Além da simples mudança masculino/feminino evidenciado em relação a agentes animados (...), a forma *-dor* cumpre outras funções, nomeadamente de caráter semântico” (RIO-TORTO, 2016, p. 263)

desaforado *adj. s.m.* **1** que ou quem ofende pela falta de respeito, pela insolência **2** JUR livre ou isento de pagamento de foro (pensão).

deságio *s.m.* **1** ECON depreciação do valor nominal de um título ou do preço de uma mercadoria em relação ao valor do seu valor de mercado **2** ECON depreciação do papel-moeda em relação ao ouro **3** JUR desvalorização ou depreciação da moeda

desagravo *s.m.* ato ou efeito de desagrar(-se) **1** reparação de afronta, de injúria **2** JUR reparação de uma ofensa ou dano moral por meio de retratação ou separação civil **3** JUR emendar de agravo concedido por sentença

desajuste *s.m.* ato ou efeito de desajustar(-se) **1** rompimento de um ajuste, pacto etc.

desapossamento *s.m.* ato ou efeito de desapossar(-se), perda de posse **2** JUR privação da posse de alguém, por meios ilícitos **2.1** JUR privação do domínio ou posse de coisa ou de direito, por força de sentença ou mandado judicial

desapropriação *s.f.* **1** ato ou efeito de desapropriar(-se); desapropriamento **2** JUR cessão ao domínio público, compulsória e mediante justa indenização, de propriedade pertencente a um particular

desapropriado *adj. s.m.* **1** que ou quem foi desapropriado **2** JUR diz-se de ou proprietário do bem desapropriado **2.1** JUR diz-se de ou réu na ação de desapropriação

desapropriador *adj. s.m.* **1** que ou quem desapropria **2** JUR m.q. DESAPROPRIANTE

desconstitucional *adj.* JUR que contraria preceitos constitucionais

descontário *adj. s.m.* JUR diz-se de ou aquele que, sendo legítimo portador de um título cambial, faz o desconto deste endossando-o ao descontador; descontatário

desembargo *s.m.* **1** ação ou efeito de desembargar **2** JUR despacho concludente de litígio; sentença **3** JUR levantamento ou suspensão de embargo **5** JUR ant. Magistratura de desembargadores

desemprego *s.m.* **1** falta de emprego **2** ECON ociosidade involuntária daqueles que estão dispostos a trabalhar e não encontram quem os empregue ■ **d. disfarçado** ECON tipo de emprego exercido por trabalhadores não registrados que aceitam trabalhar por salários inferiores às taxas de pago normais □ **d. estrutural** ECON aquele que diz respeito

aos trabalhadores não qualificados para um mercado de trabalho que, devido a transformações na tecnologia da produção e a mudanças no padrão de consumo, está dirigido para a mão de obra especializada

desencargo *s.m.* **1** ato de desencargar(-se) de um encargo, descargo, desoneração **2** JUR cumprimento de um encargo

desequilíbrio *s.m.* ato ou efeito de desequilibrar(-se) **4** ECON falta de proporção entre receita e despesa, *deficit*

desforço *s.m.* ato ou efeito de desforçar(-se) [de violência, injúria etc.] **2** JUR medida que visa conservar ou integrar alguém na posse de bem que se lhe tirou de forma justa e violenta • **d. imediato** JUR recuperação ou manutenção imediata pela força do que é de direito

desintervenção *s.f.* JUR finalização de intervenção em uma empresa, estado, administração etc., ao se atingir os objetivos colimados

desistência *s.f.* ação ou efeito de desistir **2** JUR renúncia a direito de que é titular **2.1** JUR renúncia do recorrente com relação a prosseguimento de recurso interposto **2.3** JUR liberação de dívida em favor do devedor

desobediência *s.f.* ausência de obediência ▪ **d. civil** POL SOC desobediência a disposições governamentais (p. ex. um contrato) ou resistência a normas civis estatuídas, em geral coletiva e por meios não violentos com o objetivo de forçar concessões do poder político

desobrigação *s.f.* **1** ato ou efeito de desobrigar(-se) **1.2** JUR liberação de uma obrigação (p. ex. um contrato) por já tê-lo cumprido ou por ter sido dispensado de seu cumprimento **1.2.1** JUR quitação de dívida(s), esp. daquelas referentes a hipotecas, penhores etc.

desprendimento *s.m.* **1** ato ou efeito de desprender(-se) ▪ **d. de posse** JUR m.q. CONSTITUTO-POSSESSÓRIO

despronúncia *s.f.* JUR **1** ato ou efeito de despronunciar **2** sentença por meio da qual um juiz em segunda instância, manifesta sua decisão de tornar nula a pronúncia do réu, por julgá-la improcedente

desqualificação *s.f.* ato ou efeito de desqualificar(-se) ▪ **d. do crime** JUR m.q. DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME

desquite *s.m.* ato ou efeito de desquitar(-se) **1** JUR ato jurídico pelo qual se dissolve a sociedade conjugal, com separação de corpos e bens dos cônjuges, sem quebra do vínculo do vínculo matrimonial cf. *separação judicial* ▪ **d.amigável** JUR aquele que se verifica por vontade dos

cônjuges, mutuamente manifestado perante o juiz, que o homologa; desquite por mútuo consentimento • **desquite judicial** ou **litigioso** JUR aquele que é proposto contenciosamente, por um dos *cônjuges*, por meio de ação ordinária, desde que haja fundamento legal para o pedido • **d. por mútuo consentimento** JUR m.q. DESQUITE AMIGÁVEL

desregulação *s.f.* ato ou efeito de desregular(-se) • **2** ECON m.q. DESREGULAMENTAÇÃO

desregulamentação *s.f.* ato ou efeito de desregular • **1.3** ECON redução da participação, direta ou indireta, do Estado na economia e nos mercados

destrinça *s.f.* 1 ato ou efeito de destrinçar **4** JUR repartição do foro total ou de logradouro pelos enfiteutas, na proporção dos prédios que cada um possui

desvalorização *s.f.* 1 apreciação desfavorável do valor de um objeto; depreciação **2** ECON baixa oficial do valor real da unidade monetária de um país em relação a moedas estrangeiras **3** ECON quebra do padrão monetário, pela redução legal do peso do ouro ou de outro metal em que se baseia a unidade monetária ▪ **d. de cunhagem** ECON depreciação do valor de uma moeda mediante a redução de seu conteúdo de metal precioso, de seu peso ou de ambas coisas

2.3 O prefixo *in-* com origem no latim com os significados de “privação” e “negação” apresenta fecundidade em adjetivos, marcados com uso no Direito ou na Economia, contudo é menos fecundo em verbos:

do pref. lat. *in-* ‘privação, negação’ – tb. sob as f. var *il-, im-, ir-* (...); é cultismo que começa a ser empregado na língua do sXIV em diante, prosperando em fecundidade até os dias de hoje, conformando-se aos padrões lat. originais, como pref. em adjetivos, em participios passados e/ou supinos, em substantivos, em advérbios e em der. de tais pal. assim formadas; são raras as ocorrências populares ou popularizadas antigas (...); são incorporadas ao léxico port. alguns latinismos com apofonia (...) e outras com f. arcaicas latinas (...); tais constelações morfossemânticas não presumem, desde o lat. que todos os elos tenham de existir necessariamente, assim ocorre tb. em port. que pode registrar *ir-* (...); importa, por fim, considerar que o pref. DES-, de orig. popular, é o negativo popular (...) (HOUAISS, 2001, p. 1588)

Para RIO-TORTO (2016, p. 434-436) este prefixo denota negação e privação/ausência, acopla-se preferencialmente a bases adjetivas e nominais:

e de salientar que *in-* se pode combinar com bases já prefixadas em *des-*, não sendo a situação inversa (...) aceite pela forma culta nas formas populares (...) o prefixo tem valor intensivo (...) as bases adjetivas prefixáveis em *in-* denotam propriedades de indivíduo ou marcadas pela atelidade (...) não é compatível com adjetivos que denotam estados e que denotam propriedades (e/ou a sua pose) relacionadas com matérias, substâncias, com coisas ou propriedades inertes (...)

A cifra da palavras prefixadas é notável. Muitas unidades lexicais prefixada usadas no Direito ou na Economia já fazem parte do léxico geral, por esta razão não aparecem marcadas no correspondente verbete. Além do mais, alguns vocábulos são formações derivadas: p. ex. *ilegalidade* ‘caráter daquilo que é contrário às disposições da lei’; *ilegalizar* ‘tornar ou declarar ilegal’; *ilegitimidade* ‘qualidade de ilegítimo’, 2 JUR ‘falta de qualidades necessárias para que algo seja judicialmente válido’; *inapelável* ‘de que não se pode apelar, contra o que não há apelação ou recurso’, etc. Outro dado importante é que, conforme com os postulados do dicionário HOUAISS ou o DACL (2001), como será exemplificado na seção correspondente, embora em sincronia exista a possibilidade de segmentar em prefixo+ base, o nosso critério é considerar tais derivados como herdados do latim, segundo consta na Etimologia assinalada no Dicionário e pode ser verificado entre outra bibliografia no MACHADO (1977).

2.3.1 Entre os latinismos, todos marcados com uso no Direito ou na Economia, apenas são selecionados neste lugar alguns exemplos:

ilícito *adj.* 1 condenado pela lei e/ou pela moral; proibido, ilegal 2 *s.m.* qualidade do que não é legal ou moralmente aceitável □ **i. civil** JUR delito civil • **i. penal** JUR m.q. CRIME

imóvel *s.m.* 1 que não se move 3 DIR.CIV que não pode ser transportado sem sofrer danos, com conseqüente perda das suas características essenciais (diz-se de bem feito); fixo 6 CONT bem de raiz; propriedade imobiliária □ **i. por ação do homem** JUR m.q. IMÓVEL POR ACESSÃO

FÍSICA ARTIFICIAL OU HUMANA • **i. por acessão física artificial ou humana** JUR qualquer edificação feita no solo, pela vontade e engenho do homem • **i. por acessão intelectual** JUR o que se anexa a um móvel principal para comodidade, embelezamento etc. • **i. por destino** JUR m.q. **IMÓVEL POR ACESSÃO INTELECTUAL** • **i. por determinação legal** JUR prédio rural ou urbano e tb. valor que, sem ser imóvel por natureza, é assim declarado legalmente • **imóvel por destino** JUR m.q. **IMÓVEL POR ACESSÃO INTELECTUAL** • **i. por determinação legal** JUR prédio rural ou urbano e tb. valor que, sem ser imóvel por natureza, é assim declarado legalmente

imposto *adj.* 1 que se impôs ▪ *s.m.* 5 JUR contribuição monetária devida por certas pessoa físicas ou jurídicas ao Estado, tendo fato gerador específico e servindo para a manutenção de suas atividades; tributo, ônus
inadimplir *v.* JUR deixar de cumprir (contrato condição de contrato, prestação) nos termos e prazo convencionados; descumprir

imunidade *s.f.* 1 JUR conjunto de privilégios, vantagens ou isenções de ônus ou encargos concedidos a certas pessoas em função de cargo ou função exercida 4 JUR privilégio, regalia outorgada a alguém em virtude do cargo ou função que exerce (<*i. parlamentar*>) • **i. diplomática** DIPL. DIR. INT. PÚB conjunto de vantagens de que gozam os agentes diplomáticos no país em que desempenham suas funções • **i. parlamentar** DIR. CONST 1 conjunto de prerrogativas de inviolabilidade pessoal do parlamentar • **i. tributária** DIR. TRIB privilégio concedido por lei a certas instituições para que delas não sejam cobrados impostos de nenhuma espécie

inábil *adj.* que não é hábil 3 JUR a que faltam as qualidades exigidas para produzir certos efeitos jurídicos (diz-se de ato)

indignidade *s.f.* 1 ausência de dignidade 6 JUR qualidade imposta a herdeiro legítimo que consiste em excluí-lo da herança quando comprovadamente tenha praticado atos ofensivos ou faltas graves contra o *de cuius* durante sua vida após a sua morte

indisciplina *s.f.* 1 falta de disciplina, desobediência, insubordinação, rebeldia 1.1 JUR violação de regras ou ordens impostas pelo empregador ou por seus prepostos, podendo ser justificativa para a demissão do trabalhador por justa causa; insubordinação

inépcia *s.f.* **1** falta de inteligência, estupidez, imbecilidade **4 JUR** característica da petição inicial, denúncia ou queixa que, por não atender às exigências legais ou por ser contraditória, é rejeitada pelo juiz, não produzindo os efeitos previstos

inepto *adj.* **1** que denota falta de inteligência **3 JUR** que não produz efeitos jurídicos por não atender às exigências legais (diz-se de petição inicial, denúncia ou aquele a quem falta inteligência; idiota, imbecil

infirmar *v.* enfraquecer, tirar a força, a autoridade, a eficácia de (<*i. argumentos de outrem*>) **1.1 JUR** retirar a força de (um ato jurídico) ou declará(-lo) nulo ou inválido (<*i. um contrato*>)

inobservância *s.f.* **1** falta de observância **2 JUR** falta de cumprimento do que é legalmente previsto; desrespeito à lei

inocente *adj.* **1** que não faz mal **8 DIR. CIV DIR. PEN** que ou aquele que não cometeu ato ilícito penal ou civil, apesar de existirem contra si acusações; que ou aquele que não tem culpa

insanável *adj.* **1** que não pode ser sanado **4 JUR** que apresenta falha ou defeito determinante de nulidade (diz-se de ato) **5 p. ext JUR** que impede ou impossibilita a prática de determinado ato de natureza processual ou de defesa de direito próprio (diz-se de obstáculo)

inviolável *adj.* **1** que não se pode violar ou que não se deve violar **2 JUR** que tem sua inviolabilidade assegurada pela Constituição < o do domicílio e a correspondente sanção >

irretratável *adj.* não retratável **2 JUR** que não é passível de ser anulado, revogado ou alterado por ato posterior (diz-se de ato ou negócio jurídico)

2.3.2 Adjetivos prefixados

inab-rogável *adj.* JUR impossível de revogar ou abolir por completo (diz-se de lei)

inamovível *adj.* **1** que não pode ser movido de um lugar para outro **2 JUR** que só nos casos previstos em lei pode ser removido (diz-se esp. de magistrado ou membro do ministério público); cujo cargo ou posição é permanente

incapaz *adj.* que não é capaz **4 JUR** diz-se de aquele que não tem capacidade legal, que é privado de certos direitos ou excluído de certas funções por força de lei

incomutável *adj.* **1** que não é comutável, que não se pode mudar permutar ou substituir **1.2** JUR que não pode trocar de proprietário **1.3** JUR que não se pode desapossar

inconstitucional *adj.* **1.1** DIR. CONST conflito ou inadequação de lei, de ato normativo ou jurídico às normas da constituição □ **i. por omissão** DIR. CONST omissão do poder legislativo que, ao não editar lei complementar, impossibilita a aplicação dos preceitos constitucionais

indesejável *adj.* **1** não desejável que não se pode ou não se deve desejar **2.1** JUR que ou quem se mostra passível de pena de expulsão do país em que vive ou em que se encontra (diz-se de estrangeiro)

indigno *adj.* **1** não merecedor, não digno de □ *adj.* **s.m.9** JUR que ou aquele que é afetado por indignidade

inidôneo *adj.* não idôneo **1** que não é adequado, que não convém **1.1** JUR impróprio, ineficaz <*processo i.*>

inocupado *adj.* **1** não ocupado **2** DIR. INT PÚB ainda não ocupado por força ou enviados de algum Estado (diz-se do território)

inoficioso *adj.* **1** não oficioso **2** JUR que se pratica em detrimento de outrem, privando-o do que lhe caberia naturalmente; que se faz contra as leis <*dote i.*> (*testamento i.*>

irrecorrível *adj.* **1** que não se pode recorrer **1.1** JUR de que não cabe mais recurso ou apelação (diz-se de decisão judicial); inapelável

insubmisso *adj. s.m.* **1** que ou aquele que não se submete, não se sujeita **2** DIR. PEN. MIL diz-se de ou aquele que pratica o crime de insubmissão

2.3.3 Verbos prefixados

imobilizar *v.* **1** tornar(-se) imóvel **7** JUR dar ficticiamente a (bem móvel) a qualidade de imóvel

impronunciar *v.* JUR julgar impropriedade denúncia ou queixa contra (o acusado) por insuficiência de provas <*o juiz impronunciou o réu e ordenou que fosse solto*>

indeferir *v.* não diferir, não atender, desatender **2** JUR dar despacho contrário a, emitir decisão rejeitando (pedido, requerimento etc.) <*o juiz indeferiu a petição do advogado de defesa*>

2.3.4. Substantivos derivados de bases adjetivas

Podem ser vistos muitos derivados de bases adjetivas e nominais sendo estas deverbais (*inobservância*) ou deadjetivais (*incapacidade, incompatibilidade, etc.*) definidos com a paráfrase lexicográfica “qualidade ou caráter de A”. Parece ser muito prolífico na terminologia jurídica e no Direito, como pode ser verificado nos exemplos recolhidos a seguir, nos adjetivos sufixados em *-vel* ou em *-al* predominam as bases eruditas (*incompatível, incomunicável, inconstitucional, inculpável, inviolável...*) todavia são evidentes exemplos contrários a este postulado, nos quais o prefixo denota privação/ausência (*incompetência* ‘falta de N’, *invalidade* ‘ausência de N’):

inatividade *s.f.* 1 qualidade ou caráter de inativo 4 DIR ADM situação do funcionário público que, por disposição legal ou decisão da Administração Pública, ou mesmo por motivo de aposentadoria, se encontra afastado de suas funções

incapacidade *s.f.* 1 qualidade de incapaz 2 DIR. CIV situação jurídica daqueles a quem a lei nega aptidão para realizar, por si sós atos da vida civil
▪ **i. absoluta** JUR o que caracteriza a impossibilidade da prática de qualquer ato jurídico, civil, comercial ou processual, a não ser por representação legal • **i. relativa** JUR é aquela que não impede a prática de certos atos jurídicos, civis, comerciais ou processuais, desde que permitido por lei ou autorizado pelos responsáveis legais, como pais, tutores ou curadores

incompatibilidade *s.f.* 1 qualidade, propriedade ou estado de incompatível; falta de compatibilidade 1.1. DIR. CONST impossibilidade legal de alguém de ocupar dois ou mais cargos ou funções públicos, seja pela natureza das atividades seja pela coincidência de horários, cf. *impedimento do exercício da advocacia*

incompetência *s.f.* 1 falta de competência 1.2 JUR impedimento legal que veta ao juiz os conhecimentos de certos litígios judiciais que fogem das suas atribuições

incomunicabilidade *s.f.* 1 qualidade, estado ou condição de quem ou daquilo que está ou é incomunicável 1.1 DIR. CIV qualidade dos bens que, por disposição legal ou por ato de vontade, não integram a comunhão de património 1.2 DIR. PEN DIR. PRC situação do preso que, por decisão

da autoridade competente, está proibido de se comunicar com outrem, pessoalmente ou pelos meios de comunicação

inconstitucionalidade *s.f.* **1** qualidade, caráter ou condição do que é inconstitucional **1.1** DIR. CONST conflito ou inadequação de lei, de ato normativo ou jurídico às normas da constituição ('conjunto das leis de um país') ▪ **i. por omissão** DIR. CONST omissão do poder legislativo que, ao não editar lei complementar, impossibilita a aplicação dos preceitos constitucionais

inculpabilidade *s.f.* **1** qualidade, caráter ou estado do que é inculpável **1.1**. DIR. PEN característica daquele a quem, pela sua ausência de indícios incriminatórios, não se pode acusar da prática de um delito

ingratidão *s.f.* **1** qualidade ou ação de quem é ingrato **3** DIR. CIV falta de gratidão por um benefício recebido de outrem, o que serve de justificativa para a revogação de doação nos casos previstos por lei

injuricidade *s.f.* JUR m.q. ANTIJURIDICIDADE

injuridicidade *s.f.* JUR m.q. ANTIJURIDICIDADE

insolvência *s.f.* **1** condição do que é insolvente **2** DIR. CIV estado do devedor que não é comerciante e se encontra sem recursos, financeiros ou patrimoniais; para saldar as obrigações contraídas; indimplência

insubmissão *s.f.* **1** característica do que é insubmisso; falta de submissão **3** DIR. PEN. MIL crime militar praticado por aquele que não se apresenta à incorporação quando convocado para a prestação do serviço militar

insubordinação *s.f.* **1** característica do que é insubordinado; falta de subordinação **3** JUR m.q. INDISCIPLINA **4** DIR. PEN. MIL crime militar que consiste em recusar-se a obedecer ordem de superior hierárquico ou dever imposto por norma ou regimento

invalidade *s.f.* **1** ausência, falta de validade; nulidade; **2** JUR característica do ato jurídico que, por não preencher as exigências legais, não tem sua existência reconhecida, e em razão disso não produz quaisquer efeitos legais

inviolabilidade *s.f.* **1** qualidade ou caráter do que é inviolável **2** JUR privilégio ou prerrogativa que torna certas pessoas (parlamentares, agentes diplomáticos estrangeiros), certos domínios ou documentos referentes a qualquer pessoa (domicílio, correspondência, segredos), ou certos lugares (repartições públicas) inacessíveis, salvo em circunstâncias explícitas pela lei, a ação da justiça **2.1** DIR. CONST prerrogativa dos membros do Congresso Nacional de não serem processados criminalmente pela

justiça do país em que se encontrem; imunidade parlamentar □ **i. de liberdade religiosa** DIR. CONST DIR. PEN garantia constitucional de respeito à liberdade de consciência, culto a prática religiosa constituindo infração a sua violação DIPL. DIR. INT. PÚB garantia dada aos agentes diplomáticos estrangeiros de não poderem ser processados criminalmente pela justiça do país em que se encontrem; imunidade diplomática • **i. de correspondência** DIR. CONST DIR. PEN princípio e garantia constitucional que garantem o sigilo da correspondência, constituindo crime sua violação • **i. de domicílio** DIR. CONST DIR. PEN garantia constitucional que considera o domicílio como asilo inviolável do cidadão proibindo que nele se entre ou permaneça sem a autorização do morador, salvo em caso de desastre, para prestação do socorro em flagrante delito ou por determinação judicial

irredutibilidade *s.f.* qualidade, caráter ou condição do que é irredutível 2 ▪ **i. de salário** DIR. CONST princípio constitucional que proíbe a redução de qualquer remuneração de natureza salarial, salvo se for estipulado o contrário em convenção ou acordo coletivo

irresponsabilidade *s.f.* 1 qualidade do que é irresponsável; falta de responsabilidade 2 JUR qualidade daquele a quem não se pode atribuir responsabilidade pela prática de ilícito penal ou civil

irretratabilidade *s.f.* 1 qualidade do que é irretratável 2 JUR característica dos atos jurídicos que, por imposição legal ou acordo entre as partes, não podem ser revogados ou desfeitos

irretroatividade *s.f.* 1 qualidade do que não tem efeito sobre o passado, do que é irretroativo 2 JUR princípio geral do direito segundo o qual uma lei nova jamais deve ser aplicada aos atos jurídicos já realizados, às decisões judiciais já proferidas ou aos direitos já adquiridos

Conclusão

Mais uma vez confirmamos o que já apontáramos no livro (HENRÍQUEZ; DE PAULA, 1998, p. 177-186), em relação com as línguas especializadas, era mais preciso denominar “línguas especializadas às do Direito e da Economia”, porque são línguas plenamente “português”, embora sejam ao mesmo tempo instrumento transmissor de saberes e de práticas profissionais. No entanto estas línguas não aparecem como conjuntos

homogêneos e por este motivo são achados exemplos ou textos com diferente grau de especialização, que cobrem as constelações comunicativas entre especialistas do mesmo campo, da comunicação entre campos diferentes, mas afins, e da comunicação entre os especialistas e os leigos.

É patente a coincidência nos princípios teóricos para a língua espanhola e para a língua portuguesa no que diz respeito à Morfologia derivacional dos prefixos negativos para a expressão de oposição, de contrariedade e de privação. O dicionário geral monolíngue (HOUAISS, 2001) , na nossa opinião, é a obra lexicográfica mais extensa e oferece informação de caráter teórico (e mesmo histórico), motivo que possibilita que seja considerado como um dos dicionários mais “perfeitos” das línguas românicas. A cifra de unidades lexicais selecionadas exige reduzir a sua exemplificação em estudos como o presente.

Sobre o prefixo *des-*, SERRANO (1995, p. 127-128) já considerava que as formações que apresentam o prefixo *des-* oferecem na língua espanhola uma grande variedade de possibilidades significativas tanto em verbos parassintéticos como de verbos prefixados sobre bases verbais preexistentes. Punha de relevo os dois valores de privativo e reversativo e acrescentava que a identificação de estruturas parassintéticas ou de estruturas prefixadas na análise dos verbos com prefixo *des-* está dificultada por dois aspetos: existem verbos que transparentam na sua estrutura como possíveis componentes de base, tanto um verbo como um nome, mas há verbos com prefixo *des-* que não expressam nem valores privativos nem valores reversativos.

Da seleção realizada, pode ser apontado que a formação mais produtiva seja a que indica a anulação da condição implícita do verbo base resultativo (*descentralizar* ‘separar do centro’), outro valor importante é o ‘privativo’ que pode ser parafraseado por ‘tirar x’ (*desarrestar* ‘tirar a posse de’, *desriminalizar* ‘tirar a culpa’, ‘isentar de culpa’), como último significado está o ‘negativo’, que nega a ação do verbo base e pode ser criado um antônimo (*descumprir* ‘não cumprir’, ‘deixar de cumprir’, *desobedecer* ‘não obedecer’). Pode concorrer com o prefixo *in-* (*desmobilizar* /*imobilizar*).

No que diz respeito ao prefixo *in-*, VARELA (1983, p. 637-648) distinguia a existência de dois prefixos negativos IN-: o I- que se anexa a palavras plenas (*ilegal*) e o IN- 2 que se junta a palavras ou temas, quer dizer, a raízes lexicais que não constituem palavras independentes, previamente atualizadas mediante algum tipo de afixo (*in-ane, in-erte, im-pune...*). Contudo da nossa perspectiva, desde a História da Língua e desde o âmbito do Direito, não deve ser marginalizada a tese de estarmos perante unidades lexicais procedentes do latim, como pode ser verificado com a consulta do MACHADO (1977) e também no correspondente verbete do HOUAISS (2001), e, além do mais, a relevância do Direito Romano, e especificamente as máximas jurídicas latinas são selecionadas pelo *Dicionário do espanhol jurídico* (HENRÍQUEZ, 2020, p.567-594), elaborado pela RAE, por ser o latim, a base da terminologia jurídica europeia (HENRÍQUEZ, 2023, p. 345-355).

Porém, é evidente que o prefixo *in-* com valor negativo puro, só se anexa a bases adjetivais, quer simples (*in-certo*) quer derivadas (*in-tolerável*), quando aparece em nomes derivados é porque existe um adjetivo. O prefixo *in-* com valor privativo semelhante ao prefixo *des-*, pode anexar-se a nomes (*insegurança*) e a verbos (*incapacitar*), que significa ‘tirar a capacitação’ e não ‘não capacitar’.

Podem ser vistas unidades lexicais derivadas com vários sufixos em seqüência, cuja combinação mesmo na linguagem jurídica pode ser muito produtiva, como os casos do sufixo *-vel*, que se anexa ao sufixo nominal *-dade*, produzindo um câmbio de *-vel* em *-bil*, a seqüência *-bilidade* (como já comprovou VARELA, 2005, p. 47) é criada tras a sufixação em cadeia, encerra nestes casos dois sufixos claramente reconhecíveis: *-bil* (alomorfo de *-vel*) e *-dade* (*inafiançabilidade, inalienabilidade, inamobibilidade, inapelabilidade, incompatibilidade, incomunicabilidade, inculpabilidade, inviolabilidade, irredutibilidade, irresponsabilidade, irretratabilidade, etc.*) substantivos de género feminino, definidos com a paráfrase ‘qualidade ou caráter de x’, isto é, são os *nomina qualitatis* (RAINER, 1993), com uso freqüente no Direito.

No que diz respeito à expressão prefixal de privação, derivados em *a(n-)*, foi realizada a exploração e foi observada que apenas tem rendimento, mesmo a informação facilitada por RIO-TORTO (2016, p. 430-431) nos exemplos selecionados é evidente que fazem parte da língua geral:

veicula uma informação de ‘privação de x’ (*amoral*) que no caso de alguns adjetivos se manifesta sob a forma de ‘não x’ (*anormal, atípico*) a inexistência de verbos prefixados em *a(n-)* deve-se ao facto de o sentido de ‘privação de x’ ser semanticamente não compatível com um evento denotado pelo verbo. Daí a agramaticalidade da combinatória. Muitos dos produtos em que ocorre são termos eruditos e/ou técnicos (...) e grecismos (*analfabeto, anarquia*). Os poucos casos em que ocorre o prefixo com valor privativo, se combina com nomes (*assimetria, assintonia*) são também de feição erudita (RIO-TORTO, 2016, p. 430-431)

No entanto, na linguagem jurídica espanhola em certas formações pode aparecer uma oposição no que diz respeito a derivações paralelas com o prefixo *a(n-)* (*aconstitucional, alegal*), difíceis de observar na língua geral. Na jurisprudência do Tribunal Supremo espanhol estes dois adjetivos contêm matizes semânticos intensificadores da noção de contrariedade, e podem ser descritos com a paráfrase “que está fora de N”, “que está à margem de N” ou mesmo “radical e reprovavelmente contrário a N”: *aconstitucional* ‘que está à margem da Constituição’ / *inconstitucional* ‘que se opõe ou não se ajusta à Constituição’, *alegal* ‘que está à margem da lei’ / *ilegal* ‘contrário à lei’, *amoral* ‘que carece de sentido ou valoração moral’ / *inmoral* ‘que é contrário aos princípios da moral’.

E casos semelhantes podem ser observados com os prefixos *des-* e *in-*, porém a direção na derivação é diferente: o prefixo *des-* anexa-se ao verbo, indica a reversão da ação e expressa a perda da qualidade (*legal* > *legalizar* > *deslegalizar* ‘fazer que algo deixe de ser legal, perder o caráter legal’); pelo contrário, o prefixo *in-* anexa-se ao adjetivo, a seguir é formado o verbo e expressa a perda absoluta da qualidade do adjetivo (*legal* > *ilegal* > *ilegalizar* ‘fazer ilegal, declarar ilegal’). O mesmo pode ser dito do par *ilegitimar* ‘fazer

que algo que era legítimo deixe de ser definitivamente legítimo' / *deslegitimar* (*legítimo* > *legitimar* > *deslegitimar* 'fazer que algo deixe de ser predicável como legítimo') (HENRÍQUEZ ; DE NO, 2005, p. 127).

Referências

BECHARA, E.: **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

CUNHA, C.; CINTRA, L.F.: **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DACL = Academia das Ciências de Lisboa: **Dicionário do português contemporâneo**. Lisboa: Verbo, 2001.

HENRÍQUEZ, M^a do C.: Os verbos parassintéticos na obra de Bento Pereira. In **Revista Confluência**. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, núm. 63, p. 22-43.

HENRÍQUEZ, M^a do C.: Las máximas jurídicas latinas en el Diccionario del español jurídico (DEJ). In **Revista General de Legislación y Jurisprudencia**, núm 4, Madrid, 2020, p. 567-594.

HENRÍQUEZ, M^a do C.: O latim, base da terminologia jurídica europeia. In **Postremum Munus. Studia in Honorem Celsi Rodríguez Fernández** (eds. H. Cortés, F. J. Ledo, F. Romo). Vigo, Universidade de Vigo, 2023, p. 345-355.

HENRÍQUEZ, M^a do C.; DE PAULA, M^a N.: **Prefijación, composición y parasíntesis en el léxico de la jurisprudencia y de la legislación**. Vigo: Universidade de Vigo, 1998.

HENRÍQUEZ, M^a do C.; DE NO, E.: **Pautas para el análisis del léxico de la Jurisprudencia del Tribunal Supremo**. Prólogo de Eduardo García de Enterría. Navarra: Thomson-Civitas, 2005.

HOUAISS, : **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MACHADO, J.P.: **Dicionário etimológico da língua portuguesa** (3ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

RAE; ASALE = Real Academia Española; Asociación de Academias de la lengua española. **Nueva gramática de la lengua española**. Madrid: Espasa Calpe, 2010.

RAINER, F.: **Spanische Wortbildungslehre**. Tübingen: Niemeyer, 1993.

RIO-TORTO, G.: **Gramática derivacional do português** (2ª ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

SERRANO, D.: **Las formaciones parasintéticas en español**. Madrid: Arco/Libros, 1995.

VARELA, S.: Lindes entre morfemas: el prefijo negativo *in-*. In **Serta Philologica F. Lázaro Carreter. Vol. I, Lingüística y lengua literaria**. Madrid: Cátedra, 1983, págs. 637-648.

VARELA, S.: **Morfología léxica: la formación de palabras**. Madrid: Gredos, 2005.

VARELA, S.; MARTÍN, J.: La prefijación. In **Gramática descriptiva de la lengua española** (dirigida por I. Bosque; S. Varela). Madrid: Espasa, 1999, t. 3, p. 4993-5049.

Mattoso Camara num Episódio da Política Carioca: a “Língua Brasileira do Distrito Federal”¹

Mattoso Camara in an Episode of Carioca Politics: the “Brazilian Language of the Federal District”

Maria Carlota Rosa*
Articulista convidada

RESUMO

Em meados de 1935 começava a tramitar na Câmara Municipal do Distrito Federal um projeto de lei que proibiria, nas escolas municipais do Rio de Janeiro, tanto as cadeiras de Português como a adoção, nessas unidades de ensino, de livros didáticos que apresentassem título ou capítulos com a denominação *língua portuguesa*, se falada no Brasil. Joaquim Mattoso Camara Jr., então professor de Português, se oporia com veemência ao projeto de lei no artigo “Língua brasileira do Distrito Federal”, publicado no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro. Enviaria o artigo a um dos vereadores que, como ele, se opunha ao projeto, que leria o artigo da tribuna do Legislativo Municipal e seria o único voto contrário à aprovação do projeto de lei. Apresenta-se aqui uma edição do texto de Camara Jr., elaborada a partir da transcrição da ata da sessão da Câmara Municipal publicada no *Jornal do Brasil*, uma vez que o acesso ao artigo torna-se cada vez mais difícil. Antecede a edição um pequeno estudo, uma vez que, sem o projeto de lei e sem o conhecimento do contexto em que estava inserido, o conjunto da análise de Camara Jr. perderia em compreensão.

PALAVRAS-CHAVE: J. Mattoso Camara Jr.; língua brasileira; Distrito Federal

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2024n67.1425>

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, carlota@acd.ufrj.br
<https://orcid.org/0000-0003-2936-7386>

1 Agradeço ao Prof. Carlos Eduardo F. Uchôa o material que me cedeu e a disponibilidade para responder minhas perguntas.

ABSTRACT

In mid-1935, a bill was introduced in the Municipal Chamber of the Federal District to prohibit both the teaching of Portuguese in Rio de Janeiro's municipal schools and the use of textbooks containing titles or chapters labeled Portuguese when this language was spoken in Brazil. Joaquim Mattoso Camara Jr, then a Portuguese teacher, vehemently opposed the law in the article "Brazilian Language of the Federal District", published in the *Diário de Notícias* of Rio de Janeiro. He sent the article to one of the councilors who, like him, was against the law. The councilor read the article from the gallery of the city parliament and was the only one to vote against the passing of the law. Here we present an edition of the text by Camara Jr. based on the transcription of the minutes of the city council meeting published in the *Jornal do Brasil*, as access to the article is becoming increasingly difficult. The edition is preceded by a small study, because without the bill and without knowledge of the political context in which it was inserted, Camara Jr.'s analysis would lose some of its comprehension in its entirety.

KEYWORDS: J. Mattoso Camara Jr.; Brazilian language; Federal District.

Introdução

O objetivo primário deste texto é contextualizar o artigo *Língua brasileira do Distrito Federal*, escrito por Joaquim Mattoso Camara Jr. em 1935. O objetivo secundário é disponibilizar uma edição desse texto, uma vez que o acesso a ele vai-se tornando difícil.

Língua brasileira do Distrito Federal continua importante por várias razões. Em primeiro lugar porque a *questão da língua* ressurge periodicamente², sob óticas diversas – e aqui se apresenta um testemunho de um momento dessa discussão. Em segundo lugar, porque temos um texto de Mattoso Camara que, embora anterior em dois anos ao período em que estudou com Georges Millardet na Universidade do Distrito Federal (UCHÔA, 1972: vii), já nos mostra um autor que conhece Saussure e Meillet e já bem

2 Apenas dois exemplos já no século XXI: Orlandi (2009), Oliveira Jr. (2022).

distante do gramático que, no ano anterior, considerava “erro grosseiro de acentuação”, *espírita* em lugar de *espirita*:

a fôrma esdruxula [i.e., **proparoxítona – MCR**] é inaceitável, pois não se trata de um feminino do substantivo *espírito*. A prosódia “es-pi-ri-ta” [...] evidentemente se impõe: primeiro pela razão fundamental e histórica, de que o etymo francês *spirite* é assim pronunciado; segundo, por uma razão de analogia [...] dada a vantagem, para maior expressividade do termo, de associar-o *a posteriori*, dentro dos moldes portugueses, aos derivados do suffixo *ita*, que têm no *i* do suffixo a intensidade: *moabita*, *amalecita*, *jesuíta*...

(CAMARA JR., *Correio da Manhã*, 22 de março de 1934, p.2.”Um erro de prosodia: *espírita*”)

Em 1935 Joaquim Mattoso Camara Jr. (1904-1970), “o introdutor da Linguística moderna no Brasil” (UCHÔA, 2004: 3), ainda não lecionava Linguística. Apresentava-se como professor de Português, função resultante da aprovação obtida em 1928 no concurso para professor de Português das Escolas Técnicas Secundárias da Prefeitura do Distrito Federal³, quando concorreu com nomes que também se tornariam famosos no cenário nacional: Clóvis Monteiro (1898-1961), o primeiro colocado; Cândido Jucá (1900-1982), o segundo; Ernesto Faria (1906-1962), o quinto colocado⁴. Era, então, professor secundário, lotado na Escola de Comércio Amaro Cavalcanti, uma escola técnica secundária pública que experimentava as mudanças que Anísio Teixeira (1900-1971) trazia para a educação do então Distrito Federal e a que Antônio Houaiss (1915-1999), um dos ex-alunos ilustres dessa escola, referiu-se como “uma das primeiras e grandes tentativas de autonomia escolar no ensino brasileiro” (ROCHA, 2002: 59).

3 A cidade do Rio de Janeiro tornou-se o Distrito Federal, isto é, a sede administrativa do governo, com a Constituição republicana de 1891 e assim permaneceu até 1960, quando da transferência da capital do país para Brasília.

4 Mattoso ficaria em sétimo lugar. *Jornal do Brasil*, 30 de novembro de 1928, p. 16.

Embora em 1934 Mattoso Camara tivesse uma coluna no jornal carioca *Correio da Manhã*, as “*Pequenas Lições de Português*”, não assinou nome nem sobrenome na maior parte dos artigos, apenas “C.” – ou nem mesmo isso⁵. Assim, talvez a coluna não permitisse que o público leitor do jornal pudesse identificá-lo facilmente. Em 1935, porém, publicou com o nome completo vários livros didáticos: o primeiro volume da série *Elementos de Português*, o primeiro volume de *Premières leçons de Français, méthode directe* e, com Carlos Ramos, *Páginas inglesas* e o primeiro volume de *Elements of English* (UCHÔA, 1972; 2004). Pode-se inferir desse caminho profissional que o reconhecimento de Mattoso Camara se expandia e certamente já não provinha apenas de fazer parte do corpo docente concursado das então bem avaliadas escolas técnicas municipais do Rio de Janeiro e que o relativo renome alcançado lhe abrisse as portas para que, nesse mesmo ano, em 14 de julho, conseguisse publicar no jornal carioca *Diário de Notícias*⁶ uma crítica ao Projeto 62 de 1935, que tramitava na recém-formada Câmara Municipal do Distrito Federal. E que também conseguisse que o vereador Romero Fernando Zander (1894-1947) recebesse dele esse artigo e o lesse na tribuna na terceira e última discussão do Projeto 62 antes da votação, em 18 de julho de 1935. Desse modo, a não ser em razão do conflito de paixões que o tema levantou, não há como crer no comentário publicado no *Correio da Manhã* no dia seguinte, 19 de julho, de que o vereador Zander lera “uma lenga-lenga, firmada por um *desconhecido professor Camara*”⁷; nem

5 Nas próprias palavras, “quem nem sequer assigna por extenso os proprios artigos” (“Regimen ou regime?”. *Correio da Manhã*, 20 de abril de 1934, p.2). Nesse artigo não há qualquer assinatura.

6 Informação colhida na bibliografia de Mattoso Camara elaborada pelo Prof. Carlos Eduardo Falcão Uchôa (1972; atualizada em 2004). Infelizmente esse número do *Diário de Notícias* (Ano 1935- Edição 2631) não está na Biblioteca Nacional, como se pode confirmar em https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_01&pasta=ano%201935&pesq=&pagfis=23558. Agradeço ao Prof. Uchôa a confirmação de que se tratava do mesmo texto.

7 Na carta aberta endereçada a Barbosa Lima Sobrinho e publicada no *Jornal do Brasil* de 30 de janeiro de 1936, p.6, “Lei inconstitucional e absurda”, Mattoso lembraria dessa

na dúvida que o redator colocava sobre a qualificação de Mattoso Camara, expressa em *professor* mas entre aspas⁸. Isso porque: a) o *Correio da Manhã* era o mesmo matutino em que Camara Jr. tivera uma coluna no ano anterior; e b) “Camara” – forma como o redator a ele se refere – não reproduzia a assinatura no artigo *Língua brasileira do Distrito Federal*, o que pode indicar ter sido o desenvolvimento da abreviatura “C.” por quem fora seu colega.

O episódio marcou Mattoso Camara. Segundo o Prof. Carlos Eduardo Falcão Uchôa (comunicação pessoal em 25 de março de 2024), “Mattoso, no final dos anos 50, ainda falava desse texto”.

1. *Língua nacional, língua pátria ... mas que nome tem essa língua?*

Após a independência tem início uma disputa sobre o nome que deveria receber o português falado no Brasil, referida muitas vezes como *a questão da língua*. O problema pode ser assim resumido: o Brasil passara a ser uma nação. Uma *nação*, já no dicionário Moraes de 1789, era “A gente de um paiz, ou região, que tem Língua, Leis e Governo á parte”⁹, como assinalou Olga Coelho (2008). A nova nação tinha novos governantes e novas leis. Não

notícia: “O vício foi aliás ressaltado na carta que, por ocasião da votação do projeto, enderecei ao Dr. Roméro Zander e que S. Ex. leu da tribuna, “*passando pela decepção de não ser ouvido por um unico dos vinte vereadores que estavam no recinto*”, como declarou no dia seguinte um jornal matutino á guisa de comprometedor elogio ao ilustre conclave. A informação parece ter sido, infelizmente, verdadeira, pois o projeto foi aprovado sem maior debate [...]”.

- 8 *Correio da Manhã*, 19 de julho de 1935, p. 5: “apenas o sr. Romero Zander [...] deixando-se influenciar pela lenga-lenga do “*professor*” Camara que havia lido momentos antes”.
- 9 Ficou conhecido como “o Moraes” o dicionário de Antônio de Moraes Silva, cuja primeira edição, de 1789, recebeu o título de *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*.

tinha, porém, na visão de muitos, uma língua própria, já que *português* era língua da antiga metrópole.

Durante a Era Vargas (1930-1945) o Brasil veria o acirramento da disputa acerca do nome a dar à língua majoritária do Brasil – à época, referida como *língua nacional* e *língua pátria*. Implicitamente sempre única, tanto *nacional* como *pátria* ressaltavam que essa língua pertencia a uma nação. Como tal, foi um elemento tão importante no projeto varguista de formação de uma identidade nacional brasileira que estava na base da Campanha da Nacionalização (1937-1945). Em termos linguísticos, o desenrolar desse processo de nacionalismo exacerbado veria: a) o surgimento de legislação¹⁰ que permitiu que se instituisse a figura jurídica do *crime idiomático*, denominação para a dura repressão e criminalização do uso de línguas estrangeiras, implementadas ambas especialmente em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2008); e b) o acirramento da questão da língua.

A Era Vargas é o pano de fundo do episódio aqui trazido. No plano municipal, 1935 marca a reestruturação administrativa do Distrito Federal, que ganhava autonomia: os 24 membros da Câmara Municipal, eleitos por voto direto em outubro do ano anterior, haviam começado os trabalhos em 6 de abril de 1935 (SARMENTO, [1996]), tendo como primeira tarefa a eleição do prefeito por voto indireto¹¹. No plano nacional, 1935 seria marcado pelo endurecimento das medidas repressivas, anteriores ou não à sequência dos levantes contra o governo Vargas que ficariam conhecidos como a Intentona Comunista, fato que levaria à prisão do prefeito do Distrito Federal Pedro Ernesto (1884-1942) no ano seguinte.

10 Como o Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, e o Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939.

11 Desse modo, o Prefeito do Distrito Federal deixava de ser indicado pelo Presidente da República.

Esse contexto histórico permite entender porque, para se opor a algo adjetivado com *brasileiro* sem enfrentar uma reação hostil imediata, era necessário lançar mão de palavras com grande apelo à emoção da audiência visada – estratégia que tradicionalmente foi classificada como *argumento ad populum*: era preciso se apresentar com *intuito patriótico*, que um vereador precisasse de ser adjetivado como *patriota* e que se argumentasse, como fez Mattoso, que empregar *brasileiro*, nesse caso, era *antipatriótico*.

A questão da língua teria fim em termos legais após a Era Vargas, com a promulgação da *Constituição* de 1946. Marco importante na retomada democrática do Brasil ao restabelecer direitos que haviam sido extintos pela *Constituição* de 1934, ela determinava no Art. 35 das disposições transitórias que “O Governo nomeará Comissão de professores, escritores e jornalistas, que opine sobre a denominação do idioma nacional”. A Comissão concluiu que “o idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa” (BRASIL/Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1946)¹². No Rio de Janeiro, porém, a decisão surgiria bem antes, em 1935, e diversa da decisão tomada em caráter nacional em 1946. É contra ela que Mattoso Camara Jr. se manifesta em *Língua Brasileira do Distrito Federal*.

2. Vanguarda, dianteira, patriotismo: as razões da Câmara do Distrito Federal

O Projeto 62 de 1935, do capitão do Exército Frederico Trotta (1899-1980), vereador municipal¹³, foi apresentado em primeira discussão na 46ª

12 O tema voltaria com o Projeto de Lei 756/1947, mas a tramitação na Câmara dos Deputados demonstra que, após a apresentação em plenário em 30 de setembro de 1947, há um vazio de 24 anos, quebrado para informar que foi “ARQUIVADO NOS TERMOS DO ARTIGO 58, PARAGRAFO SEGUNDO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ARTIGO 182 E 197 DO REGIMENTO INTERNO. DCN1 02 04 71 PAG 0045 COL 03” em 01 de abril de 1971.

13 Os jornais da época assim o apresentam. É o caso, por exemplo, da nota publicada a pedido no *Correio da Manhã* de 20 de outubro de 1935, p. 9, “Língua Brasileira: uma explicação do vereador Frederico Trotta”.

Sessão Ordinária da Câmara Municipal do Distrito Federal, realizada em 12 de julho de 1935. Dizia o seguinte:

1935 – PROJECTO N. 62

Determina que os livros didaticos só sejam adoptados no ensino municipal quando denominarem de brasileira a lingua falada no Brasil.

Considerando que a lingua da nacionalidade brasileira pela sua evolução apresenta característicos [sic] bem diversos da lingua de origem;

considerando que se montam em dezenas de milhares vocabulos que de varias origens incorporados ao nosso idioma notadamente o da lingua tupy guarany;

considerando que as grammaticas e methodos de ensino da lingua usual em nosso paiz são diversos dos que se adoptam no ensino da lingua originaria;

considerando que como bem diz Fialho de Almeida, grande vernaculista portuguez, o Brasil tem de ha muito um idioma proprio;

considerando que a lingua brasileira evoluiu do portuguez tal qual o portuguez evoluiu do latim;

considerando que o philologo João Ribeiro entendeu claramente o phenomeno dando á sua grammatica o nome de grammatica nacional;

considerando que as grammaticas da America do Norte e as das Republicas latinas não se denominam grammatica da lingua ingleza nem grammatica da lingua hespanhola e sim das nacionalidades respectivas;

A Camara Municipal Resolve:

Art. 1º - Os livros didaticos, relativos ao ensino da lingua patria, só serão adoptados nas escolas primarias e secundarias do Districto Federal quando denominarem de Brasileira, a lingua falada e escripta no Brasil.

§1º - Nos programmas de ensino, os capitulos referentes á lingua patria deverão referir-se exclusivamente á lingua brasileira.

§2º - As denominações das cadeiras de ensino da lingua patria, em todos os estabelecimentos de ensino mantidos pela Municipalidade serão immediatamente substituidas pela denominação – LINGUA BRASILEIRA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das Sessões, 5 de Julho de 1935 – *Frederico Trotta*

O Projeto foi aprovado sem debates na 1ª discussão; foi aprovado sem debates em segunda discussão em 16 de julho de 1935. A terceira discussão foi marcada para 18 de julho de 1935 e é nela que surge o texto de Mattoso Camara.

Na sessão de 18 de julho Frederico Trotta alegou não ter proposto o Projeto por “nativismo feroz”, acrescentando que, caso aprovado, caberia ao Distrito Federal, “a dianteira, a vanguarda desse movimento nativista, sem hostilidade aos nossos amigos de além-mar”. A vanguarda traria consequências econômicas, e o reconhecimento do impacto sobre o mercado editorial fez com que, na terceira discussão, o Projeto recebesse uma emenda aditiva, que, com redação final um tanto diferente, se tornaria o §1º do Art. 1º, adicionada para “ressalvar direitos adquiridos e impedir prejuízos”: “§ - Será exigido o disposto no art. 1º de acordo com a lei, respeitando-se as edições já feitas”.

Ainda na terceira discussão o vereador Romero Zander declarou sua “absoluta incompetência na matéria” e que se reservara o direito de ouvir um técnico¹⁴ e de ler em plenário o documento que este lhe enviara. Esse técnico era Joaquim Mattoso Camara Jr., que, na carta em que encaminhara ao vereador (ou *edil*, em jornais da época) o texto *Língua Brasileira do Distrito Federal*, se apresentava como “modesto professor de Português” da Escola Amaro Cavalcanti.

Ao fazer uso da palavra depois da leitura, o vereador Heitor Beltrão (1889-1955) argumentaria que “não se pôde tratar desta materia do ponto de vista meramente do raciocinio porque se o tratamos, dariamos, em grande parte, razão á bellissima carta, eminentemente erudita, que acaba de ser lida, neste recinto, pelo nosso collega, Sr. Vereador Romero Zander”.

14 Ata da 49ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal do Distrito Federal: “Reservei-me [...] o direito de ouvir, a respeito, a opinião de um tecnico, porque, confesso, sem pejo, a minha absoluta incompetencia na materia. O referido tecnico remetteu-me uma carta enviando um trabalho, sobre o assumpto, trabalho verdadeiramente notavel, o qual passarei a lêr” (*Jornal do Brasil*, 20 jul. 1935, p. 23).

A aprovação do Projeto 62 na Câmara Municipal se deu por quase unanimidade¹⁵, exceção feita ao vereador que lera o texto de Mattoso:

Ninguém prestou atenção á leitura do linguado e o sr. Zander passou pela decepção de não ser ouvido por um unico dos vinte vereadores que estavam no recinto. [...] Submettido a votos, foi o projecto approved tendo contra apenas o sr. Romero Zander [...] deixando-se influenciar pela lenga-lenga do “professor” Camara que havia lido momentos antes. (*Correio da Manhã*, 19 de julho de 1935, p. 5- “A Camara Municipal em função. Após prolongados debates, foi approved em 3ª discussão o projecto denominando lingua brasileira o idioma falado no Brasil”)

Embora o Projeto 62 tenha sido aprovado, as críticas de Mattoso não caíram em ouvidos tão moucos, porque a redação final do Projeto 62, apresentada na 51ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal, em 22 de julho de 1935, não tinha considerandos na transcrição de seu inteiro teor na ata da referida sessão, reproduzida no *Jornal do Brasil* de 24 de julho de 1935, p.23. A redação final, submetida à discussão e aprovada sem debates, é a que se segue¹⁶:

1935 – PROJECTO N. 62

Determina que os livros didaticos só sejam adoptados no ensino municipal quando denominarem de brasileira a lingua falada no Brasil.

A Camara Municipal Resolve:

Art. 1º - Os livros didaticos, relativos ao ensino da lingua patria, só serão adoptados nas escolas primarias e secundarias do Districto Federal quando denominarem de brasileira, a lingua falada e escrita no Brasil.

§1º - Ficam excetuados da exigencia do Art. 1º. os livros editados anteriormente a esta lei.

15 O mesmo *Correio da Manhã* passaria a afirmar que a aprovação se dera por unanimidade. Por exemplo, na edição de terça-feira, 30 de julho de 1935, p. 7: “Continua na gaveta do Padre Olympio o autographo da Lei da Lingua Brasileira”.

16 *Jornal do Brasil*, 24/07/1935, p. 23.

§2º - Nos programmas de ensino, os capitulos referentes á lingua patria deverão referir-se exclusivamente á lingua brasileira.

§3º - As denominações das cadeiras de ensino da lingua patria, em todos os estabelecimentos de ensino mantidos pela Municipalidade serão immediatamente substituidas pela denominação – LINGUA BRASILEIRA.

Sala das Comissões, em 19 de Julho de 1935 – *Henrique Maggioli* - Presidente

Como o autógrafo da lei não seguira para a sanção do prefeito do Distrito Federal no prazo de até 24 horas após a sessão de 22 de julho, na sessão de 26 de julho um requerimento encabeçado por Frederico Trotta solicitava a urgência da tramitação¹⁷:

1935 – Requerimento N. 242

Considerando que embora sendo omisso o regimento interno da Camara Municipal, quanto ao prazo para a remessa ao poder executivo dos autographos das leis approvadas, subentende-se que essa remessa é immediata, pois nada autoriza a protelação;

Considerando que desde o dia 22 do corrente está aprovado em redacção final o projecto n.62;

Considerando que esse projecto não é inconstitucional e nem attenta contra os interesses da Municipalidade e dos munícipes;

Considerando que a Camara Municipal agiu dentro de suas attribuições e nenhuma ligação tem o projecto n. 62 com um identico surgido na Camara dos Deputados.

Requeremos que dentro de 24 horas no maximo, a mesa faça a remessa dos referidos autographos, para a sancção do prefeito.

Sala das Sessões, 26 de Julho de 1935. *Frederico Trotta, Henrique Maggioli, Correa Dutra, Ruy de Almeida, Jorge Mattos, Heitor Beltrão*

17 Reproduzido no *Jornal do Brasil*, 27 de julho de 1935, p, 24 e no *Correio da Manhã*, mesma data, p. 7 - “O Plenário mandou que dentro de 24 horas subam á sancção os autographos do projecto sobre a lingua brasileira”.

Em 30 de julho o *Correio da Manhã* denunciava o engavetamento do documento por Olympio de Mello, presidente da Câmara Municipal: “Continua na gaveta do Padre Olympio o autographo da Lei da Lingua Brasileira”. Naquele mesmo dia 30 seguiria para o Prefeito¹⁸.

Em 7 de agosto o Projeto receberia o veto do Prefeito Pedro Ernesto¹⁹:

Exmos. Srs. Membros da Camara Municipal.

Véto a resolução da Camara Municipal, e fundamento:

O projéto fére a verdade científica. Modificam-se as linguas no tempo e no espaço. Se de fáto alterou-se o português implantado no Brasil no seculo 16, essas alterações não chegam para construir nova lingua. “A dialeção é um fenomeno natural que a ninguem é dado acelerar ou retardar, por maior autoridade que se arrogue: ao tempo, só ao tempo, é que compete produzi-lo” (Silva Ramos – Pela vida afóra).

Na “cultura da lingua nacional” escreve Xavier Marques “a lingua nacional é, e será por seculos, a que recebemos de Portugal, com o batismo da civilização, apenas modificada, á semelhança do que ocorreu em todas as possessões desse pais, mas dentro da relatividade da nossa *mesologia glótica*”.

Reconhecem todos os filologos ser portuguesa a lingua falada no Brasil. São identicos os fonemas em sua quasi totalidade; as flexões absolutamente as mesmas; salvo o caso da colocação dos pronomes. a construção não varia. E a diversidade prosodica é comum em muitas provincias portuguesas e nos proprios Estados brasileiros.

Não prevalece o argumento do vocabulario como contribuição indigena ou africana. O nucleo da lingua continua estruturalmente português. Chame-se com João Ribeiro, lingua nacional; lingua brasileira, por enquanto, é designação prematura.

18 E o *Correio da Manhã* noticiava em 31 de julho, p. 5 : “Foi desengavetada e remetida ao Prefeito a lei sobre lingua brasileira”.

19 *Jornal do Brasil*, 9 de agosto de 1935, p. 17: “Prefeitura do Distrito Federal. Atos do Sr. Prefeito. VETO. Veto do Sr. Prefeito á resolução da Camara Municipal que determina que os livros didaticos só sejam adotados no ensino municipal quando denominarem de brasileira a lingua falada no Brasil”.

Assente em falso nacionalismo a idéia tem velha procedencia e explicação conhecida. Em 1845, no Recife, Batista Caetano acentuava a tendencia entre doutores, para aviltar a linguagem. Era um dos aspectos da xenofobia, justificando os solecismos habituais, produtos da ignorancia. Nas “impuresas da linguagem” Liberato Bitencourt comenta: “Não existe no pais amor á lingua”. No entanto deve o Brasil orgulhar-se de ter possuido a expressão mais perfeita do seu pensamento, em Rui Barbosa, gloria da nossa época, escrevendo e falando como nenhum outro a lingua portuguesa. Correrão seculos²⁰ até que novo Rui Barbosa sirva de padrão á futura lingua brasileira.

Com a glotologia compreendem-se as leis do espirito humano e quanto mais ciencia dela tivermos, tanto melhor falaremos e escreveremos.

Empregando com rigor o idioma exprimiremos aos outros com mais precisão o que se passa dentro de nós (Apud Leite de Vasconcelos – Lições de filologia portuguesa).

Alem de endossar injusta hostilidade ao povo que é nosso tronco, queiram ou não, a estranha designação importaria em indebita posse de coisa alheia. Não bastará mudar o nome da lingua, é preciso compôr-lhe outra estrutura. Se a gramatica continua a mesma, sob legenda diferente, com que direito nos apropriamos do texto português com rotulo diverso? Daí o dilema: ou se organizará imediatamente um idioma novo, o que é inadmissivel, ou será preciso pedir a Portugal cessão de direitos autorais a edição brasileira de seu vernaculo.

A Belgica, e Suíça, sem contar os povos da America, Francesa, Inglesa ou Iberica, falam a lingua dos primeiros povoadores, sem o menor agastamento civico.

Por fim ha o exemplo atual. Na conferencia da paz, em Buenos Aires, acabam de ser declaradas linguas officiais, o Inglês, o Português, o Castelhana e não o Boliviano ou o Paraguaio.

A lingua falada e escrita no Brasil é a lingua portuguesa com alterações pelo uso de vocabulos exclusivamente nacionais ou regionais que enriquecem a lingua, tornando-a mais opulenta, mas que não bastam para construir lingua nova.

20 No *Jornal do Brasil*, “sevulos”.

Assim se exprime ilustre escritor e historiador brasileiro:

“Ignoro o que seja lingua brasileira. Esta não existe. Decerto já a tivemos, porém, desapareceu, acabou, absorvida, tragada, assimilada pela triunfante lingua portuguesa, que espiritualmente unificou o Brasil no II seculo da colonização. Idioma brasileiro seria os dos “Mamelucos”, o desses bandeirantes paulistas que vieram da sua pequena vila do planalto para as largas descobertas, falando o tupi dos goianazes, a materna lingua indigena, enriquecido por um barbaro e tosco vocabulario português, a paterna lingua civilizadora”, (deputado Pedro Calmon).

E, na verdade, assim é. Não ha lingua brasileira e, resolução mandando dar a denominação *Lingua Brasileira* á falada e escrita no Brasil, sem fixar a que assim devia ser entendida, nada mais faz do que pretender decretar que a lingua portuguesa passasse a chamar-se “Lingua Brasileira” nos livros adotados nas escolas do Distrito Federal.

É fóra de duvida que não são as leis e decretos que fazem os idiomas: são os povos que criam, desenvolvem, modificam e alteram as línguas, que nascem, vivem e com eles desaparecem. E no Brasil, salvo as inevitaveis diferenças determinadas pelo tempo e pelo espaço, a lingua portuguesa enriquecida apenas por milhares de vocabulos nossos e submetida á nossa maneira de dizer em certas fórmãs, tem mantido integralmente a sua estrutura e pureza originaria.

No Brasil inteiro falamos e escrevemos o português e, se muitas idéias e pensamentos expressamos ao nosso modo, não se póde e não se deve renegar o nome de – Portuguesa – para substitui-lo por outro de lingua que patrioticamente, poderíamos ter o desejo de possuir mas que, na verdade, terá de ser estudada, aprendida, falada e escrita de acôrdõ com os monumentos da lingua portuguesa.

Faltam, pois, razões de ordem historica, científica e étnica ao projéto que, infelizmente, favorece ressentimentos dispensaveis de natureza internacional.

Restaria ainda acentuar que o projéto regula problema que está fóra da orbita do poder local.

Distrito Federal, 7 de Agosto de 1935, 47º da Republica. – Dr. Pedro Ernesto.

Em discussão única, a Câmara derrubaria o veto em 4 de setembro seguinte²¹, e a nova lei entraria em execução em janeiro de 1936.

3. Mattoso não era o único

Em *Língua Brasileira do Distrito Federal* Mattoso parece ter sido a primeira voz a remeter à falta de competência da Câmara Municipal para legislar sobre o nome da língua: “a iniciativa exorbita da legislação regional”. Em plenário, Heitor Beltrão, Romero Zander e Attila Soares concordariam com isso²². A língua não poderia “ser *brasileira* para os cariocas e *portuguesa* em Minas, no Pará ou no Rio Grande do Sul”.

A Câmara exorbitava também no tocante ao currículo das escolas: “nem é possível que o ensino secundário municipal, subordinado ao regime federal, suprima a cadeira de Português que lhe impõe aquele regime”. O veto do Prefeito Pedro Ernesto seguiria na mesma linha: “o projeto regula problema que está fóra da orbita do poder local”.

Outras vezes se opuseram ao Projeto 62. Uma delas foi a Academia Brasileira de Letras/ABL. A resposta de Frederico Trotta foi colérica: na sessão da Câmara de 24 de julho, como preâmbulo à leitura em plenário de seu próprio texto *Academia desmemoriada e impatriótica*, publicado na véspera no *Correio da Manhã*, defendeu diante dos vereadores que a ABL fosse destruída – “*Delenda Academia de Letras*” –, acusando-a de se ter despedido do patriotismo, de ser a Academia Colonial de Letras²³. E

21 *Jornal do Brasil*, 05 de setembro de 1935, “Acta da reunião, em 4 de Setembro de 1935”.

22 Heitor Beltrão: “Venho dizendo sempre que não cabe à Municipalidade preceder, em suas leis, a competência federal”, opinião a que anuiu Romero Zander: “É esse o meu ponto de vista” (*Jornal do Brasil*, 20 de julho de 1935, p. 24). Attila Soares perguntaria: “Acha o Sr. Vereador Tito Livio que temos poder para chamar “língua tupy-guarany” á língua que falamos?”, a que Tito Livio responderia: “Não creio que houvesse qualquer inconveniente, se assim entendessemos de proceder” (*Jornal do Brasil*, 20 de julho de 1935, p. 24).

23 Ata da 53ª Sessão Ordinária, de 24 de julho de 1935. *Jornal do Brasil*, 25 de julho de 1935, p. 23.

acrescentava : “É evidente, Sr. Presidente, a falta de patriotismo dessa gente que se veste como pavões dourados, com os fardões de múltiplas cores e espadins inofensivos e inexpressivos”. A ABL, nas suas palavras, deixava de lado a Constituição brasileira ao seguir a ortografia de Portugal, obrigando a violarem a Constituição do Brasil os brasileiros que quisessem concorrer a prêmios concedidos por ela, pagos com o dinheiro deixado pelo livreiro Francisco Alves (1848-1917).

Júlio Nogueira, catedrático do Colégio Pedro II, em longa entrevista a *O Jornal* de 20 de julho de 1935 (“A instituição da lingua brasileira”, p. 3, com continuação na p.16), opunha-se à nova lei já então aprovada na Câmara Municipal – “querem trocar um idioma por um nome”, numa atitude a que faltava o “verdadeiro nacionalismo” .

No *Jornal do Brasil* de 7 de setembro seguinte, sob o título *Lei inoperante*, a já então lei da Câmara do Distrito Federal foi qualificada de “delírio patrioteiro”. O autor, “F”, argumentava: “Se o Colégio Pedro II, que é por ora o estabelecimento padrão, inclui o ensino de português no seu currículo, o Departamento de Educação do Distrito Federal está obrigado, nas suas escolas secundárias, a fazer o mesmo, sob pena de lhes ser cassada a equiparação” (*Jornal do Brasil*, 7 de setembro de 1935, p. 14).

Quando, em janeiro seguinte, a lei entra em execução, Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000), então Redator Principal do *Jornal do Brasil*, publicava no mesmo jornal o artigo *Lei inconstitucional e absurda*, qualificando-a como “obra e graça de vereadores estouvados” (*Jornal do Brasil*, 28 de janeiro de 1936, p. 5).

4. Mattoso Camara Jr. e a *Língua Brasileira do Distrito Federal*

Língua Brasileira do Distrito Federal chegou ao vereador Romero Fernando Zander acompanhado de uma pequena carta. Ela permite saber que Mattoso já conversara com Zander e sabia que o vereador também era contrário

ao Projeto 62. Mattoso declarava que foi “o intento puramente patriótico, que me ditou a pena” e, assim sendo, submetia o texto “à apreciação de vosso patriotismo e lúcido critério”.

O Projeto 62 como apresentado antes da aprovação tinha dois artigos. O Art. 2º continha a fórmula “Revogam-se as disposições em contrário”. É no Art. 1º que está expressa a proibição da denominação *português/ língua portuguesa* tanto nos livros didáticos, quanto no currículo e nas disciplinas. Sete considerandos justificavam a proposta, na visão de seu autor.

Mattoso demonstrou que as afirmações nos considerandos continham erros. Como diria mais tarde, em carta aberta a Barbosa Lima Sobrinho, contestara um a um, demonstrando que eram “levianos uns, falazes outros, e todos inverídicos” (*Jornal do Brasil*, 30 de janeiro de 1936, p.6). Fez isso ora com alguma sutileza (“o nobre vereador [...] tomou a nuvem por Juno”), ora sem ela: “sinto [...] ter de corrigir uma afirmação falsa”; “ao ler (talvez naquele livro de Júlio Ribeiro que lhe pareceu ser gramática)”; “A afirmação do vereador [...] poderá ser contestada, com pleno conhecimento de causa, por qualquer estudante”.

Três dos sete considerandos (primeiro, quarto e quinto) do Projeto defenderam que o brasileiro é uma evolução do português como o português o foi do latim; o segundo deles trata das “dezenas de milhares” de empréstimos no português do Brasil, na maior parte, do “tupi-guarani”, que justificariam a existência de uma língua brasileira; o terceiro considerando afirmava a diferença nos métodos de ensino do português e do brasileiro; os dois últimos considerandos afirmavam que Júlio Ribeiro se recusara a colocar no título de sua gramática *língua portuguesa*, empregando *língua nacional*; que nos EUA os autores não escrevem gramáticas do inglês, como na América Hispânica não se escrevem gramáticas do espanhol.

“Onde se encontra livro didático de inglês, redigido na América do Norte, com o título de *Gramática Estadunidense*?” perguntaria Mattoso. A referência a João Ribeiro era tão superficial que não passara da capa: “Não é verdade que o Prof. João Ribeiro tenha dado *à sua gramática o nome de*

gramática nacional". Também faltava base para a contagem de empréstimos, já apresentada por Antenor Nascentes: "os vocábulos de curso privativo no Brasil não "se contam em dezenas de milhares"; são apenas dez mil". O professor de Português ia desenrolando o seu conhecimento tanto de trabalhos gramaticais como literários e não apenas sobre o português ou em português.

Quanto às teorias linguísticas, considerou a já "envelhecida" visão dos neogramáticos a origem para o paralelo entre a evolução do latim ao português e do português ao brasileiro. A evolução inexorável de uma língua, organismo vivo nas metáforas do final do século XIX, não tinha fundamento, como demonstrara Amado Alonso ao criticar a visão de Rufino José Cuervo (1844-1911) para a América Hispânica. Referindo o trabalho de Amado Alonso (1896-1952), Mattoso chamava a atenção, porém, para a diferença de contexto histórico:

O que dizem alguns filólogos nossos, filiados à escola linguística (hoje envelhecida) dos chamados neogramáticos da Alemanha, é que, com o correr dos séculos, acabará formando-se no Brasil uma língua saída da língua portuguesa, como esta saiu do latim. É, portanto, a projeção em futuro remoto de um fato inconcusso do passado. Mas nem isto sequer é possível assegurar, porque as condições da civilização moderna são muito diversas daquelas em que se debatia a Europa ao alvorecer das línguas românicas. Para que estas línguas surgissem e vingassem "foi necessário um colapso da cultura material e espiritual" como disse recentemente em lapidar expressão Amado Alonso, de Buenos Aires, ao discutir *El problema argentino de la lengua*, magnífico trabalho onde é rejeitada, com lógica e nitidez, a probabilidade da diferenciação linguística, fatal e progressiva, dos países hispano-americanos com a Espanha e entre si.

Ferdinand de Saussure e Antoine Meillet, especialmente aquele, são os autores que recebem mais atenção na argumentação. Para ele, o *Curso de linguística geral* de Saussure trouxe "novas e magníficas linhas mestras para a ciência da linguagem". É com base em Saussure que discorda de que o

português mudou apenas no Brasil e se tornou outra língua, diferente daquela em Portugal:

se fossem hoje as condições sociais modernas idênticas às que determinaram no início da Idade Média a formação das línguas românicas, não resultaria uma língua nova entre nós em oposição à portuguesa: resultariam duas línguas novas, uma em Portugal e outra no Brasil, e o português passaria a língua morta como é hoje o latim em face dele e do italiano”.

Mais de uma vez lembra que “não é a procedência do vocabulário que determina a agnação de um idioma”, mas sim “primacialmente, o sistema fonético e os fatos gramaticais”.

Como conclusão

A Câmara do Distrito Federal decidiu que não deveria usar do raciocínio ao analisar o Projeto 62, ou teria de dar “razão á bellissima carta, eminentemente erudita, que acaba de ser lida, neste recinto, pelo nosso collega, Sr. Vereador Romero Zander”. E o professor de Português da Escola Amaro Cavalcanti não foi ouvido. Sua obra seriada cujo volume para a primeira série saíra em 1935 com o título *Elementos de português* por força da lei mudava de título, mas não para *língua brasileira*. Tornava-se *Elementos da língua pátria* nos volumes das demais séries, cuja publicação começaria em 1936. Sua insatisfação com a lei ficaria novamente registrada:

Infelizmente esse mesmo amadorismo suscitou ultimamente a questão da denominação da nossa língua, com o intento de suprimir-lhe o título, pleno e líquido que possui, de PORTUGUESA, e os Editores propuseram, em conseqüência, a mudança do nome desse livrinho. Como as condições do estudioso brasileiro lhe impõem naturalmente um cepticismo complacente e desencantado, acedemos à injunção, ressaltando a nossa posição doutrinária, já esposta em vários artigos que publicamos na imprensa diária. (CÂMARA JÚNIOR, 1936: 5-6)

(*Apud* UCHÔA e MOTTA MAIA, 1997:32)

Anexo

Embora já tivesse publicado *Língua brasileira do Distrito Federal* num jornal diário, Mattoso considerou que “seria talvez mais eficiente apresentar o conjunto da [...] argumentação ao vereador esclarecido” Romero Fernando Zander (1894-1947). Apresenta-se a seguir a carta de Camara Jr. ao vereador Zander e o texto lido da tribuna. *Língua Brasileira do Distrito Federal* é aqui apresentado não a partir de um autógrafo de Mattoso, mas a partir da Ata da 49ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal do Distrito Federal – realizada em 18 de julho de 1935 –, como transcrita na edição do *Jornal do Brasil* do sábado, 20 de julho de 1935, páginas 23 e 24. Numa nota de rodapé, o jornal informava que o texto “não foi revisto pelo orador”. Pode ser que seja essa a razão de o texto conter alguns erros quer nas citações, quer nos nomes referidos por Mattoso Camara. Não foi possível fazer a colação com o texto no *Diário de Notícias* porque o exemplar não está no acervo da Biblioteca Nacional (ver nota 4)²⁴.

Exmo. Sr. Vereador Romero Zander.

Permiti que um modesto professor de português submeta à apreciação de vosso patriotismo e lúcido critério as notas juntas relativas a um projeto sobre a nossa língua, do qual discordo e que está ora em debate na Câmara Municipal da nossa cidade. Ao tomar conhecimento dele, pela imprensa diária, escrevi um pequeno artigo, que cheguei a levar a um de nossos jornais. Outros artigos se seguiriam a esse.

24 Quanto à possibilidade de haver um autógrafo no Centro Mattoso Camara da Universidade Católica de Petrópolis, “As cartas, os documentos, as separatas e as conferências não podem ser manuseadas, tendo em vista as condições do acervo. Os livros raros que fazem parte do Centro Mattoso Câmara podem, mas só nas dependências da biblioteca” (Machado, 2010). A pergunta endereçada à UCP sobre a possibilidade de haver um exemplar digitalizado para consulta não obteve resposta.

Refleti, porém, que seria talvez mais eficiente apresentar o conjunto da minha argumentação ao vereador esclarecido que sois, como mais um subsídio para combaterdes a medida planejada, contra a qual já vos manifestastes em conversa comigo.

É o que faço.

Compreendereis, por certo, o intento puramente patriótico, que me ditou a pena, e fareis das minhas rabiscas o uso que vos parecer conveniente. Cordialmente grato, seu

Cr[ia]do Att[ent]o e Obr[iga]do

J. Mattoso Câmara Junior

Língua Brasileira do Distrito Federal

Merece a atenção e a reação do magistério carioca o Projeto há alguns dias apresentado à Câmara do Município para propor que “os *livros didáticos só sejam adotados no Ensino Municipal quando denominarem de (sic) brasileira a língua falada no Brasil*”.

Há, preliminarmente, para acentuar que a iniciativa exorbita da legislação regional, por tratar²⁵ de um assunto que não interessa apenas à comunidade carioca, senão, e exclusivamente, a todo o país. A nossa língua não pode evidentemente – com um nome no Distrito Federal e outro nome em outras unidades da Federação – ser *brasileira* para os cariocas e *portuguesa* em Minas, no Pará ou no Rio Grande do Sul. Ora, *portuguesa* chama-se ela em todos os Estados e em todos os estabelecimentos do Ensino Federal, de sorte que esse Projeto, para o Rio de Janeiro, fere a unidade de denominação que o mais rudimentar bom senso mostra imprescindível em questão desta natureza. O ilustre vereador, que sob sua exclusiva responsabilidade se abalançou a

25 No *Jornal do Brasil*: “por trata”.

tanto, não teve por certo em mente fazer de nossa cidade um centro linguístico autônomo, de língua patrioticamente brasileira, em pitoresco contraste com o resto do país, onde se fala e escreve apenas bom português; nem é possível que o ensino secundário municipal, subordinado ao regime federal, suprima a cadeira de Português que lhe impõe aquele regime, como resultaria da execução do que estabelece o parágrafo 2º do art. 1º do Projeto: “*as cadeiras de ensino da língua pátria, em todos os estabelecimentos de ensino mantidos pela Municipalidade, serão imediatamente substituídas pela denominação – Língua Brasileira*”.

Considerada essa preliminar que claramente invalida o Projeto, desçamos contudo a apreciá-lo em seu mérito intrínseco.

O título de *brasileiro* é inédito para nosso idioma, não usado sequer pelos filólogos que defendem a mais ampla autonomia linguística do Brasil em face da norma de Além-Mar. Macedo Soares, por exemplo, que acha já ser tempo “*dos brasileiros escreverem como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal*”²⁶ – não intitulou o seu trabalho básico *Dicionário da Língua Brasileira*, senão, sensatamente, *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, reconhecendo, portanto, que por maiores que sejam as peculiaridades idiomáticas, a nossa língua é, não obstante, portuguesa. O nome de *português* tem assim no seu valor linguístico a mesma amplitude de acepção que existe nos nomes de *alemão* e *inglês*, referentes respectivamente – um outro tanto à Inglaterra como próprio à Escócia, com seu dialeto típico²⁷. Para o que possui de próprio e privativo a língua de Portugal há os termos expressivos *lusismo* e *lusitano*, já padronizados na significação e emprego.

Alguns autores brasileiros, é certo, têm usado o adjetivo *nacional* em título de livro de gramática ou de qualquer estudo de linguagem. Nunca houve porém, o intuito de ser dado desta sorte um sucedâneo ao vocábulo

26 Soares (1889: [4]): “Prólogo: Já é tempo dos brasileiros escreverem como se fala no Brasil, e não como se escreve em Portugal”.

27 Parece haver um salto na transcrição.

português, até porque *nacional* é termo essencialmente relativo no sentido, em função que está na nacionalidade de quem o emprega e, se designa o nosso idioma na boca de um brasileiro, designará outro muito diverso na boca de um francês, de um italiano, ou de um espanhol. Tanto assim é que o Prof. Antenor Nascentes, catedrático de Português do Colégio Pedro II e que deu a um excelente curso em 5 volumes o título de *O Idioma Nacional*, salienta de início que: a) “*nem todos os países falam línguas que lhe sejam próprias*”; b) “*o nosso Brasil está colocado entre os países sem língua própria*”.

Para concluir (vol. 1, 3ª. ed. pág. 10): “*A nossa língua é, pois, a portuguesa com as diversas modificações que no correr dos séculos nós lhe demos*”.

Sinto, a propósito, ter de corrigir uma afirmação falsa, (em questão de *fato*) contida numa das considerações preliminares do Projeto que aqui se aprecia. Não é verdade que o Prof. João Ribeiro tenha dado “*à sua gramática o nome de gramática nacional*”: *Gramática Portuguesa* chamou o projecto filólogo dos vários livros didáticos que desta natureza sucessivamente publicou²⁸: *Gramática Portuguesa, curso superior*. O livro de João Ribeiro com o nome de *A Língua Nacional* é uma simples coletânea de artigos a respeito de vocábulos, expressões e adágios usados no Brasil; é obra interessantíssima, mas sem unidade e sem intuito didático, como frisa o próprio subtítulo – *Notas Aproveitáveis*. Nem está nela condenado o apelativo *portuguesa* para a nossa língua, visto que o próprio autor a dedica “*à curiosidade dos amadores e estudiosos do idioma português na América*”.

Outra afirmação gratuita do Projeto é a do considerando final: “*as gramáticas da América do Norte e as das Repúblicas latinas não se denominam gramática da língua inglesa nem gramática da língua espanhola, e sim das nacionalidades respectivas*”.

28 Em 1885-1886: *Gramática Portuguesa – para o primeiro ano*; 1887: *Gramática Portuguesa – curso médio (2º ano)* e *Gramática Portuguesa – curso superior (3º ano)*. Ver levantamento das obras de João Ribeiro em Bragadin (2011).

Onde se encontra livro didático de inglês, redigido na América do Norte, com o título de *Gramática Estadunidense*?

Livros para ensino de inglês, de lá provenientes, há-os às dezenas em nossas livrarias, e em nenhum se vê tão excêntrica denominação. Possuo, por exemplo, um, da professora Sara O'Brien, de Springfield²⁹, Massachussettes: destina-se aos estrangeiros adultos estabelecidos ou em trânsito nos Estados Unidos e é de intenção exclusivamente norte-americana, como demonstra a gravura da capa com a Estátua da Liberdade, e, na primeira página fronteira à página de rosto, a fotografia do Capitólio de Washington; pois esta obra chama-se singelamente –*Inglês para Estrangeiros (English for Foreigners)*. Nem os *movies* que vamos ver e ouvir em nossos cinemas nos são apresentados como *filmes falantes em língua estadunidense*. São todos³⁰ falantes em inglês, e é com³¹ o inglês do *Berlitz Method*³², dos *Royal Readers*, *Dent's*³³, etc., que adquirimos a capacidade de entendê-los.

O nobre vereador, autor do Projeto, tomou a nuvem por Juno, ao ler (talvez naquele livro de João Ribeiro que lhe pareceu ser gramática) a *boutade* em que o romancista norte-americano Rupert Hughes propõe (e só se propõe o que ainda não é vigente)³⁴ e pelo mesmo critério poder-se-á afirmar que nos Estados Unidos se observam *treze mandamentos* da lei de Deus, porque aquele mesmo romancista tem um livro intitulado *O Décimo Terceiro Mandamento (The Thirteenth Commandment)*.

29 No *Jornal do Brasil*, “Springfil”.

30 No *Jornal do Brasil*, “todas”.

31 No *Jornal do Brasil*, “e é como o inglês”.

32 No *Jornal do Brasil*, “Metod”.

33 Referência à série de 30 títulos *Dent's Double Volumes* publicada em Londres entre 1933 e 1936 por J. M. Dent & Sons.

34 Parece haver um salto na transcrição.

Ao contrário do que poderíamos³⁵ supor, o bom senso coletivo norte-americano repele essas extravasões nativistas.

Um polígrafo, por exemplo, H. L. Mencken, publicou recentemente uma obra para defender a autonomia linguística do seu país em face da norma britânica – *A Língua Americana (The American Language)* com o subtítulo que esclarece melhor o intuito do autor – *Inquérito sobre o desenvolvimento do inglês nos Estados Unidos*³⁶ (do inglês, note-se bem). É, em resumo, a defesa de um ideal análogo ao do nosso Macedo Soares no seu *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Seja-me lícito transcrever a respeito a crítica do *New York Times* feita pela pena autorizada de Brander Matthews³⁷:

É a obra de um colecionador entusiástico e operoso dos vocábulos, modismos e frases que são ditos ou escritos aqui nos Estados Unidos e não pertencem ao inglês normal (Standard English). Provavelmente um volume de iguais dimensões pode ser compilado com vocábulos, modismos e frases que têm sido ditos ou escritos em diferentes partes da Grã-Bretanha e igualmente em flagrante divergência do inglês normal.

E o articulista consigna a seguir com certa ironia:

Note-se, entretanto, que o próprio livro está escrito em inglês normal; que utiliza apenas poucos vocábulos, modismos e frases que o autor considera tipicamente americanos e que suas páginas podem ser lidas sem dificuldades por qualquer estrangeiro familiarizado com Fielding, Thackeray e Kipling.

No mesmo diapasão acham-se especialistas como Richard Grant White, de Boston, Rockford Stetse, de Nova York, J. Leslie Hall, de Chicago, ou ainda Miss M. E. De Witt, que, num valioso estudo de fonética, coteja

35 No *Jornal do Brasil*, “poderamos”.

36 Referência a Henry L. MENCKEN. *The American Language: A Preliminary Inquiry into the Development of English in the United States*. New York City: Alfred A. Knopf, 1919.

37 Referência a Brander MATTHEWS. *Developing the American from the British Language*. *New York Times Book Review*, 30 Mar 1919.

expressivamente a situação dos Estados Unidos com o nosso país e a nossa língua portuguesa.

A Suíça não usa uma língua suíça, nem o Brasil, uma brasileira³⁸; nações distintas têm o espanhol como língua nacional. Tais fatos não fazem a Suíça tornar-se não-suíça, nem o Brasil tornar-se não-brasileiro; como não fazem de uma dada nação que fale espanhol uma nação espanhola.³⁹

E a opinião corrente norte-americana está com estes especialistas. Assim, a *Enciclopédia Moderna* de McDannald⁴⁰ (Nova York, 1934)⁴¹ obra de mera vulgarização e que apenas registra as doutrinas científicas padronizadas, assim termina o artigo sobre o “Inglês”: “São as mesmas (*the same*) a língua da Inglaterra e a dos Estados Unidos, embora caracterizadas por dissimilaridade de pronúncia”⁴².

É também de surpreender o que afirma o considerando⁴³ final do Projeto em relação aos povos de origem castelhana da América, pois a eles evidentemente quer referir-se a insatisfatória expressão “*Repúblicas latinas*”.

Todos conhecemos, pelo menos, a gramática da Venezuela, da Argentina, do Chile, etc. e sabemos que esse trabalho, sob todos os aspectos

38 No *Jornal do Brasil*: “A Suíça não usa uma língua brasileira”.

39 De Witt ([1924]: 8): “Switzerland does not use a Swiss language; nor Brazil a Brazilian one; separate nations have Spanish as their national tongue. These facts do not make Switzerland non-Swiss; Brazil, non-Brazilian; nor do they make a nation which uses Spanish a Spanish nation.”

40 No *Jornal do Brasil*: “Mc. Donald”.

41 Referência a A. H. MCDANNALD. 1934. *The Modern Encyclopedia: A New Library of World Knowledge*. New York: Wm. H. Wise & Co.

42 McDannald, 1934: 385: “The languages of England and the U.S. are substantially the same, though characterized by a dissimilarity of pronunciation”.

43 No *Jornal do Brasil*, “consideranda”. Não seria forma aceita por Mattoso porque publicara na coluna do *Correio da Manhã* de 23 de janeiro de 1934, p. 8 (“Alguns exemplos expressivos”) a reprovação de *consideranda* como se fosse um plural latino; neste texto nem mesmo caberia o plural.

excelente, se denomina *Gramática Castelhana*. Ainda agora, aliás, o *Jornal do Brasil* informa-nos da tradução feita na Argentina em *castelhano* (textual) de *Os Sertões* de Euclides da Cunha.

Mas para que prosseguir? Para que discutir essa bizantinice de prescrição de nome numa questão que só pode ser de conteúdo? O simples título de *língua brasileira* para a língua portuguesa do Brasil torna-a porventura independente e diversa da de Portugal? A linguística social obedece em seus fenômenos aos golpes caprichosos de um legislador?

Para a ciência objetiva e serena, nós brasileiros falamos e escrevemos português, embora, como consigna o Prof. Nascentes, “*com as diversas modificações que no correr dos séculos nós lhe demos*”. A afirmação do vereador, autor do Projeto, de que – “*a língua brasileira evoluiu do português tal qual o português evoluiu do latim*” poderá ser contestada, com pleno conhecimento de causa, por qualquer estudante, que, depois de haver lido⁴⁴, de papo para o ar, *Os Maias* de Eça de Queiroz ou o *Eurico* de Herculano, teve de frigir os miolos na tradução de um capítulo latino de Eutrópio ou de Sexto Rufo.

Há na afirmação citada um equívoco, que vale salientar.

O que dizem alguns filólogos nossos, filiados à escola linguística (hoje envelhecida) dos chamados neogramáticos da Alemanha, é que, com o correr dos séculos, acabará formando-se no Brasil uma língua saída da língua portuguesa, como esta saiu do latim. É, portanto, a projeção em futuro remoto de um fato inconcusso do passado. Mas nem isto sequer é possível assegurar, porque as condições da civilização moderna são muito diversas daquelas em que se debatia a Europa ao alvorecer das línguas românicas. Para que estas línguas surgissem e vingassem “*foi necessário um colapso da cultura material e espiritual*”⁴⁵, como disse recentemente em lapidar expressão Amado Alonso, de Buenos Aires, ao discutir *El problema argentino de la lengua*,

44 No *Jornal do Brasil*, “lido”.

45 Em Alonso ([1932] 2019: 158): “Fué necesario un colapso de la cultura material y espiritual”.

magnífico trabalho onde é rejeitada, com lógica e nitidez, a probabilidade da diferenciação linguística, fatal e progressiva, dos países hispano-americanos com a Espanha e entre si.

Demais, cumpre não esquecer-nos que não se trata, nos países americanos, da diferenciação de uma norma que no país de origem tenha ficado imutável e fixa. Evolução linguística houve Aquém e Além-Mar com afastamentos correspondentes do padrão inicial da língua comum. O problema teórico linguístico deste caso já foi analisado em tese por Ferdinand de Saussure, nessa obra póstuma em que traçou novas e magníficas linhas mestras para a ciência da linguagem: – “*nem se suponha*”⁴⁶ – esclarece o grande mestre de Genebra – “*que só o idioma transplantado se modificará, permanecendo imóvel o idioma originário*”⁴⁷. E a seguir acentua:

O estudo não pode ser unilateral; as inovações das duas línguas têm igual importância. Que determinou diferenças?⁴⁸ Pensar que foi só o espaço é ser vítima de uma ilusão. Entregue a si próprio, não poderá ele exercer qualquer ação sobre a língua. No dia seguinte ao do seu desembarque em F’, os colonos saídos de F falavam exatamente a mesma língua da véspera. É esquecido o fator tempo, porque é menos concreto que o espaço; mas, em realidade, é dele que decorre a diferenciação linguística. A diversidade geográfica deve ser traduzida em diversidade temporal.

Com efeito, se fossem hoje as condições sociais modernas idênticas às que determinaram no início da Idade Média a formação das línguas românicas, não resultaria uma língua nova entre nós em oposição à portuguesa: resultariam duas línguas novas, uma em Portugal e outra no Brasil, e o português passaria a língua morta como é hoje o latim em face dele e do italiano.

46 No *Jornal do Brasil*: “que só suponha”.

47 Saussure, *Curso*, 4a. parte, 3 §1.

48 “Qu’est-ce qui a créé ces différences?”

O Projeto que aqui se aprecia sustenta outro ponto de vista, com um argumento falaz, – considerando “*que se contam em dezenas de milhares os vocábulos de várias origens incorporados ao nosso idioma, notadamente os da (sic) língua tupi-guarani*”.

Ora, os vocábulos de curso privativo no Brasil não “*se contam em dezenas de milhares*”; são apenas dez mil (Nascentes, *Dicionário Etimológico*, pág. XXIV), número este de que cumpre⁴⁹ deduzir muitíssimos termos regionais sul-riograndenses, pernambucanos, paulistas, etc., que se acham à margem da língua nacional propriamente dita.

Se outra fosse, porém a realidade, as hipotéticas dezenas de milhares de vocábulos, privativos do nosso povo, não fariam da língua do Brasil uma língua não-portuguesa, porque, como já tive ocasião de acentuar alhures, repisando um axioma linguístico – “*não é a procedência do vocabulário que determina a agnação de um idioma*”. “*Determinam-na, primacialmente, o sistema fonético e os fatos gramaticais*”. O nosso sistema fonético é o português, por[]⁵⁰ que tal sistema independente das peculiaridades de entoação⁵¹ e ritmo de frases em que divergimos da fala de Além-Mar. Os fatos gramaticais são, analogamente, portugueses, inclusive os vulgarismos que não têm curso na língua literária – por exemplo, o emprego de *ele* como objeto direto. Se algum dia, um futuro Bilac disser – “*ontem*⁵² *divisei ela na janela*”, como vaticina gratuitamente o Sr. Monteiro Lobato, não estará por esse motivo expressando-se em língua não-portuguesa, a menos que o velho cronista Fernão Lopes, no séc. XV, tenha usado a língua brasileira por antecipação, ao escrever: “*Os cardeais, outrossim, privaram ele d’algum*

49 No *Jornal do Brasil*, “número este que cumpre”.

50 No *Jornal do Brasil*, ilegível.

51 No *Jornal do Brasil*, “de entoação de entoação”.

52 No *Jornal do Brasil*, “homem divisei ella na janella”. Correção com base em “Dialeto caipira”, um dos artigos em *Onda Verde* (Lobato, [1922]:186).

*direito*⁵³. Note-se, a propósito, que foi justamente João Ribeiro, citado sem cabimento pelo vereador autor do Projeto quem filiou àquela fonte arcaica o modismo da nossa plebe no emprego de *ele*.

Nada indica, entretanto, que as peculiaridades essenciais da fala vulgar brasileira ascendem à norma culta e aflorem na língua literária. O declínio em S. Paulo do chamado *dialeto caipira*, declínio que o seu exegeta, Amadeu Amaral, reconhece e acentua, leva-nos à conclusão oposta e corrobora a doutrina de Amado Alonso, supracitada, em referência aos povos hispano-americanos.

Registre-se, pelo menos, que até hoje nenhum dos nossos grandes escritores forcejou por criar, com as nossas gírias e linguajares rústicos uma *língua literária brasileira* à parte das diretrizes do idioma português.

Atribuir tal intenção a José de Alencar, por exemplo, é desconhecer, em absoluto, o pensamento e a obra do grande romancista, cuja revolta foi apenas contra o purismo classicista e contra a subordinação dos letrados do Brasil aos ditames dos gramáticos de Além-Mar. Pensava ele (e pensava magistralmente) que as condições sociais modernas não se ajustam aos moldes linguísticos dos quinhentistas, e que a literatura brasileira já atingiu a maioria no pensamento e na expressão. É este o *leit-motiv* do notável *Poscrito* à novela *Diva*, onde é invocado o português Garrett como “*exemplo dessa independência e espontaneidade da pena*”, e onde o autor se compromete “*a rejeitar de sua obra, como erro, toda aquela palavra ou frase que se não recomende pela sua utilidade ou beleza, a par da sua afinidade com a língua portuguesa e de sua correspondência com os usos e costumes da atualidade*”⁵⁴ (edição Garnier, pág. 260). *Iracema* vulgarizou vocábulos tupis por força do seu assunto indianista, da mesma sorte que *Salammbô* de

53 Fernão LOPES. *Chronica de el-rei D. Fernando*. Lisboa : Escritorio, 1895-1896. - 3 vv.v 2 p.174 Cap. CVIII “Os cardeaes, outro sim, privaram elle d’algum direito”. https://purl.pt/419/4/hg-21064-p/hg-21064-p_item4/index.html

54 No *Jornal do Brasil*: “a par da sua afinidade com os usos e costumes da atualidade”.

Flaubert vulgarizou em francês termos de indumentária e costumes romanos e cartagineses.

O ponto de vista dos nossos grandes escritores, em relação ao conceito da língua, está bem acentuado em dois sonetos de *Tarde*⁵⁵ de Olavo Bilac. Um desses sonetos é intitulado “*Língua Portuguesa*”⁵⁶, expressão sob a qual o poeta associa o idioma daqui e de Além-Mar, englobando numa só denominação o grito maternal da mulher brasileira e os versos de Camões. Outro soneto é o intitulado “*Música Brasileira*”⁵⁷, manifestação nacional que, em contraste, nos é apresentada como um amálgama de elementos índio, africano e português.

Nem nos entristecemos com o ser portuguesa a nossa língua, porque a vantagem social da unidade linguística, com a ligação ao tronco Além-Mar, compensa de sobra a decepção, egoística e tacaña, do sentimento nacionalista por não termos idioma privativo e próprio, com que desafiar os estrangeiros.

Consola-nos disso um eminente linguista moderno, “o mais filosófico dos linguistas”, como já o chamaram.

55 No *Jornal do Brasil*, “A Tarde”.

56 Bilac (1919: 16-17): “Última flor do Lácio, inculca e bela,/ És, a um tempo, esplendor e sepultura:/ Ouro nativo, que na ganga impura/ A bruta mina entre os cascalhos vela... // Amo-te assim, desconhecida e obscura,/ Tuba de alto clangor, lira singela,/ Que tens o trom e o silvo da procela,/ E o arrollo da saudade e da ternura!// Amo o teu vigo agreste e o teu aroma/ De virgens selvas e de oceano largo!/ Amo-te, ó rude e doloroso idioma,/ Em que da voz materna ouvi : “meu filho!”,/ E em que Camões chorou, no exílio amargo,/ O gênio sem ventura e o amor sem brilho!”

57 Bilac (1919: 18-19): “Tens, às vezes, o fogo soberano/ Do amor: encerras na cadência, acesa/ Em requebros e encantos de impureza,/ Todo o feitiço do pecado humano. // Mas, sobre essa volúpia, erra a tristeza/ Dos desertos, das matas e do oceano:/ Bárbara poracé, banzo africano,/ E soluços de trova portugueza. // És samba e jongo, chiba e fado, cujos/ Acordes são desejos e orfandades/ De selvagens, cativos e marujos:// E em nostalgias e paixões consistes,/ Lasciva dor, beijo de três saudades,/ Flor amorosa de três raças tristes. “

Antoine⁵⁸ Meillet, em livro recente sobre *Les langues dans l'Europe Nouvelle* (Payot⁵⁹, 1923), assinala a oposição entre a complexidade linguística europeia e a América, onde o inglês domina ao norte, o espanhol em quase todo o sul, e “o português é a língua de um Estado grande e poderoso, o Brasil”⁶⁰, sem que em parte alguma tenda o nosso continente “à criação de línguas de civilização novas”⁶¹.

É assinalada essa oposição para acrescentar: “É uma superioridade, entre muitas, que tem a América, recentemente colonizada sobre a velha Europa, onde subsistem em pinha destroços de nações diversas”⁶². Dispomos assim de uma língua multissecular, depurada e exercitada por diuturna aplicação à finalidade de cultura, apresentando essa vetusta de que é pátina da expressão linguística.

Uma nova língua de civilização reestabeleceria o caos, para através de séculos de esforços, exigirmos da grosseira articulação sintática, da anarquia dos vocábulos e de suas significações. É o caso de dizer com Amado Alonso já citado: — Que povo quisera fazer a esse preço a aquisição de um idioma privativamente seu?⁶³

Entretanto, fora desse objetivo, a simples mudança de nome não passa de infantilidade. Infantilidade profundamente nociva, porque, dissociando-nos, embora aparentemente, de um passado multissecular, nos priva de grande parte do acervo com que nos impomos, em matéria de língua, à atenção do mundo ocidental.

58 No *Jornal do Brasil*, “Atoine”.

59 No *Jornal do Brasil*, “Paiz”. Como em outra referência era indicada a casa editora, optei por “Payot” e não por “Paris”, a cidade dessa casa editora.

60 Meillet (1928: 244).

61 No *Jornal do Brasil*, “sem que em parte alguma tendo”. Em Meillet (1928: 246), porém: “Nulle part, elle ne tend à des créations de langues de civilisation nouvelles”.

62 Meillet (1928: 246): “C’est une supériorité, entre beaucoup, qu’a l’Amérique, nouvellement colonisée, sur la vieille Europe où subsistent en foule des débris de nations diverses”.

63 Alonso ([1932] 2019: 158): ¿Qué nacionalismo querría pagar tan caro un idioma exclusivo?

Reflita-se por exemplo, no prestígio que dá ao nosso idioma nos Estados Unidos e na Inglaterra o nome de *português*, que o homem britânico ou norte-americano mais superficialmente lido logo associa aos *Sonetos Portugueses* de Elizabeth Barrett Browning⁶⁴ e à comovente vida passional desta grande poetisa ...

Eis como muitas vezes uma tentativa de nativismo estreito pode ser primacialmente antipatriótica!

É tempo de concluir.

Julgo ter evidenciado em sentido oposto aos considerandos do Projeto que aqui se aprecia, os seguintes fatos:

1)⁶⁵ a língua da nacionalidade brasileira é, com toda a sua evolução, essencialmente a mesma da do povo de origem;

2) é relativamente pequeno o acervo de vocábulos privativos do Brasil, e demais as divergências de vocabulários são secundárias para a classificação de uma língua;

3) as gramáticas e métodos de ensino da língua usual em nosso país não são essencialmente diversos dos de Portugal, e os nossos grandes escritores assim o reconhecem;

4) não há língua brasileira evoluída da portuguesa como esta evoluiu do latim;

5) o nosso caso é análogo ao dos Estados Unidos e ao das Repúblicas hispano-americanas com as suas línguas respectivamente inglesa e espanhola.

Logo:

I) As gramáticas por adotar em nosso país devem denominar-se portuguesas, como se denominam sistematicamente, aliás, inclusive as que escreveu o filólogo João Ribeiro.

64 Referência a *Sonnets from the Portuguese*, nas traduções em português *Sonetos Portugueses* e *Sonetos da Portuguesa*.

65 No *Jornal do Brasil*, a sequência foi apresentada como a, 2 e 3.

II) Só tem a lucrar com isso o prestígio da nossa língua e das nossas letras no estrangeiro.

J. Mattoso Câmara Jr. – Professor de Português da Escola Amaro Cavalcanti.

Referências

ALENCAR, José de. **Diva**. 4^a. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1891.

ALONSO, Amado. [1932] . **El problema argentino de la lengua**. Edición preparada por la Asociación de Academias de la Lengua Española. Madrid: Fundación José Manuel Lara, serie Clásicos ASALE, n.º 5, 2019. https://www.asale.org/sites/default/files/2022-03/5_El%20problema%20argentino%20de%20la%20lengua_Amado%20Alonso.pdf

BARBOSA LIMA SOBRINHO. 1936. Lei inconstitucional e absurda. **Jornal do Brasil**, 28 de janeiro de 1936, p.5. https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_05&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=61293

BILAC, Olavo. 1919. **Tarde**. Rio de Janeiro/ São Paulo/Belo Horizonte: Francisco Alves. https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4541/1/002927_COMPLETO.pdf

BRAGADIN, Cheila Aparecida. 2011. **As ideias gramaticais de João Ribeiro na Grammatica Portuguesa** (3º anno). São Paulo: PUC-SP. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/14196>

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 406, DE 4 DE MAIO DE 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 1.545, DE 25 DE AGOSTO DE 1939. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20adapta%C3%A7%C3%A3o%20ao%20meio%20nacional%20dos%20brasileiros%20descendentes%20de%20estrangeiros.>

BRASIL/Ministério da Justiça e Negócios Interiores. 1946. *Parecer da Comissão instituída nos termos do art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. <https://periodicos.fgv.br/rda/article/download/9853/8874>

BRASIL. Projeto de Lei 756/1947. Denomina língua brasileira o chamado idioma nacional. <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/181919>

CAMARA Jr., J. Mattoso. 1934. Alguns exemplos expressivos. **Correio da Manhã**, de 23 de janeiro de 1934, p. 8. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22li%c3%a7%c3%b5es%20de%20portuguez%22&pagfis=20343

CAMARA Jr., J. Mattoso. 1934. Um erro de prosodia: “espírita”. **Correio da Manhã**, 22 de março de 1934, p.2. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22PEQUENAS%20LI%c3%87%c3%95ES%22&pagfis=21159

CAMARA Jr., J. Mattoso. 1934. Regimen ou regime? **Correio da Manhã**, 20 de abril de 1934, p.2. https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=21611

CAMARA Jr., J. Mattoso. 1935. Língua brasileira do Distrito Federal. Ata da 49ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal do Distrito Federal. *Jornal do Brasil*, 20 de julho de 1935. p.23-24. https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_05&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=55565

CAMARA Jr., J. Mattoso. 1936. Lei inconstitucional e absurda.(Carta aberta a Barbosa Lima Sobrinho) *Jornal do Brasil*, 30 jan. 1936,p.6. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&pagfis=61358

COELHO, Olga Ferreira. 2008. Os nomes da língua: configuração e desdobramentos do debate sobre a língua brasileira no século XIX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros/IEB**, 47: 139-160. <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34619>

CORREIO DA MANHÃ. 1935. A Camara Municipal em função. Após prolongados debates, foi aprovado em 3ª discussão o projecto denominando lingua brasileira o idioma falado no Brasil. 19 de julho de 1935, p. 5. https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=Projecto%20n%2062%201935&pagfis=28836

CORREIO DA MANHÃ. 1935. O Plenário mandou que dentro de 24 horas subam á sancção os autographos do projecto sobre a lingua brasileira”) 27 jul. 1935, p. 7. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22lingua%20brasileira%22%20%22frederico%20trotta%22&pagfis=28966

CORREIO DA MANHÃ. 1935 “Continua na gaveta do Padre Olympio o autographo da Lei da Lingua Brasileira”. *Correio da Manhã*, 30 de julho de 1935, p. 7. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22lingua%20brasileira%22%20%22frederico%20trotta%22&pagfis=29016

CORREIO DA MANHÃ. 1935.Foi desengavetada e remetida ao Prefeito a lei sobre lingua brasileira. *Correio da Manhã*, 31 de julho, p. 5. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22lingua%20brasileira%22%20%22frederico%20trotta%22&pagfis=29030

CORREIODAMANHÃ. 1935. Língua Brasileira: uma explicação do vereador Frederico Trotta. *Correio da Manhã*, 20 de outubro de 1935, p. 9. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22lingua%20brasileira%22%20%22frederico%20trotta%22&pagfis=30354

DE WITT, M. E. [1924]. **EuphonEnglish in America**. New York: E. P. Dutton & Co. <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015016460878&seq=1>

JORNAL DO BRASIL. Edital: Concurso para provimentos das cadeiras vagas de Português em institutos e escolas profissionais. **Jornal do Brasil**, 30 de novembro de 1928, p. 16. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&Pesq=%22mattoso%20camara%22&pagfis=70745

JORNAL DO BRASIL. 1935. Acta da 46ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal do Distrito Federal – de 12 de julho de 1935. **Jornal do Brasil**, 13 de julho de 1935, p. 23-24. https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_05&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=55368

JORNAL DO BRASIL. 1935. Acta da 49ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal do Distrito Federal – de 18 de julho de 1935. **Jornal do Brasil**, 20 de julho de 1935, p.23-26. https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_05&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=55565

JORNAL DO BRASIL. 1935. Acta da 51ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal, de 22 de julho de 1935. **Jornal do Brasil**, 24 de julho de 1935, p. 24-27. https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_05&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=55675

JORNAL DO BRASIL. 1935. Ata da 53ª Sessão Ordinária, de 24 de julho de 1935. **Jornal do Brasil**, 25 de julho de 1935, p. 23. https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_05&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=55707

JORNAL DO BRASIL. 1935. Requerimento 242. **Jornal do Brasil**, 27 de julho de 1935, p. 24. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&pagfis=55768

JORNAL DO BRASIL. 1935. Prefeitura do Distrito Federal. Atos do Sr. Prefeito. VETO. Veto do Sr. Prefeito á resolução da Camara Municipal que determina que os livros didaticos só sejam adotados no ensino municipal quando denominarem de brasileira a lingua falada no Brasil”. **Jornal do Brasil**, 9 de agosto de 1935, p. 17. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&pagfis=56149

JORNAL DO BRASIL. 1935. Acta da reunião, em 4 de Setembro de 1935. **Jornal do Brasil**, 5 de setembro de 1935, p.[ilegível]. https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_05&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=56952

JORNAL DO BRASIL. 1935. Lei inoperante. **Jornal do Brasil**, 7 de setembro de 1935, p. 14. https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_05&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=57008

MACHADO, Maria Elena. 2010. Entrevista com a professora Albertina Nunes da Cunha. **Vernaculum**, 2 (1). <https://seer.ucp.br/seer/index.php/vernaculum/article/view/919>

MEILLET, Antoine. **Les langues dans l'Europe Nouvelle**. Paris: Payot, 1928.

O JORNAL. A instituição da lingua brasileira. **O Jornal**, 20 de julho de 1935, p. 3; p. 16. https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_03&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=25102

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. 2008. **Plurilinguismo no Brasil**. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil /IPOL, 2008. <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001611/161167por.pdf>

OLIVEIRA Jr., Rogério de. 2022. Português ou brasileiro - qual é o nome da nossa língua? **Roseta**, 5 (1). <https://www.roseta.org.br/2022/05/11/portugues-ou-brasileiro-qual-e-o-nome-da-nossa-lingua/>

ORLANDI, Eni P. 2009. Processo de descolonização linguística: as representações da língua nacional. In: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder & RIBEIRO, Fernando Rosa. 2009. **África-Brasil: caminhos da língua portuguesa**. Campinas: Editora Unicamp, 2009. p.211-223.

ROCHA, João Augusto de Lima (org.) 2002. **Anísio em movimento: A vida e as lutas de Anísio Teixeira pela Escola Pública e pela Cultura no Brasil**. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial. p. 59-64. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1060/619664.pdf>

SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. [1996]. **Vozes da Cidade: Pedro Ernesto, a Câmara Municipal do Distrito Federal e os impasses da política carioca (1935-1937)**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas/ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Texto Cpdoc nº 24.

SILVA, Antonio de Moraes. 1789. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira 2vv. <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-da-lingua-portugueza-recompilado-dos-vocabularios-impresos-ate-agora-e-nesta-segunda-edi%C3%A7%C3%A3o-novamente-emendado-e-muito-acrescentado-por-antonio-de-moraes-silva/>

SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. 1889. *Diccionario brasileiro da lingua portugueza: elucidario etymologico-critico das palavras populares e phrases que, originarias no Brazil, ou aqui populares, se não encontram nos dictionarios da lingua portugueza, ou nelles vêm com forma ou significação diferente, 1875-1888*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1889. https://www.google.com.br/books/edition/Diccionario_brasileiro_da_lingua_portugu/lsFBAQAIAAJ?hl=en&gbpv=1&dq=inauthor:%22Antonio+Joaquim+de+Macedo+Soares%22&printsec=frontcover

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. 1972. Os estudos e a carreira de Joaquim Mattoso Camara Jr. In: CAMARA Jr. **Dispersos de J. Mattoso Camara Jr.** Seleção, introdução e notas de Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. 2004. **Mattoso Camara**: um novo discurso sobre o estudo da linguagem no Brasil. *D.E.L.T.A*, 20 (Especial): 1-8. <https://www.scielo.br/j/delta/a/sr5bCmkBgPkTmMFMtt5tcpB/?format=pdf&lang=pt>

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão & MAIA, Maria Christina da Motta. 1997. As ideias linguísticas de Mattoso Câmara Jr. em *Elementos da Língua Pátria* (1935-1938). **Gragoatá**, 2: 29-40.

A construção do ethos discursivo de figuras públicas na rede social *Instagram*: uma análise comparativa

The construction of the discursive ethos of public figures on Instagram: a comparative analysis

Jairo Venício Carvalhais Oliveira*
Samara Sanchez Gomes**

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal analisar a construção do *ethos* discursivo de figuras públicas brasileiras na rede social *Instagram*. Para tanto, a pesquisa toma como referencial teórico a noção de *ethos* (Aristóteles, 2005 [c.400 a.C]; Amossy, 2005; Charaudeau, 2006; Maingueneau, 2005, 2008, 2020), o conceito de cenografia desenvolvido por Maingueneau (2006, 2008) e, complementarmente, o modo enunciativo de organização do discurso proposto por Charaudeau (2008), com vistas à realização de uma análise enunciativo-argumentativa do fenômeno em pauta. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa realizada caracteriza-se como um estudo documental, de caráter qualitativo e de abordagem interpretativista dos dados investigados. Os resultados indicam que, no *Instagram*, a construção do *ethos* discursivo de figuras públicas envolve a mobilização de recursos visuais e linguísticos que, em conjunto, revelam a projeção de diferentes imagens de si no plano da enunciação. Essas imagens apresentam variações intrinsecamente ligadas à popularidade dos sujeitos na esfera digital, revelando, portanto, a estreita relação entre *ethos*, fama e discurso.

PALAVRAS-CHAVE: análise discursiva; ethos; modo enunciativo.

Recebido em 28 de junho de 2023.

Aceito em 24 de janeiro de 2024.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2024n67.1384>

* Universidade Federal de Minas Gerais, jairovco.ufmg@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3511-9293>

** Universidade Federal de Minas Gerais, ssamarasanchezz@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9087-3280>

ABSTRACT

This article aims to analyze the construction of the discursive ethos of Brazilian public figures on Instagram. To achieve this goal, the study considers as a theoretical framework the idea of ethos (Aristóteles, 2005 [ca. 400 AD]; Amossy, 2005; Charaudeau, 2006; Maingueneau, 2005, 2008, 2020), the concept of scenography developed by Maingueneau (2005, 2008) and, in addition, the enunciative mode of discourse organization proposed by Charaudeau (1992, 2008) to carry out an enunciative-argumentative analysis of the phenomenon at hand. From a methodological point of view, the study is a qualitative desktop study with an interactive approach to the data studied. The results suggest that the construction of the discursive ethos of public figures on Instagram involves the mobilization of visual and linguistic resources that together reveal the projection of different self-images at the level of enunciation. These images exhibit variations that are closely linked to the popularity of the individuals in the digital sphere, revealing the close relationship between ethos, fame and discourse.

KEYWORDS: Discursive analysis; ethos; scenography; mode of enunciation.

Introdução

A argumentação retórica é um fenômeno que desperta a atenção humana há muitos séculos. Na antiguidade clássica, ao lançar luz sobre os meios retóricos capazes de provocar a persuasão, Aristóteles (2005 [c.400 a. C]) classificou-os em três tipos: de um lado, o *logos*, assentado no terreno da razão, e, de outro, o *ethos* e o *pathos*, intrinsecamente ligados ao terreno das emoções. O *ethos*, tomado como objeto de estudo do presente artigo, esteve inicialmente ligado à construção de imagens positivas de si por parte do orador, com vistas à eficácia do empreendimento retórico. Segundo Aristóteles (2005 [c.400 a.C]), tal conceito estava diretamente relacionado com o caráter do orador e com a sua capacidade de persuadir o auditório ao qual dirigia sua fala. Em estudos atuais (Amossy, 2005; Franco e Oliveira, 2022; Maingueneau, 2005, 2008, 2020; Kerbrat-Orecchiconi, 2008), o *ethos* caracteriza-se pelo emprego, consciente ou não, de recursos linguageiros acionados por um sujeito no plano da enunciação do discurso, com vistas a

projetar, legitimar ou ressignificar sua imagem, levando em conta o auditório (real ou presumido). Trata-se de um processo de influência sobre o outro pautado na busca por convencimento, aceitação e credibilidade através do que é dito ou mostrado, pois, conforme afirma Maingueneau (2006, p. 70), “o *ethos* se desdobra no registro do ‘mostrado’ e, eventualmente, no do ‘dito’”. Amossy (2005) reforça essa ideia ao afirmar que o *ethos* é uma prova retórica presente em todo e qualquer ato discursivo.

Considerando o universo virtual e seus recursos como possibilidades de representação e de argumentação, espaço em que se encontram presentes as instâncias de produção e de recepção de discursos variados, infere-se a existência de um *ethos* construído nas e pelas redes sociais. Em plataformas de comunicação digital, tais como *Instagram*, *Twitter* e *Facebook*, a construção de imagens de si (*ethos*) é um fenômeno que pode ser flagrado, num primeiro momento, nas informações intencionalmente sinalizadas pelos usuários em seus perfis. Para além dessas informações, também é possível depreender o *ethos* discursivo por meio de indícios linguísticos e imagéticos presentes nos mais diversificados tipos de postagens que circulam nessas redes.

Assim, partindo desses apontamentos, o presente artigo toma como objeto de investigação quatro *posts* extraídos da rede social *Instagram* de duas figuras públicas nacionalmente conhecidas: Juliette Freire e Gilberto Nogueira, também conhecido como Gil do Vigor. Tais figuras tornaram-se populares devido à participação, em 2021, no *reality show* intitulado *Big Brother Brasil*, exibido no país pela rede Globo de televisão. Embora já possuíssem uma conta pública no *Instagram*, ambos eram indivíduos relativamente “anônimos” antes da participação no *reality show*. Com a repercussão do programa em rede nacional, tais figuras acabaram ganhando considerável notoriedade no país e, com isso, um número alto de seguidores no *Instagram*.

Os problemas centrais da pesquisa que deu origem a este artigo podem ser expressos da seguinte forma: (i) De que maneira se dá a construção do *ethos* discursivo de figuras públicas na rede social *Instagram*? (ii) Existe

variação na imagem projetada pelas figuras públicas antes e depois da fama? (iii) Havendo comprovação do questionamento levantado no item (ii), quais são os possíveis efeitos dessa variação na imagem dos sujeitos enunciadoreis? Levando em consideração esses apontamentos, duas justificativas plausíveis podem ser apresentadas para a escolha do objeto de investigação. Em primeiro lugar, as alterações nas formas de convivência social propiciadas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais e pelo advento das redes sociais trouxeram, conforme postula Cabral (2019), profundas transformações nas formas de interação entre os seres humanos nos últimos anos. Com a concentração cada vez maior de sujeitos usuários das redes sociais, novas e diversificadas são as formas de construção de imagens de si e do outro nesse universo. Assim, valida-se a importância deste estudo, no sentido de compreender, de forma mais direcionada, os processos de construção de imagens no meio digital.

Em segundo lugar, levando em consideração a variedade de possibilidades de manifestações virtuais, é importante, ainda, compreender alguns mecanismos de funcionamento da plataforma utilizada para a coleta de dados desta pesquisa, o *Instagram*. No tocante a essa rede social, entre outros aspectos, é importante refletir sobre o seu público e sobre os recursos que essa plataforma disponibiliza para seus usuários, a fim de avaliar os possíveis impactos do contexto virtual na formação de imagens, considerando o *ethos* como uma construção interativa, em que o interlocutor exerce grande influência na formação da imagem identitária do sujeito enunciador.

Vale registrar que o contexto da vigésima primeira edição do reality foi atípico, considerando a pandemia de Covid-19 causada pela propagação mundial do vírus SARS-CoV-2. A circunstância exigiu um período coletivo de quarentena, objetivando a amenização da circulação do vírus. Os influenciadores digitais, devido à exposição na mídia, tornaram-se alvos de “fiscalização”, de forma que todos os seus posicionamentos, atitudes e falas durante o período restritivo fossem recebidos com o mais alto nível de criticidade, reforçando, inclusive, o que é tido como cultura de

cancelamento¹. Tais cobranças implicam mudanças no discurso e na exposição de acontecimentos na vida pessoal dessas figuras, ocasionando uma segunda adequação do *ethos*, tido como o *ethos* presente.

Do ponto de vista da sua organização composicional, o presente trabalho encontra-se organizado em 04 (quatro) seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção destina-se a uma teorização sobre *ethos*, momento em que retomamos este fenômeno na retórica grega e tecemos algumas conceituações a seu respeito nos estudos linguísticos contemporâneos. Na segunda seção, discorreremos sobre a relação entre *ethos* e cenografia e, na terceira, apresentamos uma explanação sobre redes sociais, influenciadores digitais e construção de imagens de si na comunicação virtual. Na quarta seção, apresentamos a análise dos dados e a discussão dos resultados alcançados com a investigação realizada. Por fim, nas considerações finais, retomamos alguns pontos relevantes do trabalho, sinalizando a estreita relação entre *ethos*, fama e discurso.

1 O *ethos*: da retórica grega aos estudos contemporâneos

Segundo Reboul (2004), a retórica tem seu surgimento no século V a. C. na Sicília, no âmbito judiciário. Após um período de domínio, governo e conseqüente expulsão de tiranos, os cidadãos ganharam força e passaram a reivindicar as terras e os bens que tiveram tomados. A queda dos tiranos resultou em diversos processos de petições de propriedades e, para vencer tais processos, era necessário saber falar e, mais ainda, persuadir. A retórica passa a ser, então, uma habilidade de interesse comum entre os cidadãos gregos da época, pois possibilitava “defender qualquer causa e qualquer tese” (p.

1 Cultura de cancelamento é o termo para designar os boicotes promovidos por usuários das redes sociais contra pessoas, famosas ou não, por conta de comportamentos tidos como inadequados no universo digital. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/02/carnaval-consagra-fantasia-de-fiscal-do-cancelamento.shtml>> Acesso em 20/05/2023.

1). Considerando o estilo de vida e as necessidades da época, era o principal propósito da retórica a persuasão por meio dos discursos, cumprindo o papel de advogar e persuadir o auditório nos tribunais. Para além do âmbito jurídico, a retórica passou a ocupar espaço em outras áreas, como na literatura, na filosofia e na educação.

Nesse momento, Aristóteles, por sua vez, transforma a retórica em um sistema, de modo que ela não seja somente a arte de persuadir, afirmando, portanto, que a retórica é “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (ARISTÓTELES, 2005, [c.400 a.C], p. 95). O filósofo grego compreende o objeto em questão como um processo que exige a escolha de meios adequados para um orador convencer o auditório ao qual dirige seu discurso, utilizando-se, para isso, de estratégias argumentativas e retóricas que pudessem levar o ouvinte a crer no que é dito.

Para tanto, o filósofo dispõe de três provas retóricas de persuasão: *logos*, *ethos* e *pathos*. De modo simplificado, *logos*, segundo Aristóteles, é o ato de persuadir “pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular”. O *pathos*, por sua vez, busca persuadir “pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimentos de tristeza ou alegria, amor ou ódio” (2005, [c.400 a.C] p. 97). O *ethos*, por sua vez, é um meio de prova derivado do caráter do orador e designa a imagem projetada por ele através de seu discurso. Essa prova retórica é, portanto, um dos conceitos-chave para o desenvolvimento deste trabalho.

Para Aristóteles, o *ethos* pode ser definido como “caráter ou imagem moral do orador e o efeito desta imagem sobre o público, cuja disposição boa ou má determina a eficácia do discurso” (PINTO, M. J., 2009, p. 6). O enunciador transmite essa credibilidade através de falas que ofereçam segurança aos ouvintes. Isto é, além do raciocínio lógico contido no discurso, deve haver presença de confiança no conteúdo enunciado, conforme afirma Aristóteles:

Persuade-se pelo caráter [*ethos*] quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exato e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que essa confiança seja resultado do discurso. (ARISTÓTELES, 2005, [c.400 a.C.] p. 96).

No entanto, o conceito de *ethos* introduzido por Aristóteles sofreu algumas alterações ao longo dos séculos, em razão de estudos empreendidos sobre esse fenômeno. Nesse sentido, “o que era uma disciplina única – a retórica – reverbera hoje em diferentes disciplinas teóricas e práticas, que têm interesses distintos e captam o *ethos* sob facetas diversas” (MAINGUENEAU, 2005, p. 12-13).

A trajetória da noção de *ethos* é explicada por Amossy (2005). A autora pontua que, no desenvolvimento das teorias pós-estruturalistas, foi Oswald Ducrot (1984)², em sua teoria polifônica da enunciação, quem fez a retomada da noção de *ethos*, introduzindo esse termo nos estudos enunciativos da linguagem. Amossy (2005) esclarece ainda que Dominique Maingueneau, por sua vez, também fez ponderações sobre a criação da imagem de si no discurso, desenvolvendo a noção de *ethos* atrelada à teoria da enunciação, pois, “se cada tipo de discurso comporta uma distribuição preestabelecida de papéis, o locutor pode escolher mais ou menos livremente sua cenografia” (AMOSSY, 2005, p. 16). É nesse momento que o *ethos* ganha importância para Maingueneau, considerando a possibilidade de escolher de que maneira o locutor quer construir a sua própria imagem junto ao auditório ao qual dirige seu discurso (AMOSSY, 2005).

2 Ducrot evoca apenas o *ethos* dito relativo à personalidade do locutor; mas pode-se argumentar que há também um *ethos* dito verbal, isto é, que se relaciona com as propriedades da própria enunciação (“minha palavra é severa”, “eu falo com você do fundo do coração” etc.). Em muitos casos, esse retorno do enunciado sobre a enunciação desempenha um papel importante. (MAINGUENEAU, 2018, p. 323)

As teorias contemporâneas da argumentação, conforme explana Amossy (2005), olham para o *ethos* com uma perspectiva diferente, coincidindo, em alguma medida, com os estudos da pragmática. Neste sentido, Kerbrat-Orecchioni (2008), com base em um estudo minucioso do programa chamado *100 minutos para convencer*, transmitido pelo canal televisivo “France 2”, afirma que o *ethos* é resultado do emprego de diversos recursos semióticos, sejam eles verbais, paraverbais ou não-verbais. A autora defende a ideia de que “o *ethos* não consiste em dizer que se é isto ou aquilo, mas em mostrá-lo por seu comportamento discursivo” (p. 237).

Outro ponto importante defendido por Kerbrat-Orecchioni, ponto este característico da noção de *ethos* concebida na contemporaneidade, é que, mesmo que o locutor tenha preparado o seu *ethos* prévio antes do discurso, é através “de certos marcadores e índices que se faz a gestão coletiva das identidades da interação” (p. 237). Isso permite afirmar que a formação da imagem pessoal por meio do discurso depende não somente da concepção que o locutor tem sobre si, mas também de outros fatores presentes no próprio ato do discurso, tais como a figura do interlocutor e a interpretação que ele [interlocutor] elabora a respeito da identidade do locutor projetada na enunciação. Dessa forma, nota-se que a questão do *ethos* discursivo é um produto da enunciação (e não apenas do enunciado). Em outros termos, é possível afirmar que a noção de *ethos* adotada na atualidade considera as definições que o locutor exhibe de si através do conjunto de seu comportamento enunciativo e multimodal, as descrições que faz de si mesmo visando ao convencimento de quem o ouve, bem como as definições que atribui ao interlocutor de forma explícita ou implícita (KERBRAT-ORECCHIONI, 2008).

Para Maingueneau (2008, p. 13), o “*ethos* consiste em causar uma boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança”. Apesar disso, é importante ir além nas análises discursivas, distinguindo o *ethos* discursivo e o *ethos* prévio (ou “pré-discursivo”), considerando que o público constrói uma imagem, uma representação do orador antes mesmo que ele

fale (MAINGUENEAU, 2008). Nessa mesma direção, Amossy (2005, p. 25) sustenta que o *ethos* prévio pode ser definido como “a imagem que o auditório faz do locutor no momento em que este toma a palavra”.

A expressão “julgar o livro pela capa” pode exprimir, em alguma medida, o significado de *ethos* prévio. O *ethos* é entendido, em linhas gerais, como uma imagem formada a partir do discurso. O *ethos* prévio seria, então, uma imagem formada antes do discurso, ou seja, seria literalmente julgar o livro pela capa, sem ter acesso ao conteúdo, avaliando e criando uma imagem somente pelo que se vê, pelo que é mostrado. É o que se concebe antes de ter índices suficientes para formar conceitos, considerando somente os aspectos não-discursivos.

O *ethos* que se refere ao que o locutor diz sobre si mesmo é considerado como *ethos* dito, sendo este diferente do *ethos* mostrado, que se refere a “como” algo é dito. A diferenciação está em ‘o que é dito’ do ‘como é dito’. O discurso elenca, também segundo Maingueneau (2018), a forma como o locutor se pronuncia, considerando que cada indivíduo tem seu próprio texto e a personalidade do locutor é expelida em sua maneira de falar, mais do que é falado, e isso também faz parte do discurso bem-sucedido ou malsucedido.

Há casos específicos em que é praticamente impossível conhecer o *ethos* prévio acerca de um determinado enunciador, como nos casos da leitura de livro de um autor desconhecido, por exemplo. No entanto, figuras públicas, tais como os sujeitos cujas publicações são analisadas no presente artigo, devido ao recorrente aparecimento nas mídias digital e televisiva, acabam contribuindo para a criação de um *ethos* que precede o momento da enunciação por meio de suas publicações no *Instagram*. Vale registrar, conforme pontua Maingueneau (2008), que esse *ethos* prévio - ou *ethos* pré-discursivo - pode ser confirmado, ressignificado ou desmentido no momento em que um sujeito, no plano da enunciação, realiza uma ação por meio da linguagem (MAINGUENEAU, 2008).

Sendo assim, o orador discursista é o indivíduo que vai, em princípio, tentar convencer com sua oratória um público-alvo. O sucesso da oratória

acontece quando o discurso expõe com clareza as mentiras ou verdades que se propõe afirmar no ato da verbalização. É válido lembrar que a forma como esse indivíduo se veste, os gestos que acompanham a fala, ou trejeitos e afins também são importantes no processo de persuasão do auditório, sendo que o *ethos* se forma a partir desse sucesso discursivo. “Em termos mais pragmáticos, dir-se-ia que o *ethos* se desdobra no registro do mostrado e, eventualmente, no do dito” (MAINGUENEAU, 2005, p. 70). Isso é particularmente evidente para aqueles que ocupam a cena midiática (MAINGUENEAU, 2018, p. 323). Além disso, pontua o autor que

o ethos de um discurso resulta da interação de diversos fatores: ethos pré-discursivo, ethos discursivo (ethos mostrado), mas também os fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (ethos dito) – diretamente (“é um amigo que lhes fala”) ou indiretamente, por meio de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala, por exemplo. A distinção entre ethos dito e mostrado se inscreve nos extremos de uma linha contínua, uma vez que é impossível definir uma fronteira nítida entre o “dito” sugerido e o puramente “mostrado” pela enunciação (MAINGUENEAU, 2008, p. 18).

Em termos gerais, pode-se estabelecer uma diferença entre os termos *ethos* prévio e *ethos* discursivo como sendo o primeiro aquele que é concebido previamente, antes mesmo que o enunciador fale e crie sua imagem através do discurso. O segundo, por sua vez, é aquele estabelecido por meio do discurso, em que o orador se utiliza de estratégias para formar uma imagem de si capaz de persuadir o auditório.

No campo da Teoria Semiolinguística, Charaudeau (2006) também coloca em cena contribuições importantes e necessárias sobre o *ethos*. O autor registra que a identidade do sujeito nas trocas languageiras comporta duas dimensões: uma de natureza social e outra de ordem discursiva. A identidade social, para Charaudeau, relaciona-se ao universo situacional do discurso e está atrelada ao sujeito enquanto ser empírico e psicossocial. Portanto, as imagens pré-existentes, positivas e/ou negativas, constitutivas do *ethos*

pré-construído (*ethos* prévio), ligam-se à figura do sujeito comunicante nas trocas languageiras. A identidade discursiva, por sua vez, recai sobre o sujeito enunciador, situado no espaço interno e estratégico da encenação do dizer. É nesse território, portanto, que o sujeito, visto como ser do discurso, aciona diferentes recursos e projeta, de acordo com seu projeto de fala, diferentes imagens de si, o que Charaudeau (2006) denomina de *ethos* construído (*ethos* presente).

No que diz respeito ao *ethos* projetado no território da enunciação (*ethos* discursivo, portanto), Maingueneau (2020) salienta que ele pode ser deflagrado por meio das “cenas” da enunciação. Na tentativa de operacionalizar a análise do *ethos* no campo político, Charaudeau (2006) propõe que este fenômeno seja visto a partir de duas grandes categorias: os *ethé* de credibilidade e os *ethé* de identificação. Tais questões serão tratadas na seção a seguir.

2 *Ethos*, cenas da enunciação e categorias analíticas

Para que seja possível analisar publicações do *Instagram*, tendo em vista a possibilidade de utilização dos diversos recursos disponíveis, como textos, imagens e vídeos, é importante que se adote uma teoria da enunciação que abarque o enunciado em sua totalidade, pois “o *ethos* se desdobra no registro do ‘mostrado’ e, eventualmente, no do ‘dito’” (MAINGUENEAU, 2005, p. 70). Sendo assim, o processo de construção do *ethos* nessa rede social específica será estudado a partir da teoria das cenas de enunciação, proposta por Maingueneau (2005, 2008), e das contribuições advindas de Charaudeau (2006), sobre os *ethé* de credibilidade e de identificação acionados pelo sujeito enunciador no plano do discurso.

Maingueneau (2008) pondera sobre a dimensão física do *ethos* baseada nos estereótipos coletivos, de forma que o *ethos* não trata somente do caráter do orador, isto é, não abarca somente aspectos essencialmente psicológicos,

mas é também representado fisicamente por meio da corporalidade do orador, num compilado de características físicas e vestimentas, levando em conta, ainda, a forma como o corpo se porta no espaço físico e social, traduzido em comportamentos, trejeitos, gestos, expressões faciais, etc. Esse conjunto é capaz de associar, então, características físicas e psicológicas aos enunciadores, como “o velho sábio, o jovem executivo dinâmico, a mocinha romântica [...]” (2008, p. 18).

O autor francês também traz em sua teoria o termo “incorporação” para definir a apropriação do *ethos* do enunciador por parte do auditório ou leitor. O termo pode ser explicado graças à “corporalidade” do enunciador, chamada de fiador pelo autor francês, bem como à assimilação do auditório ao seu próprio corpo, resultando na constituição de um corpo imaginário das pessoas que aderem ao mesmo discurso.

O texto não é para ser contemplado, ele é enunciação voltada para um co-enunciador cuja mobilização é necessária para fazê-lo aderir ‘fisicamente’ a um certo universo de sentido. O poder da persuasão de um discurso decorre em boa medida do fato de que leva o leitor a identificar-se com a movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados. (MAINGUENEAU, 2005, p. 73)

O sujeito “se manifesta também como ‘voz’ e, além disso, como ‘corpo enunciante” (p. 70). Charaudeau (2007, p. 115) corrobora com essa ideia ao afirmar que

o *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe a priori do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem

É importante registrar, desde já, que a concepção de *ethos* adotada por Maingueneau na Análise do Discurso difere, em larga medida, da concepção do *ethos* aristotélico, cuja aplicação era restrita ao âmbito judiciário ou

a enunciados exclusivamente orais. Para o teórico francês, as imagens identitárias são criadas em todo e qualquer discurso. Maingueneau afirma que, “além da persuasão por argumentos, a noção de *ethos* permite, de fato, refletir sobre o processo mais geral da adesão de sujeitos a uma certa posição discursiva” (2005, p. 69). Logo, a eficácia da persuasão por meio do discurso envolve, para além do enunciado, a enunciação.

Sendo assim, o *ethos* abarca todo tipo de texto, considerando que todos possuem uma vocalidade manifestável em diversos tons, tons estes que se associam a um fiador, que tem sua imagem construída pelo destinatário, por meio dos indicadores da enunciação na própria atividade discursiva. Roland Barthes (*apud* MAINGUENEAU, 2005, p. 70) elucida a noção de *ethos* da seguinte forma:

São os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão: são os ares que assume ao se apresentar [...]. O orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: eu sou isso e não aquilo.

Maingueneau (2005, 2008, 2020) relaciona o *ethos* discursivo à enunciação, afirmando que o próprio conceito de enunciação se manifesta na linguagem a partir de diferentes níveis ou planos, denominados por ele como “cenas da enunciação”, a saber: cena englobante, cena genérica e cenografia. Elas são complementares e, ao atuarem em conjunto, favorecem a intercompreensão por meio do discurso. A cena englobante “confere seu estatuto pragmático à enunciação, integra a um tipo de discurso, a uma esfera de atividade” (Maingueneau, 2020, p. 19). Logo, essa cena englobante guarda estreita relação com o conceito de esferas sociais de uso da língua(gem) na concepção bakhtiniana, tais como a esfera política, a literária, a religiosa, a jornalística, a publicitária, entre tantas outras. Através da cena englobante, torna-se possível a interpretação do discurso com base em sua função social. A cena genérica, por sua vez, relaciona-se aos gêneros do discurso, tendo em vista que estes determinam os papéis de enunciador, co-enunciador, tempo,

lugar, etc. A cenografia, por fim, “se caracteriza, de fato, por sua maneira específica de inscrever-se, de legitimar-se” (Maingueneau, 2005, p. 76), ou seja, constitui-se pelo próprio discurso, atribuindo credibilidade à enunciação.

A última cena, portanto, é aquela com a qual o co-enunciador mais se esbarra. Ela é sustentada pela memória coletiva e verifica um enunciado enquanto é verificada por ele. Há certo gêneros do discurso em que a cenografia não se instaura de forma explícita, tais como um ofício ou um testamento, por exemplo, em virtude da formalidade que engendram. Por outro lado, gêneros como o anúncio publicitário e o filme cinematográfico podem apresentar variações de cenografia, exigindo da instância de recepção o acionamento de conhecimentos enciclopédicos e interdiscursivos para a construção de sentidos. Sobre esse conceito, o autor francês tece a seguinte consideração:

Quanto à cenografia, ela não é imposta pelo gênero, mas construída pelo próprio texto: um sermão só pode ser enunciado por meio de uma cenografia magisterial, profética, amigável, etc. Normalmente, a cenografia deve ser legitimada ou relegitimada pela própria enunciação que sobre ela se apoia: o universo construído pelo enunciado deve especificar a cenografia através da qual ela surge. (MAINGUENEAU, 2020, p. 19).

Se, no universo dos textos verbais (orais e escritos), os conceitos de cenografia e de *ethos* já guardavam estreita relação entre si, no universo digital tal aproximação é ainda mais necessária para o desvelamento do discurso no plano da enunciação. Em publicações escritas nas redes sociais, não há uma representação explícita sobre os aspectos físicos do enunciador, mas indícios sinalizados ou mostrados nos planos imagético e linguístico que podem levar o co-enunciador a imaginar sua corporalidade, definida pelo autor francês como “uma compleição corporal, mas também uma forma de vestir-se e de mover-se no espaço social”, e seu caráter, definido como “um feixe de traços psicológicos”. (MAINGUENEAU, 2008). Conclui-se, então, que o *ethos* provém de uma corporalidade do enunciador através do tom que este atribui ao discurso. No caso das publicações no *Instagram*, além do impacto do quadro

cênico (cena englobante + cena genérica) sobre o sentido, é, sobretudo no escopo textual da cenografia, constituída por meio da convergência entre fotografias e textos, que os sujeitos vão projetar diferentes imagens de si no e pelo discurso.

Ao estudar as formas de construção do *ethos* no âmbito do discurso político, Charaudeau (2006) ressalta que esse fenômeno precisa ser pensado a partir de duas grandes categorias analíticas: os *ethé* de credibilidade e os *ethé* de identificação. Para construir uma imagem discursiva de credibilidade junto aos eleitores, o sujeito político deve satisfazer, minimamente, três condições básicas: (i) condição de sinceridade, relacionada ao grau de verdade e de transparência sobre aquilo que enuncia; (ii) condição de performance, relativa ao fato de poder colocar em prática o que anuncia ou promete; (iii) condição de eficácia, que incita o sujeito a colocar em cena os meios necessários para realizar ações. Além da credibilidade, Charaudeau (2006) também aponta a necessidade, no âmbito político, da construção de imagens assentadas no campo do afeto, haja vista que a conquista da opinião pública e, em consequência, a conquista de eleitores, deve operar sobre valores, crenças e princípios capazes de tocar emocionalmente a instância de recepção. Essas imagens (*ethé*) de identificação, enfatiza Charaudeau (2006), podem sofrer variações no plano do discurso, sendo que algumas “supostamente refletem os traços que definem e essencializam os políticos enquanto pessoas”, tais com, o *ethos* de caráter, *ethos* de inteligência, *ethos* de humanidade e, outras, que são orientadas para os cidadãos. Em síntese, a construção das imagens de credibilidade e de identificação pode ser vista como uma estratégia argumentativa de primeira importância e, portanto, será aplicada na análise das postagens selecionadas para este trabalho.

3 Redes sociais, influenciadores digitais e construção do *ethos*

Para maior clareza das análises empreendidas neste trabalho, é importante delinear os conceitos de rede social, principalmente o *Instagram*,

e de influenciador digital. Sendo assim, as redes sociais digitais podem ser definidas como sites que permitem aos usuários estabelecer conexões com outros indivíduos, criando uma rede interacional em um ambiente online. Ao juntar-se à plataforma, o usuário cria um perfil personalizável, público ou não, contendo espaços preestabelecidos para inserir dados que o identifiquem, como um nome, uma foto de perfil, uma pequena descrição contendo algumas de suas características pessoais, etc. Através dessas informações, ele pode encontrar pessoas de seu convívio e conectar-se com elas.

O *Instagram*, rede social utilizada como fonte do *corpus* deste artigo, permite ao usuário o compartilhamento de diversas formas de mídias sociais, principalmente de fotos. Possui, no entanto, suporte para a publicação de vídeos, textos, links, stories³, além dos campos para a interação social direta com os demais usuários, como os comentários e as mensagens privadas. A plataforma foi criada em 2010 por Kevin Systrom e Mike Krieger e conta com mais de 1,2 bilhões de usuários ativos e mais de 500 milhões de acessos diários⁴. Por ser um espaço em que é possível argumentar e projetar imagens, infere-se a existência de um *ethos* construído nas e através das postagens nessa rede social.

Anteriormente, a leitura do perfil de uma pessoa poderia ser realizada através do estilo de roupas que ela usava. Se roupa jeans, um perfil; se tergal, outro perfil. Isso indicava que seu grupo social pertencia aos aventureiros ou aos sensatos, por exemplo. O *ethos*, a partir da doxa compartilhada entre os sujeitos da enunciação, poderia ser projetado pela vestimenta. A título de exemplo, uma outra maneira utilizada para a formação da imagem de um indivíduo no passado eram os adesivos colados nos carros: os de times de futebol indicavam um perfil despojado; os de carros, motos, por sua vez, indicavam um perfil de viajantes e aventureiros; adesivos de santo de devoção indicavam a religião e a tendência a crenças diversas, por exemplo.

3 Funcionalidade que possibilita publicar fotos ou vídeos que ficam disponíveis por até 24h.

4 Fonte: <<https://etus.com.br/blog/as-maiores-redes-sociais-em-2021/>>. Acesso em: 19/08/22.

Atualmente, *é inegável o uso das redes sociais como instrumento para a construção do ethos de si no discurso*. As fotos publicadas em redes sociais e, mais especificamente no *Instagram*, plataforma inicialmente mais voltada para a publicação de imagens, constroem uma identidade daqueles sujeitos que realizam tais postagens. Mais ainda, as fotos recebem comentários que vão construindo também referenciais identitários daqueles que seguem a pessoa que posta as imagens (CARRERA, 2012). É interessante observar que as informações através de fotos são atualizadas constantemente (SIBILA, 2008; CARRERA, 2012; RECUERO, 2009), o que faz das informações postadas “documentos” da atualidade.

Neste sentido, a imagem de si que os atores buscam fazer os interlocutores acreditarem existir, ou, especificamente, o *ethos* construído a partir da postagem de imagens, vídeos ou textos em sites de redes sociais, edifica-se, também, a partir de um *habitus* de classe, isto é, de “subjetividades socializadas” (LANDINI & PASSIANI, 2007, p. 5) que determinam os gostos e o valor dado a cada comportamento, atitude ou escolha evidenciados pelo conteúdo posto em público. (CARRERA, 2012, p. 150)

Sendo assim, a construção das imagens de si no ambiente virtual acontece *não somente com base no perfil* dos sujeitos usuários de determinada rede social (nome, foto e biografia), mas, sobretudo, por meio das publicações que esses sujeitos veiculam em seus perfis, sendo consideradas, além do texto escrito, as imagens, vídeos e outras formas de enunciados. Segundo Heine (2007, p. 155), “todo discurso pressupõe a construção de uma imagem daqueles que estão envolvidos no processo interativo”. Apesar disso, é enganoso dizer que esse interlocutor precisa falar de si ou postar suas fotos. A linguagem se desenvolve atualmente para um campo das descobertas da relação. É possível, por exemplo, fazer a relação de uma imagem postada nas redes sociais com o perfil da pessoa que a postou, conforme Amossy (2005, p. 9):

(...) lançam-se pistas acerca desta imagem: seu estilo, sua visão de mundo, seu conhecimento acerca de determinados assuntos, dentre outros, que permitirão aos ouvintes realizarem a construção da imagem do enunciator.

A utilização em massa das redes sociais fez surgir a figura dos influenciadores digitais (*influencers*). Consideram-se *influencers* os indivíduos populares que, por meio das redes sociais digitais, buscam modificar os hábitos de consumo e de comportamento de seus seguidores. Levando em consideração o objeto de estudo deste artigo, considera-se que as duas figuras públicas escolhidas para terem seus *posts* analisados (Juliette Freire e Gilberto Nogueira) tornaram-se *influencers* digitais devido à participação no programa *Big Brother Brasil 21*, exibido em cadeia nacional pela rede Globo de televisão, experiência que proporcionou a eles milhões de seguidores no *Instagram*.

O *reality show é nacionalmente assistido e, considerando o fato de que a relevância do assunto é um dos pontos que determina o público no espaço digital, eles passaram a ser seguidos por milhões de pessoas e, com isso, tornaram-se, pragmaticamente, influencers digitais por meio de suas publicações em redes sociais, com destaque para as postagens realizadas no Instagram. Segundo Amossy (2005), para que o ethos seja projetado por “x” e identificado por “y”, é necessário haver a existência de um sujeito persuasivo, de um sujeito persuadido, de um argumento defendido e de elementos linguageiros (imagéticos e linguísticos) utilizados para que o objetivo seja alcançado. Todos esses elementos estão presentes nas postagens do Instagram, podendo, portanto, funcionar como elementos deflagradores do ethos discursivo no plano da enunciação.*

4 Análise dos dados e discussão dos resultados

Este artigo é fruto de uma pesquisa de natureza documental, tendo em vista a coleta e seleção de *posts* extraídos da rede social *Instagram*⁵. No que

5 Estudiosos do discurso em plataformas digitais (Maíz-Arévalo, 2018; Cabral, 2019, entre outros) explicam que postagens públicas nas redes sociais são consideradas atos públicos e, por isso, estão abertas para a visualização e uso dos usuários, o que contempla a pesquisa relacionada a esses dados. A rede social Instagram define, em sua política de

concerne à abordagem analítica dos dados, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e de cunho essencialmente interpretativista, haja vista que foram descritas e analisadas as características contextuais e os recursos imagéticos e linguísticos que, no plano da enunciação, atuam como pistas deflagradoras do *ethos* discursivo de figuras públicas no *Instagram*.

Na análise, foram utilizadas publicações extraídas das contas públicas de Juliette Freire e Gilberto Nogueira. A seleção de publicações feitas por esses sujeitos levou em consideração a criação massiva de conteúdo e a popularidade dessas duas figuras públicas na esfera digital (*Instagram*). Assim sendo, foram selecionadas quatro publicações, sendo duas pertencentes a Juliette Freire e duas pertencentes a Gilberto Nogueira. Na análise dos *posts*, portanto, foram consideradas tanto as informações visuais quanto as informações verbais escritas, tendo como aporte teórico os estudos de Maingueneau (2005, 2008, 2020), de Charaudeau (2006, 2008) e de Kress e van Leeuwen (2006). As imagens de outros sujeitos e os comentários de seguidores, nas publicações, foram devidamente desidentificados.

Na escolha dos *posts*, também consideramos o seguinte critério: seleção de publicações feitas pelos sujeitos durante os períodos (i) pré-reality, anteriores ao ano de 2021, e (ii) pós-reality, entre os meses de maio e julho do ano de 2021. Esse critério mostrou-se relevante para que fosse estabelecida uma análise comparativa entre os resultados obtidos após a descrição e o estudo das publicações de cada figura pública. Dito de forma mais clara, procuramos

consentimento, a utilização de dados, afirmando que “[...] as pessoas podem usar nossos produtos para criar e compartilhar conteúdo sobre você com o público que escolherem”. Com base nesses apontamentos, foram selecionadas quatro publicações públicas, sendo duas relativas a Juliette Freire e duas relativas a Gilberto Nogueira, para os fins da pesquisa realizada. Por questões éticas, apenas as imagens desses dois sujeitos, que são o foco do estudo realizado, foram investigadas. Nos *posts* selecionados, as imagens e os comentários de usuários foram totalmente desidentificados. A política de privacidade da empresa Meta, proprietária da rede social *Instagram*, pode ser acessada, com riqueza de informações, no seguinte endereço eletrônico. https://privacycenter.instagram.com/policy/?entry_point=ig_help_center_data_policy_redirect. Acesso em 20 de junho de 2023.

realizar, inicialmente, uma comparação entre as publicações de Juliette Freire (Juliette antes da fama x Juliette após a fama) e entre as publicações feitas por Gilberto Nogueira (Gilberto antes da fama x Gilberto após a fama), a fim de compreendermos se a conquista de um número elevado de seguidores foi um fator decisivo para a possível adequação e mudança do *ethos* desses sujeitos. Importante salientar que as análises apresentadas dizem respeito às quatro publicações selecionadas para este trabalho, haja vista que um número maior de *posts* extrapolaria os limites de espaço do presente artigo.

Num segundo momento, estabelecemos uma linha de comparação entre as cenografias projetadas por Juliette Freire em relação às cenografias projetadas por Gilberto Nogueira, tendo em vista a averiguação da relação possível entre cenografias e construção do *ethos* no discurso. Para o cumprimento dessa empreitada, buscamos fundamentar a análise dos dados nos estudos propostos por Maingueneau (2005, 2008, 2020) sobre cenas da enunciação e *ethos* discursivo, além de contribuições advindas de Charaudeau sobre os *ethé* de credibilidade e de identificação. As subseções, a seguir, destinam-se à apresentação das análises e à discussão dos resultados obtidos.

4.1 Análise das publicações de Juliette Freire antes e depois da fama

O primeiro *post* selecionado para análise foi publicado por Juliette Freire no ano de 2019, antes de sua participação no *reality show* *Big Brother Brasil* e, conseqüentemente, antes de sua fama. Em seguida, a análise recai sobre um outro *post* veiculado em junho de 2021 pela própria Juliette, sendo este publicado em seu *Instagram* exatamente um mês após tornar-se campeã da vigésima primeira edição do programa e reunir, em seu perfil, mais de trinta milhões de seguidores. O contraste entre as publicações viabilizou uma reflexão sobre as mudanças apresentadas no modo como Juliette Freire projeta o seu *ethos* (*ethé*), tendo em vista o crescimento do público que a acompanha na atualidade.

Figura 1: Publicação veiculada no perfil de Juliette Freire em 5 out. 2019



Fonte: Instagram.⁶

A título de descrição, na figura 01, publicada em 25 de outubro de 2019, há a representação de Juliette fantasiada para uma festa de *Halloween*. Na imagem, ela está maquiada simulando aspectos pré-cirúrgicos. É possível identificar a representação de sangue escorrendo pelo seu pescoço e de um grave machucado em sua testa, simbolizando um corte e remoção de pele do local. Há ainda um efeito produzido com massa moldável no contorno do seu rosto, sugerindo um possível procedimento estético que visa estender a pele, eliminando rugas e marcas temporais.

Além disso, diversas setas estão desenhadas em seu rosto e busto. Em seu rosto, as marcas insinuam aspectos que costumam ser modificados por cirurgias plásticas, como o aumento dos lábios, a elevação da maçã do rosto e das sobrancelhas. No busto, por outro lado, as setas sugerem uma mamoplastia, ou seja, uma cirurgia para colocação de silicone, provocando o aumento dos seios. Em sua mão direita há uma seringa com uma agulha, remetendo a uma situação hospitalar. A seringa está apontada para o seu rosto, possivelmente indicando que ali seriam feitos supostos tratamentos estéticos.

6 Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/B4C4FxmPGly/> > Acesso em: 20/04/2023.

Para além da maquiagem que faz referência às cirurgias estéticas, a figura apresenta os olhos sutilmente maquiados e os lábios com batom vermelho. Sua pele apresenta um aspecto saudável e há contorno/iluminação em seu nariz, testa e maçã do rosto, dando a sensação de uma pele bem hidratada e iluminada. Ao fundo da imagem, há uma colagem de diversas figuras não identificadas (por estarem borradas). Apesar disso, as imagens podem indicar certa dinamicidade e informatividade, graças ao compilado de diversas figuras representativas. Na relação interacional estabelecida entre a enunciadora (Juliette) e o leitor presumido da publicação (seguidores de sua conta no *Instagram*), nota-se, no plano do olhar, o estabelecimento de uma imagem de oferta, em que a instância de recepção é convidada, simbolicamente, a observar a publicação (KRESS e VAN LEEUWEN, 2006). No nível do enquadramento, levando em conta a proposta de análise de imagens pensada por esses autores, a publicação coloca em cena um enunciado imagético feito por meio de um plano curto ou fechado (*close-up*), o que revela um grau considerável de intimidade entre Juliette e seus seguidores. Essa relação de proximidade também é marcada na parte verbal da publicação, conforme transcrição a seguir.

A minha fantasia para o halloween do @Lanobafafa é uma “crítica” à era das cirurgias plásticas e dos procedimentos estéticos. Seja quem você é, independente de qualquer padrão imposto. Defendo a LIBERDADE, seja ela estética, religiosa, sexual, política... Você é livre para ser quem quiser, desde que seja VOCÊ e que os motivos sejam exclusivamente SEUS!

No plano verbal, um primeiro indício para a compreensão do *ethos* projetado por Juliette Freire no espaço da enunciação diz respeito ao uso da palavra “crítica”. Ao optar por essa seleção lexical, ela utiliza o espaço do *post* para expor sua opinião sobre os procedimentos estéticos, mas, para além disso, ela procura desaprovar a prática social de imposição de padrões, não necessariamente relacionados à aparência, considerando o trecho em que defende a liberdade “estética, religiosa, sexual, política”. Um outro elemento utilizado visando legitimar esse tom é justamente o termo “defendo”,

empregado enunciativamente em primeira pessoa, num comportamento nitidamente elocutivo com modalidade de opinião. Segundo Charaudeau (2008, p. 92), nesse tipo de modalidade, o sujeito “*explicita* a posição que o fato ou a informação ocupam em seu *universo de crenças*. Assim, o locutor *avalía* a verdade do seu propósito e, ao mesmo tempo, *revela* qual é o seu ponto de vista” (grifos do autor). O uso da opinião, portanto, demonstra a razão pela qual Juliette é contrária a procedimentos estéticos, evidenciando que ela possui senso crítico e é capaz, assim, de defender suas próprias ideias.

Um ponto importante a ser analisado é o contexto em que a enunciação é produzida, tendo esse contexto um impacto significativo no que diz respeito à formação do *ethos* da figura analisada. Segundo o *post*, Juliette fantasiou-se para uma festa de Halloween. Esta celebração, que tem origem nos Estados Unidos e é comemorada em 31 de outubro, é conhecida como “Dia das Bruxas”. É comum que as pessoas se vistam de personagens ou representações que causem algum medo, que tenham um tom de horror, sendo, portanto, uma tese socialmente aceita que valida o discurso em questão. O seguidor, assim, é persuadido a aceitar a ideia de que procedimentos estéticos podem ser tidos como horripilantes e assustadores, a ponto de serem representados por meio de uma fantasia de Halloween.

Ao enunciar “seja quem você é, independente de qualquer padrão imposto”, Juliette coloca em cena um outro comportamento enunciativo, agora no plano da alocação, numa tentativa de interlocução explícita com seus seguidores. Ao utilizar a modalidade de injunção (Charaudeau, 2008), ela estabelece com o enunciatário, por meio do discurso, uma ação a ser realizada na forma de agir e de ser, reivindicando, para si, uma imagem de enfrentamento aos padrões que a sociedade estipula. Ao mesmo tempo em que a crítica é estabelecida, ela mostra estima pelas pessoas e por seus aspectos naturais, propondo que os sujeitos situados na instância de recepção do discurso se amem independentemente de valores e estereótipos impostos pela sociedade. Agindo dessa maneira, ela constrói, em conjunto com a imagem de enfrentamento, um *ethos* de apreciação e de aconselhamento, propondo um tom de aproximação amigável com seus seguidores, os quais, por meio do discurso, podem se sentir confortáveis, respeitados e aceitos por ela.

O trecho “você é livre para ser quem quiser, desde que seja VOCÊ e que os motivos sejam exclusivamente SEUS!” traz aspectos importantes que contribuem para uma análise mais profunda do que é enunciado, pensando na construção do *ethos* como resultado de um processo interativo. O destaque às palavras “VOCÊ” e “SEUS”, grafadas em caixa alta, é um recurso utilizado para despertar a atenção de seus seguidores, deixando clara a ideia de que, muitas vezes, o sujeito não é aquilo que deseja ser por conta de motivos impostos pela sociedade. Ela concebe, portanto, a sociedade como sendo moduladora de personalidade, aparência, escolhas e até mesmo da própria projeção do indivíduo enquanto ser social. O diálogo com o leitor é traçado no plano da modalidade alocutiva de sugestão (Charaudeau, 2008), estratégia por meio da qual Juliette propõe a seus seguidores uma nova forma de agir como meio possível de transformar comportamentos. Nota-se, dessa forma, a projeção de um *ethos* de enfrentamento e de denúncia no plano do discurso.

É importante ampliar a análise e propor brevemente uma segunda possibilidade de imagem instituída em resposta ao discurso da enunciatória, levando em consideração a pluralidade do auditório e das possíveis interpretações. Indivíduos que partilham do mesmo posicionamento de Juliette e possuem certa inclinação ao que ela defende (caso dos “Cactos”, por exemplo), tendem a considerar o conteúdo do seu *post* como sendo um discurso carregado de verdade. Além disso, sentem-se inspirados e, em alguma medida, são influenciados por ela. Por outro lado, pessoas adeptas a outros pensamentos e ideologias poderiam criticá-la, considerando que ela já realizou procedimentos estéticos.

É possível que esse grupo de pessoas enxergue o *ethos* formado por meio dessa publicação como sendo prejudicial à figura, atribuindo, portanto, um *ethos* de desfaçatez, de contradição. Tal interpretação vai ao encontro do que Roland Barthes (*apud* MAINGUENEAU, 2005a, p. 70) defende, ao afirmar que pouco importa a sinceridade do enunciatário ao construir o seu discurso e empregar elementos persuasivos, bem como ao que Maingueneau (2006, p. 70) expressa ao assinalar que “o *ethos* se desdobra no registro do ‘mostrado’ e, eventualmente, no do ‘dito’”. Sabe-se que a influenciadora passou por procedimentos estéticos e que, sendo assim, é contraditório que

ela milite nesse sentido. De qualquer modo, a análise do *post* evidencia que, antes da fama, Juliette pautava sua fala a partir da construção de imagens assentadas no discurso do afeto, buscando estabelecer um diálogo aberto e direto com seus seguidores. Assim, as imagens suscitadas no plano da enunciação (enfrentamento, apreciação, denúncia e aconselhamento) podem ser vistas como diferentes *ethé* de identificação (Charaudeau, 2006), uma vez que se apoiam, sobretudo, em imaginários e representações socialmente compartilhados entre as instâncias de produção e de recepção do discurso.

O segundo *post*, apresentado a seguir, foi feito por Juliette Freire em sua página oficial no *Instagram*, em junho de 2021. A postagem, portanto, aconteceu após a participação da *influencer* no *Big Brother Brasil*.

Figura 2: Publicação veiculada no perfil de Juliette em 4 jun. 2021.



Fonte: Instagram.⁷

Na imagem presente na figura 02, nota-se que Juliette está com os cabelos soltos, com maquiagem relativamente simples, mas perceptível. Ela está vestida com uma roupa preta que aparenta ter a textura de couro. Alguns acessórios

⁷ Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/CPspSGdtUq6/> > Acesso em: 20/07/21.

compõem o seu visual: um anel na mão esquerda, brincos e cinto. O olhar presente na figura indica seriedade, mostrando que a enunciativa interage diretamente com o leitor da publicação. Diferentemente da primeira imagem analisada, tem-se, na figura 02, uma imagem de demanda (Kress e Van Leeuwen, 2006) que sinaliza uma relação de interlocução direta entre Juliette e o público-algo do *post*. No âmbito do enquadramento, a imagem é construída por meio de um plano americano, uma vez que a figura pública é mostrada da cintura para cima. Esse enquadramento permite isolar na imagem uma única figura, desfocando o fundo com o objetivo de concentrar a atenção do enunciatário no elemento central da fotografia (expressão do rosto de Juliette), estabelecendo entre as instâncias de produção e de recepção um contato próximo e direto.

A mão da personagem está levemente pousada em seu pescoço, dando a impressão de uma pose espontânea. Ao fundo, um lugar arborizado (desfocado) e muito iluminado contrasta com a seriedade da *influencer*. Na sequência, vejamos a transcrição do conteúdo verbal presente no *post*:

Escolhi uma foto bem bonita pra dizer que há 30 dias eu vivo coisas que nunca imaginei viver na vida. Vocês me escolheram, têm noção de como isso é forte e lindo?! ❤️ Pra sempre grata por tanto amor, pelas oportunidades, pela chance de realizar os meus sonhos e os da minha família. Pra sempre grata a vocês, meus Cactos amados! Obrigada, obrigada e obrigada!

Uma primeira observação pode ser feita a partir do trecho “escolhi uma foto bem bonita”, onde a enunciativa emprega em seu discurso um autoelogio. Ela fala abertamente sobre si, utilizando-se da modalidade elocutiva de apreciação (Charaudeau, 2008), por meio da qual é possível colocar em cena uma avaliação qualificativa sobre o que afirma (beleza da foto). Com base em tal apontamento e no que propõe Maingueneau (2008), observa-se, nesse trecho inicial do conteúdo verbal, a projeção de um *ethos* dito, haja vista que Juliette opta por salientar sua opinião sobre si mesma, sobre sua imagem, sobre seu corpo empírico representado na fotografia. Ela justifica a escolha da seguinte maneira: “[...] pra dizer que há 30 dias eu vivo

coisas que nunca imaginei viver na vida”. Sente-se, portanto, privilegiada, projetando uma imagem de favorecimento.

A fala é resultado da sua vitória no reality show. O ponto chave do seu discurso pode ser identificado no trecho: “você me escolheram, têm noção de como isso é forte e lindo?!”. Nesse momento, ao falar de si e do outro, a enunciativa é capaz de projetar em seu discurso, simultaneamente, duas imagens: a imagem de escolhida, de heroína (*ethos* de enaltecimento), ao passo que confere aos fãs um *ethos* de devoção. Ela considera, ainda, como “forte e lindo” o amor que seus fãs demonstram. O recurso iconográfico do emoji10 (em forma de coração) contribui para a construção da imagem que ela deseja transmitir.

Repetidas vezes, Juliette afirma ser grata pelo que tem recebido de seus seguidores. “Pra sempre grata por tanto amor...”, “Obrigada, obrigada e obrigada!”. A estratégia demonstra um desejo de convencer o leitor sobre o que está sendo dito. Ela menciona sentimentos como “amor” e se refere aos fãs como “meus Cactos amados”. Vale registrar que ela aciona, também, a prova persuasiva do “pathos”, que visa levar o leitor à comoção: “persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimentos tristeza ou alegria, amor ou ódio” (ARISTÓTELES, 2005, p. 97).

Desse modo, Juliette, no plano da enunciação, demonstra um sentimento de acolhimento, sentindo-se abraçada por seus seguidores. Essa acolhida, segundo seu discurso, foi capaz de proporcionar a ela coisas que jamais imaginaria viver, como a realização de seus próprios sonhos e dos sonhos da sua família. Ela projeta, nesse momento, um *ethos* de superação. Isso é feito, mais uma vez, por meio de uma visada patêmica, suscitando a emoção em seus seguidores e direcionando a eles, de forma explícita, a sua fala em tom de agradecimento pelo estrelato e pelas consequências da fama em sua vida. A análise da segunda postagem mostra que, logo após a vitória no BBB21 e a fama conquistada nacionalmente, Juliette Freire sente-se compelida a manter seu discurso no plano das emoções, projetando de si a imagem de pessoa querida e grata. Ao operar com essas escolhas,

a *influencer* coloca em cena diferentes *ethé* de identificação (Charaudeau, 2006), marcados, no plano da enunciação, por valores compartilhados entre ela (Juliette) e seus seguidores.

4.2 Análise das publicações de Gilberto Nogueira antes e depois da fama

Analisadas as publicações de Juliette Freire, passamos ao estudo de duas publicações veiculadas no perfil oficial do *Instagram* de Gilberto Nogueira, também conhecido como Gil do Vigor ou, simplesmente, Gil. O primeiro *post* analisado foi publicado no ano de 2020, antes da sua participação no *reality show* *Big Brother* Brasil e, portanto, antes da sua fama. O segundo *post*, por sua vez, foi feito pelo próprio Gilberto em maio de 2021, alguns dias após a sua eliminação da vigésima primeira edição do programa, e reunir, em seu perfil, naquele momento, mais de dez milhões de seguidores.

Figura 3: Publicação veiculada no perfil de Gilberto Nogueira em 19 mai. 2020.



Fonte: Instagram.⁸

8 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAY_5a1hIC4/>. Acesso em: 03/08/2021.

A figura 3, publicada em 19 de maio de 2020, retrata Gilberto rodeado por cinco colegas em uma festa. Na imagem, todos estão sorrindo para a foto, aparentando a vivência de um momento feliz. A fotografia foi feita por uma de suas colegas por meio de uma *selfie*⁹, o que sugere, em alguma medida, proximidade e intimidade entre os indivíduos presentes na imagem. Na interação estabelecida por meio da fotografia entre Gilberto e seus seguidores (ou seja, entre enunciador e enunciatário), observa-se uma imagem de oferta, pois conforme propõem Kress e Van Leeuwen (2006), os atores representados na imagem não olham diretamente para o leitor. Na figura 03, por meio da *selfie*, infere-se um contato visual entre Gilberto e a pessoa que, na ocasião, fez a fotografia. Além disso, no âmbito do enquadramento, nota-se a técnica de *close-up* (plano curto), o que evidencia uma relação de intimidade entre o sujeito enunciador (Gilberto) e seus seguidores no *Instagram*.

Ao contrário da publicação de Juliette Freire antes da fama, Gilberto não se impõe como um influenciador nesta publicação. O seu perfil, antes da participação no *reality shw*, era utilizado de forma casual, íntima, com destaque para a socialização on-line com pessoas de seu convívio (pessoal, acadêmico, profissional). De modo geral, a maior parte das pessoas não famosas possui uma conta no *Instagram* com o mesmo objetivo de Gilberto antes do estrelato. Assim, conectar-se com familiares e amigos, publicar fotos, textos e vídeos que apresentem significados pessoais, encontrar indivíduos que compartilham dos mesmos gostos e valores, entre outras possibilidades, são alguns dos usos comuns das plataformas virtuais.

O enunciado imagético representa um momento específico e, em algum medida, soma-se ao conteúdo verbal para construir as imagens (*ethé*) de Gilberto Nogueira no conjunto do *post* em questão. Vejamos, a seguir, a transcrição da parte verbal presente na publicação.

9 Ato de tirar foto de si mesmo e publicá-la em plataformas virtuais.

Hoje é dia de #tbt e não teria como passar em branco um grupo de amigos que tanto amo!!! Do PIMES para a VIDA. Juntos, nas alegrias e nas notas baixas!!!

A convergência entre enunciado imagético e conteúdo escrito faz emergir, no plano da enunciação, diferentes imagens. A primeira delas diz respeito ao *ethos* de saudosismo, que pode ser identificado no trecho “Hoje é dia de #tbt”. O termo “tbt” é uma sigla em inglês para a expressão “throwback thursday”, traduzida livremente para o português como “quinta-feira do retorno”. Essa expressão é utilizada em publicações que são veiculadas às quintas-feiras nas redes sociais com o intuito de lembrar momentos passados e de recordar momentos retratados em fotografias. Gilberto, ao participar desse movimento, demonstra-se saudosista, colocando-se como um indivíduo cheio de boas memórias e apreciador de suas recordações. Mais do que isso, um ser com uma postura virtual que se adequa aos movimentos da rede.

Outro aspecto que pode ser identificado no discurso de Gil do Vigor é o *ethos* de “camaradagem”. No trecho “um grupo de amigos que tanto amo!!!”, a enunciação acontece por meio de uma modalidade elocutiva de apreciação favorável (Charaudeau, 2008), o que contribui para a construção de uma imagem de pessoa amigável, que valoriza os colegas e amigos. Em seguida, ao dizer “Juntos nas alegrias e nas notas baixas!!!”, por meio de uma modalidade elocutiva de declaração/confissão, Gilberto demonstra ter o costume de dividir momentos diversificados com colegas e amigos, sejam estes momentos bons (alegrias) ou ruins (notas baixas). Para mais, ao mencionar “PIMES”¹⁰, sigla para o Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco, o enunciador confere a si mesmo e aos seus amigos uma imagem experiencial de instrução, pois sinaliza a posse de saberes científicos. Em alguma medida, tal atribuição aos amigos reforça o seu próprio *ethos* de camaradagem, já que ele tece uma imagem que ressalta as boas qualidades dos companheiros, neste caso, a instrução.

10 Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco.

Por fim, uma última imagem de si pode ser percebida por meio do conjunto do enunciado. Ao escrever que o grupo sempre esteve junto, inclusive “nas notas baixas”, o enunciador formula, em certo sentido, um *ethos* de modéstia, visto que essa fala, na modalidade de confissão, expõe a sua própria fragilidade e a fragilidade dos seus amigos, afastando de si o enaltecimento. No entanto, trata-se de uma percepção sutil, considerando que a totalidade do *post* apresenta um tom positivo, amigável e jocoso. O intuito não é menosprezar ou desacreditar o seu grupo. Ao contrário, o objetivo é mostrar que a amizade prevalece, ainda que, juntos, passem por momentos difíceis, pois estes momentos podem ser encarados de forma leve e divertida. A projeção de imagens no *post* de Gil do Vigor (antes da fama) está a serviço da construção de diferentes *ethé* de identificação (Charaudeau, 2006), dentre os quais, como visto, se destacam os *ethé* de saudosismo, de camaradagem, de instrução e de modéstia. A figura 04, na sequência, indica uma publicação de Gilberto Nogueira após a fama.

Figura 4: Publicação veiculada no perfil de Gilberto Nogueira em 8 mai. 2021.



Fonte: Instagram.¹¹

11 Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/COoIygvhKGW/>>. Acesso em: 03/08/2021.

A quarta e última publicação a ser analisada foi veiculada em 08 de maio de 2021, no perfil oficial do *Instagram* de Gilberto Nogueira. Na foto principal da publicação¹², feita em uma solenidade ocorrida no Maria Farinha Praia Hotel, localizado na cidade de Paulista, em Pernambuco, Gil do Vigor tem em suas mãos um certificado emoldurado que confere a ele um *Título Honorífico de Cidadão Paulistense*. Ele utiliza uma máscara pff2 por conta da pandemia de Covid-19. Apesar de cobrir parcialmente o seu rosto, seus olhos sugerem certa surpresa e euforia com o prêmio recebido. A posição em que ele se encontra e o direcionamento do seu olhar (imagem de oferta) indicam que possivelmente havia um público testemunhando a entrega da premiação e, conseqüentemente, seu discurso de agradecimento. No plano do enquadramento, observa-se uma imagem feita em plano médio (da cintura para cima), evidência de proximidade social entre ele e seus seguidores. O texto verbal utilizado no *post* é o seguinte:

Recebi hoje uma homenagem da prefeitura da minha cidade, Paulista e foi regozijo puro. Parte do meu discurso foi que a caminhada tem que ser igual pra todo mundo. Por que eu tenho que chegar cansado na faculdade e outros descansados? E essa competição desigual? Eu queria gritar e ninguém me ouvia. Falei assim “vou ter que gritar na Globo”. Que a gente entenda a importância da educação e que ações fazem mudanças mais do que palavras. Gratidão a todos que me ouviram. Fiquem em casa, se protejam e se mantenham seguros, a pandemia ainda não acabou!

A unidade verbal do enunciado sugere um tom de triunfo. Isso pode ser observado, principalmente, através do trecho que abre o seu discurso “Recebi hoje uma homenagem da prefeitura da minha cidade, Paulista e foi regozijo puro”. Esse trecho coloca em cena duas modalidades elocutivas que se completam: a modalidade de constatação (no segmento em que afirma ter recebido uma homenagem) e a modalidade de apreciação favorável, marcada

12 Além da foto analisada na pesquisa, outras duas encontram-se disponíveis em: <<https://www.instagram.com/p/COoIygvhKGW/>>. Acesso em: 12/08/2021.

pela expressão “regozijo puro”. Agindo dessa maneira, Gil acaba construindo de si a imagem de sujeito virtuoso, estabelecendo relação com projeções típicas de um discurso de “vitória”. Ao fazer referência à sua cidade de forma afetiva, ele demonstra alegria por ter sido reconhecido por seus representantes e, mais ainda, por ter tido a chance de destacar, em rede nacional, a sua terra de origem. Ao mesmo tempo, o fato de ter recebido essa homenagem o coloca em uma posição de benfeitor, de alguém que soube dar visibilidade e orgulho a seus conterrâneos.

Uma segunda imagem que se forma é a de justiça. “Parte do meu discurso foi que a caminhada tem que ser igual pra todo mundo”. O argumento empregado é capaz de aproximar seus seguidores e persuadi-los, considerando que Gil do Vigor coloca-se como uma pessoa que discursa com o objetivo de promover a igualdade entre as pessoas. O trecho “Por que eu tenho que chegar cansado na faculdade e outros descansados? E essa competição desleal?” demonstra, em alguma medida, sua insatisfação com a desigualdade que viveu e que espera vencer, não para benefício próprio, mas, conforme mostra o discurso, tendo em vista também aqueles que figuram como alvo das discrepâncias sociais. Apesar disso, é uma provocação retórica, que tem como propósito levar seus ouvintes à reflexão.

O mesmo tom de indignação pode ser visto em: “Eu queria gritar e ninguém me ouvia. Falei assim ‘vou ter que gritar na Globo’.” No entanto, diferentemente do momento em que realiza perguntas retóricas, ele projeta de si mesmo, no plano discursivo, a imagem de uma pessoa que fez o possível para ser ouvido, que não mediu esforços para lutar, de fato, para que a igualdade social, em alguma medida, pudesse ser alcançada. Ele justifica, então, de forma implícita, que merece a homenagem por ter tido a coragem de levar à rede nacional temáticas de primeira importância, como a educação e a paridade, considerando o papel ativo que pode exercer na disseminação de seus ideais.

Sobre a educação, forma-se um *ethos* de responsabilidade, como pode ser visto no excerto: “que a gente entenda a importância da educação

e que ações fazem mudanças mais do que palavras”. Esse trecho evidencia uma modalidade delocutiva de anseio/querer, marcada pela desejabilidade do sujeito enunciativo (Charaudeau, 2008). Em direção semelhante, vale sinalizar que Gil do Vigor não demonstra ter conhecimentos da área acadêmica por meio da enumeração explícita de elementos indicadores de instrução universitária, mas, através do *ethos* prévio compartilhado socialmente, é possível relembrar sua trajetória acadêmica e entender a razão pela qual defende a educação, especialmente a educação pública brasileira. Um detalhe que se destaca no trecho citado é que ele se inclui enquanto alguém que precisa entender a importância da educação. Não delega a responsabilidade para o outro, mas se posiciona como parte do movimento de valorização do ensino no país, reivindicando para si, portanto, um *ethos* de responsabilidade.

Em dado momento, Gilberto utiliza-se de um autoelogio implícito, criando um *ethos* de enaltecimento. A sutileza não aparenta prejudicar as possíveis imagens que o co-enunciador pode formar acerca dele enquanto enunciativo. “Gratidão a todos que me ouviram e que mais vezes como a minha ecoem por todos os cantos do Brasil”. Ele constrói um discurso que valoriza a sua própria voz, desejando que “vozes como a dele” sejam também ouvidas, à medida que forma uma imagem de compreensão e aceitação por parte do público, de seus seguidores, que acataram as suas reivindicações e deram a ele a visibilidade necessária para tratar do assunto.

Por fim, Gil do Vigor encerra o seu discurso projetando uma imagem de prudência e de aconselhamento. Isso ocorre por meio do uso de uma modalidade alocutiva de petição (pedido), marcada na enunciação pelo uso da segunda pessoa e da forma verbal no modo imperativo. Assim, ao enunciar “Fiquem em casa, se protejam e se mantenham seguros, a pandemia ainda não acabou!”, coloca-se em cena a modalidade enunciativa em questão. Diante do flagelo que o mundo enfrentava no momento da pandemia, o *influencer* realiza um pedido a seus seguidores para que fiquem em casa e, ao mesmo tempo, projeta um conselho em tom de sensatez, indicando que a pandemia não havia acabado. Nota-se, no todo do enunciado, a projeção

de diferentes *ethé* no plano do discurso, sendo alguns mais diretamente relacionados com o grande *ethos* de credibilidade proposto por Charaudeau (2006), tais como: *ethé* de sujeito virtuoso, de benfeitor, de responsabilidade e outros *ethé*, que se afirmam como imagens de identificação do sujeito enunciador para com seus seguidores (tais como o *ethos* de prudência e o *ethos* de aconselhamento). Feitos esses apontamentos de caráter analítico, apresentamos, na sequência, uma breve análise comparativa das cenografias projetadas por Juliette Freire (antes e depois da fama) e por Gilberto Nogueira (antes e depois da fama), com vistas a apontar o impacto dessa estratégia na construção do comportamento desses sujeitos e, portanto, na construção de imagens de si no plano do discurso.

4.3 Juliette Freire e Gilberto Nogueira: breve comparação sobre as postagens

Conforme verificado ao longo das análises, as quatro publicações apresentam o mesmo quadro cênico, ou seja, são envolvidas pela mesma cena englobante e pela mesma cena genérica. Como cena englobante, tem-se o discurso digital, veiculado através da rede social *Instagram*. Esta cena prevê alguns papéis específicos no discurso: um enunciador, representado por Juliette ou por Gilberto, e diversos coenunciadores, representados por seus seguidores. A cena genérica constitui-se por meio das publicações (*posts*) feitas no *Instagram*. Em outros termos, a cena englobante retrata a relação entre os influenciadores e os influenciados, enquanto a cena genérica estabelece o tipo de vínculo existente entre essas figuras.

A cenografia, no ambiente digital, associa-se, de forma coesa, à noção de *ethos* discursivo. A imagem identitária projetada em cada uma das publicações é o que permite traçar as diferenças entre os *ethé* de uma mesma figura pública em diferentes atos enunciativos, bem como os *ethé* de diferentes enunciadores em uma mesma plataforma, diante de um público semelhante. A cenografia trata, portanto, da maneira como o texto é legitimado por meio da

cena que constrói, ao passo que a legitima. Trata-se de um ciclo visto como um processo de enlaçamento paradoxal (MAINGUENEAU, 2005).

Sob uma perspectiva comparativa, nota-se que a postagem feita por Juliette Freire (antes da fama) constrói-se a partir de uma cenografia caracterizada por um discurso crítico, de militância, que adota uma forte imposição de ideais e crenças. Os elementos utilizados no plano verbo-visual apresentam apelo persuasivo e colaboram para a construção da imagem traçada na cenografia em questão. Ao colocar-se enquanto alguém que critica a sociedade, que pratica ações e representações afirmativas em defesa de um ideal, posicionando-se em uma rede social pública de largo alcance, como o *Instagram*, Juliette assume um corpo enunciativo (Maingueneau, 2008) com potencial para influenciar pessoas e para persuadir indivíduos que entram em contato com o seu discurso. Desse modo, ao acionar um *ethos* de identificação com seus seguidores, ela coloca em cena um tom de enfrentamento, de apreciação, de denúncia e de aconselhamento, atuando, de forma propositiva, em defesa do que acredita, mesmo antes da fama.

Na segunda publicação, no entanto, a cenografia criada atrela-se aos *ethé* de privilégio, de favorecimento e de superação, simulando uma cena que estabelece uma relação entre um beneficiador e um beneficiário (fãs), os quais a escolheram para ser campeã do reality show. Nessa direção, ela passa a ser vista como influenciadora digital com mais de trinta milhões de seguidores e, com isso, coloca-se numa posição mais passiva, evitando tratar de assuntos polêmicos. Ao contrário, Juliette constrói um discurso comovente, ainda que repetitivo, para agradecer aos fãs e seguidores pela vitória alcançada. Apesar de projetar em seu discurso *ethé* diferentes, se comparados à primeira publicação, ainda assim essas imagens de si não se anulam. Na verdade, observa-se a construção de uma imagem discursiva assentada no afeto, que engloba em si mesma variados *ethé* de identificação com o público, com destaque para as imagens de favorecimento, de heroísmo, de enaltecimento e de superação.

A análise realizada mostra também que, diferentemente da projeção de imagens de si que Juliette Freire procurou construir antes da fama,

colocando-se, de certo modo, como *influencer*, Gilberto Nogueira, na primeira publicação selecionada (figura 03), adota uma postura distinta antes de se tornar nacionalmente conhecido. Pela análise da publicação anterior à sua participação no *Big Brother Brasil*, observa-se que Gil do Vigor, antes da fama, projeta uma cenografia marcada por uma declaração aos amigos, cenografia que é validada pelo discurso e, principalmente, pelos *ethé* de identificação acionados no plano verbo-visual do *post*. É importante relembrar que, conforme afirma Amossy (2005), o *ethos* está presente em todo e qualquer ato discursivo, bem como ressalta Heine (2007, p. 155) que “todo discurso pressupõe a construção de uma imagem daqueles que estão envolvidos no processo interativo”.

Desse modo, é inevitável a construção de uma ou outra imagem (dita ou mostrada) com potencial persuasivo. No entanto, como demonstra a análise da figura três, o ato de influenciar pessoas não parece ter sido o objetivo primeiro desse sujeito. Ao contrário, a pesquisa realizada sugere que sua conta no *Instagram* era utilizada para o compartilhamento de momentos vivenciados com colegas e amigos. A primeira publicação de Gilberto evidencia, portanto, um registro pessoal, sem um tom marcadamente persuasivo. À época do *post*, mesmo sendo um acadêmico da área de Economia, Gil trata a questão da educação com mais leveza, sem a intenção de convencer seus seguidores de que tal temática (educação) devesse ser valorizada. Ao contrário, como mostra o conteúdo verbal da sua postagem (figura três), ele coloca em cena um comentário que aborda a obtenção de notas baixas e que revela as dificuldades sofridas durante seu percurso acadêmico, o que evidencia um tom de modéstia em sua fala.

Já na segunda publicação feita por Gil (após a fama), observa-se a construção de uma cenografia típica de um discurso de agradecimento (pós agraciamento). Essa cenografia aciona diferentes *ethé* no plano do discurso, sendo alguns mais diretamente relacionados ao *ethos* de credibilidade (Charaudeau, 2006), tais como o *ethos* de sujeito virtuoso, de benfeitor, de responsável, e outros *ethé* que evidenciam imagens de identificação do sujeito

enunciador em relação a seus seguidores (tais como o *ethos* de prudência e o *ethos* de aconselhamento). Na publicação após a fama, observa-se que Gil do Vigor passa a apresentar discursos típicos de influenciadores digitais, adaptando-se bem aos milhões de seguidores que possui na atualidade. O texto, em seu conjunto verbo-visual, é visivelmente mais bem planejado, evidenciando um objetivo com possibilidade de causar certos impactos discursivos por meio das palavras que emprega. Sua enunciação, ao ser pautada na fama adquirida, acaba revelando, em alguma medida, mudanças de cenografia e de *ethos*.

Considerações finais

As análises realizadas mostraram, de forma explícita, a estreita relação entre os conceitos de cenografia e de *ethos* na esfera digital. Ao tecermos as considerações finais, é importante retomar os objetivos centrais inicialmente traçados para a pesquisa que deu origem a este artigo. Esses objetivos, na investigação, procuravam: (i) compreender de que maneira se dá a construção do *ethos* discursivo de figuras públicas na rede social *Instagram*; (ii) verificar a existência, ou não, de variação na imagem projetada por figuras públicas antes e depois da fama; (iii) examinar as estratégias linguísticas e imagéticas usadas no processo argumentativo de construção do *ethos* em uma rede social da esfera digital.

O primeiro objetivo foi plenamente alcançado. Com base na fundamentação teórica da pesquisa, foi possível compreender de que maneira o *ethos* é construído por meio da rede social *Instagram*. Resumidamente, a plataforma em si não influencia diretamente o modo como as figuras públicas constroem diferentes imagens de si. Na verdade, a construção do *ethos* é compartilhada com a instância de recepção das publicações, confirmando o pressuposto de que o *ethos* é resultado de um processo interativo no plano do discurso. Os demais objetivos também foram validados, haja vista que as análises permitiram identificar recursos imagéticos e linguísticos empregados de forma estratégica no plano da enunciação argumentativa na

esferal digital (*Instagram*). A convergência entre texto imagético e texto verbal mostrou-se como elemento de primeira importância no desvelamento das imagens de si que as figuras públicas procuram construir em suas publicações. Em outros termos, o emprego de modalidades enunciativas e a seleção de fotografias por parte dos sujeitos enunciadorees na construção dos *posts* podem ser vistas como recursos argumentativos estrategicamente elaborados para a projeção do *ethos*.

Observamos, ainda, uma divergência entre as imagens de si apresentadas por cada figura pública em suas publicações (antes e depois da fama). Isso ocorreu, principalmente, devido à adequação discursiva que os sujeitos enunciadorees operam a depender do número de seguidores. Dessa forma, Juliette Freire e Gilberto Nogueira, relativamente anônimos antes do *reality* show, mudaram de postura após a fama nacional advinda da participação no *Big Brother* Brasil - edição 2021. O número vertiginoso de seguidores, após o programa, exerceu impacto considerável na projeção de imagens de si no e pelo discurso. Se, antes da fama, esses sujeitos projetavam imagens no campo do enfrentamento, da militância e da descontração, após a fama, novas imagens de si passaram a habitar a materialidade dos discursos, com destaque para *ethé* de privilégio, de superação, de aconselhamento e de denúncia.

Por fim, o universo virtual e as redes sociais ainda carecem de estudos capazes de revelar as múltiplas estratégias acionadas pelos parceiros nas interações traçadas no ciberespaço. O estudo apresentando mostra apenas uma contribuição possível, colocando em cena a relação entre estratégias imagéticas e linguísticas no vasto território da construção de imagens de si na esfera digital.

Referências

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2005a. p. 9-16.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Junior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005 [c 400 a.C].

ARISTÓTELES. **Arte Retórica. Arte Poética**. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, 1969.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco Cabral. Violência verbal e argumentação nas redes sociais: comentários no Facebook. **Calidoscópico**, v. 17, p. 416-432, 2019. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2019.173.01>. Acesso em 10 mar. 2023.

CARRERA, Fernanda. *Instagram* no Facebook: uma reflexão sobre *ethos*, consumo e construção de subjetividade em sites de redes sociais. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática (Animus)**. E-ISSN 2175-4977. V. 11, n. 22. 2012. www.usfn.br/animus. Acesso em 30 abr. 2021.

CHARAUDEAU, Patrick. O *ethos*, uma estratégia do discurso político. In: CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 113-166.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

GRAHAM, Sage L.; HARDAKER, Claire. (Im)politeness in digital communication. In: J. CULPEPER; M. HAUGH; D.Z. KÁDÁR. **The Palgrave Handbook of Linguistic (Im)politeness**. London: Palgrave Macmillan, 2017. p. 785-814. https://doi.org/10.1057/978-1-137-37508-7_30

HEINE, Palmira Bahia. Considerações sobre a cena enunciativa: a construção do *ethos* nos blogs. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, v. 8, n. 1, p. 149-174, jan./abr. 2008 <https://www.scielo.br/pdf/ld/v8n1/07.pdf>. Acesso em 15 mar. 2021

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. A construção mútua das identidades nos debates políticos na televisão. In.: LARA, Gláucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lúcia; EMEDIATO, Wander. (Orgs.). **Análises do Discurso Hoje**, vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/Lucerna, 2008. p. 235-265.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading images: the grammar of visual design**. 2 ed. London; New York: Routledge, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Comesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.). ***Ethos* discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-29.

MAINGUENEAU, Dominique. **Variações sobre o *ethos***. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. Retorno crítico à noção de *ethos*. **Letras de hoje**, v. 53, n. 3, p. 321-330, jul.-set. 2018. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2018.3.32914>. Acesso em 10 de abr. 2023.

MAÍZ-ARÉVALO, Carmen. Losing Face on Facebook: Linguistic Strategies to Repair Face in a Spanish Common Interest Group. 2019. In: P. BOU-FRANCHE; P.G.C. BLITVICH (eds.). **Analysing digital discourse new insights and futures directions**. Cham, Palgrave Macmillan, p. 283-309. https://doi.org/10.1007/978-3-319-92663-6_10

OLIVEIRA, Jairo Venício Carvalhais; FRANCO, Ana Paula Cordeiro Lacerda. A construção da encenação argumentativa em redações com nota máxima no ENEM: uma abordagem semiolinguística. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 22, p. 207-230, 2022. <https://doi.org/10.47369/eidea-22-3-3567>. Acesso em 20 de mai. 2023.

PINTO, Milton José. **Retórica e análise de discursos**. Fronteiras - estudos midiáticos, v. 2, p. 1, 2009.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. 2. ed. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

Contribuições da fonologia e da análise do discurso para explicar as variações linguísticas no português brasileiro

Contributions of phonology and discourse analysis to the explanation of linguistic variation in Brazilian portuguese

Leandro Freitas Menezes*

RESUMO

Este artigo tem o propósito de mostrar que as línguas mudam, sofrem alteração e por isso não se deixa imobilizar, por esse motivo, uma tentativa disso ou de estatizar os sentidos produzidos nela constitui um problema. Para o estudo do discurso utilizamos os pressupostos da análise do discurso de Pêcheux (1997) e Orlandi (1998, 2002, 2006, 2012). Para os estudos de fonologia utilizamos Seara, Nunes e Lazzarotto (2011) e Azeredo (2008). Utilizamos o método bibliográfico, e uma abordagem analítico-descritiva a partir da análise do *corpus* do projeto Norma Urbano Culta (NURC/RJ). Buscamos estudar as supressões no início, no interior e no final que reduzem as palavras. O resultado mostrou que esse processo de alteração da língua é algo histórico. Mas atualmente, nota-se que ela tem uma causa contudente: a linguagem coloquial e até a culta tem assimilado os aspectos de liquidez e agilidade da era da informação. Supomos assim que nós buscamos cada vez mais uma língua sintética e eficiente.

PALAVRAS-CHAVE: Fonologia do português brasileiro; Língua; Processos fonológicos.

Recebido em 15 de junho de 2023.

Aceito em 22 de novembro de 2023.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2024n67.1381>

* Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, leandrofreitasmenezes@yahoo.com.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7754-918X>

ABSTRACT

This article aims to show that languages change, are subject to change and therefore cannot stand still. For the study of discourse, we have used the assumptions of discourse analysis by Pêcheux (1997) and Orlandi (1998, 2002, 2006, 2012). For the study of phonology, we used Seara, Nunes and Lazzarotto (2011) and Azeredo (2008). We used the bibliographic method and an analytical-descriptive approach based on the analysis of the corpus of the Norma Urbano Culta Project (NURC/RJ). We try to analyze the deletions at the beginning, within and at the end that reduce words. The result shows that this language change process is something historical. At present, however, it is established that it has a compelling cause: Colloquial and even cultivated language has taken on the aspects of liquidity and agility of the information age. We assume that we are increasingly in search of a synthetic and efficient language.

KEYWORDS: Phonology of Brazilian portuguese; Language; Phonological processes.

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades”.

Luís de Camões, L. V. de. 200 Sonetos. Porto Alegre: L&PM. 1998.

Introdução

Nesse artigo pretendemos mostrar o dinamismo, o movimento e a fluidez que existe na língua, o que não justifica uma normatização. Nesse sentido, por conta de uma tradição da formalidade da língua que está historicamente enraizada na vida escolar do nosso país temos a ilusão de que os sentidos são estáveis e isso constitui uma problemática. Por esse motivo, queremos iniciar essa introdução com a epígrafe acima de Luís de Camões que representa o português clássico e, portanto, faz parte das transformações diacrônicas ocorridas ao longo do tempo desde o latim. É interessante que ao falarmos de transformações isso no remete ao próprio significado existente nos versos de Camões, uma vez que ele expressa que tudo está sujeito ao tempo

ou a um constante movimento temporal. O sujeito, por exemplo, condicionado ao social e histórico e, na medida em que, se movimenta no tempo e no espaço as mudanças são inevitáveis: sua forma de pensar, de se comunicar, de agir, etc. Tudo muda. Não é diferente com a língua, como foi pressuposto.

Sendo assim, por meio do viés da análise do discurso temos os intuito de mostrar que embora haja um abismo entre a concepção de língua para Saussure (1975) e a concepção de Pêcheux (1997), de alguma forma para este existe uma independência entre elas. Orlandi (2012) também mostra que o discurso é uma articulação entre a língua imaginária (o formal) e a língua real (o discurso). Adotamos essa concepção discursiva da língua em que esses estudiosos da análise do discurso a veem em constante construção e reconstrução, em constante movimento, uma língua que não se deixa imobilizar e inatingível. Por ser assim, carrega os equívocos, as incompletudes, a heterogeneidade, os rompimentos, as fressuras, etc.

A partir desse direcionamento, elegemos a fonologia, uma ciência descritiva da linguística, uma vez que tanto esta quanto a análise do discurso concordam que a língua sofre mudanças e evolui. Com isso, pretendemos investigar tais mudanças, utilizando as ocorrências de processos fonológicos, porque por meio deles podemos observar traços articulatórios, a eliminação ou a inserção de segmentos. Contudo, pretendemos investigar apenas os casos relacionados à supressão de fonemas: aférese, síncope e apócope. Para investigar tais ocorrências nos embasaremos nos estudos de Seara; Nunes e Lazzarotto (2011) e Azeredo (2008) sobre processos fonológicos.

Como *corpus* utilizaremos as gravações de áudio e transcrições realizadas pelo projeto Norma Urbana Culta - NURC/RJ de 1990¹ para identificar os casos de processo fonológico, os quais serão apontados e classificados em um quadro.

1 <https://nurcrj.letras.ufrj.br/>

1. Diferenças e convergências sobre a noção de língua entre a concepção estruturalista e a Análise do Discurso Francesa

Como uma das grandes problemáticas entre a gramática e o discurso reside na dicotomia língua/fala de Saussure, cabe aqui retomar e esclarecer brevemente sua origem. Nesse sentido, a razão pelo qual o Saussure (1975) optou pelo estudo da língua, remete-se há mais ou menos 400 anos a.C., quando a fala era valorizada por meio dos estudos da Oratória fundada por Sócrates. Contrário a esta disciplina, Platão com sua escola prioriza o estudo da lógica (busca do conhecimento pela razão). Nesse embate, a retórica tornou-se desprestigiada. Em consequência disso, sofreu um processo de exclusão, ficando mais associada à política e a estilística. Com isso, a lógica, portanto, deu origem a formação do pensamento linguístico, além de influenciar o fundamento das ciências modernas do século XVI, bem como o surgimento das primeiras gramáticas latinas. Exercendo esses princípios lógico-normativos, Segundo Orlandi (2006) as gramáticas deveriam conter, uma língua universal, a fórmula para suscitar o falante ideal, livres de problemas de compreensão, assegurando os processos de comunicação na sociedade. Ainda de acordo com a autora, essa idealização do homem de controlar o mundo se transporta também para a linguagem, esse deseja de mecanizá-la ou de maquinizá-la, estabelecendo e tornando os processos de comunicativos padronizados, ágeis e eficientes. Sobre isso Orlandi (2006) diz: “Não é difícil conhecer já aí o sonho do homem moderno em ter o controle do mundo através das máquinas. Esse ideal, traduzido para a atualidade, é a língua metálica, a dos computadores, universal e sem ‘falhas’”.

Como abordado inicialmente nesse tópico, segundo a tradição lógica, Saussure (1975) priorizou o estudo da língua como entidade social em detrimento à fala, individual. Nesse sentido, como a língua, como objeto da Linguística, foi sistematizada e estudada em si mesma, dentro de critérios²

2 Tais critérios remetem as conhecidas dicotomias saussurianas: Língua/fala, sincronia/diacronia, sintagma/paradigma, arbitrariedade/linearidade. Além disso, a definição de signo contendo duas faces: significado e significante. Por último a noção de valor.

postos por Saussure (1975), as gramáticas oriundas desse paradigma, tornaram-se como programas de computador, uma língua ideal e afastada da realidade do homem. No entanto, embora as Gramáticas Estruturalistas³ tenham essa característica, deve-se destacar a contribuição de Saussure (1975) por ter transformado a língua em ciência⁴, e também por uma diferença em relação à tradição lógica: enquanto na concepção língua/pensamento o referente está no mundo, na concepção de língua como sistema o referente está no interior da língua. Com essas considerações acerca das gramáticas desde a Idade Clássica até o Estruturalismo, nota-se que não se levou em consideração a presença do homem como senhor da língua. Portanto, percebe-se que a noção de língua pode ser encontrada exatamente nessa concepção de Saussure (1975) de entidade fechada, prática social, abstrata e distante do homem.

Ao contrário, os adeptos do materialismo acreditam que as ideologias têm existência material, ou seja, devem ser estudadas não como ideias, mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção. Isso, para a linguística, foi interpretado da seguinte forma: já que a ideologia deve ser estudada em sua materialidade, a linguagem se apresenta como o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia. Assim, a linguagem passou a ser vista como a via pela qual se pode depreender o funcionamento da ideologia. Os primeiros teóricos da AD, como Pêcheux (1997), retornando à dicotomia Língua/fala, estabeleceram que a significação não era sistematicamente apreendida por ser da ordem da fala e nem por ser da ordem da língua, mas por sofrer alterações de acordo com as posições

3 Lembramos que o termo “Estruturalismo” não foi cunhado por Saussure, mas por seus discípulos. Saussure utilizou o termo “Sistema”.

4 Esse fato ocorreu em razão do lançamento do *Curso de Linguística Geral*, obra póstuma de Ferdinand de Saussure, em 1916, organizada pelos seus discípulos Ch. Bally e A. Saechehay, a partir de anotações de aulas ministradas por Saussure na Universidade de Genebra entre 1906 e 1909. O projeto de Saussure foi importante porque condiz com o seu, momento em que o Positivismo Lógico de August Comte era o paradigma vigente para o ato científico, a Linguística para se firmar como um campo autônomo precisava de tratamento dado pelo genebrino.

ocupadas pelos sujeitos que enunciam, os processos de significação deveriam ser inscritos como socio-histórico e ideológicos. Essas noções preliminares nos dão condições de começar a compreender a definição de língua para Pêcheux (1997) e conseqüentemente para a Análise do Discurso. Nesse sentido, segundo o autor é “sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos” (PÊCHEUX, 1997, p. 91), isto é, uma língua utilizada por um sujeito socio-histórico que se inscreve na materialidade discursiva. Dessa forma, podemos compreender três aspectos importantes: 1) A existência do discurso depende diretamente da língua; 2) esse sujeito é afetado duplamente: pelo discurso/língua (se inscreve na materialidade) e pelo histórico; a língua e discurso se distinguem apesar da interdependência; o discurso se filia a um ponto de vista discursivo que se reconhece a materialidade da língua e da história, enquanto trabalha com a organização da língua, tal como na Linguística, baseada em regras e classificações.

Em resumo, sob o ponto de vista da AD francesa, Pêcheux (1997) enxerga a língua de acordo com as seguintes características: é marcada sempre pela incompletude, é heterogênea ou atravessada por outras vozes discursivas, é um sistema aberto e imperfeito. Ela é produto de um sujeito imerso em um processo socio-histórico e ideológico e, por isso, esse produto é passível de falhas, de equívocos como fatos estruturantes, de deslizamentos, de rupturas, de fissuras e de brechas pelas quais sentidos outros transbordam, deslocando discursivamente de seu sentido para derivar para outro (PÊCHEUX, 1997; ORLANDI, 2012; LEANDRO FERREIRA, 1994).

Dentro de uma perspectiva discursiva essas características atribuídas a língua são relevantes para esse trabalho uma vez que constatamos que ela não é estática, mas dinâmica ou em constante movimento. Nesse caso, apresentamos os conceitos de Orlandi (2012) a qual se percebe em sua obra uma forte filiação a teoria de Pêcheux (1997). Essa autora acrescenta que o funcionamento do discurso se dá por meio da articulação entre o real e o imaginário. Segundo diz:

O [...] real do discurso é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falha, o equívoco, a contradição, constitutivas tanto do sujeito como do sentido.” Em sentido antagônico, no imaginário “[...] temos a unidade, a completude, a coerência, o claro e distinto, a não contradição (ORLANDI, 2012, p. 73-74).

Percebemos um estreitamento entre a concepção de língua/discurso de Pêcheux (1997) e esta na citação de Orlandi (2012) na medida em que o imaginário corresponde à língua e o real corresponde ao discurso. Dessa forma, a construção das gramáticas e da língua nacional está ligada a língua imaginária, a plenitude da língua está ligada a noção de língua real ou fluída (ORLANDI, 2002). Mas essa acepção de Orlandi e Souza (1998) vem de constatações anteriores, especificamente de sua obra *Língua imaginária e língua fluída: dois métodos de trabalho com a linguagem* de 1988. Nela, as autoras relatam o contato com as línguas indígenas brasileiras que as fizeram evidenciar que ao contrário do que se pensa a língua não é imobilizada, mas dinâmica. Isso pode ser percebido quando as autoras afirmam que “[...] a língua imaginária é a que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluída é a que não se deixa imobilizar nas redes de sistemas e fórmulas” (ORLANDI; DE SOUZA, 1998).

Adotamos para a continuidade desse trabalho essa noção de língua que se articula entre o real e o imaginário, mas não se deixando imobilizar, essa língua fluída. A prova de que a língua não se deixa normatizar e estatizar institucionalmente está na confecção dos dicionários os quais são reformulados a cada cinco anos, nos fazendo entender que não como reter a produção de sentidos. Sendo assim, devemos deixar o pensamento simplista dos filósofos da idade clássica os quais admitiam uma ligação de sentido direto entre as palavras e o mundo para assumirmos uma concepção de que esta ligação é indireta de acordo com Mondada e Dubois (2003). Isso porque o sentido não está pronto previamente, contudo, é o sujeito socio-histórico que o constrói a partir do momento em que age sobre o mundo. Embora se tente normatizar a construção de uma língua que se possa descrever de acordo com um sistema

que constitui um “continuum de níveis” (LEANDRO FERREIRA, 1999, p. 125) a própria experiência mostra o contrário: a língua sofre mudanças e isso pode ser constatado no próprio discurso. Nos estudos linguísticos a vários campos de estudo que comprovam que a língua se constrói por meio de falhas, equívocos, deslizos, fressuras, etc. Entretanto, pretendemos mostrar esse fenômeno da linguagem lançando mão da fonologia, entendendo que a análise do discurso é um método interdisciplinar e, por esse motivo, agrega outros estudos linguísticos a fim de explicar fenômenos que ocorrem no discurso. Isso acontece porque uma só disciplina não consegue dar conta de explicar todos os fatos linguísticos.

2. Fonologia, uma ciência descritiva da Linguística

A Linguística é uma ciência que estuda a linguagem humana. Contudo, tal estudo não está relacionado com os vários idiomas, nem tão pouco com o estudo gramática tradicional, mas se presta a investigar, explicar e descrever os fatos linguísticos (MEDEIROS e SOUZA, 2012).

Enquanto a gramática tradicional prescreve conselhos sobre o “bom” uso da língua, uma norma como sendo a correta, apresentando um conjunto de regras que *devem* ser seguidas, a Linguística se interessa por descrever não uma língua em particular, mas por todas as línguas, inclusive aquelas faladas por pequenos grupos de pessoas. Para a Linguística, não existe uma língua mais importante, mais complexa ou mais difícil que outra. Além disso, ao descrever essas línguas não emite julgamento de valor sobre elas, isto é, não diz o que se deve fazer, escrever ou falar (MEDEIROS e SOUZA, 2012). E é sob esse ponto de vista da Linguística que pretendemos adotar os estudos fonológicos, mostrando que a concepção sistêmica da língua é importante, mas ela está em constante mudança, ela é fluída e móvel ainda que institucionalmente se tente prescrevê-la. A fonologia é uma ciência descritiva da língua e queremos utilizá-la para mostrar que no discurso a língua se constrói por meio do equívoco, falhas e fressuras, etc.

Em relação à Fonologia, o primeiro aspecto que precisamos notar é que conseguimos nos entender em meio a uma variedade de sons da fala que produzimos por meio do aparelho vocal: são sons que diferem os significados das palavras, sons que diferem os regionalismos de cada lugar, sexo, idade, etc. Falando de uma forma saussuriana⁵, isso é possível por causa de um contrato tácito entre os integrantes de uma comunidade linguística. E é esse contrato denominado língua que garante o controle social sobre todas essas variações.

A Fonética e Fonologia são duas ciências que têm um objetivo comum: estudar como os seres humanos produzem e ouvem os sons da fala. O estudo da Fonética é anterior ao da Fonologia, esta foi desenvolvida a partir do século XX. Segundo (SEARA; NUNES; LAZZAROTTO, 2011 p. 88) “A Fonologia é, então, uma **interpretação** daquilo que a fonética apresenta, restrita a uma língua e aos modelos teóricos que descrevem essa língua”. Mais precisamente, de acordo com Crystal (2000, p. 115) a Fonologia é um “Ramo da LINGUÍSTICA que estudam os SISTEMAS de sons das LÍNGUAS”. Nesse caso, a partir da captação dos sons produzidos por um falante, os estudiosos da fonologia buscam compreender a organização mental da linguagem e as distinções sonoras de uma dada língua. Em outras palavras, distinguem os sons que diferenciam um léxico do outro ou as regularidades de distinção desses sons (SEARA; NUNES; LAZZAROTTO, 2011).

Pretendemos estudar aspectos da fonologia dita dinâmica mais detidamente em relação da Língua Portuguesa. O que podemos adiantar sobre isso é que nossa língua está em constante mudança, ela é dinâmica. Tais mudanças na língua podem ocorrer diacrônica e sincronicamente. Nesse sentido, de forma diacrônica, podemos afirmar que ao longo dos séculos do português clássico para o português moderno ocorreram inúmeros processos fonológicos. Contudo, esses processos aconteceram não somente no decorrer da evolução histórica, mas estão em plena realização de forma sincrônica,

5 Segundo Saussure (1975) a língua é social.

causando variações regionais, sociais e situacionais na língua atualmente. Por meio desses processos fonológicos são alterados ou acrescentados traços articulatórios e eliminados ou inseridos segmentos. Isso é o que denominamos de processos fonológicos os quais têm sua classificação de acordo com cada alteração (SEARA; NUNES; LAZZAROTTO, 2011; AZEREDO, 2008). Sendo assim, embora tenhamos muitas ocorrências de processos fonológicos queremos especificar nosso estudo nos atendo a apenas os que dizem respeito aos casos de supressão, isto é, aférese, síncope e apócope, aos quais têm sido muito comum na fala cotidiana. Essa classificações pode ser visualizadas abaixo no Quadro 1.

	Designação	Em que consiste	Exemplos	
			Variação histórica	Variação regional, social e situacional
Supressão	Aférese	Supressão de um fonema no início da palavra	<u>a</u> tonito > tonto	<u>a</u> inda > inda (Variação social / situacional)
	Síncope	Supressão de um fonema no interior da palavra	o <u>p</u> era > obra	Piscina > p[]scina (Variação social)
	Apócope	Supressão de um fonema no final da palavra	cubiculum <u>m</u> > cubículo	homem > home (Variação social)

Quadro 1 – Processos fonológicos. Fonte: Produzido pelo autor a partir dos estudos realizados na obra de Seara, Nunes e Lazzarotto (2011) e Azeredo (2008).

Como se pode observar em cada um dos exemplos destacados no Quadro 1 ocorreram mudanças que consistem na perda de um fonema ou de uma sílaba⁶. No entanto, no primeiro caso, Aférese, essa perda foi no início da palavra. De acordo com a história, pode ser identificado da passagem do Latim

6 Em outros autores estudados observa-se que falam apenas na perda de um fonema, mas Azeredo (2008) acrescenta que pode ocorrer tanto a perda de um fonema quanto de uma sílaba o que chama de unidade fonológica.

para o Português arcaico e atual. Azeredo (2008) identificou esse fenômeno na fala coloquial barasileira, mais precisamente, no uso do “verbo *estar*: *tá, tô, tão, teve, tava* (por *está, estou, estão, esteve, estava*)” (AZEREDO, 2008, p 388). O segundo caso, a síncope, apresenta a perda do fonema no interior da palavra. Segundo Seara, Nunes e Lazzarotto (2011) esse fenômeno ocorreu na evolução do latim para o francês e para o português. Podemos verificar isso no próprio exemplo do Quadro 1, contudo, Azeredo (2008) assinala ocorrências como o desaparecimento da vogal pós-tônica não final seguida de /r/ no português brasileiro na linguagem informal e formal. Além do exemplo do Quadro 1, podemos destacar ainda segundo o autor a palavra *xicara* que passou a *xicra, fósforo* para *fósfro* e *abóbora* para *abobra*. O terceiro caso, Apócope, está associado à perda no fonema no final da palavra. Azeredo (2008) aponta tanto a fala coloquial quanto na variedade padrão do português brasileiro, sendo mais comum a perda do “/R/ no final das formas infinitivas dos verbos: *olhá, dizê, dá, perdê, dormi* (por *olhar, dizer, dar, perder, dormir*)” (AZEREDO, 2008, p. 388).

3. Análise e discussão

Após a análise de *corpus* foi possível notar nos casos de supressão de fonemas alterações na forma como as pessoas utilizam a língua para se comunicar. É interessante que como Azeredo (2008) que tais ocorrências deixaram de ser contada apenas como particular da linguagem coloquial, mas podem ser vista também na norma culta. Haja vista, o *corpus* utilizado por nós estuda a norma urbana culta. A pesquisa pode ser mais bem visualizada no quadro proposto no Anexo 1. Por ora podemos visualizar também as ocorrências no quadro 2 abaixo:

	Designação	Em que consiste	Exemplos a partir da análise de <i>corpus</i>
Supressão	Afêrese	Supressão de um fonema no início da palavra.	est ar > tar est á > tá est ava > tava est ou > tô estaria > taria est ão > tão est ando > tando vo cê > cê por que > que
	Síncope	Supressão de um fonema no interior da palavra.	Para > pra > pa Neg ro > neguinho op in ião > Opnião pel os > pels
	Apócope	Supressão de um fonema no final da palavra.	Vou > vô quer er > que Vam os > vamo entra r > entra Fot og rafia > foto metrop ol itano > metrô motoc ic leta > moto extra ord inário > extra radio fô nico > rádio

Quadro 2 – Processos fonológicos presentes no PB do *corpus* analisado. Fonte: Produzidas pelo autor a partir dos estudos realizados na obra de Seara, Nunes e Lazzarotto (2011) e Azeredo (2008) e da análise de *corpus*.

Nas ocorrências de afêrese confirmamos que são mais comuns em relação ao verbo “estar”, como apontou Azeredo (2008). Nesse sentido, percebemos a queda do fonema /es/ nos verbos “estar”, “está”, “estava”, “estou”, “estaria”, “estão” e “estando”. Dessa maneira, as notificações maiores estão relacionadas ao /tá/ que foi utilizado 162 vezes; em segundo lugar foi o /tava/, utilizado 40 vezes; o /tão/ 23 vezes; o /tô/ 19 vezes. As outras variações

do verbo “estar” foram utilizadas com menos frequência. Outras palavras em que notamos a queda de fonemas no início delas foram o pronome de tratamento “você” e a conjunção subordinativa “porque”. Na primeira, notificamos o uso 14 vezes da variação /cê/. A etimologia mostra que a palavra você vem sofrendo alterações desde o português arcaico. Por exemplo, Peres (2007) registra que no século XIV e XV o uso da expressão “vossa mercê” no decorrer dos séculos o autor mostra as modificações ocorridas: vossa mercê > vosmecê > vosuncê > você > ocê > cê⁷. Como vimos no Anexo 1, as 14 ocorrências justapostas a palavra “você” nos faz perceber que o locutor ao responder as perguntas feitas pelo documentador tenta monitorar o máximo possível a fala, mas deixa escapar por vezes a variação /cê/ como forma de agilizar o discurso. Na segunda a variação /que/ de “porque” é bem comum apesar de ter tido apenas 1 ocorrência. Tal variação está incluída na gramática e nos livros didáticos como passível de uso, porém se observando se contexto é formal ou informal.

Nos casos de síncope, encontramos as seguintes palavras: “para” sofreu a redução do fonema /a/, sendo alterada para /pra/, com 529 vezes; encontramos o /pa/ 2 vezes como uma variação do “pra”. Sobre essas duas variantes da conjunção “para” as quais merecem uma importância devido ao número de ocorrências não encontramos autores que as discutam especificamente, sendo assim, vemos a necessidade de estudá-las de forma particular em trabalhos posteriores. Também na palavra /neguinho/, variação de “negro” ela perde o fonema /r/, mas é acrescida do sufixo “-inho”, com 4 ocorrência. Na palavra opinião vemos a queda da vogal /i/, provocando o encontro consonantal /pn/, com 1 ocorrência. Na palavra “pelos”, contração da preposição “por” mais o artigo “o”, percebemos a eliminação do fonema /o/ causando a variação /pels/

7 É bom enfatizar que Peres (2007) registra ainda outras variações da expressão “vossa mercê” que foram também utilizadas devido a miscigenação linguística no Brasil entre portugueses, negros, nativos, etc.: Cê, mecê, mincê, ocê, oncê, sucê, suncê, vacê, vainicê, vancê, vansmincê, vassuncê, voncê, vosmecê, vossemecê, vosmincê, vossuncê, ucê.

encontrada 1 vez. Nessas duas últimas variações podemos compreender como corriqueiras devido ao número baixo de ocorrência, mas que devemos levá-las em consideração.

Nos casos de apócope notificamos as palavras presentes no discurso: No verbo “vou” houve a queda do fonema /u/ alterando a palavra para /vô/ com a vogal /ô/ fechada, 4 vezes no discurso. Na locução verbal “quer entrar” que no quadro colocamos separada notamos a queda do fonema /r/ ficando /qué entrá/ 1 vez; no verbo auxiliar a vogal /é/ dica com o som aberto; no verbo principal ocorre o mesmo com a vogal /á/. Observamos também a queda do fonema /s/ no verbo “vamos”, ficando /vamo/. Ainda notamos palavras às quais temos o acostume de pronunciá-las no dia a dia de tal forma que nem percebemos que são variações. Por exemplo, a palavra /foto/ considerada alteração da palavra “fotografia” após a queda da unidade fonológica /grafia/, 3 ocorrências. O mesmo ocorre com a palavra “trem metropolitano”, “motocicleta”, “extraordinário” e “aparelho radiofônico”. Na primeira alterado para apenas /metrô/ com a vogal /ô/ fechada, 3 ocorrências; a segunda sofreu a queda da unidade fonológica /cicleta/, ficando /moto/ com a vogal /o/ da primeira sílaba com o acento tônico e som aberto, 3 ocorrências. Na terceira, observamos que o uso da palavra “extraordinário” foi reduzida para o prefixo /extra/, 2 ocorrências. Vale notar que em palavra com o mesmo prefixo, como “extragrande” ou “extrafino” acontece o mesmo. Na última, na expressão “aparelho radiofônico” a palavra “radiofônico” foi reduzida para /rádio/, ficando com o acento tônico na vogal /á/.

Essas ocorrências para os usuários da língua parecem perfeitamente normais no dia a dia. Temos essa sensação porque, sendo a língua um acordo tácito, os acontecimentos linguísticos que causam a motivação tais mudanças são coletivos e por vezes imperceptíveis para aqueles que não estudam a língua. Sendo assim, dentre muito dos acontecimentos podemos destacar a era da informação. Estamos vivendo em uma sociedade cada vez mais líquida⁸,

8 Mordernidade líquida é uma expressão cunhada pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman em sua obra *A Arte da Vida*, lançada em 2009. Nessa teoria, o estudioso nos faz

a tecnologia está tornando nossas rotinas cada vez mais ágeis, simplificando os processos. Essa liquidez e agilidade também se manifestam na linguagem, fazendo com que busquemos uma língua mais sintética, uma forma de falar simplificada, mas que cumpra com os objetivos da comunicação entre os interlocutores.

Considerações finais

Nesse estudo pudemos notar primeiramente pelo aporte teórico da análise do discurso que as línguas estão em constante mudança as quais pode se comprovar fazendo um estudo diacrônico e sincrônico. Dessa forma, é difícil falar em sistematização da língua, uma redução ou estatização dos sentidos nela. Ela é social e de acordo com a análise do discurso só pode funcionar a partir da existência dos sujeitos que a constroem a partir da articulação do eixo língua imaginária (língua) e língua fluída (discurso). Nesse eixo a língua se manifesta na materialidade do discurso, por isso a importância dessa articulação.

Justaposto a isso, observamos na entrevista do projeto Norma Urbana Culta (NURC/RJ) que as entrevistas feitas pelo documentador a um locutor tem o objetivo diferente da entrevista jornalística, a saber, de registrar ocorrências para o estudo linguístico, mas não deixa de ser o gênero entrevista. Ao utilizar esse gênero para notificar aspectos fonológicos notamos que é um *corpus* valioso para pesquisa uma vez que achamos as ocorrências a que nos propusemos.

Por meio da fonologia foi possível descrever os casos de supressão de fonemas e unidades fonológicas no início, no interior e no final das palavras que as reduzem significativamente. Isso aponta para uma sintetização da língua. Acerca dos casos elencados pudemos refletir que para um usuário da língua comum, tais mudanças são consideradas normais porque não se

refletir sobre a sociedade como responsável por gerar um mal-estar, que se reflete nos frágeis laços sociais, nos relacionamentos amorosos e no consumismo desenfreado.

percebe as causas disso. Contudo, para um estudioso tais alterações têm causas bem pontuais. Uma delas e supomos ser a mais relevante atualmente é a forma como a tecnologia tem interferido no processo alteração da língua. Buscamos uma língua mais sintética em que possamos nos comunicar com rapidez e eficiência.

Referências

- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss**. São Paulo, Ed. Publifolha, 2008.
- BAUMAN, Z. **A Arte da Vida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.
- CAMÕES, Luis de. **L. V. de. 200 Sonetos**. Porto Alegre: L&PM. 1998.
- CRYSTAL, David. **Dicionário de linguística e fonética**. Ed. Jorge Zahar, 2000
- ORLANDI, Eni Pulcinelli; DE SOUZA, Tania C. C. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, ENI Pulcinelli (Org.). **Política linguística na América Latina**. Campinas: Pontes, 1998.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias do Brasil**: Cortez, 2002.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **O que é Linguística?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 10. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**: da ambiguidade ao equívoco. 167 fl. Tese (Doutorado em Ciências). Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 1984.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. Saussure, Chomsky, Pêcheux: a metáfora geométrica dentro e fora da língua. **Linguagem & Ensino**, v. 2, n. 1, p.123-137, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/15495/9677>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

MONDADA, Lorenza.; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. CAVALCANTE, M. M; RODRIGUES B.B; CILLA, A.: org's. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso**. In: GADET, Hak (Org.). Por uma análise automática do discurso. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

PERES, Edenize Ponzo. De “vossa mercê” a “cê”: os processos de uma mudança em curso. **R. (con) Tex. Ling.** Vitória nº 1 p. 155 - 168 2007. Disponível em: [file:///C:/Users/Leandro/Downloads/5100-Texto%20do%20artigo%20sem%20identifica%C3%A7%C3%A3o%20de%20autoria-10268-1-10-20130612%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Leandro/Downloads/5100-Texto%20do%20artigo%20sem%20identifica%C3%A7%C3%A3o%20de%20autoria-10268-1-10-20130612%20(1).pdf). Acesso em: 22 de maio de 2021.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1975.

SEARA, Izabel Christine; NUNES, Vanessa Gonzaga; LAZZAROTTO, Cristiane. **Fonética e fonologia do português brasileiro**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

MEDEIROS, Vanise; SOUSA, Sílvia Maria. **Linguística v. 1**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012.

Anexos

OCORRÊNCIAS REGISTRADA A PARTIR DA ANÁLISE DE <i>CORPUS</i>			
DESIGNAÇÃO	OCORRÊNCIA	TRECHO DO <i>CORPUS</i>	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
AFÉRESE	<u>estar</u> > tar	“Então aquela turma garante que tem uma turma de 50, ou turma de 100. Então garante que os professores vão, quer dizer, o departamento lá, o curso vai tar preenchido [...]”	01
	<u>está</u> > tá	“ LOC. - Eu acho, de repente, acho acho que não, acho que não. Talvez alguns itens mais, determinados itens sofisticados, que que necessitam de uma loja especializada, tipo, uma bicicleta importada, tá? Se você, aí tudo bem, você vai ter que ir, mas aí, sei lá, eu acho que hoje em dia já tá bem diversificado, você, quando você tem shoppings, até inclusive na, que a gente considerava zona norte, né, tipo Madureira, Méier, quer dizer, a Tijuca era uma extensão da zona sul que eu acho né, o pessoal considerava, além Tijuca, subúrbio. É a imagem que eu tenho e, só que hoje em dia não, você tem o Norteshopping, amigas minhas trabalham às vezes em lojas assim. Aí tem aquela competição né, de loja: Ah essa loja tá vendendo mais do que a gente, essa outra tá vendendo mais, e uma amiga minha trabalhava numa loja, acho que do Rio Sul, ou no shopping, sei lá, um shopping da Barra, ou do Barrashopping sei lá, e ... : Pôxa, se a gente não tomasse cuidado, o Norteshopping passava a gente. E realmente tem um... tá tá bem diversificado. Acho que é, ah com o nível de renda, também, tem muita gente nesse que a gente chama de subúrbio, Nova Iguaçu, tal, tem gente que, conseguiu acumular dinheiro nesses determinados pontos e, diversificar um pouco. Zona Sul não é mais tão zona sul, tá, e os shoppings [...]”.	162

OCORRÊNCIAS REGISTRADA A PARTIR DA ANÁLISE DE <i>CORPUS</i>			
DESIGNAÇÃO	OCORRÊNCIA	TRECHO DO <i>CORPUS</i>	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
AFÉRESE	<u>est</u> ava > tava	“ LOC. - Não até tinha mas, não era muito constante entendeu, era aquela coisa de, quem tava sem namorado, se juntava pra sair, entendeu, porque era época que tava todo mundo começando a namorar, aí tipo assim: Ah briguei com meu namorado, vou sair com você hoje e tal, e eu era uma das menos namoradeiras, então, geralmente, eu tava sempre no grupo, né, aí a gente ia, ia pra ... Boate, Baixo Leblon ... Eu saía pra caramba, né, o pai sempre”.	40
	<u>est</u> ou > tô	“ LOC. - [?] É, graças a Deus, a segunda vez foi ali na rua Uruguai, eu deixei o carro, quando eu tô saltando [...]” “ LOC. - É, fusca, esses carros meio, Volkswagen eles tentam levar né, mas, ainda tô aqui né. DOC. - Agora fiquei com medo que eu tô de fusquinha aí fora!”	19
	<u>est</u> aria > taria	“[...] se eu hoje tivesse na IBM eu taria ganhando muito muito mais né [...]”	01
	<u>est</u> ão > tão	“Tem outro, a própria, aquela rua, Teodoro da Silva né, eles tão recapeando também. A Avenida das Américas, eles tão recapeando ela toda, né [...]” “É, pois é, eles tão fazendo, ali no, no Borel, o, Ciep de lá, tava parado há uns três anos [...]” “É, mas eles tão mexendo sabe, melhor do que ficar só parado. A Linha Vermelha, vai melhorar né, eu acho que... [...]”	23
	<u>est</u> ando > tando	“[...] atualmente... mesmo eu tando... né?... éh:: eu /eu agora mais madura... [...]”	01
	<u>vo</u> cê > cê	“Com praia, tá, limpa, lógico, ah ... sendo cortada, engraçado, sendo cortada por um rio, acho que aqui no Rio de Janeiro a gente não tem um rio assim que cê possa”. “Cê pára no sinal, você presta atenção se tem pivete, se tem alguém olhando meio suspeito”.	14
	<u>por</u> que > que	“Não gostaria de ser japonesa, que eu acho que eles são muito rígidos”.	01

OCORRÊNCIAS REGISTRADA A PARTIR DA ANÁLISE DE <i>CORPUS</i>			
DESIGNAÇÃO	OCORRÊNCIA	TRECHO DO <i>CORPUS</i>	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
SÍNCOPE	Para > pra > pa	<p>Eu acho que acaba sendo uma conseqüência de namoros muito longos, entendeu. Você pode até não casar, mas, você começa a pensar, né, que, pô, como seria bom você morar com aquela pessoa, que, não tem que, dá tal hora, ela te levar pra casa, e no dia seguinte você pegar um ônibus e ir pra casa da pessoa, e, pô, você pensar que queria ficar mais tempo com ela e tal. Não sei o quê. Mas isso é o lado bom, né, mas você pensa, eu, por exemplo, penso nos dois, né. Penso também que, pô, imagina você brigar e ter que dormir junto com a pessoa, olhando pra cara da pessoa, aí acordar no dia seguintes, um não tá a fim de falar com o outro e, tá na mesma casa, sabe, tomando café juntos, não sei, mas eu acho que é uma coisa não, eu não acho que casar e ter filhos seja uma coisa natural, da vida. É uma coisa assim, quer dizer. É natural porque é comum né, as pessoas se casam, têm filhos, mas eu não acho que você tenha obrigação: Oh! Vou ficar pra tia, vou ficar solteirona, não, pô, eu conheço, essa minha tia que mora aqui, ela é solteirona, e eu acho que ela é super feliz, sabe, eu não acho que ela seria, feliz assim, ela é uma pessoa que pô, ajuda os outros pra caramba. Ela, isso é até um pouco de defeito, ela pensa muito mais nos outros no que nela, né, mas eu acho que ela é uma pessoa feliz e tal, que não tem nada...”</p> <p>“Sem dúvida, a, nível de super população, gente pa caramba hoje [...]”.</p> <p>“[...] a Tijuca né, ele tem três Bob’s aqui na Tijuca, que, vendem pa caramba, né [...]”.</p>	<p>pra = 529</p> <p>pa = 02</p>

OCORRÊNCIAS REGISTRADA A PARTIR DA ANÁLISE DE <i>CORPUS</i>			
DESIGNAÇÃO	OCORRÊNCIA	TRECHO DO <i>CORPUS</i>	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
SÍNCOPE	Negro > neguinho	<p>“O pessoal fala que o, Rio de Janeiro é uma cidade violenta mas, a diferença é que a gente fala o que acontece aqui, e em outros lugares por exemplo, Nova York, em determinados pontos é tão, violento quanto o Rio ou, de repente, até mais, e neguinho aí nem comenta isso né”.</p> <p>“Ou neguinho já vai na base da malandragem, já quer te passar pra trás [...]”.</p> <p>Aqui no Brasil, neguinho, muitas vezes na família o cara vai ficando mais velho</p>	04
	opinião > Opnião	Bem... o que se diz geralmente é que todo brasileiro entende de futebol... não é? Algo que está meio... no sangue... eu acho que sim... ou pelo menos tenho sempre uma opinião a dar quando eu estou vendo o jogo.	
	pels > pels	Bom... em princípio você tem campeonatos de dois níveis né... os ditos campeonatos regionais... que hoje se resumem... aos estaduais...que são organizados pels respectivas federações estaduais de futebol [...].	
APÓCOPE	Vo <u>u</u> > vô	<p>“[...] eu vô com os amigos também a gente nunca vai sozinho né?...”</p> <p>“[...] eu num vô é por comodismo mesmo... (vô) ficar em casa mesmo... só muito caseiro...”</p> <p>“[...] eu vô como turista né no no no... no (passo de) vida social que eu sei..”</p>	04
	quer <u>r</u> > que	Todo mundo que entra, pode perguntar, 90% sabe o que quer fazer. e os outros 10% você resolve internamente com transferência.	01
	Vamos <u>s</u> > vamo	“E tem como o cara, vamo supor, ele terminou o básico e [...]”	01
	entra <u>r</u> > entra	Todo mundo que entra, pode perguntar, 90% sabe o que quer fazer. e os outros 10% você resolve internamente com transferência.	01

OCORRÊNCIAS REGISTRADA A PARTIR DA ANÁLISE DE <i>CORPUS</i>			
DESIGNAÇÃO	OCORRÊNCIA	TRECHO DO <i>CORPUS</i>	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
APÓCOPE	Fotograf <u>ia</u> > foto	<p>“[...] você desfolhava, eram só fotos horríveis de guerra”.</p> <p>“Oh! Neve! Ai é tanto que você sai tirando foto assim dos altos dos montes”.</p> <p>“É, aquelas fitinhas verde-amarela junto à foto dele em tudo que era canto [...]”.</p>	03
	metrop <u>olitano</u> > metrô	<p>“É uma cultura completamente diferente, principalmente aqui no Rio de Janeiro, né, lá é, todo mundo muito ligado a trabalho, é, pontualidade impera, entendeu, você vai numa fila de metrô o pessoal tá numa fila realmente, não tá naquele amontoado, que nem aqui no Rio, e o cara fica parado e o Metrô pára exatamente onde você tá parado”.</p> <p>“[...] há uma prioridade número um no Rio de Janeiro que é o metrô OU como estão querendo abordar atualmente o trem BALA...”</p>	03
	motoc <u>icleta</u> > moto	[...] e mesmo assim tem que ter cuidado ... pode haver uma moto ...	01
	extra <u>ordinário</u> > extra	<p>“[...] é um gasto extra... mas foi só um lanche... se deixar... quer todo dia comer em McDonald's e Bob's...[...]”.</p> <p>“Ora, aí com as horas extras eu ganhava mais dinheiro [...]”</p>	02
	radiof <u>ônico</u> > rádio	“[...] é...foi... eu acho que foi... porque antes de eu sair do Rio eu não suportava música sertaneja... só que quando uma vez eu fui pra São Paulo com uma amiga minha... tinha uma estação... tem uma estação no interior de São Paulo que chama-se Zebu... rádio Zebu... e ela toca música sertaneja da hora que abre a programação até a hora que fecha... e... por acaso... era justamente essa rádio que as pessoas ouviam lá... então eu tive que aprender a gostar de música sertaneja...”	15

Fonte: Projeto Norma Urbana Culta / NURC-RJ. Site: <https://nurcrj.lettras.ufrj.br/>

Biodados:

Graduado em Letras/Português pela Universidade Federal do Espírito Santo (2010). Graduado em Pedagogia pela Faculdade de Teologia e Ciências de São Paulo (FATEC). Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira / Linguística Aplicada na Educação pela Universidade Cândido Mendes - RJ / Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Teologia e Ciências de São Paulo (FATEC); Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor de Língua Portuguesa na Prefeitura Municipal de Anchieta/ES.

O Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Feira de Santana: centro de linguística histórica no semiárido baiano

The nucleus of Portuguese language studies at the State University of Feira de Santana, a centre of historical linguistics in the semi-arid region of Bahia

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda*

RESUMO

A Linguística Histórica tem encontrado espaço de desenvolvimento no Brasil, em diferentes instituições de Ensino Superior, tendo sido realizadas, no país, três edições do Congresso Internacional de Linguística Histórica (CILH), a primeira delas, em 2009, homenageando a professora Rosa Virgínia Mattos e Silva, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisadora que, ao lado de seus colegas e alunos vinculados ao Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), maior programa de Linguística Histórica do Brasil, criado em 1990, levou a Bahia a ser reconhecida como um Estado forte em estudos da língua portuguesa na perspectiva histórica. E, também no Semiárido baiano, a Linguística Histórica encontrou espaço de desenvolvimento, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), no âmbito do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP), criado em 1998, cujas pesquisas, até hoje, seguem, fundamentalmente, as proposições de Mattos e Silva, em sua vasta obra. Neste trabalho, procuramos demonstrar, de forma reflexiva, como o NELP/UEFS, que trabalha em parceria com o Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), entre outros parceiros, tornou-se um centro de Linguística Histórica, nacionalmente reconhecido, atuando em diferentes frentes,

Recebido em 17 de julho de 2023

Aceito em 19 de dezembro de 2023.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2024n67.1389>

* marianafagundes@uefs.br

como a constituição de *corpora* diacrônicos de português brasileiro, o estudo sócio-histórico e o estudo gramatical, realizando trabalhos que se tornaram referência importante e contribuíram para o avanço do conhecimento na área. Trata-se de um texto que apresenta os campos de investigação do NELP e sua metodologia de trabalho, podendo servir a experiência do núcleo, como ele se constitui e empreende suas investigações, como modelo a pesquisadores interessados em pesquisas em Linguística Histórica e História do Português Brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: NELP; Semiárido Baiano; Linguística Histórica.

ABSTRACT

Historical linguistics has found space for its development in various higher education institutions in Brazil. Three editions of the International Congress of Historical Linguistics (CILH) have been held in the country. The first was held in 2009 in honor of Professor Rosa Virgínia Mattos e Silva at the Federal College of Bahia (UFBA), a researcher who, together with her colleagues and students from the Portuguese Language History Program (PROHPOR), founded in 1990 and the largest historical linguistics program in Brazil, has ensured that Bahia is recognized as a strong state in Portuguese linguistics from a historical perspective. And also in the semi-arid region of Bahia, historical linguistics found room to flourish at the State College of Feira de Santana (UEFS) within the Nucleus of Portuguese Language Studies (NELP), founded in 1998, whose research to this day essentially follows the theses of Mattos e Silva in his extensive work. In this paper, we attempt to show how the NELP/UEFS, in collaboration with the National Project for the History of Brazilian Portuguese (PHPB), among others, has become a nationally recognized center for historical linguistics. It works on several fronts, such as the creation of diachronic corpora of Brazilian Portuguese, socio-historical studies and grammatical studies, and carries out work that has become a model and contributes to the advancement of knowledge in the field. This is a text that presents the research areas of the NELP and its working methodology. The experience of the nucleus, how it is constituted and how it conducts its investigations, can serve as a model for researchers interested in research in Historical Linguistics and the History of Brazilian Portuguese.

KEYWORDS: NELP; Bahia semi-arid region; historical linguistics

Palavras iniciais

O I Congresso Internacional de Linguística Histórica (I CILH) foi realizado em 2009, em homenagem à professora Rosa Virgínia Mattos e Silva, cuja obra sobre a história da língua portuguesa, recuando ao período arcaico (XIII-XVI), e sobre a história do português brasileiro (PB) tem reconhecida importância. Foi vinculada ao corpo docente da Universidade Federal da Bahia (UFBA), *campus* de Salvador, capital baiana, que a renomada professora construiu grande parte de sua história acadêmica, em cujas linhas se encontra também a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), no sertão da Bahia, com a qual sempre dialogou, instituição que possui, hoje, no seu quadro funcional, no Departamento de Letras e Artes (DLA), ex-alunas da querida pró Rosa, atualmente professoras doutoras, seguindo pelos caminhos da Linguística Histórica...

O Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP) da UEFS – maior núcleo de pesquisa, com estudos na perspectiva histórica, do Nordeste brasileiro – teve sua criação, na década de 90 do século XX, inspirada na obra de Mattos e Silva. Na ocasião do I Ciclo de Palestras do NELP, realizado em julho de 2020, em homenagem à referida professora, tivemos a oportunidade de afirmar que, na UEFS, o maior produto, e mais significativo, que temos, como fruto dos ensinamentos dela, é o NELP.

Neste texto, procuramos demonstrar, de forma reflexiva, como o NELP/UEFS – que trabalha em parceria com o Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), entre outros parceiros – tornou-se um centro de Linguística Histórica no Semiárido Baiano, nacionalmente reconhecido, investindo em pesquisas sólidas – que se tornaram modelo e contribuíram para o avanço do conhecimento na área –, com financiamento de diferentes instituições de fomento, considerando, fundamentalmente, as proposições da professora soteropolitana, uma das maiores linguistas brasileiras, em sua vasta obra. Trata-se de um texto que apresenta os campos de investigação do NELP e sua metodologia de trabalho, podendo servir a experiência do

núcleo, como ele se constitui e empreende suas investigações, como modelo a pesquisadores interessados em pesquisas em Linguística Histórica e História do Português Brasileiro.

O texto está organizado nas seguintes partes: seguem estas Palavras Iniciais a seção 1, que apresenta, em síntese, as conquistas do NELP, em 25 anos de história; na seção 2, descrevemos as agendas do núcleo, dando destaque à constituição de *corpus* diacrônico, da qual resulta um banco de dados sociolinguísticos, pioneiro no Nordeste; sobre a exploração do banco de textos do NELP na interface educacional tratamos na seção 3, seguida pelas Palavras Finais e pelas Referências consultadas.

1 O NELP em 25 anos de história

Neste ano, em 2023, o NELP completa 25 anos. E este texto é também uma homenagem ao núcleo, pela sua longevidade e vitalidade.



Figura 1: Logotipo do NELP.

Fonte: <<https://nelp.uefs.br/o-nelp/logotipo/>>

Um núcleo que nasce no interior da Bahia, e vai longe, com uma produção muito significativa, da qual faz parte um banco de dados que se tornou referência importante (conferir seção 2). Na Figura 1, temos o novo logotipo do NELP, criado em 2020, a partir de uma obra do artista Juraci Dórea Falcão, tendo, como inspiração, os sertões baianos, sua principal área de abrangência.

O NELP – inicialmente denominado Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa Rural (NELPRU)¹ –, coordenado, desde 2017, pela professora Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, foi criado pelas professoras Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Norma Lucia Fernandes de Almeida, em 1998, no Departamento de Letras e Artes (DLA) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), a partir das pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano, por elas coordenado e fruto de estudos iniciados, na instituição, pela professora Ilza Ribeiro e pelo professor Dante Lucchesi, sobre a constituição de banco de dados para investigação da história do português brasileiro.



Figura 2: Linha do tempo do Nelp, card 1.

Fonte: Instagram do NELP <@nucleonelp>

1 Conferir artigo intitulado *O NELPRU (Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa Rural): apresentação de alguns resultados*, de Almeida e Carneiro (2003).

Hoje, fazem parte do NELP 14 projetos de pesquisa, coordenados por pesquisadores da UEFS, que trabalham em parceria com outras universidades brasileiras e universidades estrangeiras. O NELP, ao lado de outros núcleos de pesquisa do departamento, fortalece a linha de pesquisa Variação e Mudança, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da UEFS.

Na grande área da Linguística Histórica, o núcleo se dedica, desde sempre, especialmente à história do português brasileiro, com pesquisas desenvolvidas dentro de diferentes quadros teóricos, sobretudo seguindo a tendência de estudo sociologizante, afinando-se com Labov (2008 [1972]), com o qual os valores culturais do falante passam a primeiro plano, fomentando o respeito à diversidade linguística (intimamente relacionada à diversidade sociocultural), em defesa da dignidade humana.

1.1 As agendas de pesquisa e os caminhos teóricos

Parceiro, como já dissemos, do PHPB – criado, em 1997, a partir do Projeto História do Português Paulista (PHPP), coordenado por Ataliba Teixeira de Castilho (CASTILHO, 1998; 2018), e inspirado também no Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), coordenado por Rosa Virgínia Mattos e Silva, na UFBA², com o intuito de “desvendar o passado da língua portuguesa e do português brasileiro (MATTOS E SILVA, 2004, p. 122) – , o NELP segue seu programa investigativo, que busca historiar a formação da identidade linguística do Brasil, por meio dos quatro sistemas que organizam uma língua natural: Gramática, Discurso, Léxico e Semântica. As agendas de trabalho propostas pelo PHPB são: “(1) organização do *corpus* diacrônico; (2) História social do PB; (3) Mudança gramatical do PB; (4) Tradições discursivas: constituição e mudança dos gêneros discursivos. Diacronia dos

2 Hoje, o PHPP é coordenado pelo professor Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (<https://phpp.fflch.usp.br/>), e o PROHPOR, pela professora Juliana Soledade Barbosa Coelho (<https://www.prohpor.org/>).

processos constitutivos do texto; (5) História do Léxico” (CASTILHO, 2018, p. 28-29). O núcleo vem investindo esforços, sobretudo, nas três primeiras agendas; no que diz respeito à terceira agenda, os estudos são feitos na perspectiva extrassistêmica (gramaticais e hipergramaticais) e intrassistêmica (de linguística diacrônica).

Podemos dizer, de forma mais detalhada, que o NELP desenvolve suas pesquisas sobre a história social linguística do PB, considerando as proposições de Mattos e Silva, sintetizadas por Lobo (2015, p. 70):

1. A história linguística do Brasil não se restringe à história da língua portuguesa no Brasil, nem à história do português brasileiro.
2. O português brasileiro emerge em contexto multilíngue: o contato linguístico é, pois, elemento constitutivo da sua formação.
3. Na cena linguística do Brasil colonial, destacam-se três atores principais: o português europeu, as línguas gerais indígenas e o português geral brasileiro.
4. Africanos e afrodescendentes foram os principais difusores da língua portuguesa no Brasil e os principais formatadores do português brasileiro em sua variante social majoritária — o português popular brasileiro.
5. O passado sócio-histórico-linguístico do Brasil deverá ser interpretado para a compreensão do português brasileiro «heterogêneo e variável, plural e polarizado» da atualidade. (LOBO, 2015, p. 70)

Mattos e Silva, considerando as vias de pesquisa para “elaborar uma história da língua portuguesa no Brasil”, propostas por Houaiss (1985, p. 31), apresenta quatro campos de pesquisa para investigar “mudanças linguísticas que fizeram e fazem o português brasileiro ter as características que tem, o seu perfil próprio, a sua gramática” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 58). Os campos referidos são:

- (a) o campo que se moverá na reconstrução de uma história social linguística do Brasil;
- (b) o campo que se moverá na reconstrução de uma sócio-história linguística ou de uma sociolinguística histórica;
- (c) o campo que se moverá na reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro;
- (d) o

campo que se moverá no âmbito comparativo entre o português europeu e o português brasileiro (MATTOS E SILVA, 2004, p. 58).

Nesses diferentes campos, o NELP tem pesquisas realizadas. E, para tanto, constituiu, ao longo de 25 anos, desde sua criação, um banco de dados diacrônicos, representativo do PB, com textos manuscritos e impressos, em edição semidiplomática e modernizada (além de amostras de fala da década de 90 do século XX e atuais), como o leitor pode conferir na seção 2. A parceria da Linguística Histórica *Stricto Sensu* com a Filologia é essencial, conforme apresenta Mattos e Silva (2008, p. 10) na figura a seguir:

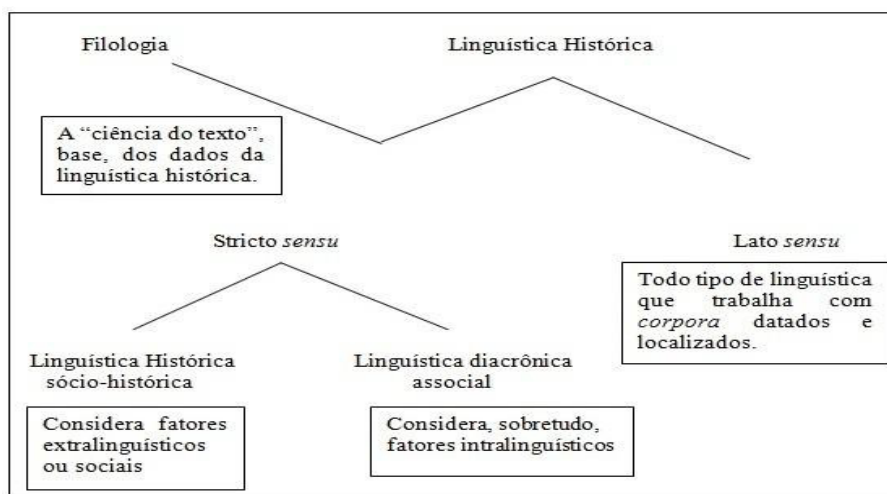


Figura 3: Parceria entre a Linguística Histórica *Stricto Sensu* e a Filologia.

Fonte: Mattos e Silva (2008, p. 10).

É Linguística Histórica *Stricto Sensu* – definida, segundo Mattos e Silva (2008, p. 9), como a vertente que se debruça sobre o que muda nas línguas e como a mudança se dá, dividida em duas orientações, a sócio-histórica (ou perspectiva de estudo extralinguística ou extrassistêmica) e a diacrônica

associal (ou perspectiva de estudo intralinguística ou intrassistêmica) – que o NELP faz, sobretudo, e, portanto, anda de mãos dadas com a Filologia:

Deve-se ressaltar que não se pode nem se deve utilizar qualquer edição de texto do passado para a análise histórico-diacrônica: a edição tem de ser feita com rigor filológico e com objetivo claro de servir a estudos linguísticos; há edições úteis ao historiador ou ao estudioso da literatura ou chamado grande público, mas que, contudo, não devem ser usadas para estudos de história linguística (MATTOS E SILVA, 2008, p. 15).

Dessa forma, fazem parte da equipe do NELP pesquisadores com formação em filologia, e também em Paleografia, dedicados ao trabalho de edição de textos, com o rigor filológico e paleográfico necessário. É nos textos remanescentes do passado, afinal, que encontramos os dados diacrônicos para a pesquisa em Linguística Histórica (MATTOS E SILVA, 1998, p. 106). Como ressalta Paixão de Souza (2006, p. 13), no fazer histórico, seja na história das línguas, seja em qualquer história, não temos acesso direto aos processos abordados, são tempos diferentes, o tempo da análise e o tempo do objeto analisado e “Essa impossibilidade dos métodos de observação imediata deixa duas alternativas principais aos estudos históricos: o recurso à documentação, e o recurso à reconstrução.” O NELP recorre à documentação, estabelecendo uma parceria necessária com a Filologia Textual e a Paleografia de Análise.

Esses dados diacrônicos, como dissemos anteriormente, citando Mattos e Silva, podem ser analisados em diferentes perspectivas, social ou associal, e o NELP segue pelos dois caminhos, ainda que sejam mais frequentes, no seu âmbito, os estudos na tendência sociologizante, tendo grande parte de seus pesquisadores uma concepção social de língua. E a pergunta que fica, à qual Paixão de Souza (2006, p. 27) respondeu bem, é: como teorias com objetos-língua a-históricos ou associas se inserem na grande área da Linguística Histórica?

Podemos entender como mesmo os diferentes quadros teóricos da linguística cujos objetos-língua se constituem como a-históricos realizem suas incursões pela “linguística histórica”: é que, de fato, esses quadros partem de uma perspectiva estritamente cronológica,

ocupando-se primordialmente da sucessão linear de fatos de língua no tempo. (...) Com temporalidade, mas sem historicidade (PAIXÃO DE SOUZA, 2006, p. 27)

Então, como vemos, é possível fazer Linguística Histórica sem considerar a historicidade das línguas ou tomando-a como objeto teórico sem dimensão histórica; escolher esse “lote” do terreno é possível. Como afirma Borges Neto (2004, p. 35-36), esse “loteamento” é um primeiro momento de teorização:

Um erro comum é supor que as divisões da ciência correspondem a divisões naturais da realidade. Isto é equivalente a supor que, pelo fato de alguém ter direitos adquiridos sobre certo território, as fronteiras desse território correspondem a alguma divisão natural. As delimitações dos objetos observacionais não são neutras, ou seja, não é a própria realidade que diz como quer ser seccionada. O “loteamento” do observacional é resultado de um trabalho humano sobre a realidade e, em consequência, já é um primeiro momento de teorização. (BORGES NETO, 2004, p. 35-36)

Tudo depende das escolhas teóricas, que, por sua vez, não são neutras, mas passam pela subjetividade do pesquisador, suas ideologias. O NELP reúne pesquisadores que trabalham, sobretudo, na dimensão do temporal-histórico, fazendo Linguística Histórica, com historicidade, tendo um programa investigativo e proposições bem definidos.

1.2 NELP em números

Nesta seção, apresentaremos números a que o NELP chegou, nesses 25 anos de pesquisas e estudos sobre a histórica social linguística do PB, atuando nas diferentes agendas supracitadas. No quadro seguinte, uma síntese do que consideramos importante registrar:

Categorias	Números
Professores	14
Estudantes de Iniciação Científica	170
Estudantes de Mestrado	62
Estudantes de Doutorado	15
Livros publicados	37
Capítulos publicados	125
Artigos publicados	161
Eventos acadêmicos organizados	16

Quadro 1: Números do NELP em 25 anos de história.³

Fonte: Elaboração própria.

A significativa produção bibliográfica do núcleo, entre livros, capítulos e artigos, deve-se ao intenso trabalho da equipe de professores pesquisadores, em parceria com os estudantes de Graduação e de Pós-Graduação, sem a colaboração dos quais não seria possível fazer tanto. Inclusive os eventos acadêmicos, até o presente promovidos pelo NELP – alguns em parceria com outros núcleos de pesquisa da UEFS e com outras instituições de Ensino Superior e instituições de Ensino Básico –, contaram sempre com a valiosa participação dos estudantes na Comissão Organizadora.

Entre os livros publicados, destacamos, a seguir, a primeira coleção publicada e a mais recente, sobre constituição de *corpus*, agenda de trabalho na qual o NELP é referência nacional e internacional. É a partir do *corpus* constituído que o NELP desenvolve os estudos sócio-históricos e as análises gramaticais.

A coleção mais antiga do núcleo, intitulada *Coleção Amostras da Língua Falada no Semiárido Baiano*, organizada pelas professoras Norma

3 Todas as informações podem ser conferidas no currículo Lattes dos pesquisadores do NELP, cujo link encontra-se disponível no site do núcleo, no menu Equipe/Pesquisadores (<https://nelp.uefs.br/pesquisadores/>).

Lucia Fernandes de Almeida e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, foi publicada em 2008, pela UEFS Editora como resultado do projeto A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

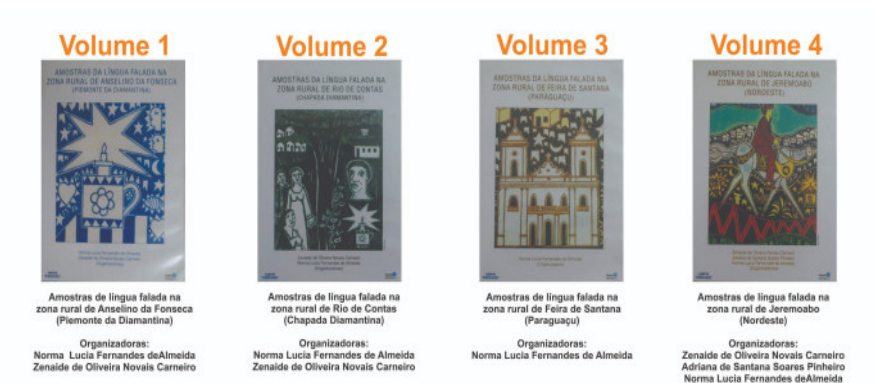


Figura 4: Capas dos quatro volumes da Coleção Amostras da Língua Falada no Semiárido Baiano.

Fonte: <<http://www.uefs.br/cedohs/>>.

Trata-se de coleção com quatro volumes, com inquéritos gravados entre 1997 e 1999, com o objetivo de contribuir para o conhecimento da realidade linguística brasileira e, de forma específica, para o estudo da língua falada em áreas do semiárido baiano. As comunidades foram escolhidas de forma que representassem o avanço da língua portuguesa na Bahia, a partir do século XVII, numa perspectiva sócio-histórica.

As amostras rurais foram compostas em áreas passíveis de diversidade étnica, havendo indícios de que a população fosse formada por remanescentes de quilombo em Casinhas (Jeremoabo); por presença étnica de origem afro-brasileira em Barra/Bananal (Rio de Contas/Região da Chapada Diamantina), Piabas (Caém/Ancelino da Fonseca/Região do Piemonte da Diamantina) e Matinha (Feira de Santana/Região Paraguaçu); por mestiços de brancos de origem portuguesa em Lagoa do Inácio (Jeremoabo) e Mato

Grosso (Rio de Contas). Isto implica a existência de variações linguísticas provenientes de contato linguístico entre línguas distintas, no processo de aquisição de língua (CARNEIRO *et al*, 2016, p. 96).

Por meio dessas gravações com pessoas analfabetas ou de baixo grau de escolarização, em zonas rurais, o NELP oferece à comunidade científica material para estudo do PB, do presente para o passado.

A outra coleção, última publicada pelo núcleo, em 2022, também pela UEFS Editora, é *O sertão por Escrito: edição filológica dos livros do arquivo do Sobrado do Brejo (Bahia)*, organizada pelas professoras Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda.



Figura 5: Capas dos dois volumes da Coleção O Sertão por Escrito.

Fonte: <<http://www.uefs.br/cedohs/>>

Essa coleção apresenta 2 volumes: o primeiro com as edições fac-similar e semidiplomática do *Livro do Gado*, feitas com auxílio financeiro da FAPESB, no âmbito da dissertação de Mestrado de Elaine Santos (2019),

orientada pela professora Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e defendida no PPGEL da UEFS, e o segundo com as edições fac-similar e semidiplomática do *Livro de Razão*⁴, feitas com auxílio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no âmbito da tese de Doutorado de Adilson Silva (2021), orientado pelas professoras Emília Helena Portella Monteiro de Souza e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e defendida no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da UFBA.⁵

O NELP tem, nos livros manuscritos do arquivo do Sobrado do Brejo do Campo Seco, os primeiros documentos representativos do período colonial brasileiro a fazerem parte de seu banco de textos.

Documentação rara, de foro privado, esses livros escritos por três gerações, na fazenda de criação do Brejo do Campo Seco, da família Pinheiro Canguçu – povoado de Bom Jesus dos Meiras, Comarca de Rio de Contas (hoje Brumado), sertão baiano – têm inegável valor histórico, econômico, social e linguístico. Como ressalta Algranti (1997, p. 132-133), recuperar o cotidiano no interior dos domicílios coloniais é uma tarefa difícil, porque são extremamente raros registros sistemáticos. Para Santos Filho (2012, p. 20), segundo o qual “como que armado de uma grossa lente de aumento, procurei focalizar, em ponto grande, um pequeno centro nordestino do Brasil antigo”, o *Livro do Gado* e o *Livro de Razão* “são a porção mais valiosa do opulento arquivo do sobrado do Brejo” (LACERDA, SANTOS, 2022, p. 14).

Os capítulos e artigos somam, atualmente, 286 publicações. É uma vasta produção, divulgada também em eventos locais, regionais, nacionais e

4 A edição fac-similar do *Livro do Gado* e do *Livro de Razão* foi feita segundo o método de fotografia Lapelinc (SANTOS, BRITO, 2014).

5 O NELP publicará, em breve, a Série *Documentos para a História Linguística do Brasil Colônia*, organizada por Carneiro, Lacerda e Lose, que reúne, sobretudo, documentos editados como parte de dissertações de mestrado e teses de doutorado (já concluídas ou em andamento), orientadas por Carneiro, Lacerda e Lose; neste momento, encontram-se em editoração, na UEFS Editora, os três primeiros volumes da Série.

internacionais, entre eles 16 eventos organizados pelo NELP, como O I Ciclo de Palestras do NELP: diálogos interinstitucionais e O I Encontro do CE-DOHS: língua, história e tecnologia, ambos em 2020, na modalidade remota, durante a pandemia de COVID 19. A divulgação das produções e eventos do núcleo é feita também em suas redes sociais, como dito na seção 1.4.

1.3 Rede de pesquisa

O NELP participa, desde sua criação, de uma rede de pesquisa forte, dialogando com pesquisadores de diferentes instituições brasileiras, como, na Bahia, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB) e a UFBA, e, fora da Bahia, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade do Estado de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade de Brasília (UnB). Fora do Brasil, estabelece parceria com a Universidade de Lisboa (UL), por meio de atuação no projeto Pombalia: Pombal Global, coordenado pelos professores José Eduardo Franco e Pedro Calafate.

Com a UNICAMP foi firmado convênio, com Termo Aditivo de Transferência de Tecnologia, desde 2012; uma parceria formalizada entre o projeto Corpus Histórico do Português TychoBrahe (UNICAMP)⁶, coordenado pela professora Charlotte Marie Chambelland Galves, e o projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS/NELP/UEFS), coordenado pelas professoras Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, apresentado na seção 2. Diferentes planos de trabalho têm sido desenvolvidos, por meio desse convênio; planos de edição em linguagem XML, com modernização, e planos de anotação sintática.

6 Disponível em: <<https://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>>.

1.4 Conexão NELP

O NELP se comunica com a comunidade interna da UEFS e com a comunidade externa, também por meio de suas redes sociais, desde 2017, quando a Coordenação do núcleo passou a investir, de forma mais ativa, na divulgação de suas produções e eventos.



Figura 6: Página inicial do site institucional do NELP⁷.

Fonte: <<https://nelp.uefs.br/>>

Além do site institucional, no endereço <https://nelp.uefs.br/>, cuja página inicial está apresentada acima, o NELP está no Instagram, no Facebook, no Twitter e no YouTube⁸.

7 O site do NELP está, neste momento, passando por atualizações, como parte das comemorações pelos seus 25 anos, com um menu especial sobre seu aniversário, serviço realizado com recursos do edital interno UEFS 001/2021/Termo de Outorga nº 048/2021.

8 Instagram: @nucleonelp;
Instagram: @ce_dohs;
Facebook: Ce-dohs;
Twitter: @ce_dohs;
YouTube NELP: @nelpnucleodeestudosemlingu8083
<<https://www.youtube.com/@nelpnucleodeestudosemlingu8083/playlists>>
YouTube CE-DOHS: @ce-dohs5910 <<https://www.youtube.com/channel/UCeh6wC1GzIzslcBHCBwKLxQ?app=desktop>>.

No Instagram, por exemplo, o NELP e o CE-DOHS, juntos, têm 1.576 seguidores, um número significativo, tratando-se de páginas acadêmicas, com conteúdo sobre Linguística Histórica, História do PB e Ensino de Língua Portuguesa.

Esse diálogo com a comunidade interna da UEFS e externa, em diferentes plataformas e linguagens, é muito importante, sobretudo atualmente, quando estamos todos conectados com o mundo, também por meio da rede mundial de computadores.

2 O banco de dados sociolinguísticos do NELP

Como afirmou Mattos e Silva (2004, p. 61), a busca pela reconstrução da história do PB “será trabalho para muitas mãos, durante muito tempo”. E esse trabalho inclui, fundamentalmente, a constituição de *corpus*, onde buscamos os dados, que iluminam a linguística teórica. Conforme Bacelar do Nascimento (2004, p. 1), “O uso de *corpora* permite a realização de descrições linguísticas de base empírica e promove, com isso, a discussão de questões teóricas solidamente fundamentadas.”

O NELP tem, desde sempre, o compromisso com a formação de banco de dados, com o necessário controle sócio-histórico – a qual está entre as agendas principais do PHPB –, reconhecendo que

A formação de banco de dados, como o Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS), do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), exige grande esforço e tempo dedicados à sua metodologia de organização: prospecção documental em fontes confiáveis; caracterização sócio-histórica de acervos; edições em diferentes formatos; processamento, armazenamento e disponibilização de dados. Como se vê, um trabalho de pesquisa que envolve diferentes etapas e uma equipe com formação especializada em campos diversos, como a Filologia, a História Social da Cultura Escrita, a Linguística Computacional, entre outros.” (SANTIAGO *et al*, 2021, p. 314)

O banco Documentos Históricos do Sertão (DOHS) – que ganhou, a partir de 2010, uma versão eletrônica, o CE-DOHS (conferir seção 3.1) – tornou-se um banco representativo da polarização e pluralidade do PB (LUCCHESI, 1994)⁹, cobrindo, dentro do possível, fases da periodização da história sociolinguística da língua (LUCCHESI, 2017), com textos, em sua maioria, inéditos. O núcleo sempre procurou reunir, na constituição de *corpora* diacrônicos, documentação variada, sendo possível que o pesquisador personalize seu *corpus*, segundo seu interesse.

O CE-DOHS permite que se personalize o *corpus*, de acordo com o interesse do pesquisador, que, entre inúmeras possibilidades, pode optar em o separar, no que concerne ao autor, por: etnia (indígenas, brancos, negros do Brasil, mulatos, mamelucos e pardos, entre outras); nível de escolarização e habilidade/inabilidade com a escrita; sexo; profissão; estratificação social; data e local de nascimento do autor (naturalidade e nacionalidade); e, no que concerne ao documento, por: data e local de escrita, meio urbano e meio rural, para quem e a quem foi destinado (CARNEIRO; LACERDA, 2023, Início).

O NELP não tem, entretanto, o *corpus* ideal nem trabalha com esse conceito; o que oferecemos é um banco, com lacunaridade¹⁰, para uma aproximação da história linguística dos diferentes grupos envolvidos nessa complexa formação do Brasil, sabendo que, no que diz respeito aos grupos sociais subalternos, as lacunas são ainda maiores, haja vista, como observa Lobo (2001, p. 109), que “estes raramente deixaram testemunhos autógrafos”, a escrita de sua história linguística pautando-se, em muitos aspectos, “em

9 Lucchesi (2017, p. 376) aponta um nivelamento linguístico na 4ª fase (1930 até hoje) de sua proposta de periodização sociolinguística do Brasil, assim caracterizada: “Industrialização e urbanização promovem a difusão da norma urbana culta, apagando as marcas do contato na norma popular; a norma culta se afasta do padrão lusitanizado; porém, concentração de renda mantém a polarização sociolinguística e fomenta o preconceito linguístico.”

10 Conferir Paixão de Souza (2006) sobre a tradição documental dos estudos históricos sobre as línguas e a questão da lacunaridade.

uma reconstrução a partir de “indícios”, e, necessariamente, do presente em direção ao passado”.^{11 12} Como disse Mattos e Silva (2008b), trata-se de um trabalho de arqueologia da linguagem.

Um banco de dados sociolinguísticos é o que o NELP disponibiliza a pesquisadores interessados, permitindo análises histórico-diacrônicas do português brasileiro. Com objetivos bem definidos, de cobertura da história sociolinguística do Brasil, os pesquisadores do NELP constituíram, a partir de um intenso trabalho de prospecção documental, atrás de textos remanescentes, o seu *corpus* de trabalho, pois, conforme ressalta Mattos e Silva (1989, p. 15),

Em qualquer estudo que se volte para uma análise de manifestações linguísticas em uso, o *corpus* sob análise, em geral, é constituído pelo linguista de acordo com os objetivos de sua pesquisa. O *corpus* será então, necessariamente, um corte intencional sobre a totalidade de uma língua; a sua data, o seu lugar, os seus informantes serão identificados e definidos. Quando tratamos de um estado de língua já passado, o corpus sobre que se desenvolverá a análise, por sua própria natureza, já está constituído. O filólogo, o linguista, o <<poéticien>> determinarão os limites de seu campo de observação sobre documentação preexistente. (MATTOS E SILVA, 1989, p. 15)

11 Para Lobo (2009, p. 109), um *corpus* diacrônico ideal para estudo da história social e linguística do Brasil seria: “(i) Subcorpus 1: as variedades do português europeu transplantadas para o Brasil; (ii) Subcorpus 2: as variedades do português falado como segunda língua pelos aloglotas; (iii) Subcorpus 3: as variedades do português brasileiro que paulatinamente se iam constituindo: 3.1) as variedades cultas – supostamente mais unitárias e descendentes diretas das variedades do português europeu – e 3.2) as variedades populares – supostamente mais diversificadas e descendentes diretas das variedades do português como segunda língua.”

12 No CE-DOHS, as coleções documentais representativas das normas socialmente estigmatizadas do PB são: Correspondências Amigas; Cartas em Sisal; Cartas Marienses, do século XX. Sobre as Cartas em Sisal, editadas por Santiago (2012), foi publicada uma coletânea de estudos morfossintáticos, organizada por Santiago, Lacerda e Carneiro (2023), com financiamento do Programa de Auxílio Interno aos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (AUXPPG/UEFS).

Além dos documentos – a maioria cartas¹³ –, estão disponíveis no site (<http://www.uefs.br/cedohs/view/sobre.html>), com acesso livre e gratuito, em consonância com os princípios da Ciência Aberta, seus metadados e os metadados dos escreventes/informantes, também informações sobre o processamento dos documentos (SANTIAGO *et al*, 2021)¹⁴. Tudo feito de forma sistemática, etapa a etapa, desde a prospecção documental até a disponibilização dos materiais, dando o núcleo contribuições importantes à discussão sobre o tratamento metodológico à constituição de *corpora*. Nos procedimentos metodológicos, o NELP sempre considera o *corpus* no seu tempo (e, nos estudos sociolinguísticos, o *corpus* nos diz o que tem a oferecer).

Na descrição do perfil sociocultural dos escreventes, para a reconstituição da sócio-história do PB, entendendo a escrita a partir de quem a escreveu em um determinado contexto sócio-histórico, o NELP vai além das categorias tradicionais de perfil, investindo esforços para o que Lopes *et al* (2010, p. 242) denominaram de “cruzamento de perspectiva”:

Acreditamos no potencial analítico de um cruzamento de perspectivas, que relacione a trajetória de vida dos sujeitos (que vai mais além das categorias tradicionais de perfil), o contexto de produção dos textos (em que momento foi escrito, o que foi escrito, para quem foi escrito, em que condições e com que finalidades foi escrito) e o mapeamento e descrição

13 Conforme Lacerda, Carneiro e Santiago (2016, p. 131), “A maior parte dos documentos do DOHS, datados e localizados – que hoje se encontram também em versão digital no CE-DOHS – são cartas manuscritas, dos séculos XIX e XX (1084 cartas, 422 remetentes), editadas sobretudo por Carneiro (2005), que investiu na busca e na organização de acervos documentais que pudessem contribuir para o processo de reconstrução sócio-histórica do PB, em um trabalho de investigação grandioso, percorrendo diversos arquivos, e publicadas em 2011, pela Editora UEFS, na obra, com três volumes, organizada por Carneiro, Lacerda, Almeida, Santiago e Oliveira, intitulada *Cartas brasileiras: coletânea de fontes para o estudo do português*.” Em 2022, foi publicado o volume 4 da Coletânea (BRITO; LACERDA, 2022) e, em 2023, o volume 5 (CARNEIRO, TUY BATISTA; ALMEIDA, 2023).

14 O *corpus* encontra-se também compartilhado na página *online* do PHPB Bahia: <<https://sites.google.com/site/corporaphbba/?pli=1>>.

das redes de escrita (diálogos estabelecidos e possíveis interlocutores). Isto seguramente nos permitirá localizar a produção escrita de um indivíduo num contexto de produção mais amplo, o que, por sua vez, nos garante a possibilidade de uma conceituação alterna de perfil sociocultural. (LOPES *et al*, 2010, p. 242)

É o caminho que o NELP vem percorrendo, tentando, o máximo possível, abordagens sobre o indivíduo, as quais considerem esse contexto de produção mais amplo. Fazendo o controle sócio-histórico da documentação, o CE-DOHS descreve sobre o “quem” e “para quê” (PETRUCCI, 2003), além de descrever, no âmbito da paleografia tradicional, o “quando” e “onde”. São variáveis que, segundo Mattos e Silva (2004), amenizam, com o recurso à historiografia, o problema dos “maus dados” (LABOV, 1982) com que trabalha o pesquisador da Linguística Histórica.

Uma grande equipe de especialistas, dedicados, “Como quixotes ou como loucos, ou apenas como brasileiros interessados em compreender um aspecto fundamental da sua história pregressa” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 67), ao desafio de reconstrução, por aproximação, de uma história do PB. E, se tudo mais pode passar, se as teorias podem ficar para trás, os dados não passam, as descrições ficam, como sempre nos lembrava, nas suas aulas no Instituto de Letras da UFBA, a pró Rosa... Então, aqueles que constituem *corpus*, com grande esforço, fazem um trabalho necessário e valoroso:

O trabalho com *corpus* não é “commodo” – pelo contrário, é por vezes penoso, sempre curioso, às vezes divertido (...) Sem dúvida é um trabalho necessário, como base para a reconstrução do passado lingüístico do português que aqui se formou, o português brasileiro (MATTOS E SILVA, 2004, p. 120).

E, todo o tempo, como não poderia deixar de ser, com a preocupação com a autenticidade, porquanto, como ressalta Maia (2012, p. 538),

Sob o ponto de vista qualitativo, a autenticidade é uma exigência decisiva: se se pretende utilizar os materiais para o estudo de história da língua, as edições devem satisfazer as necessidades de uma linguística histórica

empírica e, por esse motivo, devem reflectir fielmente as características linguísticas dos manuscritos, uma vez que nelas se reflectem as marcas da variação da língua da época. (MAIA, 2012, p. 538)

A importante parceria da Linguística Histórica com a Filologia Textual e a Paleografia de Análise, à qual já nos referimos outras vezes aqui, esse cruzamento de olhares como condição *sine qua non* para os estudos histórico-linguísticos.

Os critérios de edição semidiplomática adotados pelo NELP são, normalmente, os do PHPB (CASTILHO, 2020), mas também, sobretudo no tratamento dos documentos do período colonial, adotamos os critérios de transcrição do Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação Paleográfica (CEPEDOP/<<https://www.memoriaarte.com.br/>>).

A depender das especificidades dos documentos, esses critérios sofrem adaptações, sempre esclarecidas ao leitor (conferir, por exemplo, dissertação de Santos (2019) e tese de Silva (2021)). São edições semidiplomáticas, tendo em vista que são feitas algumas intervenções: sempre mantidas as características originais dos textos, mas desenvolvidas as abreviaturas e marcadas, com algum elemento, as letras antes ausentes; também empregados caracteres atualizados (LOSE, 2017, p. 74).

No processo de edição – o *corpus* nas mãos da Filologia –, elaboramos, inicialmente, o quadro escriptográfico do escrevente, na descrição intrínseca do documento. Os aspectos intrínsecos do documento, de acordo com Lose *et al.*(2009),

são definidos aqui como aquelas características ainda não ligadas à “língua”, mas sim às peculiaridades “ortográficas” de cada scriptor. É importante fazer uma ressalva para o fato de que “ortografia”, neste contexto, não deve ser pensada como a escrita correta, mas sim como a forma de escrever e de dispor e combinar os grafemas, criando, desta forma, fatos linguísticos a serem analisados. (LOSE *et al.*, 2009, p. 47).

O estudo descritivo dos grafemas e das peculiaridades da escrita de cada escrevente são indispensáveis para a análise de documentos antigos,

porquanto, a partir desse estudo minucioso, é possível conhecer, com mais detalhes, a mão que escreve; o trabalho paleográfico é imprescindível para fazer uma boa decodificação da escrita de um texto antigo (CAMBRAIA, 2005). Além das peculiaridades gráficas, observamos, também, na descrição intrínseca, o conteúdo dos documentos. Essa observação e estudo das peculiaridades gráficas são fundamentais para o processo de edição do texto.

Sobre os *corpora* orais do banco, são, em grande parte, produto do projeto A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano, já aqui referido. Do projeto Em Busca das Raízes do Português Brasileiro, criado pela professora Eliana Pitombo Teixeira, no âmbito do NELP e, atualmente, coordenado pela professora Silvana Silva de Farias Araujo, são as amostras de fala de Luanda-Angola (UEFS), que estão em processo de revisão, de maneira que possam também, em breve, serem disponibilizadas no banco. Há outras amostras, já disponíveis no banco, obtidas por meio de parceria com o Programa de Estudos sobre o Português Popular de Salvador (PEPP-UNEB), coordenado pela professora Norma da Silva Lopes, e o Projeto Norma Linguística Urbana Culta do Brasil (NURC/Salvador/UFBA), coordenado pela professora Jacyra Andrade Mota. Também por meio de parceria, serão, em breve, disponibilizadas no banco as amostras do Projeto Estudos Linguísticos e Históricos do Sertão (ELIHS-UNEB), coordenado pela professora Dayane Moreira Lemos, que defendeu, recentemente, no PPGEL da UEFS, a tese, orientada pela professora Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, intitulada *ELIHS, um projeto para além do litoral: da constituição de corpus oral de comunidades afro-brasileiras à análise estatística da variação na concordância nominal de número na variedade da comunidade afro-brasileira de Volta do Angico (BA)* (LE MOS, 2023).

Cada projeto adota suas normas de transcrição próprias; os projetos mais recentes, como o de Lemos (2023), baseando-se também nas normas dos projetos mais antigos; a autora adora a chave de transcrição ortográfica dos inquéritos realizados no âmbito do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia (<http://www.vertentes.ufba.br>).

No site do CE-DOHS, estão disponíveis a edição semidiplomática dos manuscritos e impressos¹⁵ e a edição modernizada, em linguagem XML; também as amostras de fala, sua transcrição e versão modernizada, em XML.

Segundo Shepherd *et al.* (2012, p. 11),

A ideia de coligir coleções de textos naturais com o objetivo de os submeter à análise linguística remonta ao trabalho dos estruturalistas norte-americanos da década de 1950, tais como Harris (1951) e Fries (1952). Com o Brown Corpus (Francis e Kucera, 1954), surgiria o primeiro corpus eletrônico compilado para este fim. Embora até hoje este *corpus* seja largamente utilizado, na altura praticamente não existiam textos escritos em formato digital, os computadores eram máquinas enormes e caras, que ocupavam salas inteiras, e os programas informáticos demoravam horas e até dias a correr. (SHEPHERD *et al.*, 2012, p. 11)

O CE-DOHS – versão eletrônica do DOHS¹⁶ – soma-se aos novos *corpora* eletrônicos, como o Corpus Tycho Brahe, da UNICAMP, na era das Humanidades Digitais, rótulo que, segundo Castro (2020, p. 2), inclui “tudo que signifique a aplicação de computação e de tecnologias digitais ao universo das humanidades. O pano de fundo é a expansão de big data, conjuntos de dados grandes demais para serem analisados por formas tradicionais de pesquisa.”¹⁷ E, nesse cenário, dá-se o “crescimento vertiginoso da Linguística de Corpus” (SARDINHA, 2000, p. 323), que, de acordo com Sardinha (2007, p. 325), “ocupa-se da coleta e da exploração de *corpora*, ou do conjunto de dados linguísticos textuais coletados criteriosamente, com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística”.

15 Conferir a obra, organizada por Carneiro e Oliveira, *Publica-se em Feira de Santana: das cartas de leitores e redatores e dos anúncios em O Progresso e na Folha do Norte (1901-2006)*, que traz documentos impressos, do século XX, os mesmos do período que estão disponíveis no CE-DOHS. No site, há documentos impressos do século XIX também, estes publicados na obra, organizada por Barbosa e Lopes (2006), intitulada *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do século XIX: cartas de leitores*.

16 Neste momento, o site do projeto CE-DOHS está passando por atualizações, com a inserção de novos documentos, tanto da fase 1 como, principalmente, da fase 2, com recursos do Edital UEFS 001/2021 – Auxílio Financeiro a Projetos de Pesquisa e Inovação.

17 Conferir Schreiban *et al.* (2004).



Figura 7: Página inicial do site CE-DOHS.

Fonte: <http://www.uefs.br/cedohs/>

Com mais de 10 anos ativo na rede mundial de computadores, o CE-DOHS reúne uma extensa base documental, resultante, como já dissemos aqui, de árduo trabalho, organizada em dois conjuntos: conjunto 1 – composto por textos escritos entre 1808 e 2000, por indivíduos nascidos no Brasil, a partir de 1724, e por amostras de fala de brasileiros, gravadas na década de 90 do século XX, na Bahia; conjunto 2 – composto por manuscritos produzidos entre 1640 e 1808 por diferentes populações nascidas no Brasil, a partir de 1590, e em processo de edição no mesmo formato do conjunto 1. O conjunto 2 encontra-se em elaboração, tratando-se de um *corpus* mínimo, dada a raridade de documentos. Adicionalmente, há um conjunto de textos escritos no Brasil por portugueses, nos primeiros 150 anos da colonização (CARNEIRO; LACERDA, 2023, Apresentação).^{18 19}

18 Sobre, especialmente, a fase 1 do CE-DOHS, conferir Carneiro e Lacerda (2019).

19 Sobre a fase 2, a representatividade e potencialidades do *corpus* colonial do CE-DOHS, conferir Cardoso, Carneiro e Lacerda (2021).

Aliando a Antiga e a Nova Filologia²⁰, o CE-DOHS apresenta os documentos em diferentes versões de edição; além dos fac-símiles – que dão total transparência ao labor filológico realizado –, a edição semidiplomática e a edição modernizada, em XML.

Do feliz conagraçamento entre as mais recentes tecnologias e a antiga Filologia, surgiu um novo universo de possibilidades para a preservação, disponibilização e análise de textos antigos, universo em que é possível oferecer ao leitor mais de uma edição do mesmo texto, permitindo que tenha ao seu dispor o texto editado, em diferentes versões, e o seu original (GONÇALVES; BANZA, 2013, p. 4).

A edição modernizada, com uso do eDictor (PAIXÃO DE SOUSA; KEPLER; FARIA, 2009), permite a anotação sintática, que se encontra em andamento no âmbito do CE-DOHS, por meio de convênio, especialmente com a UNICAMP, interessada no uso do banco para estudos sintáticos de natureza gerativista. Todas as intervenções feitas no texto, com uso do eDictor, ficam visíveis ao leitor, o que possibilita seu controle e mapeamento, garantindo a recuperabilidade das formas originais. O referido programa dispõe, atualmente, para o processo de modernização dos textos – concernente apenas a intervenções de natureza gráfica, por conseguinte uma modernização com baixo grau de intervenção –, de onze tipos de etiquetas: junção, segmentação, sobrescrito, ilegível, rasurado, subscrito, tachado, pontuação, expansão, padronização e modernizado.

No site do CE-DOHS, no *menu* Coleções Documentais/Edições em Diferentes Formatos, é possível acessar as diferentes versões de edição, das três categorias maiores de documentos: Manuscritos, Impressos, Amostras de Fala. Somam-se 20 as coleções documentais da fase 1 (1823-2000), já concluída, e 24 as coleções da fase 2, iniciada em 2017 e em andamento.

20 Conferir Crane *et al.* (2008).

Os interessados podem visitar o site do CE-DOHS e navegar, fazendo as buscas que desejar. É possível usar, para fazer buscas de dados, a ferramenta *E-Corp*, desenvolvida para aplicação inicial no CE-DOHS:

Com o crescente desenvolvimento da construção de banco de dados eletrônicos, surge a necessidade de criação de ferramentas que auxiliem na exploração de documentos em formato XML. Dessa maneira, na tentativa de otimizar o contato inicial do pesquisador com os *corpora*, foi desenvolvida a ferramenta *E-Corp*, que torna a busca nos bancos de dados mais rápida e confiável, além de permitir a exploração dos acervos, ajudando na construção de *subcorpora*, já que é possível filtrar as informações sobre o documento a partir dos metadados de cada documento (SOUZA *et al*, 2018, p. 14).

Utilizando essa ferramenta, o consultante pode montar seu *corpus* de estudo, conforme seus interesses.

Em breve, será possível também acessar, no site, cuja documentação (aproximadamente cinco mil documentos) reúne 2,3 milhões de palavras – já tendo ultrapassado as fronteiras dos sertões –, os locais de produção e/ou recolha, relativos a coleções documentais, por meio de fotografias ilustrativas em modelagem em 3D, resultantes de recriação de fotografias reais ou de descrição dos referidos locais.²¹

A edição modernizada, em linguagem XML, com uso do eDictor, impôs desafios à equipe do NELP, que aprendeu a manusear a ferramenta computacional, acessando os tutoriais *online* (<https://humanidadesdigitais.org/edictor/>) e participando de oficinas e minicursos, a maioria organizados pelo núcleo, nos eventos promovidos, sobre Humanidades Digitais e Linguística de Corpus.

Como o CE-DOHS apresenta documentos de gêneros diversos, há, às vezes, desafios diante dos quais alguns deles, tendo em vista suas especificidades, colocam o eDictor. É o caso dos livros manuscritos da

21 Conferir Tuy Batista *et al* (2023). Trabalho de pesquisa financiado com recursos do Edital UEFS 001/2021 – Auxílio Financeiro a Projetos de Pesquisa e Inovação.

Família Pinheiro Canguçu, já aqui referidos, o *Livro do Gado* e o *Livro de Razão*, conforme demonstram Lacerda *et al* (2023), em texto intitulado *Edição modernizada dos dois livros manuscritos do Brejo do Campo Seco, BA (XVIII-XIX): desafios da nova filologia*.

É um longo percurso até aqui, da prospecção documental à disponibilização de dados. A transição do DOHS ao CE-DOHS ainda está em curso; não podemos ainda afirmar que se trata o CE-DOHS de um banco eletrônico prototípico, mas está no caminho para tornar-se um, na medida em que pesquisadores parceiros, interessados no banco, investirem esforços, por exemplo, no trabalho de anotação sintática dos textos – que permite a busca de construções anotadas, a partir de perguntas de investigação (GALVES, 2019) –, o que já está sendo feito, especialmente por Charlotte Galves e Williane Corôa²². O CE-DOHS é hoje um banco

22 A anotação sintática – que é feita segundo a teoria Gerativa, principalmente – não se trata de uma etapa de trabalho do CE-DOHS, mas de um dos usos possíveis que o pesquisador pode fazer do banco, como Charlotte Galves, gerativista, professora da UNICAMP, e Williane Corôa, gerativista, professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), estão fazendo com seus orientandos, como parte de planos de IC, de Mestrado e de Doutorado (conferir artigo intitulado *Relações entre a constituição de corpora diacrônicos do português brasileiro e os princípios da Ciência Aberta*, de Cardoso, Lacerda e Carneiro (no prelo). O CE-DOHS pode ser explorado de acordo com a concepção de língua do pesquisador e, dela decorrentes, com suas opções teórico-metodológicas, ficando o banco disponível a interessados nos diferentes caminhos da Linguística Histórica: intrassistêmico (objeto a-histórico) e extrassistêmico (objeto histórico), configurando-se o CE-DOHS, ressaltando, em um *corpus* especial para os que consideram a historicidade das línguas, as relações entre linguagem e sociedade, para os que trabalham com um objeto histórico, haja vista a riqueza de metadados, com cruzamento de perspectivas, apresentada no site. O CE-DOHS/NELP/UEFS defende a pluralidade teórica, que, como disse Faraco (2005, p. 92), “não é apenas um fenômeno desejável, mas uma necessidade lógica. Como não temos o dom da onisciência, nem o poder de apreensão global instantânea do mundo, nossas aproximações científicas do real são sempre parciais: fazemos recortes nele, construindo nossos objetos de estudo, e formulamos hipóteses explicativas para esses recortes.” Então, as etapas de prospecção documental, controle sócio-histórico, descrição de metadados, edição semidiplomática, edição modernizada e disponibilização de dados são da própria constituição do banco em si, no âmbito da UEFS; a etapa de anotação sintática, todavia,

digital²³, que oferece diversos documentos em diferentes versões; da fase 1, já se encontram as coleções documentais, a maioria, totalmente modernizadas, em linguagem XML; da fase 2, iniciada há pouco tempo, não há, no banco, ainda, nenhum texto modernizado, porque, no momento, a equipe do projeto está dedicada ao trabalho de edição semidiplomática, ao estudo sócio-histórico e estudo linguístico dos materiais levantados. Um longo percurso, sempre com metodologias criteriosas e claras, em busca de respostas a perguntas como as seguintes, entre outras, sintetizadas na apresentação da equipe PHPB-Bahia (Sertões), no X seminário do PHPB, na UFS, em 2019:

- a) Quais são as dinâmicas de mudança do português no Brasil?
- b) Quais são os aspectos da língua afetada pela mudança?
- c) Quais são as parametrizações envolvidas?
- d) Como constituir um *corpus* sistemático que permita capturar a história complexa de formação do português brasileiro?
- e) Como superar as dificuldades do recuo ao período anterior ao século XVIII?
- f) Como capturar a natureza peculiar do PB, uma língua marcada pelo contato?
- g) É possível rastrear os efeitos do contato em textos escritos?

vem sendo executada na medida do interesse de pesquisadores parceiros na exploração dos dados na perspectiva gerativista. São buscas possíveis que se podem fazer no *corpus*, com uso de diferentes ferramentas, sejam ferramentas para busca de dados sintaticamente anotados, sejam ferramentas para buscas lexicais. Dessa forma, o investimento de esforços do CE-DOHS/NELP/UEFS é para a constituição de *corpus*, com o devido controle sócio-histórico e rigor filológico e paleográfico, contribuindo com os que se interessam pelo estudo da história social linguística do português brasileiro, em diferentes níveis de análise e dentro de diferentes quadros teóricos. O banco passa a ser prototipicamente eletrônico, na medida em que pesquisadores interessados vão preparando os materiais para as buscas que desejam fazer, usando diferentes ferramentas, de acordo com seus objetivos/perguntas.

- 23 Sobre o conceito de texto na esfera digital, conferir Paixão de Souza (2013) e Marquilhas e Hendrickx (2016), entre outros.

Na sua vasta produção bibliográfica, o NELP traz resultados de pesquisas que, sem dúvida, colaboram para elucidar questões como as supracitadas. E o próprio banco de textos do núcleo, do modo como ele se constitui e se apresenta – com base também no alinhamento teórico e metodológico proposto pela Sociolinguística Histórica (ROMAINE, 1982; HERNÁNDEZ-CAMPOY; CONDE-SILVESTRE, 2012) –, responde a problemas enfrentados para a reconstrução da história social linguística do PB.²⁴

O estudo sócio-histórico é realizado antes e após a prospecção documental, sendo etapas essenciais no processo de constituição de *corpus*. Na etapa de prospecção de material, é feito o estudo da realidade sócio-histórica, indo atrás de materiais que nos ajudem a preencher as lacunas existentes; e, uma vez localizados esses materiais, o controle sócio-histórico é feito, garantindo a legitimidade do *corpus*. Como resultado desse estudo, o NELP possui diversos trabalhos publicados, especialmente considerando a região do Semiárido baiano; podemos citar, entre outros: Carneiro e Almeida (2006; 2008; 2011); Lacerda, Araújo e Carneiro (2018); Oliveira e Araújo (2018); Carneiro, Lacerda e Almeida (2020); Carneiro *et al* (2020).

Os estudos linguísticos, até o presente, realizados pelo NELP, explorando o seu banco de dados, são muitos, como, por exemplo, os estudos de natureza variacionista, explorando *corpus* oral, reunidos por Almeida *et al* (2016) em coletânea intitulada *Variação Linguística em Feira de Santana-Bahia*, publicada pela UEFS Editora. Também o estudo do sistema de tratamento, analisando diferentes coleções documentais epistolares, em parceria interinstitucional, coordenado pela professora Célia Regina dos Santos Lopes, da UFRJ (MARTINS *et al*, 2015; ANDRADE; CARNEIRO; LACERDA, 2016; LACERDA; CARNEIRO; OLIVEIRA, 2016; TUY BATISTA; CARNEIRO; LACERDA, 2017; LOPES *et al*, 2018; FREITAS;

24 Conferir capítulo de Santiago e Brito (2023, p. 123-135), intitulado *Pesquisas em Sociolinguística Histórica na Bahia: alguns percursos e possibilidades*, publicado no livro *A Sociolinguística no Nordeste: diferentes abordagens*.

LACERDA; CARNEIRO, 2018; SANTOS; LACERDA; CARNEIRO, 2019a; SANTOS, LACERDA; CARNEIRO, 2019b; SANTOS; LACERDA; CARNEIRO, 2022). Ainda, entre outros, o estudo, de natureza morfossintática, da coleção documental *Cartas em Sisal*; trata-se de 10 trabalhos reunidos por Santiago, Lacerda e Carneiro (2023) em coletânea publicada pela Editora Pontes, intitulada *Cartas em Sisal: estudos morfossintáticos*.

No âmbito do NELP, a documentação é explorada, mesmo quando ainda não editada filologicamente, na íntegra; o pesquisador edita apenas pedaços do texto que interessam em seu estudo, constituindo um exemplário, como fez Cardoso (2020) em sua dissertação de Mestrado, orientada pela professora Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e defendida no PPGEL/UEFS.

O NELP, ao longo desses 25 anos, contou muitas histórias do PB, por meio da rica documentação que pôde reunir, “com amor, paixão, rigor e paciência” (MATTOS E SILVA, 2013, p. 678), como deve ser o trabalho de constituição de *corpus*, contribuindo para a curadoria do patrimônio histórico. Contou e conta muitas histórias, fazendo sua história na UEFS e no Semiárido baiano.²⁵

3. NELP na sala de aula

Com um banco de textos que se tornou referência no Brasil e fora do Brasil para estudo da história do PB e diversos estudos sócio-históricos e linguísticos dessa documentação, o NELP não poderia deixar de assumir também o compromisso com a Educação, fazendo chegar, de alguma forma, à sala de aula essa riqueza de dados e valiosa produção, financiada, em grande

25 Marquilhas e Hendrickx (2016) discorrem sobre *Avanços nas Humanidades Digitais* e citam, entre os projetos de *corpora* históricos reconhecidos internacionalmente, o CE-DOHS (p. 21). O capítulo faz parte do livro, *Manual de Linguística Portuguesa*, organizado pelas professoras Ana Maria Martins e Ernestina Carrilho, publicado pela De Gruyter.

parte, com recursos públicos, por meio da submissão de propostas a editais de financiamento de pesquisa.

Desde a sua criação, em 1997, pelas professoras Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Norma Lucia Fernandes de Almeida, já estava, entre as agendas de trabalho do NELP, a agenda educacional. Mas, dada a necessária dedicação, ao longo de muitos anos, à constituição do banco de textos e aos estudos sócio-históricos e linguísticos, a agenda educacional não pôde receber, no âmbito do núcleo, a atenção desejada e necessária. Somente, portanto, a partir de 2017, quando foi criado pelas professoras Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro o projeto NELP na Sala de Aula: diálogos entre pesquisa, ensino e extensão, o núcleo passou a investir, sistematicamente, esforços para desenvolver essa agenda. Em 2017, a fase 1 do CE-DOHS já estava bastante adiantada, com várias coleções documentais disponíveis na página *online*; também em 2017, as primeiras dissertações elaboradas no âmbito do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) da UEFS, e orientadas por essas duas professoras, já haviam sido defendidas. Então, o momento foi oportuno para dedicar mais atenção à exploração do CE-DOHS na interface educacional. E esse objetivo ficou sendo um dos principais da coordenação do NELP, assumida pela professora Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, em 2017, empenhando-se o núcleo, a partir daí, cada vez mais, para um diálogo com a Educação Básica, fazendo chegar às escolas – em formato de produtos educacionais, como cadernos de atividades, audiovisuais, blogs etc. – resultados de pesquisas acadêmicas, como parte do projeto NELP na Sala de Aula e também em parceria com a Ação Linguística na Escola, do PPGEL da UEFS.²⁶

26 Conferir mesas redondas da Ação Linguística na Escola, no canal do PPGEL, no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCBF6HpKXIZY4QA0mv9dA6ZA>. Acesso em: 22 set. 2022.

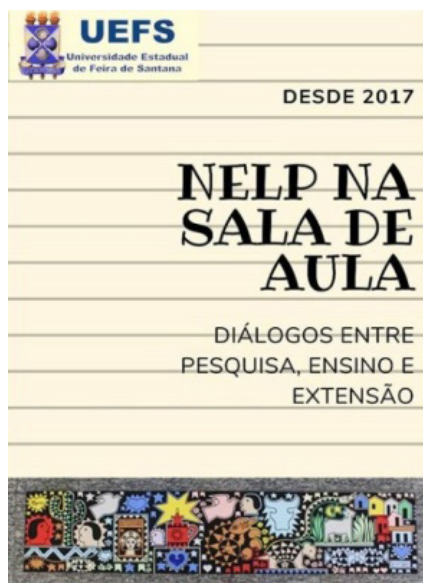


Figura 8: Cartaz de divulgação do projeto NLP na Sala de Aula.

Fonte: <https://nlp.uefs.br/nlp-na-sala-de-aula/>.

Não é consensual que a Linguística tenha um compromisso necessário com a Educação. Castilho (2003), por exemplo, considera fundamental o diálogo entre a Linguística e a Educação; Borges Neto (2003), por outro lado, afirma que a Linguística, em sentido estrito, não tem um compromisso com a Educação, embora tenha permitido avanços muito grandes na área educacional. Mas não se nega, de nenhum parte, que os linguistas podem contribuir tanto para o ensino de língua materna quanto para o ensino de línguas estrangeiras. E é o que o NLP tem também procurado fazer, dar contribuições ao ensino de português como língua materna, questão sobre a qual se debruçou também Mattos e Silva (MATTOS E SILVA, 1996; MATTOS E SILVA 2004b).

Até o presente, o núcleo já realizou diversos eventos, vinculados ao projeto NLP na Sala de Aula. A última edição, intitulada NLP na Sala

de Aula: linguística, prosa e música, aconteceu, na modalidade remota, em 2022, reunindo estudantes dos cursos de Letras da UEFS e professores da Educação Básica.

Também o NELP vem publicando capítulos e artigos com reflexões voltadas ao ensino de português. Recentemente, em 2023, foi publicado o livro *Ensino de português: fonologia, morfologia e sintaxe*, organizado pelas professoras Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Marian dos Santos Oliveira – as duas com atuação no PROFLETRAS, respectivamente, da UEFS e da UESB –, com apoio financeiro do programa AUXPPG UEFS. O livro se trata do volume 1 da coleção *PROFLETRAS na Prática*, organizada pelas professoras Flávia Aninger de Barros e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e pelo professor Francisco Fábio Pinheiro Vasconcelos.

Além disso, o NELP disponibiliza produtos educacionais, como o blog Falaê PB (<https://falaepb.wordpress.com/>) – com um Caderno de Aprendizagens de 80 páginas –, desenvolvido como parte da dissertação de Silva (2021)²⁷, orientada pela professora Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda.

Está também entre os resultados do projeto NELP na Sala de Aula o mais recente produto: *Tour Virtual pelo Banco CE-DOHS: Coleção Documental Cartas para Vários Destinatários*, trabalho desenvolvido, sob a orientação da professora Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, pela estudante de Graduação Mirian Marques Galindo, vinculada ao Programa de Iniciação Científica da UEFS, com bolsa da FAPESB:

27 Resultados parciais da dissertação de Silva foram publicados em Silva, Lacerda e Tuy Batista (2021).

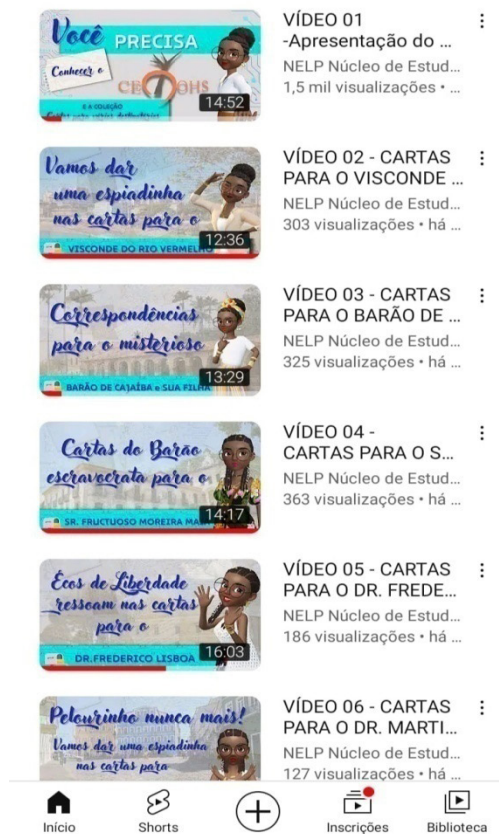


Figura 9: Playlist completa do Tour Virtual pelo Banco CE-DOHS/Cartas para Vários Destinatários.

Fonte: <https://www.youtube.com/@nelpnucleodeestudosemlingu8083/playlists>.

Esse produto – atualmente com 3.895 visualizações no YouTube do NELP – teve ótima repercussão no XXVI Seminário de Iniciação Científica (SEMIC) da UEFS, com muitos elogios, da parte dos parceristas e público ouvinte, também à criação do Avatar do CE-DOHS, Cidinha, a cicerone do *tour*, por Mirian Galindo Marques.

Outro resultado importante, em parceria com o projeto ELiHS, da UNEB, é o jogo ConcordAção, jogo *online* para o ensino da concordância nominal de número (LEMOS, 2023).

Além do projeto NELP na Sala de Aula, há outros dedicados a essa agenda educacional do NELP, como o projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS): o banco de dados do NELP/UEFS e sua exploração na interface educacional; Elementos para uma Gramática Digital da Língua Falada no Semiárido Baiano e Plataforma Educacional Digital e Interativa do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa da UEFS, coordenados, de forma colegiada, pela professora Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e pelos doutorandos Janine Araujo da Silva e Wesley da Silva Santos.²⁸ Em desenvolvimento, sob orientação da professora Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, encontram-se duas teses de doutorado, no âmbito do PPGEL UEFS, que terão, entre seus resultados, um produto educacional tecnológico: tese de Janine Silva, Janine Silva (CAPES), *Plataforma Educacional Digital e Interativa do NELP/UEFS: para uma aplicação didático-pedagógica da pesquisa em linguística a partir da elaboração de materiais didáticos com base em dados reais de língua*, e tese de Wesley Santos, *Exploração do banco de textos do NELP/UEFS na interface educacional: elementos para uma Gramática Pedagógica Digital da Língua Falada no Semiárido Baiano*.

Há 20 anos, Vieira (2004, p. 253) afirmou que

O estado atual dos estudos científicos com considerável grau de desenvolvimento, de um lado, e a realidade, muitas vezes infrutífera, do

28 Em desenvolvimento, sob orientação da professora Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, encontram-se duas teses de doutorado, no âmbito do PPGEL UEFS, que terão, entre seus resultados, um produto educacional tecnológico: tese de Janine Silva, Janine Silva (CAPES), *Plataforma Educacional Digital e Interativa do NELP/UEFS: para uma aplicação didático-pedagógica da pesquisa em linguística a partir da elaboração de materiais didáticos com base em dados reais de língua*, e tese de Wesley Santos, *Exploração do banco de textos do NELP/UEFS na interface educacional: elementos para uma Gramática Pedagógica Digital da Língua Falada no Semiárido Baiano*.

ensino de língua portuguesa, de outro, reclamam a aplicação didático-pedagógica da pesquisa em Linguística. (VIEIRA, 2004, p. 253)

Hoje, o estado de coisas não é muito diferente; segundo Lacerda e Silva (2023, p. 105),

o discurso pedagógico, se incorporou o tema da variação linguística – entre outros, relativos a metodologias para o desenvolvimento de atividades de leitura e escrita –, ainda está essa incorporação aquém do que é necessário e desejável. Análises de coleções de livros didáticos evidenciam, por exemplo, que os fenômenos de variação ainda são marginais no ensino de língua materna. (LACERDA; SILVA, 2023, p. 105)

É preciso, como alertam Zilles e Faraco (2015, p. 9), que, como sociedade, discutamos suficientemente, no espaço público, nossa heterogênea realidade linguística e a violência simbólica que a atravessa, de modo a fomentar uma educação linguística plena, a qual se defende também em documentos institucionais²⁹. E, com isso o NELP também assume compromisso e vem empregando esforços, sobretudo a partir de 2017, para uma aplicação didático-pedagógica das pesquisas que realiza, entendendo, como Ilari (2003, p. 111), que um dos principais desafios da Linguística no século XXI é “mudar a cara do ensino da língua materna”

O núcleo tem procurado chegar à sala de aula, em um diálogo com a comunidade docente e discente interna da UEFS e externa, da Educação Básica, seguindo um longo percurso, que começa na formação do banco de textos – cuja prospecção documental depende do conhecimento da realidade sócio-histórica e cuja legitimidade documental, uma vez localizados documentos, depende também dos controles sócio-histórico e paleográfico –, passando pelo estudo linguístico (gramatical e grafo-fonético) até a exploração, na interface educacional, desse material e desses resultados.

29 Conferir Brasil (1998) e Brasil (2016).

É, sem dúvida, um trabalho de fôlego, que envolve uma grande equipe de especialistas, fazendo ciência, de forma coletiva e colaborativa, tendo um programa investigativo claro, porquanto, como acertadamente disse Freitag (2023, p. 1),

a ciência é um trabalho coletivo e colaborativo. Não existe cientista, existe grupo de cientistas que se unem para fazer ciência. A união pode ser no laboratório, mas pode ser também no cafezinho ou no bar. São os encontros, os olhares e as perspectivas diversas que contribuem para o avanço da ciência. (FREITAG, 2023, p. 1)

Os produtos finais do NELP são sempre produtos coletivos, resultantes de uma rotina metodológica bem definida, conforme ilustrado a seguir:

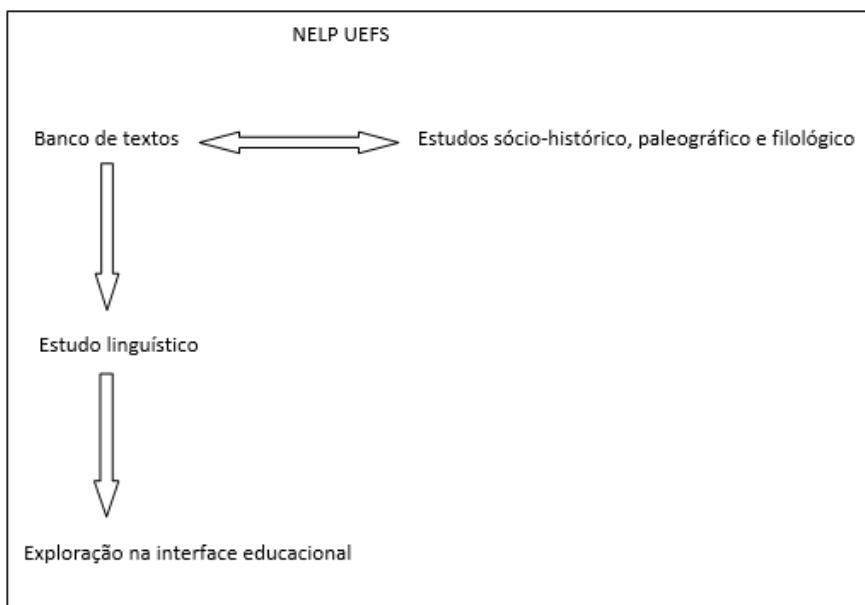


Figura 10: Rotina metodológica do NELP.

Fonte: Elaboração própria.

Palavras finais

História da Língua Portuguesa – cujo objetivo principal é abordar a mudança linguística, tendo em consideração as relações estabelecidas entre a língua em si e a comunidade que a utiliza – é uma disciplina que consta na grade curricular de diversos cursos de Letras, em Instituições de Ensino Superior no Brasil, como na UEFS. Conforme ressaltam Marcotulio *et al* (2018, p. 15), “A formação de um graduando em letras pressupõe a compreensão do dinamismo das línguas, que funcionam como sistemas em constante processo de mudança.” Os alunos da UEFS têm tido, ao longo dos anos, sua formação em Linguística Histórica, história da língua portuguesa e história do PB embasada não apenas nos textos clássicos, que se repetem nos programas das diferentes universidades, mas também nas pesquisas desenvolvidas no NELP, como parte de projetos com equipes interinstitucionais, em rede, dos quais resultam produções importantes, com dados inéditos, que trazem luz à constituição histórica do PB, além de colaborar com discussões teóricas, especialmente sobre tratamento de *corpora*.

O NELP/UEFS se tornou, pela excelência dos trabalhos desenvolvidos, um nome importante no quadro geral de pesquisas em curso no Brasil, sobre a questão complexa da constituição do PB, o qual, como afirmou Mattos e Silva (2004, p. 154), não pode ser tratado como um conjunto homogêneo, unitário, nem numa perspectiva sincrônica, nem numa perspectiva diacrônica. Seja no que diz respeito à constituição de *corpus*, seja no que diz respeito a estudos sócio-históricos e linguísticos, o núcleo se destaca, com trabalhos relevantes, apresentados em eventos acadêmicos, locais, regionais, nacionais e internacionais, e publicados em livros e periódicos, além da disponibilização do *corpus* integral, na rede mundial de computadores, com exploração de dados em diferentes interfaces.

Com o NELP – que recebeu da comunidade acadêmica, em dezembro de 2022, durante a XIX Semana de Letras (SEMALET), na categoria Melhor Núcleo de Pesquisa da UEFS, o prêmio José Jerônimo de Moraes –, a UEFS é reconhecida como um centro de Linguística Histórica no Semiárido baiano,

um dos mais importantes do Brasil, oferecendo à comunidade científica um banco de dados sociolinguísticos para a história do PB, que está entre os mais completos do mundo para a história de uma língua.

A equipe NELP/UEFS vem mergulhando nas “águas profundas” da heterogeneidade complexa do PB, dedicando-se à sua sócio-história passada e presente, (MATTOS E SILVA, 2004, p. 138), colaborando, de forma significativa, com o programa investigativo do PHPB, que é também seu programa investigativo, partindo do Semiárido baiano. E, como não poderia deixar de ser – tendo em vista também o compromisso do núcleo com um ensino de melhor qualidade –, tem feito chegar à Educação Básica, especialmente a escolas de Feira de Santana e cidades circunvizinhas, por meio do projeto NELP na Sala de Aula, a história da língua portuguesa e do português brasileiro, numa abordagem a partir de dados reais, obtidos de *corpora* criteriosamente constituídos.

Fica aqui esta apresentação reflexiva, em síntese, das agendas de trabalho realizadas pelo NELP, podendo servir a experiência do núcleo, como ele se constitui e empreende suas investigações, como modelo a pesquisadores interessados em pesquisas em Linguística Histórica e História do Português Brasileiro.

Ficam aqui, também, para encerrar este texto, nossos agradecimentos à nossa querida UEFS – instituição de que muito nos orgulhamos, sendo para nós uma honra integrar seu corpo docente –, pelo apoio em todos os momentos, às diferentes instituições de fomento que têm dado auxílio ao núcleo, e nossos agradecimentos à professora Rosa Virgínia Mattos e Silva (*in memoriam*), que, em suas aulas na UFBA, ensinou-nos, citando um *Flos Sanctorum* trecentista, que o que salva o homem não é o nome ou a fama, mas a obra que faz (MACHADO FILHO, 2009, fôlio 53vC1)³⁰. Pró Rosa não está

30 “Huum frade preguntou huu monge velho e de gram sanctidade e disse-lhi: - Que é o que salva o homem? O nome ou a fama ou a obra que faz? E o monge velho respondeu i disse: - A obra que faz.”(MACHADO FILHO, 2009, fôlio 53vC1)

mais entre nós, mas sua obra continua a dar bons frutos, e o NELP é um deles, que fica para sempre na história da UEFS e da Linguística brasileira.

Referências

ANDRADE, A. L. de; CARNEIRO, Z. de O. N.; LACERDA, M. F. O. Formas tratamentais em cartas baianas: sujeito e outras funções. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 58 (2), 257-276, 2016.

ALMEIDA, N. L. F.; ARAUJO, S. S. F.; PITOMBO, E.; CARNEIRO, Z. O. N.(Org.). **Variação linguística em Feira de Santana-Bahia**. Feira de Santana: Editora UEFS, 2016.

ALMEIDA, N. L. F.; CARNEIRO, Z. O. N. (Org.). **Coleção Amostras da Língua Falada no Semiárido Baiano**. Feira de Santana: Editora UEFS, 2008.

ALMEIDA, N. L. F.; CARNEIRO, Z. O. O NELPRU (Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa Rural): apresentação de alguns resultados, de Almeida e Carneiro. In: **Sitientibus**, n. 29, Feira de Santana, 2003. p. 119-132.

BACELAR DO NASCIMENTO, M. F. **O lugar do corpus na investigação linguística**. Disponível em: <<http://www.clul.ul.pt/equipa/berlim-2000-nascimento.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2004.

BARBOSA, A.; LOPES, C. **Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do século XIX: cartas de leitores**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2006.

BARROS, F. A.; LACERDA, M. F. O.; VASCONCELOS, F. F. P. (Coordenação Geral). **Coleção PROFLETRAS em Prática**. 3 volumes. Salvador: Quarteto, 2023.

BORGES NETO, J. **Ensaio de filosofia da linguística**. São Paulo: Parábola, 2004.

BORGES NETO, J. Borges Neto. In: XAVIER, A. C; CORTEZ, S. (Org.). **Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística**. São Paulo: Parábola, 2003. p. 37-50.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília. MEC/SEF, 1998.

BRITO, P. S. J; LACERDA, M. F. O (Org.). Cartas brasileiras: coletânea de fontes para o estudo do português. **Volume 4 (1935-1995): Acervo Cartas Marienses**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2022.

BRITO, P.J. S.; LACERDA, M. F. O. A variação da concordância nominal de número em cartas pessoais de Coração de Maria: análise sintagmática e atomística. **Sociodialecto**. V.11, p.1 - 38, 2021.

CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARDOSO, L. S.; LACERDA, M. F.; CARNEIRO, Z. O. N. Relações entre a constituição de *corpora* diacrônicos do português brasileiro e os princípios da Ciência Aberta. In: **Revista da Abralin** (no prelo).

CARDOSO, L. S.; CARNEIRO, Z. O. N.; LACERDA, M. F. O. Para um estudo da formação do português brasileiro: descrição, representatividade e potencialidades do corpus colonial do CE-DOHS. In: **LaborHistórico**, v.7, 2021. p.330-355.

CARDOSO, L. S. **A gramática dos pronomes clíticos no Brasil Colônia: o português clássico na história do português brasileiro**. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020.

CARNEIRO, Z. O. N.; TUY BATISTA, P. S.; ALMEIDA, N. L. F. Cartas brasileiras: coletânea de fontes para o estudo do português. **Volume 5 (1920-2000): Acervo da Família Estrela Tuy**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2023.

CARNEIRO, Z. O. N.; LACERDA, M. F. O. (Coordenação geral). **Cartas Brasileiras: coletânea de fontes para estudo do português. v. 4 e 5**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2023.

CARNEIRO, Z. O. N.; LACERDA, M. F. O. (Org). **CE-DOHS - Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão - Início**. URL: <<http://www5.uefs.br/cedohs/view/home.html>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

CARNEIRO, Z. O. N.; LACERDA, M. F. O.; LOBO, T. C. F.; SOUZA, I. L. **Corpora Bahia**. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/corporaphbba/?pli=1>>. Acesso em: 14 fev. 2023

CARNEIRO, Z. O. N.; LACERDA, M. F. O. (Coordenação Geral). **Coleção O Sertão por Escrito**: edição filológica dos livros do arquivo do Sobrado do Brejo (Bahia). Feira de Santana: Editora UEFS, 2022, 2 volumes. p. 498.

CARNEIRO, Z. O. N.; LACERDA, M. F. O. ALMEIDA, N. L. F. Indícios sobre a participação dos povos tapuias no contato com o português nos sertões baianos seiscentistas. In: **História Social do Português Brasileiro**: da história social à história linguística. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2020, v.9, p. 98-125.

CARNEIRO, Z. O. N.; LACERDA, M. F. O.; ALMEIDA, N. L. F.; SANTIAGO, H. S. O sistema educacional no semiárido baiano oitocentista e notas sobre a escolarização no período republicano feirense e da região sisaleira In: **História Social do Português Brasileiro**: da história social à história linguística. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2020, v.9, p. 278-321.

CARNEIRO, Z. O. N.; LACERDA, M. F. de O. Corpus eletrônico de Documentos Históricos do Sertão: etapa 1 (1750-2000). **Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 205-221, 2019.

CARNEIRO, Z. O. N.; ALMEIDA, N. L. F.; LACERDA, M. F. O.; ARAUJO, S. S. F.; BATISTA, P. S. E. T. Do presente para o passado: os caminhos para a constituição do banco de dados do NELP/UEFS em busca da configuração sócio-histórica da língua portuguesa nos sertões baianos In: **A Fala nordestina: entre a Sociolinguística e a Dialectologia**. 1 ed. Salvador: Blucher, 2016, v.1, p. 106-121.

CARNEIRO, Z. O. N.; OLIVEIRA, M. F. de. (Org.). **Publica-se em Feira de Santana: das cartas de leitores e redatores e dos anúncios em O progresso e na Folha do Norte (1901-2006)**. Feira de Santana: Editora UEFS, 2012.

CARNEIRO, Z. O. N.; ALMEIDA, N. L. F. Demografia e norma lingüística no semi-árido baiano nos séculos XVIII e XIX: uma introdução. In: Erivaldo Fagundes Neves. (Org.). **Sertões da Bahia: Formação Social, Desenvolvimento Econômico, Evolução Política e Diversidade Cultural**. Salvador: Arcadia, 2011, v. 1, p. 603-628

CARNEIRO, Z. O. N. (Coordenação Geral). **Cartas Brasileiras: coletânea de fontes para estudo do português. Volumes 1, 2 e 3**. Feira de Santana: Editora UEFS, 2011.

CARNEIRO, Z. O. N.; ALMEIDA, N. L. F. Elementos para uma sócio-história da língua portuguesa falada no interior da Bahia. In: Jânia Ramos e Mônica Alkmin. (Org.). **Para a história do português brasileiro - história social**. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 40-63.

CARNEIRO, Z. O. N.; ALMEIDA, N. L. F. A criação de escolas a partir de critérios demográficos na Bahia do século XIX: uma viagem ao interior. In: LOBO, RIBEIRO, I, CARNEIRO, Z e ALMEIDA, N.. (Org.). **Para a História do Português Brasileiro: novos dados, novas análises**. Salvador: EDFUBA/FAPESB, 2006, v. , p. 649-674.

CASTILHO, A. Projeto **Para a História do Português Brasileiro (PHPBB), Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos - Edição Semidiplomática**. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/corporaphpb/home/normas-de-edicao-do-phpb-2a-versao>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

CASTILHO, A.(Org). **História do português brasileiro: o português brasileiro em seu contexto histórico**. São Paulo: Contexto, 2018.

CASTILHO, A. Ataliba de Castilho. In: XAVIER, A. C; CORTEZ, S. (Org.). **Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística**. São Paulo: Parábola, 2003. p. 51-61.

CASTRO, C. **Humanidades Digitais. Estudos Históricos** Rio de Janeiro, vol 33, nº 69, p. 1-2, Janeiro-Abril 2020.

CRANE, G. (et al.). *ePhilology: when the books talk to their readers*. **Blackwell Companion to Digital Literary Studies**. Oxford: Blackwell, 2008.

FARIA, P. F.; KEPLER, F.; PAIXÃO de SOUZA, M. C. **Humanidades Digitais – eDictor**. Disponível em: <<https://humanidadesdigitais.org/edictor/>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

FREITAG, R. **Por uma ciência transparente e atual**. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/por-uma-ciencia-transparente-e-atual/>>. Acesso em: 5 mar 2023.

FREITAS, M. S; LACERDA, M. F. O.; CARNEIRO, Z. O. N. Formas de tratamento no limiar do século XX: uma análise sociopragmática. **REVISTA DA ANPOLL (ONLINE)**, v.1, p.125 - 155, 2018

GALVES, C.; Andrade, A. L. de; FARIA, P. (2017, December). **Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese**. Disponível em: . <<http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/psd.zip>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

GALVES, C. O Corpus Tycho Brahe: um *corpus* sintaticamente anotado do português histórico. In: **Revista Binacional Brasil-Argentina**, n. 1, 2019. p. 181-204.

GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. (Org.). **Património textual e humanidades digitais**: da antiga à nova Filologia. Évora: CIDEHUS, 2013.

HOUAISS, A. **O português no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.

HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan Manuel; CONDE SILVESTRE, Juan Camilo. **The Handbook of Historical Sociolinguistics**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

ILARI, R. Rodolfo Ilari. In: XAVIER, A. C; CORTEZ, S. (Org.). **Conversas com linguistas**: virtudes e controvérsias da linguística. São Paulo: Parábola, 2003. p. 97-112.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008[1972].

LABOV, W. Building on Empirical Foundations. In: Lehmann, W. & Malkiel, Y. (org.). **Perspectives on Historical Linguistics**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982. p. 17-92.

LACERDA, M. F. O.; OLIVEIRA, M. S. (Org.). **Ensino de Português**: fonologia, morfologia e sintaxe. v. 1. Salvador: Editora Quarteto, 2023.

LACERDA, M. F. O.; SILVA, J. A. “Cada um fala como quem é”: a morfossintaxe à luz da Sociolinguística Educacional. In: LACERDA, M. F. O.; OLIVEIRA, M. S. (Org.). **Ensino de Português**: fonologia, morfologia e sintaxe. Salvador: Editora Quarteto, 2023. p. 99-134.

LACERDA, M. F.; CARNEIRO, Z. O; SANTIAGO, H. S. (Org.). **Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa**. Disponível em: <<https://nelp.uefs.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

LACERDA, M. F. O.; SANTOS, E. B. **Livro do Gado (XVIII-XIX)**: edições fac-similar e semidiplomática. Feira de Santana: Editora UEFS, 2022, v.1. p.118.

LACERDA, M. F. O.; ARAUJO, S. S. F.; CARNEIRO, Z. O. N. . Para uma história social linguística nos sertões baianos: elementos para uma proposta de periodização regional. In: ARAÍDE, C.; SILVA, A. P; SILVA, E. C.; ALMEIDA, S. N. J.; RANIERE, T. L. S.; GOMES, V. S. (Org.). **GELNE 40 anos**: vivências teórica e práticas nas pesquisas em linguística e literatura. 1ed.São Paulo: Pá de Palavra, 2018, v. 2, p. 87-106.

LACERDA, M. F. O.; CARNEIRO, Z. O. N.; OLIVEIRA, M. S.; LEMOS, D. M. Formas tratamentais no semiárido baiano: contribuições para uma configuração diatópico-diacrônica do sistema de tratamento do português brasileiro In: **A Fala nordestina**: entre a Sociolinguística e a Dialectologia.1 ed.Salvador: Blucher, 2016, v.1, p. 32-52.

LACERDA, M. F. O.; CARNEIRO, Z. O. N.; SANTIAGO, H. S. Corpus eletrônico de documentos históricos do sertão: as cartas de inábeis. In: **A Cordas Letras**. Vol.17, p.127, 2016.

LACERDA, M. F. O.; CARNEIRO, Z. O. N.; LOPES, B.; ROSÁRIO, T. Edição modernizada dos dois livros manuscritos do Brejo do Campo Seco-Ba (XVIII-XIX): desafios da Nova Filologia. In: **Revista Confluência**, 2023. vol. 64. p. 241-264.

LEMOS, D. M. **ELIHS, um projeto para além do litoral**: da constituição de *corpus* oral de comunidades afro-brasileiras à análise estatística da variação na concordância nominal de número na variedade da comunidade afro-brasileira de Volta do Angico(BA). 2023. Tese de doutorado (Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), 2023.

LOBO, T. C. F. Rosa Virgínia Mattos e Silva e a história social linguística do Brasil. **Estudos de Linguística galega**, v. 7, p. 69-82, 2015.

LOBO, T. C. F. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, K.; CUNHA E SOUZA, H. F.; SOLEDADE, J. (Org.). **Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LOBO, T. C. F. **Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil**. Edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX. Volume II. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001

LOPES, C. *et al.* A reorganização do sistema pronominal de 2ª pessoa na história do português brasileiro: a posição de sujeito In: **História do português brasileiro: mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2018, v.1, p. 24-141

LOPES, C. R. S.; MARCOTULIO, L. L.; RUMEU, M. C. B.; LIMA, A. X. Reflexões metodológicas para a análise sociocultural de redatores em *corpora* históricos. In: **Gragoatá**, Niterói, n. 29, 2010.

LOSE, A. D. . Edições de documentos históricos: a quem interessam? A quem se destinam? **Revista da ABRALIN**, v. 16, n. 2, p. 71-86, jan.-abr. 2017.

LOSE, A. D.; PAIXÃO, G.; OLIVEIRA, A. P. S. de; SANCHES, G. A..TELLES, C. M. col. **Dietário do Mosteiro de São Bento da Bahia**: edição diplomática [online]. Salvador: EDUFBA, 2009

LUCCHESI, D. SANTOS, G. **Projeto Vertentes**. Disponível em: <<http://www.vertentes.ufba.br>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

LUCCHESI, D. A periodização da história sociolingüística do Brasil. In: **Revista D.E.L.T.A.** 33.2, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/delta/a/NGxLPBSqNXYNGhFtwqrrwgh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

MACHADO FILHO, A. V. L. (Ed.). **Um flos sanctorum trecentista em português**. Brasília: Editora da UnB, 2009.

MARCOTULIO, L. L.; LOPES, C. R.; BASTOS, M. J. M.; OLIVEIRA, T. L. **Filologia, história e língua: olhares sobre o português medieval**. São Paulo: Parábola, 2018.

MARQUES, M. G.; LACERDA, M. F. **O Tour virtual pelo CE-DOHS: Cartas para Vários Destinatários**. Disponível em: <https://youtube.com/playlist?list=PLj5rJKWeYZxNpFsuGwGEmuauc2cJTqocS>. Acesso em: 14 fev. 2023.

MARQUILHAS, R.; HENDRICKX, I. Avanços nas humanidades digitais. In: MARTINS, A. M.; CARRILHO, E. **Manual de Linguística Portuguesa**. MRL Series. De Gruyter, 2016. p. 1-26.

MARTINS, M. A.; ANDRADE, A. L.; MOURA, K. C.; LACERDA, M. F. O. L.; GOMES, V. S. CARNEIRO, Z. O. N. Para um panorama sócio-diacrônico das formas de tratamento na função de sujeito na região Nordeste. **LaborHistórico** 1(1), 26-48, 2015.

MATTOSE SILVA, R. V. O difícil fazer de uma edição crítica de um manuscrito medieval: relato de uma experiência. In: **ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**, São Paulo, 42 (2). 2013. p. 669-678.

MATTOS E SILVA, R. V. **Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo, SP: Parábola Ed., 2008.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004a.

MATTOS E SILVA, R. V. **O português são dois**: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola, 2004b.

MATTOS E SILVA, R. V. Sobre desencontros e reencontros: Filologia e Lingüística no Brasil no século XX. **Estudos Lingüísticos e Literários**, Salvador, n. 21-22, p. 97-108, 1998.

MATTOS E SILVA, R. V. **Contradições no ensino de português**: a língua que se fala X a língua que se ensina. São Paulo: Contexto, 1996

MATTOS E SILVA, R. V. Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1989.

OLIVEIRA, J. M.; ARAÚJO, S. S. F. O contato entre línguas na constituição da realidade sócio-histórica do português brasileiro: aspectos para um estudo sociolinguístico. In: **A cor das Letras**. v. 19, p. 12, 2018.

PAIXÃO DE SOUZA, M. C. A Filologia Digital em Língua Portuguesa: alguns caminhos. In: **Património Textual e Humanidades Digitais**: Da antiga à nova Filologia. Évora: Publicações do Cidehus, 2013. p. 113-138.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C.; KEPLER, F. N.; FARIA, P. E-dictor: Novas perspectivas na codificação e edição de corpora de textos históricos. In: **Anais do VIII Encontro de Linguística de Corpus**, realizado na UERJ, 13 a 14 de novembro de 2009. Rio de Janeiro, 2009. p. 69-105.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C.. Lingüística Histórica. In: Claudia Pfeiffer; José Horta Nunes. (Org.). **Introdução às Ciências das Linguagem**: Língua, Sociedade e Conhecimento. 1 ed. Campinas: Pontes, 2006, v. 3, p. 11-48.

PETRUCCI, A. **La ciencia de la escritura. Primera lección de paleografía.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

PPGEL UEFS. **Linguística na Escola.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCBF6HpKXIZY4QAOMv9dA6ZA>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

ROMAINE, Suzanne. **Socio-historical linguistics: its status and methodology.** Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

SANTIAGO, H. S.; BRITO, R. C. Pesquisas em Sociolinguística Histórica na Bahia: alguns percursos e possibilidades. In: CARVALHO, C. S. ARAUJO, S. S. F., DIAS, W, C. **A Sociolinguística no Nordeste: diferentes abordagens.** São Paulo: Pá de Palavra, 2023.

SANTIAGO, H. S.; LACERDA, M. F. O.; CARNEIRO, Z. O. N. (Org.). **Cartas em Sisal: estudos morfossintáticos.** Campinas: Editora Pontes, 2023.

SANTIAGO, H. S.; LACERDA, M. F. O.; BRITO, R. C.; CARNEIRO, Z. O. N. CE-DOHS: um banco de dados sociolinguísticos para a história do português brasileiro. In: **LaborHistórico**, vol 7, número especial, Rio de Janeiro. 2021. p. 311-329.

SANTIAGO, H. S. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano.** Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SARDINHA, T. B. Linguística de Corpus. In: **Revista D.E.L.T.A.** 23:2. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/delta/a/yt9hHwfN34PTghT9VdqQJbz/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SARDINHA, T. B. Linguística de corpus: histórico e problemática. In: **Revista D.E.L.T.A.**, 2000. v. 16. n. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502000000200005>. Acesso em: 11 mar 2020.

SANTOS, E. B. **O Livro do Gado do Brejo do Campo Seco (Bahia):** edição semidiplomática e descrição de índices grafo-fonéticos. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Feira de Santana, UEFS, 2019.

SANTOS, E. S. E.; LACERDA, M. F. O.; CARNEIRO, Z. O. N. Sobre formas de tratamento no sertão baiano: a relação entre sujeito e complementos verbais In: **Variação e Mudança na Língua Portuguesa**.1 ed.Campinas: Pontes, 2022, v.1, p. 113-130.

SANTOS, E. S.; LACERDA, M. F. O.; CARNEIRO, Z. O. N. O sistema de tratamento em cartas baianas: uma análise sobre a posição de sujeito. **WORKING PAPERS EM LINGUÍSTICA (ONLINE)**. , v.20, p.109 - 134, 2019a.

SANTOS, E. S.; LACERDA, M. F. O.; CARNEIRO, Z. O. N. Cartas de Sisal (Bahia): Uma Análise Sociopragmática do Sistema de Tratamento In: **Língua e Sociedade: Diferentes Perspectivas, Fim Comum**.1 ed.Salvador: Editora Blucher, 2019b, p. 167-184.

SANTOS, J. V.; BRITO, G. S. Fotografia técnica de documentos para formação de corpora digitais eletrônicos: o método desenvolvido no Lapelinc. *Letras & Letras*, v. 30, n. 2, p. 421-430, 18 dez. 2014.

SHEPHERD, T.; SARDINHA, T. B.; PINTO, M. V. (Org.). **Caminhos da linguística de corpus**. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

SILVA, A. J. **O sertão por escrito no Livro de Razão:** um microcosmo sócio-histórico e linguístico da Bahia rural oitocentista. Tese (Doutorado em Língua e Cultura). Salvador, UFBA, 2021.

SILVA, J. A. **Falaê PB**. Disponível em: <https://falaepb.wordpress.com/>. Acesso em: 01 set. 2022.

SILVA, J. A.; LACERDA, M. F. O.; TUY BATISTA, P. S. E. A teoria na prática: a sala de aula como espaço para a pesquisa sociolingüística. In: VILAS BOAS, F. S.; SILVA, O. S. F. **Ensino remoto e formação de professores: construção de novos saberes para os processos educativos**. Campinas: Pontes, 2022. p. 175-204.

SILVA, J. A. **Sociolingüística Educacional e Ensino de Língua Portuguesa: estratégias de pronominalização do objeto direto de terceira pessoa**. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Estadual de Feira de Santana, 2021.

SOUZA, I. L.; PINTO, G. R. P. R.; CARNEIRO, Z. O. N.; FARIA, P.; LACERDA, M. F. O. A ferramenta de busca E-CORP aplicada ao Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão. In: **A Cor das Letras**, v. 19, n. 2, Feira de Santana, 2018. p. 8-21.

TUY BATISTA, P. S. E.; CARNEIRO, Z. de O. N.; LACERDA, M. F. de O. A variação tu/você em relações de solidariedade: análise de uma documentação baiana epistolar do século XX. **CONFLUÊNCIA**. v.2, p.100 - 121, 2017.

TUY BATISTA, P. S.; LACERDA, M. F. O.; CARNEIRO, Z. O. N.; DANTAS Jr., A.; LEAL, I. S. Do lugar de produção/recolha de coleções documentais do CE-DOHS: proposta para uma reconstrução com aplicação de recursos em modelagem 3D. In: **Revista LaborHistórico. Dossiê de Humanidades Digitais**. 2023, v. 9, n. 1, p. 1-27.

VIEIRA, S. R. O ensino da concordância verbal. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (Org.). **Morfossintaxe e ensino de português: reflexões e propostas**. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras da UFRJ, 2004. p. 233-254.

ZILES, A. M. S.; FARACO, C. A. (Org.). Introdução. In: **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. São Paulo: Parábola, 2015. p. 7-18.

Notas sobre o ensino de concordância verbal de número em português como língua materna

Remarks on the teaching of verbal number agreement in Portuguese as a native language

Matheus Gomes Alves*

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é contribuir para o ensino de concordância verbal no contexto de português como língua materna. Especificamente, intenciona-se propor e avaliar uma atividade de concordância verbal de número desenvolvida para alunos do terceiro ano do ensino médio, de uma escola cívico-militar da cidade do Rio de Janeiro. As perguntas de pesquisa são: a) Como o entendimento consciente das regras que subjazem à concordância verbal na norma padrão colabora para o desenvolvimento da competência comunicativo-discursiva no ensino de português como língua materna e b) Quais estratégias podem ser utilizadas na aula de língua portuguesa para estimular a compreensão da importância de tal conhecimento. O entendimento dessas regras corrobora para a efetiva composição de gêneros textuais que circulam em esferas mais formais, desenvolvendo a competência comunicativo-discursiva e pragmática. Exercícios de paráfrase, de reescritura e de análise linguística são estratégias para apresentar o conteúdo de concordância verbal de número.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino, Concordância Verbal, Língua Portuguesa

Recebido em 9 de junho de 2023

Aceito em 8 de setembro de 2023.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2024n67.1377>

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, matheus.ling@letras.ufrj.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8109-5299>

Confluência. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português, n. 67, p. 200-220, jul.-dez. 2024

ABSTRACT

This paper aims to contribute to the teaching of verbal agreement in the context of Portuguese as a mother tongue. Specifically, it aims to propose and evaluate an activity developed for third grade students at a military school in Rio de Janeiro. The research questions are: a) how does a conscious understanding of the rules underlying the standard form of verbal number agreement contribute to the development of communicative-discursive competence in the teaching of Portuguese as a mother tongue and b) what strategies can be used in the teaching of Portuguese to promote understanding of the importance of this knowledge. Understanding these rules contributes to the effective writing of text genres that circulate in more formal spheres and develop communicative-discursive and pragmatic competence. Paraphrasing, paraphrasing and linguistic analysis exercises are strategies to represent the content of verbal number agreement.

KEYWORDS: Teaching, Verbal agreement, Portuguese language.

Introdução

O objetivo geral deste trabalho é contribuir para o ensino de concordância verbal no contexto de português como língua materna. O objetivo específico é propor e avaliar uma atividade de concordância verbal de número desenvolvida para alunos do terceiro ano do ensino médio, de uma escola cívico-militar da cidade do Rio de Janeiro. As perguntas de pesquisa são a) Como o entendimento consciente das regras que subjazem à concordância verbal na norma padrão colabora para o desenvolvimento da competência comunicativo-discursiva no ensino de português como língua materna? e b) Quais estratégias podem ser utilizadas na aula de língua portuguesa para estimular a compreensão da importância de tal conhecimento?

Este trabalho é dividido em cinco seções. Na primeira seção, serão apresentadas algumas considerações da Gramática Tradicional e da Sociolinguística Variacionista em relação à concordância verbal. Além disso, serão expostos pontos da concepção de ensino adotada. Na segunda seção, será discriminada a metodologia adotada neste trabalho. Na terceira seção,

será proposta uma atividade a ser desenvolvida com aprendizes de português como língua materna em relação à concordância verbal. Analisar-se-á tal atividade com o objetivo de responder as perguntas de pesquisa apresentadas. Finalmente, algumas considerações finais em relação ao tratamento da concordância verbal no ensino básico serão discriminadas.

1 Pressupostos Teóricos

Nesta seção, será contrastado o entendimento da Gramática Tradicional acerca das regras de concordância verbal de número em português com estudos sociolinguísticos acerca desse fenômeno. Justifica-se este contraste pelo fato de que, embora, no ambiente escolar, seja ordinário o uso de materiais didáticos que se baseiam em gramáticas tradicionais, não há, na mesma frequência, menções às contribuições de estudos linguísticos para a descrição e para explicação de fenômenos da língua portuguesa.

1.1 Gramática Tradicional e Concordância Verbal

De acordo com a gramática tradicional (CUNHA & CINTRA, 2016), a relação entre o verbo e o sujeito se gramaticaliza na concordância, por meio de morfemas de número e gênero adicionados à raiz verbal. Aponta-se, também, que a concordância expressa morfologicamente evita a repetição do sujeito, uma vez que possibilita a retomada implícita do termo com o qual o verbo concorda. No que concerne às regras gerais de concordância verbal para a norma padrão da língua portuguesa, Cunha & Cintra (2016) argumentam que, em um cenário de apenas um sujeito sintático, o verbo concorda em número e pessoa com o seu sujeito implícito ou explícito. Em um cenário de mais de um sujeito sintático, as flexões de número e de pessoa são juntadas ao predicador verbal. Nesse contexto, se entre os sujeitos figurar um que se refere à primeira pessoa, o verbal assumirá a flexão referente à primeira pessoa do plural. Caso haja um sujeito que seja de segunda pessoa, o verbo assumirá a flexão da

segunda pessoa do plural. Finalmente, se todos os sujeitos forem da terceira pessoa, o verbo será flexionado na terceira pessoa do plural.

Cunha & Cintra (2016) também preveem alguns casos mais particulares de concordância verbal. Sendo assim, quando o sujeito é constituído de uma expressão partitiva (a maioria, parte de, e afins) e um substantivo ou pronome plural, o verbo pode figurar tanto no singular quanto no plural. Argumenta-se que o verbo assume a forma singular quando se objetiva destacar a unidade e a forma plural para se enfatizar o todo do referente. Em casos em que o sujeito denota uma quantidade aproximada e é constituído por expressões aproximativas (cerca de, mais de, menos de e afins) que precedem um nome plural, o verbo figura no plural. Uma exceção a essa regra, contudo, ocorreria para quando o sujeito fosse constituído pelas expressões *mais de um* e *mais que um*. Nesse caso, o verbo deve figurar apenas em sua forma não marcada, no singular.

Quando o sujeito é, na verdade, o pronome relativo *que*, seu predicador verbal deverá concordar em número e pessoa com o referente de tal pronome. É de fundamental importância salientar que, caso o antecedente desse pronome seja um demonstrativo com função de predicativo ou aposto de um pronome pessoal sujeito, o verbo pode concordar com o pronome pessoal sujeito ou ir canonicamente para a terceira pessoa, concordando apenas com o demonstrativo. Em casos mais raros em que o relativo é antecedido de expressões, como *um dos* e *uma das*, o verbo pode ser flexionado na terceira pessoa do plural ou ainda, mais raramente, para a terceira pessoa do singular. Contudo, quando o sujeito é formado pela expressão *(um) dos que*, o verbo é flexionado na terceira pessoa do plural. Em casos em que o sujeito é o pronome relativo *quem*, o verbo deve ser conjugado na terceira pessoa do singular.

Ainda segundo Cunha & Cintra (2016), quando o sujeito é um pronome interrogativo, demonstrativo ou indefinido plural, seguido de *de* (ou *dentre*) *nós* (ou *vós*), o verbo pode figurar na terceira pessoa do plural ou ainda concordar com o pronome pessoal que designa o todo. Em casos

de plural aparente (nomes de lugares ou título de obras pluralizados), o verbo figura no singular, caso não haja artigos no sujeito sintático. Quando há artigos, o verbo assume a forma de plural. Em orações de sujeito indeterminado sem a partícula *se*, o verbo deve figurar na terceira pessoa do plural. Em predicados nominais, o verbo copular *ser* pode concordar com o predicativo em quatro casos, a saber: em orações introduzidas por pronomes interrogativos substantivos (*que, quem*), em orações em que o sujeito é um demonstrativo e o predicativo um substantivo plural, em orações em que o sujeito é uma expressão de sentido coletivo e em orações impessoais.

Em orações com mais de um sujeito, a concordância se dá com o sujeito mais próximo. Contudo, quando os sujeitos são dois ou mais infinitivos, o verbo deve permanecer no singular. Nos casos de sujeitos resumidos por pronomes indefinidos (*tudo, nada, ninguém*) e de sujeitos constituídos de palavras diferentes que referenciam o mesmo ente, o verbo igualmente deve permanecer no singular. Quando o sujeito composto é constituído de substantivos no singular conectados pelas conjunções *ou* ou *em*, o verbo figura no plural se o fato expresso pode ser atribuído a todos os sujeitos distributivamente. Finalmente, quando sujeitos são ligados por conjunção comparativa, o verbo concordará com o primeiro sujeito, em sua forma singular, ou com os dois sujeitos, em sua forma plural.

1.2 Sociolinguística Variacionista e Concordância Verbal

De acordo com Vieira e Brandão (2014), as regras de concordância verbal no português do Brasil (doravante PB) possuem um status variável - isto é, concorrem com outras regras que subjazem o sistema do PB. Argumenta-se que a marcação da pluralidade na concordância verbal pode variar em contextos linguísticos específicos, a saber: a posposição do sujeito, a saliência fônica do singular e do plural, a ausência de marcas

de número no SN sujeito e o traço menos animado do sujeito. Entende-se, também que, no que concerne à análise do fenômeno de concordância verbal de número, pode-se afirmar que as marcações morfológicas de pluralidade nos verbos são mais frequentes na fala de indivíduos escolarizados que residem em áreas urbanizadas. Scherre & Naro (1998) também apontam que a nitidez da concordância verbal se relaciona com as diferenças entre anos de escolarização.

Vieira & Brandão (2014) ainda consideram, no que se refere à concordância verbal ancorada no pronome gramaticalizado “a gente” no PB, que a forma marcada de terceira pessoa do singular ou até a de terceira pessoa do plural pode ser incorporada ao verbo. Sendo assim, como se observa em (1) e (2), o predicador verbal “cantar”, ao selecionar o argumento externo “a gente”, é licenciado a assumir a sua forma morfológica pluralizada ou a então não se flexionar no plural. Argumenta-se que o pronome gramaticalizado “a gente” adquiriu dois traços específicos na evolução do PB: o traço¹ gramatical de terceira pessoa do singular e o traço semântico de primeira pessoa do plural. O *status* variável da concordância verbal relacionada a um argumento externo gramaticalizado como “a gente” pode ser compreendido à luz da proposição desses dois traços. Nesse contexto, a marcação morfológica de plural adjungida ao predicador verbal parece ser resultada da força do traço semântico em comparação a do traço gramatical. É de fundamental importância salientar, contudo, que para o PB a opção preferencial é a de terceira pessoa do singular, instanciada em (1).

(1) A gente canta muito.²

(2) A gente cantamos muito.

1 O conceito de traço para Vieira & Brandão (2014) e para esse trabalho não se refere ao conceito de traço estabelecido por Chomsky & Halle (1968), Haegman & Guéron (1999) e até do estabelecido por Chomsky (1995).

2 Exemplos retirados de Vieira & Brandão (2014:97).

Em *small clauses*, nas quais há um verbo copular e nomes ou participípios, a concordância verbal pode ser ainda mais variável. Entende-se que, nesses casos, tal concordância pode ser de singular ou plural, além de masculino ou feminino, como se pode observar nas sentenças (3), (4), (5) e (6). Considera-se que o predicador nominal “cansado” seleciona o argumento externo “a gente” e também incorpora as informações de número e gênero deste.

(3) A gente está/estamos cansado.³

(4) A gente está/estamos cansada.

(5) A gente está/estamos cansados.

(6) A gente está/estamos cansadas.

No que concerne a contextos sintáticos em que há o emprego do pronome pessoal “nós” como argumento externo, considera-se que mais frequentemente, no PB, há a marcação morfológica de pluralidade no predicador, como se observa em (7). A não marcação morfológica da pluralidade nesse contexto, como se observa em (8), é possível na fala de indivíduos pouco escolarizados. Também é relevante considerar que o próprio emprego desse pronome parece concorrer com o emprego do pronome gramaticalizado “a gente” no PB, o que possibilita, em muitos casos, um conflito de paradigmas verbais distintos.

(7) Nós cantamos bem.

(8) Nós canta bem.

Para Scherre & Naro (1998), o aumento da saliência do material fônico no âmbito da oposição da marcação morfológica de singular e plural influencia as chances da ocorrência da variante explícita de plural na concordância verbal de número. Há uma hierarquia na saliência fônica (NARO, 1981 *apud* SCHERRE & NARO, 1998) que se estabelece a partir

3 Exemplos retirados de Vieira & Brandão (2014:97).

de dois critérios, a saber: presença de acento na desinência de número e quantidade de material fônico da forma pluralizada e singularizada. Nesse contexto, argumenta-se que os níveis mais baixos (nível 1) da hierarquia da saliência fônica favorecem menos a concordância do que os níveis mais altos (nível 2). Tais níveis podem ser observados em sua hierarquia no quadro abaixo:

Grupo de Fatores	Nível 1 (Oposição singular/ plural não acentuada)	Nível 2 (Oposição singular/ plural acentuada)
Mudança apenas na qualidade da vogal na forma plural	[-]	[+]
Acréscimos de segmentos na forma plural com mudança vocálica	[+]	[-]
Acréscimos de segmentos na forma plural sem mudança vocálica	[-]	[+]
Acréscimos de segmentos e mudanças diversas na forma plural	[-]	[+]

Quadro 1 - Grupo de fatores que favorecem a concordância verbal de número

Scherre & Naro (1998) argumentam que a posição do sujeito também pode influenciar na marcação explícita da concordância verbal. Afirma-se que os seguintes fatores estão relacionados ao fenômeno: sujeito imediatamente anteposto ao verbo, sujeito anteposto separado do verbo por 1 a 4 sílabas, sujeito anteposto separado do verbo por mais de 5 sílabas, sujeito posposto ao verbo, sujeito oculto próximo e sujeito oculto distante. No que se refere ao peso relativo desses fatores na marcação explícita de pluralidade na concordância verbal, tem-se a seguinte tabela, retirada de Scherre e Naro (1998, p.8):

Marcas explícitas de plural nos verbos em função da variável <i>presença, posição e distância do sujeito em relação ao verbo</i>					
FALANTES-->		TODOS OS FALANTES	Falantes de 1 a 4 anos de escolarização	Falantes de 5 a 8 anos de escolarização	Falantes de 9 a 11 anos de escolarização
FATORES					
Sujeito imediatamente anteposto ao verbo	Freq. Peso relativo	1529/1857=82% 0,62	507/684=74% 0,63	628/716=88% 0,65	394/457=86% 0,60
Sujeito anteposto separado do verbo por 1 a 4 sílabas	Freq. Peso relativo	756/1025=74% 0,55	246/402=61% 0,53	291/363=88% 0,55	219/260=84% 0,55
Sujeito anteposto separado do verbo por 5 ou mais sílabas	Freq. Peso relativo	83/135=61% 0,39	25/46=54% 0,44	26/45=58% 0,30	32/44=73% 0,40
Sujeito posposto ao verbo	Freq. Peso relativo	50/194=26% 0,08	13/72=18% 0,07	22/80=27% 0,07	15/42=36% 0,06
Sujeito oculto próximo	Freq. Peso relativo	731/1166=63% 0,35	223/452=49% 0,32	309/453=68% 0,34	199/261=76% 0,37
Sujeito oculto distante	Freq. Peso relativo	220/255=86% 0,63	111/131=85% 0,71	82/95=86% 0,54	27/29=93% 0,72
Total de dados		3369/4632=73%	1125/1787=63%	1358/1752=78%	886/1093=81%

Quadro 2 - Posicionamento do sujeito sintático e concordância verbal de número.

Como se pode observar no quadro 2, referente ao favorecimento da marcação morfológica explícita de concordância verbal de número, os grupos de fatores estão na seguinte ordem decrescente: sujeito oculto distante, sujeito imediatamente anteposto ao verbo, sujeito anteposto separado do verbo por 1 a 4 sílabas, sujeito anteposto separado do verbo por 5 ou mais sílabas, sujeito oculto próximo e sujeito posposto ao verbo. Neste trabalho, o posicionamento do sujeito sintático terá um papel especial em nossa análise.

1.3 Concepção de ensino e Letramento Linguístico

A pedagogia dos multiletramentos foi proposta em 1996 pelo Grupo de Nova Londres. Formado por pesquisadores do campo da educação e da

linguagem, o grupo reconhece a urgência de pensarmos uma pedagogia cujo objetivo central fosse a participação cidadã (na esfera pública, privada e profissional), além de considerar a relevância dos diferentes modos de sentido por meio dos quais os significados se constroem, bem como os contextos culturais nos quais eles são produzidos e circulam. Ao pensar esses textos como produções de sentido entrecruzados por diferentes modos culturais e linguísticos, o grupo propõe o conceito de *design*. Trabalhar linguagem e letramentos nessa perspectiva é se atentar para os *designs* disponíveis (*available designs*), uma análise sistemática desses *designs*, compreendendo seus processos de construção e produção (*designing*) e as produções que emergem da compreensão analítica desses significados (*redesigning*).

Rojo (2009) propõe um diálogo dos novos letramentos, de Street, com os multiletramentos. Realizando um percurso do conceito de letramento associado à ideia de alfabetização e à primazia da cultura escrita, Rojo (2009) traz à tona a discussão de Street, autor que inicia as discussões relativas aos novos letramentos e opõe os ditos letramentos autônomos aos letramentos ideológicos. De acordo com Street, os letramentos ideológicos, ao invés de enfatizarem somente os processos e recursos técnicos na produção de sentido e conhecimento (os letramentos autônomos), levam em conta as disputas sociais de sentido e as práticas que constituem determinados letramentos. Os novos letramentos seriam uma abertura desse campo de estudo, o qual enfatiza demasiadamente a cultura escrita, para as novas práticas de linguagem, necessárias em nossa sociedade contemporânea. Nesse sentido, Rojo (2009) considera que os multiletramentos e os novos letramentos pensam justamente essas novas e outras formas de linguagem e as práticas envolvidas em sua constituição e organização social. Rojo (2012) enfatiza as novas estéticas, o que podemos interpretar como os novos textos, objetos centrais desses novos letramentos (cf Rojo, 2009) e os *designs* (NEW LONDON GROUP, 1996).

É de fundamental importância salientar que gêneros textuais se referem a enunciados mais ou menos estáveis que circulam socialmente em

variadas esferas (BAKHTIN, 1986). Sendo assim, existem diversas propostas de um ensino baseado em gêneros. Das principais, podemos ressaltar a linguística sistêmico funcional, a linguística textual e o interacionismo sociodiscursivo. Este último parte das discussões dos pensadores Bakhtin e Vygotsky, tendo como principal objetivo um trabalho com gênero que possa didatizar os processos e elementos sociodiscursivos presentes em textos relevantes para os alunos.

No Brasil, em especial a partir dos PCN's (BRASIL, 1998) o gênero e o texto, foram considerados objetos centrais de trabalho no ensino de língua portuguesa. Tal formulação sobre a teoria do interacionismo sociodiscursivo é reconhecida internacionalmente, podendo inclusive ser considerada uma reflexão produtiva em relação ao Grupo Genebra, o qual pensava o trabalho com sequências didáticas exclusivamente para aulas de redação em língua francesa materna.

Das possíveis relações que podemos estabelecer entre essas duas perspectivas, resalto a centralidade do texto e seu repertório social. Os multiletramentos, apesar de enfatizarem a multimodalidade e multiculturalidade, assumem os *designs* como seu objeto de trabalho, considerando justamente que a linguagem se organiza socialmente, e estudar linguagem é compreender essa organização linguística e sociodiscursiva. Os multiletramentos acrescentam a qualquer estudo de gêneros, pois pensam as práticas e contextos sociais de forma mais ampla e plural, dando lugar a múltiplas formas linguístico/semióticas e socioculturais de se construir sentido.

Vieira (2017) questiona a visão da gramática como meramente um instrumento para a compreensão e produção de textos. Ela argumenta que o ensino de categorias linguísticas na língua materna deve enfatizar elementos que permitam uma abordagem reflexiva da gramática, além de explorar recursos expressivos na construção de sentido e reconhecer diferentes normas e variedades linguísticas. A proposta é de que o ensino de gramática, tanto na língua materna quanto em línguas estrangeiras, deve abordar o funcionamento dos recursos linguísticos em diferentes níveis de descrição.

Ademais, é crucial que os alunos aprendam a identificar e usar esses recursos de maneira significativa e tenham acesso a diversas variedades linguísticas. Neste modelo, os alunos assumem um papel ativo no processo de ensino e aprendizagem, investigando e propondo generalizações sobre o funcionamento linguístico em diferentes variedades, como cientistas. O ensino sugerido por Vieira é contextualizado e indutivo, baseado na exposição dos alunos a diversas variedades linguísticas, promovendo uma reflexão crítica sobre as estruturas gramaticais.

Buscando estabelecer uma proposta de intervenção que seja condizente com essas concepções de ensino e com os estudos da Sociolinguística Variacionista, justifica-se a feitura deste trabalho. Entende-se assim que o processo de ensino e aprendizagem de português no contexto de língua materna deve inter-relacionar o conhecimento linguístico-científico em relação às variações possíveis em uma língua com um processo de letramento crítico-discursivo, a partir do qual os aprendizes produzem e consomem textos de gêneros distintos e refletem acerca de seus usos linguísticos.

2. Metodologia

Como apontado anteriormente, o objetivo geral desta pesquisa é contribuir para o ensino de concordância verbal no contexto de português como língua materna. O objetivo específico é propor e avaliar uma atividade⁴ de concordância verbal de número desenvolvida para alunos do terceiro ano do ensino médio, de uma escola cívico-militar da cidade do Rio de Janeiro. É de fundamental importância salientar que tal atividade foi desenvolvida à luz dos imperativos da BNCC, na habilidade (EM13LP08). Tal habilidade estabelece a análise de elementos e de aspectos da sintaxe do português, como

4 A atividade na íntegra pode ser acessada pelo seguinte link: <https://docs.google.com/document/d/1zndWqBcU7Em7ino-tABhXLKLZD9Ibc8yTiFtOCh38nI/edit?usp=sharing>. Último acesso em 24/05/2024.

a ordem dos constituintes da sentença (e os efeitos que causam sua inversão), a estrutura dos sintagmas, as categorias sintáticas, os processos de coordenação e subordinação (e os efeitos de seus usos) e a sintaxe de concordância e de regência, de modo a potencializar os processos de compreensão e produção de textos e a possibilitar escolhas adequadas à situação comunicativa. A análise desta pesquisa se fundamentará na identificação de objetivos dos enunciados da atividade, no questionamento da legitimidade de tais objetivos e finalmente nas contextualizações de cada objetivo com o objetivo geral da atividade. Adotar-se-ão como categorias de análise a: a) reflexão crítico-discursiva de estruturas gramaticais, b) reflexão crítico-discursiva do texto e c) reflexão crítico-discursiva do tema. Intenta-se, assim, relacionar o objetivo de cada tarefa proposta com as referidas categorias de análise, a fim de responder às seguintes perguntas de pesquisa: a) Como o entendimento consciente das regras que subjazem à concordância verbal na norma padrão colabora para o desenvolvimento da competência comunicativo-discursiva no ensino de português como língua materna? e b) Quais estratégias podem ser utilizadas na aula de língua portuguesa para estimular a compreensão da importância de tal conhecimento?

3. Análise

Inicialmente, os alunos são convidados a observarem algumas manchetes referentes ao tema “gravidez na adolescência”. Como se pode constatar, as manchetes possuem enfoques diferentes no que tange ao problema sob análise. Assim, não apenas os alunos devem identificar esses dois enfoques, como também perceber o emprego de recursos linguísticos que os subjazem. À vista disso, em pares, os alunos respondem às seguintes perguntas: a) Qual problema social é descrito pelas manchetes acima? b) Como as manchetes se diferenciam na abordagem de tal problema? Que elementos linguísticos te ajudaram a responder tal questão e c) Quais fatores podem desencadear esse problema na sociedade brasileira? Os objetivos desse exercício são: a) introduzir o tema da aula, b)

ativar conhecimentos prévios acerca do tema sob escrutínio, c) refletir acerca da relação entre linguagem e discurso em práticas de linguagem relacionadas ao tema sob análise. Espera-se que os alunos identifiquem o tema da gravidez precoce na sociedade brasileira e os diferentes enfoques das manchetes. Além disso, também se espera que os alunos justifiquem suas respostas, apontando as diferenças na escolha do predicador verbal nas manchetes e seus argumentos externos. Tal exercício, além de estimular a reflexão crítica em relação ao tema, promove a reflexão crítica da relação entre elementos linguísticos e intenções discursivas. Também se faz mister salientar que tal exercício representa uma maneira bastante original de se introduzir o tema e de apontar sua relevância social. Como apontado anteriormente, todos esses objetivos são previstos por documentos oficiais, como a própria BNCC.

Brasil tem gravidez na adolescência acima da média latino-americana, diz OMS

A cada mil adolescentes brasileiras entre 15 e 19 anos, 68,4 ficaram grávidas e tiveram seus bebês, diz relatório da Organização Mundial da Saúde.

Por G1
01/03/2018 19:43 - Atualizado há um ano



País

24/01 às 16h07

SBP lança campanha de sensibilização para prevenir gravidez precoce

Pediatra deve ser protagonista de ações preventivas e alertar jovens

Jornal do Brasil



Figura 1 - Manchetes referentes ao problema da gravidez precoce na sociedade brasileira.

Fonte: <https://www.jb.com.br/pais/2019/01/974949-sbp-lanca-campanha-de-sensibilizacao-para-prevenir-gravidez-precoce.html> e <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/brasil-tem-gravidez-na-adolescencia-acima-da-media-latino-americana-diz-oms.ghtml>.

Último acesso em 04/07/2022

Imediatamente após tal exercício, o professor escreve as respostas apresentadas pelos alunos na lousa e inicia a leitura de uma redação do ENEM (vide anexo 1) relacionada ao tema sob análise. A fim de relacionar as manchetes com tal redação, os alunos, ao longo da leitura coletiva, devem identificar o enfoque dado no texto para o problema da gravidez precoce e justificar suas respostas. Depois de uma discussão inicial acerca do foco do texto, os alunos, individualmente, respondem às seguintes questões: a) Qual é o tópico principal do texto? Que elementos linguísticos corroboraram para sua resposta?, b) Quais argumentos são apresentados pelo autor para sustentar sua tese? Quais recursos retóricos são empregados para legitimar tais argumentos? e c) Quais foram as propostas apresentadas pelo autor para solucionar o problema apresentado? Você concorda com tais propostas? Por quê (não)? Os objetivos desse exercício são: a) relacionar multissemioses criticamente, b) identificar o tema do texto, c) refletir acerca da relação entre linguagem, discurso e intencionalidade, d) apontar informações específicas do texto e e) estimular o posicionamento crítico dos alunos acerca do tema sob análise. Espera-se que os alunos apontem o enfoque intervencionista do texto e que localizem as sentenças em que tal enfoque se apresenta de forma mais clara. Além disso, espera-se que os alunos identifiquem os argumentos apresentados pelo autor e que reflitam acerca da estruturação retórica do texto. Considera-se, por fim, que os alunos sentir-se-ão impelidos a apresentar suas considerações acerca do tema. Tal exercício estimula a reflexão crítica do emprego de recursos linguísticos, como também da própria organização de ideias no gênero “redação do ENEM”. Como é apontado na habilidade EM13LP08, da BNCC, aspectos sistêmicos da língua portuguesa potencializam a compreensão de textos que circulam em esferas variadas. Neste exercício, a identificação de recursos linguísticos e de intencionalidades retóricas salienta essa relação pressuposta entre linguagem, discurso e criticidade.

Em duplas, os alunos releem algumas sentenças destacadas no texto e identificam o grupo nominal (argumento externo) selecionado pelo predicador verbal. A fins de análise, tais sentenças são repetidas aqui: a) “a gravidez **pode**

ser definida⁵ como o período que vai da concepção ao nascimento de um indivíduo”, b) “instruir os adolescentes sobre prevenção sexual pode encorajá-los a se **tornarem** sexualmente ativos”, c) “isso é notório, (...) das garotas abaixo de 19 anos se **tornaram** mães no ano de ٢٠١٤”, d) “tal negligência resulta em jovens vulneráveis,(...) eles não **têm** acesso a uma educação de qualidade”, e) “a maioria das adolescentes que são mães precocemente não **estudam** e nem **trabalham**” e f) “ para que tais pessoas **ampliem** suas oportunidades sociais, como educação e trabalho”. Os objetivos desse exercício são: a) promover a identificação de argumentos externos de predicadores verbais e b) refletir acerca da relação da concordância verbal de número não semanticamente relevante⁶ gramaticalizada na raiz verbal com o sujeito. Espera-se que os alunos identifiquem sem muita dificuldade o sujeito dessas orações e que reflitam acerca do status da concordância verbal de número em cada sentença. Tal atividade, no escopo do objetivo da aula, apresenta-se como válida, uma vez que estimula a reflexão crítica de recursos linguísticos ordinários à língua, mesmo que em grau reduzido. Contudo, observa-se que tal atividade poderia ser mais bem contextualizada ao tema sob análise. Convém apontar que, nas sentenças apresentadas, há casos de concordância verbal de número muito interessantes, como aqueles em que há muito material fônico entre o sujeito e o predicador (b) e em que há o emprego de um partitivo (e). Como apresentado anteriormente na seção de pressupostos teóricos, o primeiro caso parece desfavorecer a concordância verbal de número no português do Brasil e o segundo caso é tido como correto pela gramática normativa, embora a concordância com o partitivo seja preferível.

5 No texto, os predicadores verbais das sentenças sob análise foram colocados em negrito para facilitar a identificação de sintagmas nominais com função de sujeito.

6 De acordo com o Programa Minimalista, de Chomsky (1995), o sintagma que instancia a concordância de número em predicadores verbais não é relevante ao sistema conceptual-intencional e, portanto, não deve ser inserido na hierarquia funcional das línguas naturais, por violar condições de legibilidade. Considera-se que a concordância verbal de número é uma relação idiossincrática, mas não necessária entre o sujeito e o predicador verbal.

Após a análise preliminar dos sujeitos das orações, os alunos reanalisam as sentenças em duplas e marcam verdadeiro ou falso nas seguintes alternativas: a) () Um verbo concorda no singular com um sujeito em sua forma singular, ou simples, b) () Um verbo concorda no plural com um sujeito em sua forma pluralizada, ou composta, c) () Um verbo concorda **apenas**⁷ no singular com um sujeito formado por partitivos (a maioria de, a metade de), d) () Verbos como *ter*, *vir* e seus derivados ganham um acento diferencial, quando concordam com um sujeito pluralizado ou composto, e) () Verbos no infinitivo pessoal, como se observa em b) e c), **nunca** podem ser flexionados numericamente. Os objetivos desse exercício são: a) refletir acerca das prescrições na norma padrão referentes ao emprego da concordância verbal de número e b) estimular a análise científica de dados linguísticos. Espera-se que os alunos consigam analisar as sentenças no que tange ao emprego da concordância verbal de número e que reflitam sobre as diferenças entre as regras de suas gramáticas internalizadas das prescrições da norma padrão. Tal atividade promove em grau mais expressivo a reflexão crítica de elementos linguísticos e estimula não só a análise de tais elementos no texto, como também o próprio pensamento científico.

Finalmente, os alunos releem o texto, identificam duas sentenças que se afastam das prescrições da norma padrão no que se refere ao emprego da concordância verbal de número e adequam-nas à norma padrão. Os objetivos desse exercício são: a) promover a internalização das regras da norma padrão referentes ao emprego da concordância verbal de número e b) refletir acerca das diferenças entre a gramática internalizada dos alunos e as prescrições da norma padrão. Espera-se que os alunos identifiquem as sentenças que se desviam da norma padrão não imediatamente, pois se entende que, para essa atividade, a presença de um grupo se faz necessária, pelo seu grau de dificuldade. Tal atividade promove a reflexão acerca das diferenças de

7 Para facilitar a análise, palavras como “apenas” e “nunca” foram colocadas em negrito.

gramáticas, como também estimula a reflexão crítica de elementos linguísticos no corpo textual.

Por fim, para estimular a criticidade, os alunos são apresentados a um quadro que apresenta dados alarmantes referentes à gravidez na adolescência na sociedade brasileira. Frente a isso, em grupos, os alunos respondem às seguintes perguntas: a) Como você relaciona os dados apresentados com o texto acima? b) Quais esforços governamentais estão sendo feitos para minimizar o problema da gravidez na adolescência?, c) Você concorda com tais esforços? Por quê? e d) Se você pudesse propor uma medida para minimizar tal problema, qual seria? Os objetivos desse exercício são: a) estimular a criticidade na reflexão do tema, b) promover a discussão acerca dos esforços governamentais atuais para combater o problema sob análise e sua relevância e c) estimular a prática problematizadora de tais esforços, levando o aluno a desenvolver ideias de intervenção social. Espera-se que os alunos se sintam impelidos a participar ativamente da discussão, apontando suas ideias acerca do problema e refletindo sobre possíveis maneiras de resolver o problema da gravidez na adolescência. Como se pode observar, tal atividade estimula a reflexão crítica acerca do tema, contribuindo para a formação cidadã dos alunos, obedecendo às considerações de documentos oficiais, como a BNCC e os PCNs.

Para uma próxima aula, os alunos seriam convidados a analisar o emprego da concordância verbal de número em gêneros textuais já trabalhadas anteriormente, tais como: a) comentário de Facebook, b) post de Twitter, c) conversa de Whatsapp e d) e-mail formal. O objetivo dessa atividade seria estimular os alunos a compreender o caráter variável da linguagem a depender do gênero textual sob escrutínio. Dessa forma, espera-se que os alunos consigam desenvolver um raciocínio científico em relação à linguagem.



Figura 2 - Dados referentes à gravidez na adolescência no Brasil.

Fonte: Retirado de <http://vermelhonordeste.blogspot.com/2015/11/gravidez-na-adolescencia.html>.

Último acesso: 04/07/2022.

Considerações Finais

O objetivo geral desta pesquisa foi contribuir para o ensino de concordância verbal no contexto de português como língua materna. O objetivo específico foi propor e avaliar uma atividade de concordância verbal desenvolvida para alunos do terceiro ano do ensino médio, de uma escola cívico-militar da cidade do Rio de Janeiro. Intentou-se, assim, relacionar o objetivo de cada tarefa proposta com as referidas categorias de análise, a fim de responder às seguintes perguntas de pesquisa: a) Como o entendimento consciente das regras que subjazem à concordância verbal de número na norma padrão colabora para o desenvolvimento da competência comunicativo-discursiva no ensino de português como língua materna? e b) Quais estratégias podem ser utilizadas na aula de língua portuguesa para estimular a compreensão da importância de tal conhecimento? Como resposta à primeira pergunta de pesquisa, considera-se que o entendimento consciente das regras que subjazem à concordância verbal de número na norma padrão corrobora para a efetiva composição de gêneros textuais

que circulam em esferas mais formais, desenvolvendo a competência comunicativo-discursiva e pragmática. Como estratégias para a sala de aula de língua portuguesa, considera-se que uma abordagem temática crítica, relacionada à análise de aspectos macrosociais, em conjunto com a reflexão crítico-discursiva e científica do emprego da concordância verbal de número em variados contextos são algumas estratégias a serem utilizadas. Além disso, exercícios de paráfrase, de reescritura e análise linguística também são estratégias em sala de aula para apresentar o conteúdo linguístico de concordância verbal de número.

Referências

CUNHA C, CINTRA L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital Ltda; 2016.

CHOMSKY, N, HALLE, M. M.(1968) **The sound pattern of English**. New York. 1979.

CHOMSKY, N. **The minimalist program**. Cambridge, MA: MIT Press. 1995.

BAKHTIN, M. M. **Autor y personaje en la actividad estética** [1986a]. In.: _____. **Estetica de la creacion verbal**. Traduzido do russo por Tatiana Bubnova. 2. ed. México: Siglo Veintiuno, 1986. p. 13-19.

BRASIL. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**. Ensino Médio. Brasília: MEC, 1999.

HAEGEMAN L, GUÉRON J. **English grammar: A generative perspective**. Blackwell Publishing; 1999 Jan 28.

NEW LONDON GROUP. **A Pedagogy of multiliteracies:** designing social futures. *Harvard Educational Review*, 66.60-92, 1996.

ROJO, R. H. R. **Letramentos múltiplos:** escola e inclusão social. São Paulo: Parábola, 2009.

ROJO, R. **Multiletramentos na escola.** São Paulo: Parábola, 2012.

SCHERRE, M. M. P. & NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In Ruffino, Giovanni (Org.) **Dialettologia, geolinguística, sociolinguística.** Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5, p. 509-523, 1998.

VIEIRA, S. R; BRANDÃO, S. F. Tipologia de regras linguísticas e estatuto das variedades/línguas: a concordância em português. **Linguística**, v. 30, n. 2, p. 81-112, 2014.

Vieira, S.R. Três eixos para o ensino de gramática. In Vieira, S. R. (Org.), **Gramática, variação e ensino: diagnose e propostas pedagógicas** (pp. 64-82). Rio de Janeiro: Letras UFRJ. 2017.

Contribuições da Linguística Sistêmico-Funcional para o Entendimento da Marginalização Feminina no Gênero Série

Contributions of Systemic-Functional Linguistics to the Understanding Female Marginalization in the Genre Series

Arlete Ribeiro Nepomuceno*
Maria Clara Gonçalves Ramos**
Vera Lúcia Viana de Paes***

RESUMO

As pessoas significam o mundo e agem sobre ele por artefatos sociossemióticos, (re)semiotizando crenças, valores etc., com marcas avaliativas. Nesse contexto, buscamos responder como a aplicação de uma análise sociossemiótica pode contribuir para a desnaturalização da violência contra a mulher no gênero série. Como objetivo geral, analisamos semioticamente multimodos linguísticos, avaliando como a marginalização feminina se manifesta. Justifica-se pela necessidade de desnaturalizar estereótipos machistas que segregam a identidade da mulher. Metodologicamente, selecionamos três *frames* da série “Bom dia, Verônica”, da primeira temporada,

Recebido em 22 de janeiro de 2024

Aceito em 7 de maio de 2024

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2024n67.1411>

* Universidade Federal de Minas Gerais, arletenepo@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6063-1603>

** Universidade Federal de Santa Maria, mariaclararamos43@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8204-5987>

*** Universidade Federal de Minas Gerais, verapaes2@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7501-3514>

na *Netflix*, que retratam cenas de violência doméstica, filiando à Semiótica Social, com ênfase na Gramática Sistêmico-Funcional, destacando o nível (extra)linguístico *hallidayiano*, estruturado pelos contextos de cultura e situação, bem como o modo pelo qual o sistema semiótico verbal representa as pessoas no mundo e as relações desempenhadas por elas. Como conclusão, o sistema semiótico verbal denuncia à **invisibilidade feminina**, por estratégias léxico-gramaticais, marcadas por ideologias, cultura, construção identitária.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Sistêmico-Funcional; Violência doméstica; Gênero série.

ABSTRACT

People signify the world and act in it through socio-semiotic artifacts by (re) semiotizing beliefs, values, etc. with evaluative signs. In this context, we would like to answer the question of how the application of a socio-semiotic analysis can contribute to the denaturalization of violence against women in the series. As a general aim, we semiotically analyze the multilingual modes and assess how female marginalization manifests itself. This is justified by the need to denaturalize sexist stereotypes that marginalize women's identity. Methodologically, we have selected three excerpts from the series "Bom dia, Verônica" from the first season on Netflix, which show scenes of domestic violence related to social semiotics. Here, we focus on systemic-functional grammar, emphasizing the (extra)linguistic level structured by the cultural and situational context, as well as the way the verbal semiotic system represents people in the world and the relationships they have. To summarize, the verbal semiotic system denounces the invisibility of women through lexicogrammatical strategies that are shaped by ideologies, culture and identity construction.

KEYWORDS: Systemic-functional linguistics; Domestic violence; Genre series.

Introdução

Sendo o texto uma unidade semântica multidimensional, os indivíduos, valendo-se de multimodos, constroem diferentes formas de comunicação. Na perspectiva dos estudos *hallidayianos*, são importantes os significados nos textos em diferentes contextos, na união entre língua, cultura e sociedade pela léxico-gramática, em que, na análise do todo social, uma das maneiras

é observar e investigar como textos se configuram na e pela língua (gem), reconhecendo valores e crenças, entre outros. Nesse contexto, podemos entender a verbo-visualidade como um multimodo linguístico de que os usuários da língua podem se valer para externar experiências e significar a sociedade da qual fazem parte, percebendo, por exemplo, ideologias e relações de poder materializadas em gêneros.

No estudo empreendido, como objetivo geral, propomos analisar crítica e semioticamente multimodos linguísticos no gênero série, avaliando a maneira como denunciam a violência contra a mulher. Como objetivos específicos, procuramos analisar: o nível (extra)linguístico (contexto de cultura e situação), a partir das variáveis campo, relação e modo; as formas de representação do mundo pela metafunção ideacional, bem como os vínculos relacionais estabelecidos entre os participantes da série pela metafunção interpessoal (Halliday; Matthiessen, 2014[2004]).

Para tanto, buscamos responder de que forma a aplicação de uma análise sociossemiótica pode contribuir para a desnaturalização de mazelas sociais, na (re)construção de uma sociedade mais justa pelo gênero série? Por meio desse questionamento, enfatizamos a influência das mídias digitais (plataforma de *streaming* Netflix), que conta com um número significativo de assinantes consumidores de produções audiovisuais de diferentes segmentos.

De cunho qualitativo, este artigo fundamenta-se na discussão sobre a hibridização linguística, sobretudo do gênero série, pelas contribuições da Gramática Sistêmico-Funcional (Halliday; Matthiessen, 2014[2004]), sendo a língua pensada no social, focando em algumas ferramentas analíticas das metafunções ideacional e interpessoal.

A seleção da série, veiculada no suporte *streaming Netflix*, justifica-se pela dinamicidade da união de elementos sígnicos, ampliando possibilidades de multissignificações na verbo-visualidade, o que oportuniza mais interação entre o que está representado na série e quem assiste a ela. As plataformas digitais facilitam a visibilidade e divulgação de problemas sociais, constituindo como um suporte importante de mudança social, na busca por desnaturalizar

situações aparentemente esquecidas e normalizadas pela coletividade à custa de aspectos culturais arraigados no senso comum.

Além da introdução, este trabalho divide-se em três seções. Inicialmente, discutimos a hibridização linguística presente no gênero série e expomos o caminho teórico que embasa este artigo, destacando os contextos e as metafunções (ideacional e interpessoal) na esfera sociossemiótica da Gramática Sistêmico-Funcional, doravante GSF. Em seguida, apresentamos o *corpus* junto aos procedimentos teórico-metodológicos. Em terceiro lugar, discutimo-lo, em diálogo com a teoria escolhida. Por fim, apresentamos a conclusão a que chegamos.

1. A hibridização linguística no gênero série

A modernização das práxis humanas intensifica a necessidade de novos agenciamentos entre gêneros e sociedade, com roupagens mais dinâmicas e multimodais, possibilitando às pessoas uma maior interação com a sociedade. Por conseguinte, é uma forma de ação consciente e transformadora, capaz de mudar as estruturas sociais e alcançar objetivos coletivos. Isso posto, a hibridização linguística, numa visão sociossemiótica, vai de encontro às concepções estruturalistas de Saussure (2006), pois passa a dialogar com a vertente funcional da linguagem.

Os gêneros discursivos, na realidade pós-moderna¹, são, para Bakhtin (2006), manifestações de sentidos que podem advir de contextos comunicacionais, cujos propósitos discursivos são mobilizados pelas escolhas e combinações linguísticas realizadas pelo homem. Nas mídias, a prevalência de semioses verbais não mais atende aos interesses e às formas de construção

1 A noção de sociedade pós-moderna emergiu nas últimas décadas do século XX como uma tentativa de descrever e analisar as mudanças sociais, culturais e econômicas que ocorreram após a chamada era moderna, envolvendo transformações nas estruturas sociais, nos valores, nas formas de organização, de comunicação, de tecnologia e de experiência humana.

de sentidos atribuídos pela sociedade, exigindo a reformulação de gêneros monomodais. Sobre isso, defende Bajtín (1982):

A riqueza e diversidade dos gêneros discursivos são imensas, porque as possibilidades da atividade humana são inesgotáveis e porque em cada esfera da práxis existe todo um repertório de gêneros discursivos que se diferenciam e crescem à medida que se desenvolve e se complexifica a própria esfera (BAJTÍN, 1982, p. 248).

Essa plasticidade possibilitou que, segundo Resende (2021), em meados de 1950, a televisão brasileira, influenciada pela mídia americana, lançasse mão de produções audiovisuais *sitcoms*, com enredos de comédia que narravam o cotidiano de grupos de amigos, estudantes, família etc. Mais tarde, em 1979, emissoras televisivas, como a Globo, detentora, na ocasião, de audiências expressivas, buscou abraçar o formato estadunidense com narrativas que se aproximavam da realidade brasileira, do dia a dia da massa popular nacional, para comercializar novos gêneros e lucrar com eles.

Apropriando-se de moldes internacionais, plataformas *streaming*, como a *Netflix*, cientes de multissemióticas na comunicação da sociedade pós-moderna, mercantilizam histórias aparentemente ficcionais, mas com interesse em retratar o extralinguístico da sociedade, abarcando cultura, história e ideologia, para prender a atenção dos telespectadores que assinam contrato com esse tipo de serviço.

Nesse cenário, a título de exemplo, a série nacional “Bom dia, Verônica” (2020) endossa uma crítica social fulcral à violência contra a mulher, entre outras mazelas que circundam a produção, o que demonstra uma estratégia de mercado dos diretores, pois é uma patologia coletiva pela qual consumidores futuros (telespectadores) poderiam se interessar e com a qual eles poderiam interagir.

Para Rocha, Silva e Albuquerque (2013), desde 1979, com a promulgação de leis que tipifica(va)m quaisquer violências que ceifa(va)m a liberdade feminina, na esfera civil e penal, como feminicídio e possibilidade de divórcio, as séries brasileiras passaram a se interessar por dramatizar

temas que se articulavam com essas questões, na busca por desnaturalizar a subserviência da mulher. Nessa esfera, pontuam:

[...] Séries Brasileiras permitem que temas como universo feminino, corrupção policial, vida na favela e nos presídios ou novos arranjos familiares não sejam vistos como questões unidimensionais, mas como temas complexos que podem ser compreendidos por diferentes dimensões e aspectos (ROCHA; SILVA; ALBUQUERQUE, 2013, p. 84).

As pessoas, movidas pela revolta contra essas marginalizações, envolvem-se psicologicamente com os temas sobreditos, tornando-se descobridores e agentes centrais de engajamento na luta pela não solidificação de mazelas sociais, pois acionam paralelos entre a narrativa e a realidade concreta. Porém, para essa percepção, é indispensável que os telespectadores percebam interesses discursivos e estabeleçam sentido às semioses da série, para que possam se engajar em lutas sociais pela (re) configuração da linguagem.

A hibridização em gêneros discursivos, portanto, é uma forma de representação e interação na qual o homem se respalda para conseguir significar o mundo e as experiências vividas por ele, diante de mazelas sociais percebidas e propagadas pelas lentes linguístico-discursivas. Isso posto, Vieira e Silvestre (2015) advogam a favor da lógica *bakhtiniana* de que os gêneros evoluem e são reconfigurados, à medida que a coletividade transmuta, destacando:

[...] o sujeito atual, um sujeito dividido e multifacetado, necessita de teorias da linguagem que o ensinem a lidar com as diferentes formas do discurso contemporâneo, para que, então, o sujeito dessa sociedade visual esteja habilitado ao pleno exercício discursivo-crítico que os diferentes domínios da vida pública e privada exigem de todos nós, os legítimos agentes de transformações sociais (VIEIRA; SILVESTRE, 2015, p. 40).

O gênero série, como outros gêneros discursivos, pode ser utilizado como atividade discursiva de controle social, a partir do qual relações de

poder podem ser materializadas, justamente porque toda interação se dá por algum gênero.

A plataforma *Netflix*, empresa de serviço *streaming*, nesse caso, comporta-se como suporte do gênero série, consoante Marcuschi (2008), para quem suportes textuais são um *locus* físico, tanto físico quanto virtual, com formato específico para comportar gêneros, tornando-os acessíveis à interação multissemiótica entre as pessoas. Com o advento da internet e da modernização proveniente da industrialização, o estudo de gêneros e suportes se tornou um campo fértil de exploração científica pela multiplicidade de possibilidades linguísticas de ocorrências interpessoais, por lentes multidisciplinares, abarcando cultura, cognição, estrutura textual, organização social, entre outros.

2. Gramática Sistêmico-Funcional (GSF)

Formulada pelas funções sociais da linguagem, a GSF constitui-se como um feixe de possibilidades, nos eixos paradigmáticos e sintagmáticos, de que o usuário da língua se vale para atender a um propósito social, cuja função precípua perpassa pela necessidade de interação com a sociedade. Desse modo, o pressuposto basilar da perspectiva funcionalista é aproximar a linguagem de interesse e de objetivos discursivos, a partir do qual as pessoas significam o mundo e as relações a que se submetem.

As correntes funcionalistas, comumente representadas pelas Escolas de Praga e Londres, articulam a manifestação linguística à funcionalidade do que é discursado, em que situações e contextos estão imbuídos nas intenções dos processos comunicativos. Na visão de Halliday e Matthiessen (2014[2004]), portanto, a língua(gem) surge, funcionalmente, para satisfazer às necessidades humanas, o que faz dela uma construção de sentidos constante pelos falantes, materializando por textos as experiências por que passam. Assim, para a GSF, a língua é variável e transfrástica, por ter um potencial

expressivo de possibilidades sógnicas à disposição do falante, para construir e trocar significados, no desenvolvimento de papéis sociais.

Ressaltamos que o construto teórico *hallidayano* faz parte de uma teia sociosemiótica plural e motivada, razão por que a léxico-gramática dialoga com a semântica e a pragmática, com vistas à divulgação de conceitos e identidades no discurso. Por isso, a GSF convalida propósitos comunicativos e sistemas (extra) linguísticos com base no texto como representação social.

Na GSF, instanciado entre gramática e léxico, o **nível linguístico** é entrecortado pelos **sistemas de conteúdo** (relação semântica, vocabular e gramatical) e de **expressão** (rede semiótica sonora, gestual e escrita). Já o **nível extralinguístico** abarca os **contextos de cultura e situação**, cujas marcas reafirmam o caráter social da linguagem na visão *hallidayana*, pois o falante usa a língua para atingir a interação. O texto é o retrato do contexto no qual a interação se institucionaliza.

O **contexto de cultura** (macro) é caracterizado por estabelecer relações sociocognitivas mais estáveis e amplas, circunscrito a um cenário mediato, permeado por ideologias, crenças, valores, comportamentos de uma comunidade, significando as estruturas e relações sociais pelas convenções do senso comum. Para compreender o texto, é necessário que o leitor esteja conectado à realidade histórico-cultural do ambiente no qual o discurso se forma, na valorização de grupos sociais. Nesse viés, segundo Paes (2017), os gêneros se institucionalizam, com estratégias e convenções que materializam o discurso em eventos comunicativos.

O **contexto de situação** (micro) é mais instável, restrito, fazendo parte de um cenário imediato no qual o texto se realiza, em que o falante se apropria da língua num contexto menor, específico e particular. Nessa lógica, eventos comunicativos acontecem num contexto de situação que reflete um contexto maior, no qual se presentifica a cultura, para que a interação tenha sentido. As condições imediatas de produção de um texto são descritas em consonância com **três variáveis de registro: campo, relação e modo**.

Numa construção semiótica, na qual o contexto de situação inclui o contexto semântico, o **campo** refere-se ao que realmente está acontecendo, refletindo a prática social existente entre os atores sociais, na busca por externar o assunto que circunda essa ligação responsável pela forma como o indivíduo se posiciona, age sobre mundo e sobre as pessoas. A **relação** liga-se aos participantes no que concerne ao envolvimento que há entre eles, abordando a maneira como interação, espaço no qual, por exemplo, relações de poder são identificadas. O **modo** volta-se às funções que a linguagem desempenha, ao modo como os textos são construídos, a partir das informações transmitidas, articulando os sistemas semióticos que dão vida à interação social.

Ressaltamos que, simultaneamente, essas três variáveis determinam o registro, o qual se refere ao fato de a língua variar em conformidade com o tipo de situação linguística relatada. Melhor dizendo: o registro é o espectro dentro do qual se selecionam os significados e as formas da língua utilizadas para a expressão do significado pretendido. Semanticamente, tais variáveis situacionais vinculam-se aos componentes ideacional, interpessoal e textual, respectivamente.

Como vistas a clarificar o dito, na GSF, para Gouveia (2009), no plano linguístico, a linguagem é analisada nos **planos vertical e horizontal**, em que, na **verticalidade**, situa-se a linguagem como sendo um ambiente no qual os gêneros se instanciam pelo contexto de cultura em interface com o de situação, articulando os sentidos que emergem do discurso em conformidade com o nível oracional, manifestado pelo sistema de transitividade (léxico-gramática) até o sistema de expressão (com o qual não trabalhamos).

Na direção contrária, a **horizontalidade** centraliza a língua a partir das variáveis de registro (campo, relação e modo), que se manifestam: na **metafunção ideacional** (externa significados experienciais por que o indivíduo passa) – campo –; na **metafunção interpessoal** (apresenta relações desempenhadas nas práticas sociais – relação –; e na **metafunção textual** (não enfatizada nesta análise) (modo semiótico pelo qual se formam os textos – modo), como se vê na paisagem sociosemiótica das metafunções.

2.1 A oração como representação das experiências na metafunção ideacional

Ao externar as experiências pelas quais passamos no mundo material, mostrando a forma como nos posicionamos nele e como o interpretamos, por exemplo, aludimos ao nível léxico-gramatical. As experiências são representadas no sistema de **transitividade** por **orações materiais, mentais e relacionais, verbais, comportamentais e existenciais**, com algumas das quais trabalhamos neste artigo.

Realizada na variável campo, a **metafunção ideacional** externa experiências humanas no mundo, com propósitos comunicativos advindos de um discurso projetado pela léxico-gramática, de modo diferente da Gramática Tradicional. Essas experiências podem ser constituídas por lembranças, (re)ações, estados, articulados na consciência, o que ajuda a confirmar a prototipicidade delas, arquitetadas pela língua(gem).

Na contramão da Gramática Tradicional, a GSF não se preocupa tão somente com a relação dos verbos e predicções, mas, sim, com um sistema descritivo de toda a oração, formado por **processos, participantes e circunstâncias**. Inscrevendo em um quadro teórico que considera o sistema modelado pelas funções a que serve, é importante destacar que categorias semânticas são indispensáveis para entender intenções discursivas, pois explicam como fenômenos que acontecem com os participantes se codificam na língua.

Dito isso, na senda dessa gramática, os **processos** (verbos) constituem os elementos centrais, ao passo que os **participantes** (grupos nominais) são formados por atores envolvidos na transitividade oracional, executando processos ou sendo afetados por eles. Já eventuais **circunstâncias** (grupos adverbiais) aparecem opcionalmente, com a função de agregar informações ao texto, como indicação de modo, tempo, lugar etc.

Os **processos materiais** se desdobram em representações concretas sobre ações dos participantes, com orações que indicam modificações,

movimentos, pelos processos verbais de fazer e acontecer. Os agentes responsáveis pelas orações materiais como representação da realidade que, nas palavras de Fuzer e Cabral (2014), investem energia para que essas ações aconteçam, são chamados de **ator**. Vale ressaltar que, quando se pensa em falante/ouvinte, não significa dizer que seja exclusivamente uma pessoa, mas algo ou alguém que aja. Na relação discursivo-transitiva, o processo acional do ator dirige-se a outro participante, denominado **meta**, que é afetado pela ação.

Os **processos mentais** revelam-se em sintagmas verbais que indicam o plano da consciência por sentimentos, cognição, percepções, desejos, afeições, sem necessariamente modificar a realidade. Diferentemente dos materiais, as orações mentais são experienciadas por pessoas ou coisas antropomorfizadas (inanimados), capazes de sentir, perceber, desejar, sonhar, por exemplo. As pessoas ou seres humanizados que sentem essas experiências são apelidados, na léxico-gramática, de **experienciador**, enquanto o que é experienciado é classificado como **fenômeno** (grupos nominais).

Os **processos relacionais** estabelecem uma relação entre os participantes, geralmente utilizados com a intenção de atribuir características, representando a identidade de um participante, por orações atributivas e identificativas, conforme Halliday e Matthiessen (2004[2014]), em que o **atributo** é uma característica direcionada a um **portador**. Nas orações identificativas, há uma identidade (**identificador**) para identificar outra (**identificado**). A principal diferença entre processos relacionais atributivos e identificativos passa pela alteração de sentido das orações, pois as atributivas não mantêm o mesmo sentido quando outras combinações são feitas na oração, diferentemente das identificativas, que podem ser passadas para a estrutura passiva.

Já os **processos verbais** reportam-se a orações cujos verbos são do dizer, articulando-se à fala. Nas orações verbais, o **dizente** é quem profere o discurso, enquanto o que é dito pelo dizente denomina-se **verbiagem** e, quando a fala se dirige a outro participante, quem recebe a mensagem é o **receptor**. Em certos processos verbais, o dizente pode agir sobre outro

participante, classificado como **alvo** e, por essa razão, aproximam-se das orações materiais, se se pensar na presença do alvo.

2.2 A oração como troca na metafunção interpessoal

Instanciada na interação, a **metafunção interpessoal** se manifesta no sistema de transitividade pela interação entre participantes no meio social, a partir da qual identidades, vínculos e conceitos são (re)construídos. Nela, num intercâmbio de significados que podem ser conferidos aos participantes na *mis-en-scène*, há a exposição de uma estrutura de papéis concernentes às relações estabelecidas entre os participantes da atividade social apresentada na série sob análise, cujas relações podem apresentar atributos permanentes dos participantes ou vinculação de papéis específicos.

Seguindo de perto Halliday e Hasan (1989), pela linguagem, os seres humanos estão aptos a estabelecer relações e externar opiniões, crenças, ideologias, cuja manifestação se dá pelo texto. O sistema oracional interpessoal se articula à variável de registro relação, já explicada no nível extralinguístico dos contextos de cultura e situação.

Os falantes se apoiam, na construção de relações, no sistema de **MODO** para estruturar significados interativos, com a intenção de avaliar não apenas representação, mas também a interatividade existente entre falantes e ouvintes, que podem dar e solicitar, envolvendo valores que podem ser manipulados na **troca de bens e serviços** (influenciar, ofertar ou fazer um comando) ou **informações** (declarar ou perguntar).

Esses valores trocados são arrolados, na perspectiva *hallidayiana*, como **proposições** e **propostas**, em que as principais diferenças perpassam pela cadeia semântica da intenção discursiva. As **proposições** estão presentes em orações que vislumbram trocas de informações, relação na qual o indivíduo está livre para argumentar (troca de informações). Por outro viés, quando a língua é acionada para a troca de bens e serviços, elencam-se as **propostas**,

sendo um traço distintivo entre a troca de informação e a não possibilidade de negar ou afirmar a oração. Assim, para Fuzer e Cabral,

os papéis dos falantes são determinados por condições particulares, sejam elas sociais, econômicas, profissionais ou outras (*sic*). A análise das trocas linguísticas dá conta, assim, do tipo de proposta ou proposição que está ocorrendo, das atitudes e dos julgamentos encapsulados na camada verbal e dos traços retóricos que a constituem como um ato simbólico interpessoal (FUZER; CABRAL, 2014, p. 105).

Os **MODOS oracionais** que desempenham as funções dialógicas podem ser **interrogativo**, **declarativo** ou **imperativo**. No MODO interrogativo, as orações estruturam-se em formas de perguntas e ofertas, suscitando respostas (sim/não); com declarações; e exprimindo ordem, pedidos, súplicas etc., por comandos. As orações, nesse sistema, organizam-se pelo **Modo**² (sujeito e finito) e **resíduo** (predicador, complemento e/ou adjunto(s)), não constituindo o foco deste artigo por limitações de espaço.

A metafunção interpessoal apresenta a linguagem como uma ferramenta funcional, dinâmica e interativa da qual falante e ouvinte se apropriam para interagir no mundo com as pessoas, numa inter-relação entre os estratos linguísticos (relação, metafunção interpessoal e MODO). Nessa realidade, as pessoas se projetam no espaço do qual fazem parte e (re) significam pela interação, com diferentes papéis. Portanto, essa metafunção desempenha um papel crucial na comunicação e na construção de significados no discurso, por meio de orações declarativas, interrogativas e imperativas.

2 Quando **modo** estiver com as letras minúsculas, refere-se à/ao: (i) caracterização do modo (presente, passado, futuro, dito finito) da variável de registro do nível; (ii) modos verbais da GT (indicativo, subjuntivo e imperativo), enquanto **MODO** com letras maiúsculas significa o nome dado ao principal sistema léxico-gramatical da metafunção interpessoal da oração= [Sujeito + Finito] + Resíduo. Porém, sempre que fizer alusão à parte dos componentes organizacionais desse sistema, **Modo** terá apenas a primeira letra maiúscula, fazendo referência ao Sujeito e Finito (que se referem ao sistema de modo contido no sistema MODO, ou seja, são elementos desse sistema) (Halliday; Matthiessen (2014[2004]) .

3. Metodologia

3.1 Constituição do corpus

A série “Bom dia, Verônica”, retrato de discursos opressores que distanciam minorias da dignidade social, dizima identidades e silencia vozes de mulheres marginalizadas que ecoam na sociedade, em multimodos de leitura que buscam encenar uma cruel e perversa realidade social. Nessa direção, intencionalmente, buscando dar visibilidade a essa mazela social, selecionamos uma produção audiovisual veiculada na plataforma *streaming Netflix*, com recorte de três *frames*.

Lançada em 2020, essa narrativa é adaptada do romance policial que recebe o mesmo nome da série, publicado por Ilana Casoy e Raphael Montes, sob pseudônimo de Andrea Killmore, ganhando expressividade com a releitura cinematográfica. Nas mídias digitais, a produção foi comentada entre internautas pela qualidade dos episódios da primeira temporada e pelas semioses capazes de criticar práticas discursivas e sociais que limitavam a ascensão feminina, entre outros problemas desvelados na dramaturgia, como corrupção policial e morosidade das investigações de facções criminosas.

Nessa direção, os critérios de escolha do *corpus* fundamentam-se na (o): gênero série como ferramenta de denúncia social; envolvimento da sociedade com o suporte *streaming Netflix*, possibilitando que a crítica ao gênero atinja mais pessoas; desnaturalização de violências contra a mulher pela língua(gem) sociosemiótica.

3.2 Procedimentos teórico-metodológicos

Contextualizando o *corpus*, numa análise de cunho qualitativo-interpretativista, selecionamos três *frames* extraídos da série nacional “Bom dia, Verônica”, lançada em 2020 na *Netflix*, cujas cenas denunciam violência doméstica e patriarcalismo, dramatizadas, na teledramaturgia, pelos personagens Janete (Camila Morgado) e Brandão (Eduardo Moscovis). A princípio, analisamos o **contexto de cultura** das cenas, extraindo as

semioses presentes na léxico-gramática, traduzidas em escolhas linguísticas do participante Brandão, uma vez que, conforme Halliday e Matthiessen (2014[2004]), a língua é parte intrínseca da cultura e a cultura molda a forma como a linguagem é usada.

Assim, a compreensão das atitudes desprovidas de virtudes de Brandão requer a consideração do contexto cultural, imerso no **contexto de situação**, no qual as orações foram por ele enunciadas. O significado das palavras, as escolhas lexicais, estruturas gramaticais e organização do discurso da participante são influenciados pela cultura, gerando atitudes de desmerecimento e desonra em relação ao papel da mulher no matrimônio. Nesse ponto de vista horizontal, podemos analisar o discurso de estruturas passadas e presentes e como elas se retroalimentam.

No tocante às variáveis sociossemióticas, no **campo do discurso**, podemos analisar como situações de violência contra a mulher se perpetuam. Isso inclui diversos aspectos, entre os quais: a desigualdade de gêneros, enraizada em relações de poder desiguais entre homens e mulheres, sendo o sexismo e a discriminação componentes fundamentais que sustentam a desigualdade, resultando em uma posição social inferiorizada para as mulheres e na normalização da violência como forma de controle. Assim, normas culturais e estereótipos de gênero desempenham um papel importante na perpetuação da violência contra as mulheres. A cultura, muitas vezes, reforça a ideia de que os homens são superiores, tendo direito de exercer poder e controle sobre as mulheres.

Na variável **relação**, além das interações interpessoais, estruturas sociais mais amplas também perpetuam a violência contra as mulheres. A desigualdade de gênero é refletida em instituições como família, educação, sistema jurídico e mídia, que podem reforçar atitudes condizentes com o *status quo* a ser mantido. A variável de registro relação possibilita-nos destacar o papel agentivo dos participantes na comunicação. Na série, representa o domínio do participante Brandão sobre a esposa.

Na **variável modo**, a linguagem pode desempenhar um papel sexista, contendo viés e preconceitos de gênero, reforçando estereótipos e

desigualdades, atribuindo características e papéis específicos a homens e mulheres. A linguagem pode ser usada para depreciar e objetificar a mulher, como ocorre na maioria das músicas atuais.

Refinando a proposta de análise, adotamos a Semiótica Social como ponto basilar para a investigação sociosemiótica dessa marginalização da mulher, com ênfase na GSF (Halliday; Matthiessen, 2014[2004]), analisando o sistema (extra)linguístico, pelo modo como a violência contra a mulher se constrói na cultura ocidental, evidenciada, por vezes, como misógina e patriarcal (contexto de cultura), num contexto de situação marcado pela dramatização de uma pauta polêmica na sociedade: maternidade. Adicionalmente, analisamos as metafunções ideacional e interpessoal, identificadas por complexos oracionais verbais, responsáveis por destacar experiências e relações vivenciadas pelo casal, mas que são um retrato da maneira como experiências e relações são desempenhadas numa malha social machista, sobretudo na heteronormatividade.

4. Análise dos *frames*



Figura 1: Brandão humilha Janete na sala de jantar.

Fonte: Série “Bom dia, Verônica”, Netflix, 2020, 1.ª temporada, episódio 1.

Contextualizando, nesta cena da série, na FIG. 1, Janete e Brandão sentam-se à mesa, após ela preparar uma sopa para o jantar. Ele, quando comia, pergunta à Janete, irritado, sobre a ligação telefônica dela para a irmã. Na ocasião, Janete havia acabado de perder o filho, ainda em período gestacional, e, por isso, ele menciona, na cena, sobre o suposto fracasso dela por não servir para realizar o “óbvio” da condição feminina: gerar.

Em diálogo com a perspectiva *hallidayiana*, no **nível extralinguístico**, o **contexto de cultura** desvelado reporta-se à crítica da redução do arquétipo feminino à procriação, sustentado pela herança sociocultural de que a função precípua da mulher é gerar, sobretudo quando se considera a realidade de casais que vivem um matrimônio heterossexual. Essa realidade está concatenada a uma cúpula político-ideológica reducionista de que mulheres, por mais que consigam êxito em diferentes situações da vida, não sairão da condição de fracassadas e insuficientes caso não se tornem mães biológicas e constituam o modelo familiar tradicional.

Manifestado num contexto macro (cultura), o **contexto de situação**, em diálogo com as variáveis sociossemióticas (campo, relação e modo), revela a realidade de um casal que se reduz a humilhações e à violência doméstica enfrentada por Janete, principalmente psicológica, quando Brandão insiste em apontar a dificuldade dela para engravidar. Por esse viés, a ênfase dada à subserviência feminina e redução da identidade à maternidade (**campo**) reafirma a crítica no contexto de cultura, espaço no qual o senso comum propaga estereótipos e preconceitos. A **relação** entre ambos é uma das faces que possibilita ao leitor da cena entender essa manipulação, visto que o vínculo entre eles é hierárquico, estando ela em posição de inferioridade e submissão, confirmando relações hegemônicas de poder ainda cristalizadas na sociedade. O **modo** como o casal interage acontece pela verbo-visualidade, cujos discursos são materializados por semioses múltiplas.

Em termos de semioses verbais, a **metafunção ideacional** é materializada neste *frame* no momento em que, numa passagem dialógica estabelecida entre ambos, se inicia a sentença (nível linguístico de conteúdo) com a oração **verbal**, por sua característica de fala, com o **verbo do processo**

do dizer “contar”. A oração “Contou pra ela que nem para ser mãe você serve?”, na léxico-gramática, coloca Janete como sujeito da oração, na tentativa discursiva de Brandão de responsabilizar e culpar a ela por ele ainda não viver a paternidade. Sugerindo ser ela é causadora, agente da não gestação, ele impregna no imaginário dela a sensação de que ela é medíocre e descartável por essa situação.

Essa inferiorização é percebida pela escolha, no eixo paradigmático, da conjunção “nem”, que fomenta um teor ainda mais negativo à condição de Janete, manifestado na oração verbal que projetou um relato³ “que nem pra ser mãe você serve?”. A intenção retórica de Brandão, na FIG. 1, é de reafirmar à companheira a suposta “insuficiência feminina”, na tentativa machista de diminuí-la.

Nesse **sistema de transitividade**, conforme Halliday, o participante que faz a comunicação (Brandão) é o **Dizente**, enquanto o participante para o qual o processo se dirige (Janete) é chamado **Verbiagem**. A circunstância em que o processo se desenvolve é a sala de jantar do casal, o ambiente doméstico no qual a maioria dos casos de violência ocorrem. O processo verbal “serve”, o qual questiona o papel de Janete como mulher atrelado a ser mãe, é um tipo de violência que atinge diretamente a identidade dela, levando a consequências psicológicas, sociais e emocionais (como problemas de autoimagem e autoaceitação), pois a identidade de uma pessoa é construída por experiências por que passa.

Essa experiência de Janete se liga ao campo do contexto de situação, no qual se desenrola essa atividade sociossemiótica. Nesse campo, estudos têm mostrado que mulheres vítimas de violência de gênero possuem maior probabilidade a desenvolver problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e transtornos de estresse pós-traumático e ideação suicida. Afinal, é um agravante após a perda de um filho.

3 Seguindo de perto Halliday e Matthiessen (2014[2004]), sem entrar em detalhes, o relato, nas orações mentais, é uma forma das formas de estruturação do dizer, sendo observado em orações introduzidas pelas conjunções “que” ou “se”.

Ao lado da metafunção ideacional, a interação entre os participantes (**metafunção interpessoal**), manifestada pela **relação** (variável de registro), abarca a **função discursiva de interpelação**. A estrutura da oração promove uma ligação entre Janete e Brandão (falante e ouvinte) de forma dialógica, cuja **proposição** acontece quando ele pergunta a ela se contou à irmã sobre a situação dela em não gerar.

Com esse questionamento, o falante (Brandão) pretende oprimir e humilhar ainda mais Janete, tentando descredibilizar e desestabilizar a ela, com vistas a tornar a condição dela mais exposta, inferiorizando-a. Viver esse modelo de relação pode afetar a participação social e profissional de Janete, impactando a participação dela na sociedade e no mercado de trabalho. Afeta, principalmente, os relacionamentos interpessoais dela, podendo enfrentar dificuldades em estabelecer e manter relacionamentos saudáveis. A percepção de inferioridade pode afetar a interação dela com os outros, levando-a a problemas de confiança e ao isolamento social, fato que se interliga à variável de registro **relação/metafunção interpessoal**, no contexto sociofuncional da linguagem.



Figura 2: Janete e Brandão discutem na sala de casa.

Fonte: Série “Bom dia, Verônica”, Netflix, 2020, 1.ª temporada, episódio 7.

Na encenação, a participante Janete não suporta mais as manipulações de Brandão. Para cessar as opressões, não desiste de tentar dar um filho a ele, ainda que ela mantenha relações sexuais se sentindo desconfortável e forçada psicologicamente, nas entrelinhas. Nesse contexto, eles discutem sobre os crimes que praticam, com a briga iniciada após ela perguntar ao marido se ele não sente medo de ser descoberto. O protagonista reage de forma agressiva, se irritando com os questionamentos dela; entretanto, a confusão é apaziguada quando ela afirma estar grávida.

De forma análoga à FIG. 1, a FIG. 2 ressalta, no **contexto de cultura**, a manipulação a que a vítima é submetida, sustentada, ainda, pela herança sociocultural: a mulher tem de procriar, motivo por que, pela fala proferida, ele está exigindo dela a gravidez, sem, contudo, lhe oportunizar uma gestação tranquila e saudável. Historicamente, portanto, o comportamento dele representa a pressão social de uma sociedade ainda limitada e misógina que direciona o sucesso feminino ao estado de genitora.

O **contexto de situação** é manifestado por uma mulher refém às ameaças do marido, consciente de que, para fazer com que desentendimentos sejam evitados, basta dizer estar esperando um filho dele, como faz na FIG. 2 (**campo**). O casamento deles é um exemplo de que ainda há, na sociedade moderna, relacionamentos marcados por dominação, em que as decisões precisam passar obrigatoriamente pelo aval do marido (**relação**). Os signos linguísticos plurissignificativos nos quais se ancoram para materializar discursos (**modo**) contribuem para a percepção do telespectador da série sobre o contexto perverso no qual Janete está inserida. O contexto de situação mantém todas as variáveis descritas na FIG. 1, salientando-se que o estresse crônico causado pelo medo e pela ameaça pode afetar a saúde de Janete, acarretando-lhe ansiedade, que geralmente leva a problemas de insônia, dores de cabeça e musculares, problemas gastrointestinais, entre outros.

A **metafunção ideacional**, segundo Halliday e Matthiessen (2014[2004]), presentifica-se quando Janete, para tentar comovê-lo, subverte a percepção dele de que ela é uma fracassada, ao afirmar que, depois de

incontáveis tentativas, está grávida. Para tanto, faz uso do verbo de ligação “estar”, do **processo relacional**, responsável por representar um estado transitório, com a intenção de provar a ele que os insucessos em outras ocasiões, para conseguir gerar, não significava concluir que ela jamais estaria gestante. O **atributo** (predicativo do sujeito) “grávida” é responsável, nesse sentido, por conferir à Janete (**portadora**) um estado pelo qual ela passa, caracterizando-a, com **orações** relacionais. Estar à espera de um filho, na percepção machista, credibiliza a mulher, sobretudo se, quando ganhar a criança, consiga fazer isso por um parto normal.

Interpessoalmente, a função semântica da oração destacada no *frame* (**proposição**), no modo **declarativo**, corrobora a afirmação de Janete como uma resposta às encruzilhadas e repressões feitas contra ela, cuja intenção discursiva dela é mostrar a Brandão que ela é, sim, capaz de estar mãe. Fato é que, do ponto de vista crítico, essa percepção de Janete é resultado da violência psicológica por que ela passa, o que faz dela uma mulher manipulada e frágil, pois está grávida não necessariamente por ela, mas sim para provar ao esposo que ela nunca foi a incompetente do ponto de vista dele.



Figura 3: Brandão mata Janete carbonizada.

Fonte: Série “Bom dia, Verônica”, Netflix, 2020, 1.ª temporada, episódio 7.

Passando em revista a teoria contemplada, na FIG. 3, o **contexto de cultura** manifestado centraliza a violência contra a mulher historicamente petrificada, em que a figura feminina é relegada à posição de subserviência, sendo, muitas vezes, excluída e segregada. Os valores sociais arraigados endossam o arquétipo viril enquanto corajoso, bravo, com tendência guerrilheira e agressiva, pois precisa se projetar com trejeitos masculinos na tessitura social. Os atributos da coragem e virilidade podem se tornar virtudes ou vícios/violência. No caso de Brandão, o arquétipo viril, em vez de servir para proteger a mulher, fez o inverso. Assim, Brandão comporta-se de forma violenta, hostil, desrespeitosa diante de Janete, atacando-a física e psicologicamente.

Esse efeito discursivo exibido na imagem associa-se a um cenário imediato em que o texto se efetiva, isto é, a cada realização enunciativa, que é intrínseca ao **contexto de situação**. Brandão, na FIG. 3, reforça a realidade social entre ele e a esposa, em que é superior a ela no jogo das práticas sociointeracionais e, por isso, sente-se no direito de perpetuar o ciclo de violência contra ela. O **modo** imponente como ele se posiciona na relação oportuniza essa sensação, reafirmando a histeria máscula fincada nessa *mis-en-scène*. O **campo** de assunto tratado, portanto, sobreleva a figura de Janete violentada, mutilada, encurralada e morta nas e pelas represálias de Brandão. A falta de perspectiva pode fazer uma mulher inserida no campo desse tipo de contexto a repetir ciclos intermináveis de violência até culminar na própria morte, como ocorreu com Janete.

Assim, o **modo** da linguagem tornou-se emudecido para a vítima. Transpondo-se o modo semiótico visual da imagem que destrói a vítima para o modo verbal, podemos depreender diversos processos e circunstâncias ligados ao estado de degradação humana desse contexto e suscitar perguntas ao paradoxo que se apresenta: Por que um ser que se diz humano subverte uma relação que deveria ser de cuidado e proteção para uma situação de destruição? O contexto representa a horizontalidade da vida no qual estamos

submetidos por nossas ações, no sentido ascendente ou decadente/destrutivo/distorcido, como ocorre com o participante Brandão.

A **relação** estabelecida entre eles apresenta, na *mise-en-scène* e no enredo completo das temporadas da série, um vínculo social de relação de poder, pois Janete interage com Brandão de forma retraída, quase sempre assustada, com semblante medroso, manipulada e violentada pelos papéis sociais envolvidos na ligação entre eles. No *frame* sobredito, ela aparece sentada forçadamente na cadeira, presa, sem conseguir se locomover com as mãos e os pés, com a cabeça trancada em uma caixa, que a permite apenas enxergar, de forma parcial, o galpão do sítio onde o marido, *serial killer*, amordaça e mata mulheres capturadas na rodoviária de São Paulo (contexto de situação).

Ainda que a FIG. 3 não apresente, de forma explícita, complexos oracionais puramente verbais, a imagem por si só divulga, no sistema de transitividade imagético, esta sentença: Brandão mata Janete (**metafunção ideacional**). No desdobrar léxico-gramatical do sistema de transitividade, Brandão (ator) age contra Janete (meta), matando-a (processo material), cuja transformação do estado dela, na série, é visualizada pelo corpo em chamas. Semanticamente, o verbo matar significa tirar a vida, perder a identidade, provocar a morte etc., o que confirma a intenção de Brandão, que é ceifar a dignidade de Janete paulatinamente, não apenas considerando a cena em questão, mas também toda a violência e o silenciamento sofrido por ela na série.

Quanto à **metafunção interpessoal**, o sentido atribuído à captura de tela destacada (**proposição**) pelo **modo imperativo**, imageticamente, pode expressar uma ordem à Janete, como se dissesse: “Morra!”. Esse comando é perceptível pela concretização do desejo de destruição de Brandão, ateando mais fogo à vítima. Assim, Brandão se projeta, na cena, como se sentisse a sensação de dever cumprido, já que, para ele, ela morre porque provocou nele uma ira, tornando a vítima a culpada.

Conclusão

A luta contra a subalternidade feminina, no século XXI, é o espelho de uma sociedade que ainda reflete um passado no qual se sobreleva(va) a invisibilidade da mulher, com a manutenção de preceitos que relegam o arquétipo feminino à submissão. Questões machistas e patriarcais, de igual modo às demais exclusões, manifestam-se por múltiplas semioses na sociedade, preconceitos enraizados em discursos ideologicamente marcados por escolhas, à luz da GSF, léxico-gramaticais que sinalizam crenças e opiniões preconceituosas e, portanto, excludentes.

Por essa via, respondendo à pergunta de pesquisa deste estudo, a aplicação de uma análise socio-funcional pode contribuir para a desnaturalização da violência contra a mulher no gênero série, por realçar como avaliamos, julgamos e nos posicionamos acerca de pautas, sobretudo, coletivas, com marcas avaliativas expressas por artefatos semióticos multipropositivos e inacabados. Isso porque significados são (re)construídos a todo momento, configurando um feixe de possibilidades contextualmente mobilizadas em uma dada cultura e uma situação. Assim, o entendimento e a percepção de intencionalidades discursivas pela marca sociossemiótica contribuem para a não relativização da subalternidade feminina, podendo transformar a sociedade e mesmo realidades.

Neste artigo, o objetivo geral centrou-se na realização de uma análise sociossemiótica de três *frames* da série “Bom dia, Verônica”, ressemiotizados pela *Netflix*, a partir das representações de sistemas semióticos da GSF. Neles, a análise dos complexos semânticos oracionais destacados mostrou o funcionamento estrutural e semântico-semiótico da linguagem em relação ao uso num contexto social de violência contra a mulher.

Isso posto, a léxico-gramática figurou como uma ferramenta funcional que deu voz a significados empíricos percebidos na coletividade social, sendo a linguagem vista como uma ação social que inclui a intencionalidade comunicativa dos falantes, na reverberação da ampla discussão desse tema

em outros contextos sociais. Assim é que esse contexto, detalhado pelas metafunções da linguagem, leva o leitor à conscientização de um problema social, destacando a linguagem como uma ferramenta para a comunicação e ação social, nos pressupostos de uma teoria sistêmica da linguagem.

A ressemiotização do problema, que ocorre empiricamente todos os dias com vítimas desconhecidas, na *Netflix* e na revista de publicação deste artigo, contribui na busca de soluções não só para a desnaturalização dessas mazelas sociais, mas também para a (re)construção de uma sociedade mais justa e mais equânime.

Referências

BAJTÍN, M. M. El problema de los géneros discursivos. *In: Estética de la creación verbal*. Trad. Tatiana Bubnova. Ciudad del México: SigloVeintiuno, 1982, p. 248-293.

BOM DIA, VERÔNICA. Direção: José Henrique Fonseca; Izabel Jaguaribe Rog de Souza. Produção de José Henrique Fonseca; Eduardo Pop; Ilana Casoy; Raphael Montes. São Paulo: Netflix, 2020.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. São Paulo: Mercado de Letras, 2014.

FURTADO DA CUNHA, M. A; SOUZA, M. M. **Transitividade e seus contextos de uso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional. **Matraga**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, jan./jun.2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/27795>. Acesso em 21 mai. 2023.

HALLIDAY, M. A. K; HASAN, R. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, M. A. K. **Introduction to function grammar**. London: Edward Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Introduction to functional grammar**. London and New York: Routledge, 4th, 2014.

MARCUSHI, L. A. Gêneros textuais no ensino de língua. *In*: MARCUSHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PAES, V. L. V. de. **Análise metafuncional do discurso publicitário**. Monografia – Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2017.

ROCHA, S. M.; SILVA, V. R. de L.; ALBUQUERQUE, C. A. **O lugar cultural das séries brasileiras no fluxo televisivo**: consumo e produção na definição de um sub-gênero. *Líbero*, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 77-88, jan./jun. de 2013.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antonio Chelini, José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

VIEIRA, J.; SILVESTRE, C. **Introdução à multimodalidade**: contribuições da gramática sistêmico-funcional, análise de discurso crítica, semiótica social. Brasília, Distrito Federal: J. Antunes Vieira, 2015.

RESENDE, A. C. A. **Séries brasileiras em plataformas de streaming**: os casos de 3% e cine Holliúdy. Monografia – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, 2021.

SILVA, Amós Coelho da; NUÑEZ, Carlinda Fragale Pate; BOECHAT, Walter (Orgs.) Um semeador no campo das humanidades: Junito Brandão e seu legado na mitologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024.

Edila Vianna da Silva*

Amós Coelho, Carlinda Nuñez e Walter Boechat são os responsáveis por reunir em *Um semeador no campo das humanidades: Junito Brandão e seu legado na mitologia*, livro de homenagem ao centenário de Junito Brandão, um texto inédito do “grande divulgador da antiguidade greco-romana para diferentes plateias”, além de uma coletânea de artigos de vários especialistas da área de Letras e de outras áreas sobre temas que dialogam com a obra do grande intelectual brasileiro.

Introduz o volume um texto de apresentação do homenageado, biografado brevemente por Deonísio da Silva. A seguir, apresenta-se um texto inédito de Junito Brandão, em que o autor discorre sobre *O lirismo: de Sólon a Cartola*, em sete seções, desde a origem do termo *lirismo*, ao contexto histórico e social do lirismo grego, sua origem, modalidades e instrumentos, considerando os dois elementos que o constituem: o musical e o literário. De forma detalhada, Junito descreve o perfil histórico das manifestações da poesia lírica grega, em seus vários tipos, entre os quais a *elegia*, que, a partir do século XVI reapareceu em todas as literaturas e, segundo o autor, chegou a

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2024n67.341>

* Universidade Federal Fluminense, edilavianna@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6704-9990>

Carlos Drummond de Andrade. Caracteriza a *ode* em suas variações, não só a violentamente apaixonada de Safo, mas a de Anacreonte, o “poeta do prazer”, de excelente erudição mitológica, sem esquecer a *ode coral*, que originou o teatro grego.

Em outro capítulo, analisa a literatura latina, caudatária da grega, uma vez que, citando Plínio, o Velho, afirma que os romanos eram sedentos por “tudo quanto representasse valor e utilidade”, razão de não terem criado uma literatura própria, mas, como contraponto, com seu admirável dom de assimilação “adotaram a literatura grega inteira...: epopeia, lirismo, teatro, oratória, história, filosofia.” Nessa seção, nosso autor analisa as obras de Catulo, divididas em três grupos: as líricas, os poemas alexandrinos e, por fim, os epigramas e dísticos elegíacos.

Dedica-se, na segunda parte do estudo da literatura latina, ao comentário da obra de Horácio, em que se destaca a *Arte Poética*. Para Junito, Horácio escreveu pouco, fato devido à “meticulosa escrupulosidade na elaboração técnica de suas poesias.” Destaca a mudança na *ode* horaciana, que perde seu caráter musical e cênico para tornar-se objeto de reflexão. Finalizando a primeira parte do livro, Junito comprova que o lirismo continua bem vivo, seja na poética de Fernando Pessoa, seja nas canções de Cartola.

Depois dessa introdução, a obra divide-se em duas partes: dois artigos sobre tradução compõem a primeira delas e onze trabalhos sobre o simbolismo da linguagem formam a segunda.

Na primeira parte, Carlinda Fragale aborda o trabalho metódico e erudito do homenageado, especialmente, a tradução da tragédia *Os persas*, de Ésquilo, “a mais antiga das tragédias gregas preservadas”. A estudiosa chama-nos a atenção para a escrita memorável de Junito, que mantém o estilo e as estratégias artísticas de seu autor.

Ainda nessa seção, Tereza Virgínia Barbosa, destaca o trabalho de Junito na tradução de tragédias e comédias gregas. Aborda, em especial, a tradução da peça *Alceste* de Eurípedes, em que meteticulosamente explica

seus aspectos sutis, nos quais se incluem comentários de história, filologia, literatura e mitologia grega.

Inicia a segunda parte o artigo de Paula Boechat, em que a médica e analista, interessada em estabelecer paralelos entre a Psicologia Junguiana e a Terapia Familiar Sistêmica, estuda, com base nos mitos gregos ensinados por Junito em suas aulas, a família de Zeus e Hera.

Outro analista junguiano, Walter Boechat, discorre sobre a importância do mito na compreensão das manifestações do inconsciente e na elaboração de base sólida para a teoria do inconsciente coletivo e dos arquétipos de Jung. Nessa tarefa, ressalta o papel essencial de Junito Brandão, por meio de seus estudos mitológicos, para o desenvolvimento da psicologia junguiana no Brasil.

O texto de Amós Coelho, a seguir, investiga, em *A linguagem simbólica do homo sapiens: nil satis*, a subjetividade do epíteto, que o articulista considera não apenas um jogo estilístico, mas uma criação estética. Comprova seu ponto de vista por meio de comentários de epítetos e detalhadas análises na literatura brasileira, tais como a de *I – Juca Pirama, de Gonçalves Dias*.

Simone Caputo, tomando por base a *imago mundi da deusa Afrodite/Vênus e suas camadas de significados*, desenvolve um estudo dos textos literários cabo-verdianos para ressaltar o modo como esses textos representam reflexões sobre a criação do país, sua cultura e sua arte, privilegiando conceitos de intertextualidade e de circulação das imagens, no entrecruzamento da literatura com outros sistemas semiológicos.

A *Mitologia grega*, talvez a obra mais conhecida de Junito Brandão, inspira o texto de Maria Fernanda Gárbero. Com base no *Mito das 5 Idades*, apresentado nas referências ao poema *Os trabalhos e os dias*, de Hesíodo, “alegoria da degradação dos valores por meio dos metais”, a articulista, em uma leitura atualizada do mito, traça um paralelo entre a implementação de um projeto de eliminação dos opositores da ditadura argentina (1976) e a Idade do Ferro. Associa alguns sentidos dessa era à história recente da Argentina, em que o movimento das *Madres de Plaza de Mayo* representou a resistência ao silenciamento imposto pelo governo ditatorial.

Em *O furor de Hércules: uma leitura possível*, Miriam Sutter, faz uma releitura da tragédia *Hercules furens*, de Sêneca para assinalar que, na época imperial de Sêneca, a chamada “mitologia romana não era mais uma importante referência para os romanos que já consideravam a filosofia sua principal “bússola individual”.

Márcia Regina de Farias Silva, em *O herói, a morte e a escatologia* apresenta várias reflexões a partir da figura do “herói” da antiguidade clássica, estabelecendo as semelhanças e as diferenças entre os heróis homéricos e o herói virgiliano. Discute a construção e a reconstrução dessa figura desde a origem até os dias atuais e compara os heróis midiáticos com aqueles da Antiguidade.

Isabela Fernandes e Felipe Carvalho também atualizam o simbolismo dos ritos de passagem ao estabelecer um diálogo entre duas narrativas (o mito grego do rapto de Perséfone e o conto *O búfalo*, de Clarice Lispector), em que abordam o tema arquetípico da morte simbólica.

Em um artigo bastante elogioso a Junito Brandão e seu grande conhecimento dos clássicos, Dulcileide Braga e Fernanda de Lima comparam Junito a Calímaco de Cirene, por terem em suas épocas compartilhado um conhecimento transformador, essencial para a permanência dos estudos clássicos. Calímaco inova, ao trazer para a sua poesia “o conhecimento literário anterior em novo formato: o dos epigramas”. Junito Brandão, similarmente, representa o resgate do conhecimento sobre a cultura, a literatura e a mitologia clássicas, no entender das autoras.

O artigo final do volume resenhado, de Leonardo Kaltner e Melyssa Santos, sob o título *São José de Anchieta e a cultura clássica na América portuguesa* faz considerações sobre a recepção do humanismo renascentista português. Seguindo a proposta de Junito Brandão, seus autores em perspectiva interdisciplinar com os estudos de Mitologia e de Literatura Comparada, apresentam reflexões para a interpretação do “pensamento linguístico e das práticas gramaticais” de São José de Anchieta e constata a presença do que denominam de uma “mitologia brasílica” nas obras de Anchieta.

Fecha a obra o poema *Grafites do trágico*, de Marco Lucchesi, em que, homenageando Junito, demonstra seu vasto saber sobre os Clássicos.

Os textos dessa coletânea de homenagem aqui resenhada funcionam como um reencontro com a obra incomparável de Junito Brandão e chamam a atenção para a necessidade do retorno aos clássicos, tão necessário nessa época de afastamento da cultura humanística.

COLABORADORES DESTE NÚMERO

ARLETE RIBEIRO NEPOMUCENO possui graduação em Letras Português/Francês (1989) e especialização (Lato Sensu) em Linguística pela Universidade Estadual da Montes Claros (2000), mestrado em Língua Portuguesa (2005) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP -, e doutorado em Estudos Linguísticos (2013) pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Professora adjunta efetiva na Universidade Estadual de Montes - Unimontes. Integra o corpo docente do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS). Tem experiência no ensino e na pesquisa na área de Letras, atuando principalmente nos seguintes temas: Parataxe, Hipotaxe, Encaixamento; Gramática Sistêmico-Funcional e do Design Visual, Multimodalidade e Análise Crítica do Discurso.

EDILA VIANNA DA SILVA é doutora em Língua Portuguesa (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordena a disciplina Sintaxe no curso de Graduação a Distância (EAD) em Letras da UFF. É membro da Academia Brasileira de Filologia, do Conselho Editorial da revista Cadernos de Letras da UFF. Realiza pesquisas na área de Letras e Linguística, destacando-se, entre elas, estudos dialetológicos e de natureza sociolinguística, aplicados ao ensino de língua materna e à difusão do português. Integrou a equipe do Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (Projeto APERJ/ UFRJ). Publicou em coautoria *Dívidas em português nunca mais, Gramática para Concursos: praticando a língua portuguesa e Nova gramática para o Ensino Médio: reflexões e práticas*

em língua portuguesa. É membro de associações científicas de sua área de interesse, tais como Abralin, Alfal e Anpoll.

JAIRO VENÍCIO CARVALHAIS OLIVEIRA é doutor e mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais, com pesquisas sobre o discurso jornalístico de opinião na mídia e no ensino (2013-2017) e sobre a divulgação da ciência na mídia impressa brasileira (2010-2012). Atualmente, é professor adjunto da Faculdade de Letras da UFMG, atuando na graduação (área de Linguística do Texto e do Discurso), na especialização em Língua Portuguesa (área de Leitura e Produção Textual) e no Programa de Mestrado Profissional em Letras (área de Linguagens e Letramentos). É pesquisador no Grupo de Estudos sobre a Oralidade e a Escrita (GEOE/UFMG/CNPq) e no Grupo de Pesquisa sobre Pragmática, Texto e Discurso (GEPTED/UFMG/CNPq). Desenvolve trabalhos de ensino e pesquisa à luz de pressupostos teóricos e metodológicos da Linguística Textual, da Análise Semi linguística do Discurso e da Linguística Aplicada, com ênfase nos seguintes temas: gêneros textuais da esfera midiática, letramentos críticos, processos de referenciação, articulação retórica do discurso e teorias/práticas de argumentação.

LEANDRO FREITAS MENEZES é graduado em Letras/Português pela Universidade Federal do Espírito Santo (2010). Graduado em Pedagogia pela Faculdade de Teologia e Ciências de São Paulo (FATEC). Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira / Linguística Aplicada na Educação pela Universidade Cândido Mendes - RJ / Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Teologia e Ciências de São Paulo (FATEC); Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor de Língua Portuguesa há dez anos na Prefeitura Municipal de Anchieta/ES.

MARIA CARLOTA ROSA é professora titular do Departamento de Linguística e Filologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da mesma Universidade, com pesquisa nas áreas

de Historiografia da Linguística, Morfologia e Leitura. Criou e coordena o Laboratório de Historiografia Linguística da UFRJ, sediado na Faculdade de Letras, cadastrado na Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação/ MCTI. Desenvolve um blog de apoio às suas disciplinas na graduação de que faz parte o projeto “Meu Magazine de Linguística”, de popularização da linguística. Membro da Câmara Técnica de Ética em Pesquisa /CTEP-UFRJ, na subcâmara Integridade em Pesquisa a partir de 2014.

MARIA CLARA GONÇALVES RAMOS é mestranda em Estudos Linguísticos, na linha de pesquisa Linguagem no Contexto Social, pela Universidade Federal de Santa Maria/RS, bolsista pela CNPq e graduada em Letras Português, pela Universidade Estadual de Montes Claros/MG (2019-2023). Desenvolve trabalhos relacionados à perspectiva sociossemiótica, com as pesquisas “Mídia, política e gramática sistêmico-funcional”, “Leitura multissemiótica em diferentes gêneros discursivos”, “Mulheres em (dis) cursos: representações identitárias na série Bom dia, Verônica” e “A Promoção do Ensino-Aprendizagem da Leitura de Textos Midiáticos Multimodais na Educação Básica”, sendo estas financiadas pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais).

MARIA DO CARMO HENRÍQUEZ SALIDO é doutora em Filologia Românica pela Universidade de Santiago de Compostela (1971). Professora Catedrática de Língua Espanhola da Universidade de Vigo. Tem publicado mais de 150 estudos (livros, artigos em revistas indexadas, capítulos de livros e volumes coletivos) sobre Linguística e Filologia Espanhola e Galego-Portuguesa. Nas últimas décadas desenvolve pesquisa sobre o latim na jurisprudência do Tribunal Supremo. Membro da Comissão Científica Externa de Acompanhamento (Advisor) da UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal).

MARIANA FAGUNDES DE OLIVEIRA LACERDA é doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2009, com

estágio de doutoramento no Centro Linguístico da Universidade de Lisboa (CLUL/CAPES). Estágio de Pós-Doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 2019. Na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde é professora plena, coordena o Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP) e o projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS/FAPESB). É coeditora da revista *A Cor das Letras*. É líder do Grupo Plataforma de Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CNPq/UEFS). É coordenadora do projeto ALFAL 25 - Para a História Linguística do Brasil Colônia: gramáticas, sócio-história, Paleografia e Filologia. Membro do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR) e da Comissão Científica Internacional do Projeto Pombalia – Pombal Global.

MATHEUS GOMES ALVES é professor de Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Vernáculas, da UFRJ. Professor de Linguística, do Departamento de Linguística e Filologia, da UFRJ. Mestre em Linguística, pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da Faculdade de Letras - UFRJ, pela linha Gramática na Teoria Gerativa. Doutorando em Linguística, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Faculdade de Letras - UFRJ. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística e em Gramática da Língua Inglesa. Atua no grupo de pesquisa Biologia da Linguagem, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com interesse em sintaxe cartográfica, advérbios e no ensino de português como língua materna.

SAMARA SANCHEZ GOMES é graduada em Letras com habilitação em Linguística do Texto e do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais (2021).

VERA LÚCIA VIANA DE PAES tem mestrado em Letras: estudos linguísticos - Universidade Federal de Minas Gerais. Graduação em letras português/ área Linguística e Literatura (Universidade Estadual de Montes Claros). Especialização lato sensu em língua inglesa. Professora pesquisadora no projeto

de extensão Unimontes/Fapemig: A Promoção do Ensino-Aprendizagem da Leitura de Textos Midiáticos Multimodais na Educação Básica (2023). Professora de Língua Portuguesa e Literatura na rede estadual de ensino (2020 a 2023). Pesquisa teorias linguísticas da língua em uso: Linguística Sistêmico-Funcional (Gramática Sistêmico-Funcional), Gramática do Design Visual, Teoria Multimodal, Semiótica Social e Análise de Discurso Crítica.

